**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

FLÁVIA RODRIGUES BITTENCOURT

**Antero e Teófilo: combates pela República
(1865-1881)**

Versão corrigida

São Paulo

2019

FLÁVIA RODRIGUES BITTENCOURT

**Antero e Teófilo: combates pela República
(1865-1881)**

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes
Martinho

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B624a Bittencourt, Flávia Rodrigues
Antero e Teófilo: combates pela República (1865-1881) / Flávia Rodrigues Bittencourt ; orientador Francisco Carlos Palomanes Martinho. - São Paulo, 2019.
181 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Portugueses. 2. Geração. 3. República. 4. Socialismo. 5. Positivismo. I. Martinho, Francisco Carlos Palomanes, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Flávia Rodrigues Bittencourt

Data da defesa: 11/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/08/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

BITTENCOURT, F. R. Antero e Teófilo: combates pela República (1865-1881).

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

A Gisele Balestra e a Rosa Maria
Bittencourt (*In memoriam*), dois amores,
duas referências.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de São Paulo (USP) pela oportunidade de realização do curso de Mestrado em História Social, ajudando a aprimorar e a ampliar meus conhecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de Mestrado, apoiando financeiramente esta pesquisa.

À Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), minha primeira casa acadêmica, sem a qual não teria desenvolvido e aperfeiçoado o gosto pelos estudos históricos.

Ao meu orientador Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, pela confiança e dedicação.

À minha família pelo carinho e compreensão.

Ao Cleverson Goulart, amigo leal, verdadeiro e inspirador. Companheiro de longa data. Obrigada por sua presença constante, pelos debates incessantes e pela torcida incondicional.

A Gisele Balestra, sem seu amor e amparo, não seria possível a dedicação, o empenho e o desenvolvimento desta pesquisa. Minha perseverança se apoia na sua implacável confiança em mim.

RESUMO

BITTENCOURT, F. R. **Antero e Teófilo: combates pela República (1865-1881)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Na década de 1870, em Portugal, um grupo de jovens intelectuais passou a refletir sobre sua nação frente à nova conjuntura política, social e econômica europeia. As revoluções liberais com espírito republicano, o desenvolvimento de teorias sociais e as tentativas revolucionárias baseadas nessas teorias, como a Comuna de Paris em 1871, serviram como bases argumentativas da Geração de 70, que protagonizou um movimento interveniente, contrapondo-se à lógica do sistema monárquico. Antero Tarquínio de Quental (1842-1891) e Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) foram dois dos principais mentores na busca pela modernização portuguesa ao discutirem o processo de marginalização da nação, suas causas e possíveis soluções para a superação do atraso. Antero simpatizou com o ideal Socialista e o colocou como proposição política no debate público. Teófilo aderiu à Filosofia Positivista como o principal método para a constituição de uma nova sociedade. Os princípios refletidos e defendidos pelos autores foram substanciados pelos fenômenos políticos e sociais da Europa *oitocentista*, atribuindo às respectivas conclusões filosóficas a pretensão de romper com sistemas tradicionais de governo. Legitimava-se, assim, a *República Socialista* ou a *República Positivista* como duas frentes possíveis para superar as controvérsias do regime monárquico. Objetivou-se nesta pesquisa o estudo do pensamento político de Antero de Quental e de Teófilo Braga, compreender como os autores estruturaram seus respectivos projetos republicanos a partir da análise de textos publicados. O período de avaliação se concentrou entre os anos de 1865 e 1881, momento de acentuada mobilização política e intelectual dos letrados.

Palavras-chave: Portugueses. Geração. Decadência. República. Socialismo. Positivismo.

ABSTRACT

BITTENCOURT, F. R. **Antero and Teófilo: combats for the Republic (1865-1881)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

In the 1870s in Portugal, a group of young intellectuals began to reflect on their nation considering the new political, social and economic context in Europe. The liberal revolutions with a republican spirit, the development of social theories and revolutionary attempts based on these theories, such as the Paris Commune in 1871, served as argumentative basis for 70's Generation, who were the leaders of the movement that opposed the monarchy system. Antero Tarquinio de Quental (1842-1891) and Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) were among the main the mentors of the Portuguese modernization, debating the process of marginalization of the nation, its causes and as well as possible solutions to overcome its setbacks. Antero sympathized with the socialist ideal and made it a political proposal in the public debate. Teófilo accepted the Positivist Philosophy as a method to build a new society. The principles reflected and defended by the authors were articulated with the political and social phenomena of nineteenth-century Europe, attributing them the power to overcome traditional governments and justifying the Socialist Republic or the Positivist Republic as two possibilities against the monarchy regime. This research aims to analyse Antero and Teófilo's political perspectives, fowsing on how they structured their respective republican projects through the study of their published essays. The analysis will focus on the years 1865-1881, a period of strong political and intellectual activity of authors.

Keywords: Portuguese. Generation. Decadence. Republic. Socialism. Positivism.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA GERAÇÃO DE 70	
2.1	Antecedentes – A Política Liberal na Consolidação da Monarquia Constitucional: progresso para quem?.....	25
2.2	Intelectualidade e Geração sob uma Perspectiva Teórica-Metodológica.....	40
2.3	A Questão Coimbrã e o Despertar Político de uma Geração.....	49
2.4	As Conferências Democráticas do Casino: ruptura/modernização como afirmação política	58
3.	O DIAGNÓSTICO DA DECADÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA	
3.1	História e o Sentimento de Decadência.....	70
3.2	Decadência Política – A Centralização e a Subtração de Liberdades.....	78
3.3	Decadência Moral – Igreja e Política.....	88
3.4	Decadência Econômica.....	96
4.	ESPECIFICIDADES DAS PROPOSTAS REPUBLICANAS – O COMBATE TEÓRICO	
4.1	República Socialista versus República Positivista.....	107
4.1.1	O Socialismo Anteriano e a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores.....	108
4.1.2	A República Positivista Teofilana.....	115
4.2	O Problema da Abstenção/Participação Política.....	123
4.3	O Problema das Classes Sociais.....	131
4.4	A República Federalista.....	143
4.5	A República Democrática.....	152
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
6.	BIBLIOGRAFIA.....	176

1. INTRODUÇÃO

Esta reflexão discorre sobre os projetos de *República* elaborados por dois dos principais intelectuais portugueses que se destacaram durante a década de 1870, são eles Antero de Quental e Teófilo Braga. Trata-se de uma análise comparativa e conceitual entre as duas propostas e que busca elucidar as condições que fomentaram o posicionamento e o pensamento dissidente dos autores frente ao que consideravam o atraso português.

Mediante a crise institucional e de mentalidade que se instaurou após a revolução liberal de 1820, Portugal vivenciou um intenso período histórico. Conservadores, moderados e liberais pleiteavam o domínio do poder político, experimentando: progressos e retrocessos, guerras civis, alternância de soberania entre a popular e a monárquica, além da inconsistência na afirmação das Constituições, de 1822 até o final da década de 1830 foram promulgadas três Constituições até que, finalmente, o texto de D. Pedro IV pôde conciliar os ânimos.

Consolidada a Carta Constitucional, o referido país vivenciou uma nova fase política através do rotativismo parlamentar entre dois partidos políticos, o Partido Histórico e o Partido Regenerador. Sem intensos confrontos e na ausência de exaltações ideológicas, o governo conquistou a acalmia e pôde se empenhar no cumprimento da agenda capitalista e de desenvolvimento. Este sistema governativo que se estabeleceu em 1851, ficou conhecido como *Regeneração*. Não obstante, o esfriamento ideológico e as contradições sociais do regime foram tencionados pela Geração de 1870, a qual pertencia Antero e Teófilo. A geração desfrutava de liberdade de expressão conquistada pelos liberais e, em contato com os novos conhecimentos filosóficos, como o Socialismo e o Positivismo, apoiou o regime republicano como meio legítimo de superação do atraso nacional.

Entre os principais mentores da “geração nova” estavam Antero de Quental e Teófilo Braga. Celebrando o espírito democrático, ambos se posicionaram pública e politicamente em prol do ideal de República. Motivados pelas circunstâncias e impulsionados pelo sentimento de decadência os dois ousaram levar ao debate público suas respectivas propostas revolucionárias. Entretanto, se a confluência entre os motivos e os sentimentos os impeliavam para a afirmação da República, o método e a finalidade deste ideal divergiram em razão de escolhas filosóficas potencialmente conflitantes. Antero se dedicou a fazer do Socialismo a revolução, enquanto Teófilo se aproximou e identificou na Filosofia Positivista a principal base teórica de seu pensamento político.

Dito isto, convém explanar alguns aspectos da vida dos intelectuais que marcaram um período específico no processo da consolidação da República portuguesa. Ao problematizarem sobre os problemas nacionais, os autores não só contribuíram para a formação de uma nova sociedade, mas se movimentaram intelectualmente para concretizar um ideal que, cientificamente, validavam como certo: a revolução republicana ou socialista-republicana.

Antero Tarquínio de Quental (1842-1891) nasceu em Ponta Delgada, ilha de São Miguel (Açores), cursou Direito na Universidade de Coimbra onde participou do embate acadêmico conhecido como *Questão Coimbrã* em 1865.¹ Depois de fazer contato com o operariado parisiense e com as concepções ligadas ao socialismo em viagens a Paris e Espanha entre os anos 1866 e 1867, Antero regressou a Portugal em 1868. Com novas aspirações políticas e junto a outros intelectuais como Eça de Queirós e Oliveira Martins, fundou o Grupo do Cenáculo com o propósito de compartilhar críticas, ideias e possibilidades para modernizar Portugal.

As reuniões do Cenáculo deram origem às Conferências Democráticas do Casino em 1871, evento que pretendia promover a conscientização pública, mas que acabou proibido pelo governo. Por volta de 1873, Antero começou a apresentar sinais de pessimismo que perduraram até sua morte. Entretanto, ele se manteve compromissado com suas reflexões de conteúdo espiritualista e de moral.² Por problemas relacionados à saúde, foi para Vila do Conde em 1881, onde permaneceu até 1891, mas continuou indo a Lisboa. Em 1890, publicou o ensaio *Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX*.³ E, em decorrência do pessimismo que se fortaleceu durante anos, em 1891, Antero se suicidou.

Joaquim Teófilo Fernandes Braga (1843-1924) também nasceu em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, onde viveu até os dezoito anos. Quando em Coimbra, apesar de inicialmente pretender cursar Teologia, optou pelo curso de Direito em 1862. Na Universidade fez contato com vertentes políticas e sociais ligadas ao positivismo e que, possível e precocemente, o influenciaram a aderir ao ideal republicano. Em 1865, também

¹ Conflito em que Antero de Quental apresentou a defesa de uma poesia revolucionária, de cunho social e de espírito científico, contrapondo a escola tradicional caracterizada pelo ultra-romantismo e sentimentalismo e que tinha, como um dos seus principais defensores, Antônio Feliciano de Castilho.

² O termo “moral” era constantemente utilizado pelos intelectuais da Geração de 70 como uma noção que se contrapunha à lógica das contradições estabelecidas pelo regime liberal. Sendo assim, e para os letrados, o termo estava ligado às propostas de reforma e de revolução, além da elevação da consciência pública frente aos problemas da política portuguesa.

³ QUENTAL, Antero de. **Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

participou, ao lado de Antero, da *Questão Coimbrã*. No ano de 1872, tomou posse da Cadeira de Literaturas Modernas do Curso Superior de Letras, iniciando assim sua carreira acadêmica.

Em 1878, foi um dos fundadores da revista *O Positivismo* e, já filiado ao Partido Republicano Português, fundado em 1876, candidatou-se a deputado nas Cortes da Monarquia Constitucional, alinhando-se aos republicanos federalistas. Atuou ativamente com colaborações na direção e na edição de revistas e de jornais nas décadas de 1880 e de 1890. Essa ativa participação nos meios de comunicação favoreceu, inclusive, a divulgação de seus ideais republicanos e contribuiu para que, quando instituída a República em 1910, fosse ele escolhido para o cargo de chefe do Governo Provisório até 1911, ano em que Manuel de Arriaga foi eleito. Em 1915, por conta da renúncia de Arriaga, Teófilo voltou ao cargo presidencial, porém, em circunstância transitória. Como um intelectual engajado, morreu no seu gabinete de trabalho em 1924.

Os jovens da Geração de 70 que se uniram a Antero de Quental e a Teófilo Braga compartilhavam um sentimento comum, o de ruptura com certas tradições políticas, econômicas, sociais e culturais. No entanto, o contraponto deste sentimento fomentava a aspiração de um futuro promissor que anunciava concepções ligadas ao republicanismo, ao socialismo e a democracia. Nesses termos, Portugal necessitava acompanhar os padrões europeus de modernização, conquistando com maior eficiência a política do bem-comum, distanciando-se do extremo individualismo dos liberais.⁴

Antero e Teófilo se posicionaram criticamente em relação à política monárquica que se adequou ao liberalismo, buscaram a modernização sociopolítica e socioeconômica e conseguiram agitar, juntamente com seus pares, a defesa da luta pela consolidação de medidas progressistas. Se no pós-Revolução Francesa de 1789, as propostas liberalizantes que enalteciam a igualdade e a justiça cobravam lugar no âmbito político durante a primeira metade do *oitocentos*, na segunda metade do século, esses ideais ganharam uma nova perspectiva, a *questão social*. Por este viés se entende a ascensão de filosofias inclusivas como o Socialismo e a frente do saber sociológico, fortemente veiculado pela Filosofia Positivista.

Para os intelectuais da Geração *setentista*, havia uma disparidade que desvirtuava a política de sua principal finalidade: a garantia da liberdade e da igualdade. Sendo assim, concluíram que existia um débito histórico a ser pago para que a sociedade encontrasse um equilíbrio justo. O preço para este feito seria a revolução dos espíritos e das instituições, pois

⁴ SERRÃO, Joel. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1979. p. 27.

os critérios científicos e as teorias filosóficas dispensavam a revolução violenta, antes, ela ocorreria por meios pedagógicos e pacíficos. Por esta razão os jovens letrados se mobilizaram através do debate público e da propagação das novas ideias, visando demonstrar as contradições do regime monárquico, elevar as consciências e abrir o caminho para a revolução racional.

A reflexão dos pensamentos teóricos aqui avaliados se insere no estudo de história das ideias políticas. E, seguindo Quentin Skinner em *Visões da Política*, acredita-se que se o pesquisador identificar os motivos e as intenções dos autores estudados⁵ a análise pode ter melhor desempenho na compreensão sobre o que os autores analisados pretendiam dizer. Neste caso, compreender melhor o que Antero e Teófilo pretendiam ao proporem o modelo republicano e/ou socialista como solução para os problemas da sociedade.

Ademais, as fontes selecionadas foram, principalmente, os textos públicos dos autores, pois são essas publicações portadoras de intenções subjacentes ao abordarem pontos de vista específicos sobre a complexidade histórica que relatam. Ajudando, assim, na identificação de suas pretensões enquanto teóricos sociais. Além disso, a avaliação de Skinner sobre a dedução da intencionalidade dos autores sugere que os textos possuem uma relação direta com o contexto de sua produção.⁶ Este princípio metodológico corresponde e se aplica notavelmente ao estudo sobre os pensamentos de Antero de Quental e de Teófilo Braga, especialmente se for considerada a conjuntura teórico-revolucionária que dominava a atmosfera europeia e como os letrados buscaram articular seus argumentos a esta circunstância.⁷

Sendo assim, a seleção das fontes decorre do seguinte critério: não se pretende fazer uma interpretação unívoca e sistêmica, antes, busca-se compreender como os letrados tiveram condições de construir seus pensamentos políticos. Para tanto, fez-se uma leitura sensível sobre os conceitos suscitados e problematizados pelos autores, como o socialismo, a decadência, classes sociais, federalismo, democracia e afins. Consequentemente, não se trata de encontrar em suas explanações conceituais uma sistematização única sobre a *República*, mas de compreender como os autores estruturavam a ideia republicana. Por este viés, entende-se que, de forma mais ampla e completa, pode-se compreender as intenções dos intelectuais quando tentaram solucionar os problemas sociais.

⁵ SKINNER, Quentin. Motivos, intenções e interpretação. In: SKINNER, Quentin. **Visões da Política:** sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2005. p. 127-144. p. 137.

⁶ Idem. Ibidem. pp. 103-104.

⁷ A Revolução Francesa e a Comuna de Paris foram as duas principais revoluções as quais os letrados se referiam frequentemente.

A escolha desta abordagem epistêmica se relaciona com a tentativa de evitar uma prática corriqueira no estudo das ideias políticas. Trata-se da tendência de restringir a reflexão a valores tradicionais, tal que princípios doutrinários, como as noções de república, de socialismo e de democracia, são formulados em interpretações coerentes de ideias unitárias. Sendo assim, o pensamento político de determinado autor que não conseguiu uma doutrina reconhecível normalmente recebe críticas do pesquisador.⁸

Nesse sentido se insere uma questão relevante no caso teórico de Antero de Quental. Sua proposta de República Socialista, apesar de certo fortalecimento inicial dado o seu desempenho na mobilização da Geração de 70, no decorrer da década de 1870 foi enfraquecida por uma série de fatores. Por exemplo, o insucesso da Primeira Internacional de 1864 e da Comuna de Paris em 1871 são duas razões que impactaram a desenvoltura intelectual de Antero. No final da década de 1860, o objetivo revolucionário do letrado era a consolidação do regime republicano, após adotar o Socialismo como principal doutrina, a República se tornou um objetivo secundário na medida em que sua concretização só faria sentido se estivesse nos conformes do Socialismo. Isto demonstra o quanto a intencionalidade de pensadores importantes para um determinado período pode ser flexível.

Isto posto, se a prioridade fosse avaliar a sistematização do pensamento republicano de Antero, os motivos que fizeram com que ele adotasse o Socialismo poderiam ser negligenciados. E, com isso, a identificação de sua intencionalidade estaria comprometida. Na medida em que o letrado transfere seu objetivo revolucionário para o Socialismo, esta atitude indica que a revolução socioeconômica conquistou o patamar de essência primeira de sua intenção e que a revolução sociopolítica seria uma conquista secundária já que, por consequência, esta refletiria a mudança daquela. Todavia, não visar a sistematização do pensamento do autor, não impede o exercício do senso crítico sobre suas proposições, esta perspectiva apenas induz uma análise cautelar que se atente aos conceitos basilares da construção de pensamentos.

Entretanto, os apontamentos críticos sobre as “insuficiências” argumentativas de Antero podem transparecer mais evidentes do que na análise do pensamento de Teófilo. Pois, sabe-se que a teoria teofilana foi a que mais obteve êxito, portanto, foi justamente aquela que, aparentemente, demonstrou uma sistematização mais adequada para as exigências do período. Mas, assim como as circunstâncias históricas desfavoreceram o fortalecimento do pensamento anteriano, elas contribuíram para que o pensamento de Teófilo tivesse maior ressonância. Isso

⁸ SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: SKINNER, Quentin. **Visões da Política**: sobre os métodos históricos. Lisboa: Difel, 2005. p. 81-128. p. 91.

não implica, porém, que uma proposição fosse mais completa e unívoca do que a outra, somente demonstra para o pesquisador que existem diversas nuances que corroboram ou não com a intencionalidade dos pensadores estudados.

Logo, enumerar as particularidades do pensamento dos autores - como suas noções sobre a decadência, a participação na política oficial, as classes sociais, o federalismo e a democracia - converge para as suas respectivas intencionalidades. Estas, por conseguinte, se resumiam na tentativa de mostrar, por meio do debate público, a necessidade da revolução e os meios pelos quais ela deveria se concretizar. Na concepção de Skinner, para que os pesquisadores consigam interpretar os significados dos textos estudados, as intenções subjacentes dos autores sobre os fatos abordados têm que ter caráter público⁹ na medida em que não deixam de ser a personificação de um objetivo e de um propósito particular.¹⁰ Isto quer dizer que os pressupostos eleitos pelos autores estão diretamente relacionados às suas intenções. Neste caso, os pressupostos escolhidos são justamente os elencados acima e que consubstanciavam a República.

Outro ponto relevante são os fatores histórico-contextuais como fundamentais para o entendimento das obras analisadas, pois o motivo da elaboração da obra está relacionado à condição que a antecedeu.¹¹ No caso das publicações de Antero e de Teófilo foi preciso direcionar o olhar sobre os fenômenos conjunturais e de curta duração, tanto em nível nacional como internacional. As circunstâncias nacionais demandaram, inclusive, uma atenção especial já que a mobilização da Geração 70 se contrapôs e se afirmou como resposta ao regime constitucional que se consolidou durante a primeira metade do século XIX. Enquanto que as condicionantes internacionais foram abordadas durante o desenvolvimento da análise, posto que os letrados constantemente recorriam aos exemplos revolucionários em suas arguições, especialmente as revoluções francesas.

Sendo assim, para melhor compreender e refletir sobre o pensamento político de Antero de Quental e de Teófilo Braga foram necessários o desenvolvimento de três capítulos. O primeiro, *O Significado Histórico da Geração de 70*, se atenta aos fenômenos de geração. Nesse sentido, buscou-se elucidar os motivos contextuais que fomentaram a atividade de jovens intelectuais intervenientes na esfera pública. Neste caso, a mobilização e a iniciativa intelectual dos letrados foram impulsionadas pelas contradições que os jovens identificaram no regime monárquico, portanto, se torna relevante ponderar sobre quais controvérsias do

⁹ Idem. Motivos, intenções e interpretação. Ibidem. p. 137.

¹⁰ Idem. Ibidem. p. 139.

¹¹ Idem. Ibidem. pp. 138-139.

referido regime eles se opunham. Feito isto, a análise se concentrou no desenvolvimento das especificidades teóricas concernentes à geração, tais como as redes de solidariedades, os consensos e os dissensos, o desempenho frente às políticas oficiais e os campos intelectualmente magnéticos que influem na consciência e nos ideais compartilhados. Esclarecidas estas questões, coube avaliar as principais atividades que caracterizavam o tipo de atuação política dos *setentistas*, a *Questão Coimbrã* e as *Conferências Democráticas do Casino*. Nestes dois eventos, a Geração de 70 transpassou a crítica que inicialmente se concentrava em aspectos culturais, porém dotada de racionalismo, para reflexões propriamente políticas.

No segundo capítulo, *O Diagnóstico da Decadência como Justificativa para a Consolidação da República*, investiga-se o sentimento de decadência como um fator consequente das constatações críticas ao regime vigente ao passo que, igualmente, de motivação para propor um novo modelo de sociedade. Nesse sentido, o referido capítulo reflete sobre a relação indissociável entre a história nacional e o sentimento de declínio, sendo a narrativa histórica a principal abordagem argumentativa para justificar a sentença da desagregação nacional e a necessidade de ruptura com as políticas tradicionais. Nesses termos, através de uma análise comparativa, foram enumeradas as principais razões, identificadas pelos autores, que fizeram com que Portugal se mantivesse estagnado perante as demais potências europeias, como Inglaterra e França. Assim, o estudo se concentrou em ponderar os principais temas envoltos pelo sentimento de decadência, os quais foram a *política*, a *moral* e a *econômica* que Antero e Teófilo especificaram em suas respectivas teorias.

Por fim, realizada a análise das condições e circunstâncias concretas que influíram no pensamento político dos intelectuais, o estudo se dedica a entender as proposições teóricas apresentadas por Antero de Quental e por Teófilo Braga no terceiro e último capítulo intitulado *Especificidades das Propostas Republicanas – o combate teórico*. Nele são apresentadas as correntes, as diretrizes preceituais e as filosofias que os autores se apropriaram para desenvolverem seus projetos políticos. Para tanto, discorre-se sobre o Socialismo da Primeira Internacional, ao qual se ligou Antero, e sobre a Filosofia Positivista adotada por Teófilo como o principal sistema teórico-metodológico. Comparar os dois modelos filosóficos exigiu pormenorizar e confrontar conceitos que integravam as duas propostas, portanto, buscou-se desenvolver e observar como os autores interpretavam as seguintes questões: participar ou não da política oficial burguesa como meio de se instituir a

República; o problema das classes sociais; como eles enxergavam o federalismo e, por fim, como definiam a democracia ideal.

2. O SIGNIFICADO HISTÓRICO DA GERAÇÃO DE 70

2.1 Antecedentes – A Política Liberal na Consolidação da Monarquia Constitucional: progresso para quem?

Marcado pelos desdobramentos da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, o século XIX representou um período de afirmação de novas tendências econômicas e políticas para as nações da Europa ocidental. Portugal e Espanha, por exemplo, estavam diante da demanda de se adequar a ordem mundial burguesa que se instituiu como imperativa para as sociedades. Transcender a lógica do Antigo Regime implicou romper com estruturas, instituições e costumes seculares, este processo resultou em tensões sociais que confrontavam modernização e conservadorismo.

Salvo as respectivas particularidades, as nações situadas no ocidente europeu experimentaram esses conflitos, a França foi um dos palcos mais inflamados deste período, vivenciando as Revoluções de 1830, de 1848 e a Comuna de Paris em 1871. Seguindo a tendência do século a Espanha inaugurou na Península Ibérica a primeira Constituição liberal em 1812, subjugada pela restauração absolutista, porém novamente retomada durante a Revolução liberal de 1820-1823; em 1868, os espanhóis protagonizaram mais uma Revolução liberalizante. Turbulento e instável o *oitocentos* assistiu a agitação das nações frente aos projetos e aspirações progressistas.

É digno de nota, já que se tratava de um fenômeno transnacional, salientar que fatores externos são determinantes para as ações e para a movimentação dos indivíduos que, por sua vez, acabam por influir nas dinâmicas sociais. Inclusive, a psicanálise elucida os mecanismos dessa dialética. Naturalmente, os seres vivos tendem à repetição e a permanecer em um estado inerte em relação aos costumes. É o que Sigmund Freud chamou de *instinto à restauração*. Por definição, temos uma natureza conservadora que zela por um estado anterior que precisou ser abandonado por situações externas. Em contrapartida, o desenvolvimento do sujeito ou da sociedade provém de condicionantes exteriores, porém, as percepções desses novos elementos são acolhidas pelo instinto conservador que visa à conservação do estado inicial. Nesses termos, as mudanças que são adaptadas para a preservação podem gerar uma falsa ideia de progresso que não é genuína ao homem.¹²

¹² FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil (“O homem dos Lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 121-178. pp. 147-149.

Dito isto, a história portuguesa no decorrer do século XIX, confluiu com a da Espanha e a da França na medida em que algumas categorias sociais entendiam a necessidade de medidas progressistas como fundamentais para a manutenção e a continuação da nação. Em contrapartida, as forças conservadoras igualmente se mobilizaram com o mesmo fim, visando manter a estabilidade nacional. Tratava-se de duas forças articuladoras que contrabalançavam as agitações nacionais. Esse antagonismo que caracterizou o referido século teve sua origem com a partida da Corte para as terras brasileiras. A partir daí e em decorrência da instabilidade gerada, as disputas pelo melhor projeto de país começou a se intensificar entre aqueles que pretendiam uma ruptura total com o antigo modelo governativo e os que eram nostálgicos aos tempos gloriosos do absolutismo.

As investidas do exército napoleônico (1807, 1809 e 1810) e a partida da Corte resultaram em abalos políticos, econômicos e culturais difíceis de serem reparados. Parte da intelectualidade passou a se identificar com os ideais inclusivos dos franceses, como igualdade, democracia e liberdade. Além disso, o fim do pacto colonial fez com que o Brasil conquistasse maior autonomia econômica e política, prejudicando a balança comercial portuguesa, enquanto Portugal se encontrava entre a disputa franco-inglesa pela influência internacional. Cedendo aos interesses dos ingleses, os portugueses conseguiram retirar as tropas francesas e acabaram por perseguir e exilar os liberais. Oficialmente, o sentimento patriótico se fundia ao sentimento tradicionalista e antiliberal, isto é, ser progressista era ser antinacional.¹³

Mas talvez uma característica comum entre as vertentes distintas fosse o desabrochar de uma consciência nacionalista em dimensões inéditas.¹⁴ O repúdio dos portugueses aos franceses ou aos ingleses transfigurava-se na defesa de fatores que entendiam ser nacionais. Enquanto as ideias liberais ameaçavam a ordem e a preservação do *status quo*, a dignidade administrativa da nação estava ameaçada pela presença dos britânicos. Com a ausência de D. João VI e apesar da Junta Provisional de Supremo Governo ter assumido o lugar do rei, os ingleses, devido ao seu protagonismo na expulsão dos franceses, conquistaram influência direta nos assuntos de Estado e passaram à frente no comando militar. Um dos resultados foi o redirecionamento significativo de parte do orçamento nacional às forças armadas que em 1820 concentravam 75% das receitas.¹⁵

¹³ SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal**. Mira-sintra: Europa-América, 1996. pp. 264-272.

¹⁴ MATOS, Sérgio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 36.

¹⁵ SARAIVA, José Hermano. op. cit. pp. 274-275.

O fortalecimento do Exército e a crise de autoridade ocasionada pela ausência da família real fizeram com que aquela instituição adquirisse mais poder e autoridade. A indiferença de D. João, a paulatina emancipação econômica brasileira prejudicando a economia, além do aumento dos impostos, são fatores que contribuíram para uma insatisfação generalizada e fizeram de Portugal um ambiente propício para o fortalecimento das ideias liberais.¹⁶

Em 1820 a Revolução que canalizou a insatisfação e os anseios de uma nova era se iniciou no Porto e logo foi aderida pela Regência instalada em Lisboa. Para promover as mudanças foram criadas a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e a Junta Provisional Preparatório das Cortes.¹⁷ O rompimento estava declarado e ele se manifestaria fundamentalmente no campo da jurisprudência. Nesse sentido, a ruptura se daria em forma de leis que possibilitaram a oficialização inédita de ideais e normativas liberais em Portugal.

Majoritariamente formados em direito e eleitos pelo voto indireto, os deputados constituintes buscavam materializar o conceitual revolucionário.¹⁸ Jurada pelo rei em 25 de outubro de 1822, a Constituição se apresentou como um divisor de águas na medida em que extinguiu a Inquisição; possibilitou o confisco dos bens da Coroa que passaram a ser de domínio nacional; estabeleceu a liberdade de imprensa; apresentou preceitos contrários aos do Antigo Regime como direitos do homem e do cidadão frente ao arbítrio real, liberdade e igualdade perante a lei que contrapunha os pressupostos senhoriais; e enalteceu a soberania popular ao instituir o governo representativo, findando com o regime absoluto.¹⁹ Sendo assim, a equivalência de direitos foi institucionalizada, vassalos vivaram cidadãos.

Entretanto, a ampliação quantitativa e qualitativa de direitos contava com algumas reservas importantes. Apesar de o Parlamento ser composto por voto direto e por apenas uma Câmara, para ter acesso ao pleno direito representativo - ser eleitor e elegível - o cidadão teria que ter autonomia. Neste caso, frades, mulheres e analfabetos (maioria dos homens adultos) foram excluídos do incipiente processo democrático.²⁰ Este princípio excludente que marginalizou grande parte da população foi legitimado para proteger o Estado livre da

¹⁶ POSPÍŠILOVÁ, Martinha. **A Luta entre os Liberais e Absolutistas na vida e obra de Almeida Garrett**. 2009. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Língua e Literatura Portuguesa, Masarykova Univerzita, Brno, 2009. p. 11

¹⁷ VARGUES, Isabel Nobre. O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 41-55. p. 52.

¹⁸ POSPÍŠILOVÁ, Martinha. op. cit. p. 14.

¹⁹ SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. pp. 56-59.

²⁰ SARAIVA, José Hermano. op. cit. p. 281.

intervenção e da influência de pessoas poderosas que poderiam ter aquelas referidas categorias como seus dependentes.

Interessante notar como uma concepção pode impactar outras tantas, influenciando a vida das pessoas em sociedade em mais de um sentido. Por exemplo, o caso dos analfabetos, supostamente sujeitos dependentes e influenciáveis. O acesso à educação era determinado pela posse de bens e de rendimentos suficientes para que o sujeito tivesse a ociosidade necessária para se dedicar à educação. Tanto assim que em 1826, a instrução foi substituída pelo rendimento como critério de reconhecimento do estatuto de cidadão.²¹ Neste caso, a maioria da população analfabeta não tinha propriedade, ou seja, condições para estudar, consequentemente, ela estava impossibilitada de ter acesso ao direito participativo.

A lógica burguesa ganhou espaço em Portugal, conciliando uma filosofia de liberdade que se pretendia universal, porém, restringindo direitos com a justificativa de manter o próprio Estado liberal. Se por um lado a sociedade foi emancipada das amarras sociais do Absolutismo, principalmente através de um discurso cosmopolita, por outro, algumas categorias sociais continuavam na marginalização dos direitos em detrimento do critério individual calcado na propriedade/instrução.

O indivíduo e a propriedade foram sacralizados e a soberania nacional foi entendida nesses termos. O texto de 1822 protocolou os direitos e os deveres individuais e com eles o direito e a defesa da pessoa e dos bens. Enquanto que a liberdade consistia em não ser obrigado a fazer o que a lei não exigia.²² Assim como os bens da Coroa foram desapropriados, os da Igreja também foram confiscados nesse processo. Ademais, terras comunais foram privatizadas na década de 1860. Os *vintistas* entenderam a liberdade pela perspectiva burguesa e promoveram uma revolução correspondente a esses anseios do início do século.

Na concepção do liberalismo clássico português, a liberdade, o direito e a história seriam os garantidores da igualdade. A história universal foi adotada como elemento argumentativo das condições defendidas, pois designava o aperfeiçoamento do espírito humano por meio de etapas que os seres em conjunto e individualmente teriam que passar. Inovador, o sentido teleológico permitiu anunciar o desaparecimento futuro das desigualdades através do direito, além de justificar a permanência de algumas desigualdades do presente.²³

²¹ RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXIX, p.547-569, 2004. pp. 550-553.

²² CANOTILHO, Joaquim Gomes. As Constituições. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 125-139. pp. 127-128.

²³ SILVA, Cristina Nogueira. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIV, p.533-563, 2009. p. 542.

Pelo viés teleológico a igualdade poderia ser anunciada sem, no entanto, impactar em reformas realmente inovadoras para a maioria dos portugueses e sem afetar a consciência moral dos juristas revolucionários do *vintismo*. Mas, estes novos meios provedores de exclusão provavelmente resultaram na curta vigência da Constituição liberal,²⁴ visto que as camadas populares não eram contempladas e se mantiveram indiferentes aos novos ideais revolucionários. Além de as reformas constitucionais confrontarem prerrogativas de setores tradicionais como o clero e a nobreza. A sustentação do novo regime no poder seria difícil.

A conjuntura internacional adicionada aos impasses domésticos confluía para a derrota liberal no solo português. Áustria, Prússia e Rússia se uniram em nome da Santa Aliança, tentando sufocar o movimento liberal europeu e destinada a aniquilar qualquer ameaça ao Antigo Regime. O antiliberalismo vingou na Espanha e a monarquia absoluta ali foi restaurada. E, ao contrário da postura moderada de D. João VI, Carlota Joaquina e o infante D. Miguel, seguindo a tendência conservadora, mobilizaram a contrarrevolução que ficou conhecida como Vila Francada em 1823. As Cortes foram dissolvidas e a Constituição abolida, teve início a perseguição aos liberais e a retomada do governo absoluto.

Com a morte de D. João VI em 1826, D. Pedro IV, então imperador do Brasil, outorgou a Carta Constitucional que durante a primeira metade do século, após idas e vindas, entre retrocessos e avanços, instabilidade e estabilidade, iria se afirmar como o marco do liberalismo português e da monarquia constitucional moderada. No entanto, o período da década de 1820 ainda era ideologicamente instável. D. Pedro, visando manter o poder imperial no Brasil, abdicou a coroa portuguesa em nome do seu irmão mais novo, D. Miguel, desde que este jurasse a Carta. Quando as Cortes se reuniram, o conservadorismo sobressaiu e D. Miguel foi aclamado rei absoluto dando início ao terror miguelista em que liberais foram mortos, presos ou despojados de seus bens.²⁵ Iniciava-se, assim, em 1828, a Guerra Civil travada entre absolutistas e liberais constitucionalistas ou cartistas.

Frente à radicalidade de D. Miguel, D. Pedro deixou o Brasil e reuniu os liberais dispersos pela Europa para retomar o poder em Portugal. Conquistando a vitória em 1834, conseguiu derrotar os miguelistas com apenas 7.500 homens contra 80.000 absolutistas.²⁶ Com

²⁴ BITTENCOURT, Flávia R. Entre rupturas e permanências: progressistas e conservadores em Portugal na primeira metade do século XIX. **Convergência Crítica**, Campos dos Goytacazes, n. 10, p.39-65, 2017. pp. 46-47.

²⁵ SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. op. cit. pp. 76-77.

²⁶ Mesmo com número diminuto concentrado no Porto, o exército de D. Pedro conseguiu se organizar de tal forma que em 1833, tropas foram enviadas ao Algarve, região que fica mais ao sul de Portugal, enquanto o Porto fica a noroeste. A estratégia era dispersar, mudar a atenção e as investidas das tropas miguelistas na região do Porto. As províncias meridionais não estavam preparadas para a guerra, sendo assim, os liberais conseguiram

a derrota dos radicais conservadores, D. Maria II, filha de D. Pedro, assumiu o trono fazendo com que a Carta Constitucional do pai entrasse em vigor novamente.

Mas, afinal, quais eram as mudanças propostas pela Carta? Outorgada por D. Pedro em 1826, por que ela não foi de pronto aceita pelos absolutistas de modo a estabelecer a coesão nacional? Com exceção dos absolutistas, o texto constitucional não era tão radical como o de 1822, mas conseguiu atender parte dos interesses de moderados e de liberais. Dando um sentido conciliador a duas das mais importantes vertentes políticas, talvez por isso, apesar do período turbulento da primeira metade do século, tenha se afirmado como o principal regulamento da nação até a proclamação da República em 1910.

Uma das principais mudanças garantidas pela Carta que não estava de acordo nem com o absolutismo e nem totalmente alinhada com o princípio liberal foi o revertério na concepção de soberania. Enquanto os liberais interpretavam a soberania como sendo popular, garantida pelo voto direto e representada por apenas uma Câmara, as novas diretrizes fizeram com que a soberania voltasse a residir na figura do rei, porém, com limitada abertura democrática.

Com o sistema bicameral, segmentos que foram excluídos da Revolução de 1822, como o clero e a nobreza, retomaram o poder na Câmara dos Pares. Nesta eram averiguados crimes da família real, de deputados, de ministros e dos conselheiros de Estado.²⁷ Uma política protecionista ligada aos estamentos do Antigo Regime foi assim retomada em contraponto e concomitantemente ao sentido progressista mantido pela constitucionalidade e pela noção de representatividade limitada por eleições indiretas e censitárias de representantes e de eleitores. Nos conformes do critério de propriedade os que eram considerados cidadãos elegiam os eleitores da província nas assembleias paroquiais, estes por sua vez elegiam os representantes da Nação.²⁸

Entrementes, o sentido progressista e liberal ainda era dado pela propriedade como fundamento garantidor do status de cidadão. A regulamentação da propriedade continuou a ser garantida pela Carta juntamente com a valorização do trabalho. Desta vez, porém, as terras eclesiásticas sofreriam as reformas necessárias para a constituição de uma nova sociedade. Sendo assim:

[...] o grande princípio da economia pública é desfazer quantos obstáculos se opuserem ao máximo desenvolvimento da faculdade de trabalhar; vão

chegar a Lisboa quase sem resistência em aproximadamente um mês. A guerra ainda se prolongou por mais um ano após a conquista da capital, momento decisivo para a perda progressiva dos absolutistas que se efetivou em 1834, enquanto D. Miguel foi punido com o exílio. SARAIVA, José Hermano. op. cit. p. 289.

²⁷ CANOTILHO, Joaquim Gomes. op. cit. pp. 131-132.

²⁸ Idem. Ibidem. p. 132.

passando os tempos em que se entendia que a terra tinha um valor antes de regada com o suor dos homens; O clero tomado no sentido lato [...] absorve maior rendimento do que o da Nação e a priva de dois terços da sua faculdade contribuinte [...]. Os interessados nos abusos buscam o seu ponto de apoio no céu para devorarem a terra.²⁹

O confisco de propriedades eclesiásticas aumentou a oferta e com isso diminuiu o custo de compra, mas, mesmo nessas condições eram poucos os que tinham poder aquisitivo suficiente. Isso fez com que o número de propriedades disponíveis fosse desproporcional ao número de compradores. O resultado foi a consolidação da grande propriedade, deixando os menos abastados sem serem contemplados, um impacto social desfavorável nesse sentido.³⁰ Se forem considerados o desgoverno e a marginalização na participação política das camadas populares, juntamente com a “redistribuição” de bens como foi feita, observa-se que a revolução e as reformas promulgadas a partir da década de 1820 foram direcionadas à certos setores sociais e não à maioria da população. Um modelo de inserção da filosofia sociopolítica burguesa que a sociedade portuguesa se apropriou e que iria incomodar e ser questionado pelos teóricos da Geração de 1870.

O distanciamento sociopolítico e socioeconômico oriundo da filosofia liberal³¹ e a justificativa teleológica que garantiria a igualdade fariam com que as ideias liberais se tornassem inaplicáveis e insustentáveis aos olhos de gerações futuras. Mas isso não desqualifica a ruptura iniciada pelos *vintistas*, afinal, o debate libertário, a igualdade, a abertura democrática (mesmo que limitada) abriram as portas para a modernização política, econômica e social. Mudanças significativas vieram à tona, quebraram paradigmas seculares e fomentaram novas problematizações no decorrer do século XIX.

De modo geral, a negligência em relação às necessidades reais de grande parte da população durante a primeira metade do século não significava que os liberais adotaram uma postura racional e intuitiva que desfavorecesse os menos abastados. Antes disso, tentavam objetivar um novo modelo de governo. O idealismo empregado sustentava este ideal e esse tipo de postura, diferentemente do materialismo que assume a realidade fundamentalmente concreta. A abstração que caracteriza o idealismo pode gerar a manutenção de conceitos

²⁹ SILVEIRA, Mouzinho da. apud SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. op. cit. pp. 95-96.

³⁰ SARAIVA, José Hermano. op. cit. pp. 293-294.

³¹ “A desigualdade no acesso aos direitos políticos foi [...] normativamente descrita na obra política de I. Kant quando, delimitando com rigor a fronteira que devia separar os cidadãos dos não cidadãos, o filósofo alemão explicou que, ‘no respeitante à legislação, todos os que são livres e iguais perante as leis públicas devem ser considerados iguais, mas não no que diz respeito ao direito de fazer essas leis [...] Todo aquele que tem o direito a votar a legislação é um cidadão [...]. A única qualificação requerida por um cidadão [...] é que ele deve ser o seu próprio senhor [...] e deve ter alguma propriedade [...] para se manter a si mesmo[...]’”. SILVA, Cristina Nogueira. op. cit. p. 541.

causadores de passividade e de resignação, justificando explorações sociais e dissimulando iniquidades.³² O século XIX assistiu o triunfo do liberalismo e das suas contradições socioeconômicas, contradições estas que dariam subsídios para o desenvolvimento científico de perspectivas socialistas pautadas nas leis que regem o processo histórico, suplantando, assim, o idealismo e as utopias.³³

Além das questões teóricas, existiam implicações concretas que dificultavam o processo modernizador em Portugal. Como um império de proporções mundiais, que sobreviveu durante três séculos da exploração colonial, iria se adequar à política e ao sistema mercadológico moderno proveniente das revoluções Industrial e Francesa? Como harmonizar os ditames de uma sociedade historicamente senhorial com as demandas industriais? São questões estruturais e espectrais que ameaçavam o projeto progressista.

O liberalismo político teria que acompanhar o liberalismo econômico, uma necessidade inovadora para o período e de difícil concretização quando se pretende romper e superar problemas seculares. O Pacto Colonial deixou Portugal numa posição confortável economicamente, principalmente após a descoberta do ouro brasileiro no século XVIII, alinhado à exploração do ouro, o Tratado de Methuen³⁴ de 1703, trouxe sérios problemas para o aprimoramento industrial em longo prazo.

Num primeiro momento, o ouro brasileiro pôde dissimular ou deixar imperceptível a crise iminente da impossibilidade de desenvolvimento industrial. Enquanto o Tratado inviabilizou as chances de superação do déficit quando a extração do ouro entrou em crise. Isso porque a produção têxtil foi a mais dinâmica da época. Quando não exercida, outros ramos manufatureiros poderiam ser comprometidos na medida em que faltava acumulação de capital e assimilação de novas técnicas de produção. Sendo assim, a condição do acordo com os ingleses impedia a gênese e o fator impulsionador da industrialização.³⁵

Mutuamente, ao invés de o aumento do poder de compra ter beneficiado setores manufatureiros, favorecia o mercado inglês sem com isso impactar positivamente a estrutura de produção ou a economia doméstica.³⁶ Internamente, o investimento foi direcionado para a

³² SÁ, Victor. **Perspectivas do século XIX**. Porto: Limiar, 1976. pp. 28-29.

³³ Idem. Ibidem. pp. 43-44.

³⁴ Também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos que vingou entre os anos de 1703-1836 com a Inglaterra, deixou Portugal numa relação desconfortável já que não existia um equilíbrio na balança comercial entre os dois países, com técnicas mais desenvolvidas para manufaturar panos, os ingleses saíram e se mantiveram na dianteira, enquanto que o vinho exportado por Portugal não dava conta de equivaler as balanças.

³⁵ SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Cosmos, 1970. pp. 80-81.

³⁶ Idem. Ibidem. p. 94.

construção de palácios e de conventos barrocos, o que minimizava os efeitos econômicos negativos já que as construções suntuosas geravam emprego.³⁷

Dito isso, os portugueses enfrentavam grandes desafios para promover a modernização. A consciência de que a mudança era necessária e de que Portugal estava atrasado em comparação às potências europeias foram determinantes para que a partir da década de 1840 houvesse a crescente pacificação e confluência de interesses políticos e econômicos. Seria imperativo zelar pela conservação e se esforçar pela inovação possível. Mesmo com a incipiente conciliação dentro da comunidade política, a condição de vida continuava precária para a maioria. Tanto assim que em 1846 insurgiu a primeira revolta popular que ficou conhecida como Maria da Fonte.

Negligenciados, os populares se mantiveram aquém das problemáticas políticas, porém, se revoltaram contra as leis de saúde de 1845 que proibiram o enterro nas igrejas, prática que era comum. O movimento se transformou em revolta quando o governo fazia a relação dos bens para o lançamento de impostos. Dessa forma a movimentação adquiriu cada vez mais conteúdo e organização política com a formação de juntas locais contra a repressão. Nota-se, portanto, que a liberdade e a igualdade dos liberais eram concepções ininteligíveis e incompreensíveis para os que eram apegados às tradições mais simples do cotidiano. Somente quando as medidas governativas afetaram de forma direta as condições de vida dos camponeses foi que estes entenderam ser necessário se rebelar contra o governo.³⁸

Na década seguinte, durante os anos de 1850, a modernização burguesa foi instituída como programa oficial de governo. Este período ficou conhecido como *Regeneração*, os avanços econômicos ditavam os investimentos públicos e a grande maioria da população iria sofrer novamente os impactos negativos de uma política restrita aos interesses da elite política e liberal.

A integração do mercado nacional ainda era predominantemente marítima e fluvial, sem investimentos em estradas e caminhos de ferro, a dinâmica regional sobrepunha o fortalecimento do mercado interno. Além do fator econômico, a regionalização correspondia e dava vida às estruturas sociais e culturais.³⁹ Com a *Regeneração*, o governo adotou uma forma de gerir o negócio público sob uma ótica desenvolvimentista e pragmática. Neste caso, o liberalismo encontrou novos meios para se manifestar, o período anterior, marcado pelo

³⁷ Idem. Ibidem. pp. 98-99.

³⁸ BITTENCOURT, Flávia R. Entre rupturas e permanências: progressistas e conservadores em Portugal na primeira metade do século XIX. op. cit. p. 57.

³⁹ SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. op. cit. pp. 34.

debate ideológico e jurídico de novas ideias, dava espaço ao exercício prático do que havia sido teorizado anteriormente. Entretanto, este modelo foi tutelado pelos britânicos e favorecia setores sociais propensos a prosperar com os negócios de importação/exportação, minimizando o crescimento de uma burguesia industrializada que atendesse os interesses propriamente nacionais.⁴⁰

Ademais, o programa capitalista contribuiu para o aumento da produção e com o desenvolvimento do transporte, diminuindo as assimetrias regionais e facilitando, através das novas estradas e caminhos de ferro, a integração de Portugal com os demais países europeus. Neste período quem estava no poder era o ministro Fontes Pereira de Melo que conseguiu aumentar a receita do Estado recorrendo aos empréstimos internacionais, reorganizando a dívida pública e promovendo o aumento da carga tributária de impostos diretos sobre bens de consumo. O apoio financeiro dos demais países era incentivado pelo discurso de acalmia e de desenvolvimento, conquistando credibilidade internacional.⁴¹

Esta nova era de desenvolvimento demandou uma inovação na articulação entre os meios de transporte e de produção. O uso de terras que tinha ganhado nova ressignificação com os confiscos das propriedades da Coroa e dos eclesiásticos atingiu igualmente as áreas comunais. A facilidade na comercialização deveria ser acompanhada pelo aumento da produção, implicando na expansão dos meios de cultivo. Com isso, terras que eram baldias passaram a ser cultivadas, forçando a repartição de terras comunais entre o setor privado. Nesse sentido, o Código Civil de 1867, consagrou o direito de *tapagem* (vedação) ao abolir a lei de propriedade comunal.⁴² Os populares que não eram proprietários foram prejudicados na medida em que usufruíram e atendiam suas necessidades básicas nessas áreas. As novas medidas restringiram o acesso aos produtos de primeira necessidade, muito dos quais forçosamente passaram a ser adquiridos através do consumo. Mesmo com o aumento salarial, o ganho do trabalhador não acompanhava a variedade e o aumento da necessidade de consumo, um viés desproporcional que contrapôs a miséria crescente a uma burguesia cada vez mais ostensiva.⁴³

A política comercial externa e a regulamentação da propriedade foram os fatores impulsionadores da modernização portuguesa, em contrapartida havia certa carência de

⁴⁰ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal**: da formação ao 5 de outubro de 1910. Lisboa: Editorial Notícias, 2000. p.13.

⁴¹ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu Significado. In: MATTOSO, José. **História de Portugal**: O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Estampa, 1998. p. 101-107. pp. 105.

⁴² SARAIVA, José Hermano. op. cit. pp. 311-312.

⁴³ Idem. Ibidem. pp. 315-316.

investimento no setor e no desenvolvimento industrial. Provavelmente a viabilidade dessas medidas se justifique por condicionantes históricas. A aplicabilidade do liberalismo econômico poderia ser mais eficaz se fosse incentivada nas condições reais do país. A prática do cultivo de terras era secular, necessitando poucos incentivos, como a repartição e regulamentação agrícola, alinhadas à integralização do sistema de transporte. Podendo, assim, apresentar resultados mais plausíveis em curto e em médio prazo. Em contrapartida, a industrialização se apresentava como um fenômeno novo. Nesses termos, quem sofreu mais com a adequação do sistema foram os que perderam os meios de cultivo e quem ganhou foram os que se apropriaram desse costume como meio de produção e de lucro.⁴⁴ Nota-se, portanto, que as camadas populares, além de não serem incluídas no projeto político liberal, também não o foram durante o desenvolvimento econômico capitalista, ao contrário, foram prejudicadas pela lógica do lucro.

Ciente desse resultado que consolidava uma modernização à custa de contradições sociais crescentes, a geração de Antero de Quental e de Teófilo Braga se opôs política e ideologicamente ao regime da monarquia constitucional que permitiu a implantação do liberalismo sem atender grande parte dos portugueses. Todavia, liberais que se engajaram no projeto modernizante durante a primeira metade do século, que defenderam e testemunharam os avanços capitalistas, também se tornaram críticos do sistema que eles próprios ajudaram a construir. Foi o caso de Alexandre Herculano que em 1851, apontava que a revolução liberal somente substituiu uma elite política por outra⁴⁵, legitimando a nova direção governativa com o discurso do bem comum e com patriotismo, mas, o amor à pátria era concebido em detrimento da independência pessoal⁴⁶, sendo a questão do sufrágio censitário uma das que mais exemplifica esse tipo de “patriotismo”.

Com princípios democráticos incipientes e limitados, o voto universal e direto foi motivo de extensos debates e esteve em pauta durante todo o século. A problemática esteve presente nas constituições e continuaria se apresentando como um problema a ser solucionado nos projetos republicanos e democráticos. Com o Ato Adicional de 1852, instituiu-se a eleição direta, mas o sistema censitário da Carta baseado na fortuna e na “faculdade de inteligência”⁴⁷ se manteve. Em 1878, houve a flexibilização do critério de “autonomia” com a nova lei eleitoral, um grande avanço para o alcance participativo, pois ao invés da

⁴⁴BITTENCOURT, Flávia R. Entre rupturas e permanências: progressistas e conservadores em Portugal na primeira metade do século XIX. op. cit. p. 61

⁴⁵ RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania. op. cit. p. 555.

⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁷ CANOTILHO, Joaquim Gomes. op. cit. p. 137.

independência ser comprovada pelo grau de instrução e de rendimento, seria averiguada pela capacidade de manter uma família. Isso fez com o eleitorado português fosse de 72% de homens adultos, um dos mais vastos da Europa.⁴⁸

Entretanto, os temores que antes foram apontados pelos *vintistas* se mostraram reais na medida em que homens influentes e poderosos passaram a comprar votos. Tanto que em 1895, para sucumbir a corrupção eleitoral que se radicou pelo acesso popular, a chefia familiar foi abolida como requisito para o direito de sufrágio, diminuindo o corpo eleitoral para 50%.⁴⁹ Embora a cidadania tivesse conquistado uma amplitude inédita e considerável, não significava que fosse de qualidade, esse sistema ficou conhecido como caciquismo⁵⁰, um clientelismo nocivo à qualidade democrática.

O direito ao voto, porém, não foi a única maneira de exercer a democracia. Se o sufrágio estava comprometido e violado pela intervenção de interesses dos poderosos, o avanço liberal fez desenvolver em Portugal uma prática de democracia “direta”, através de núcleos, clubes ou centros em que se reuniam intelectuais para debater as questões de Estado, de filosofia, de arte, de ciência etc. Apesar de ser um costume restrito, característico da elite letrada, foi um meio de aprimorar o senso crítico que vingou durante todo o século. Tanto assim, que os jovens da geração de 1870 iniciaram sua movimentação com o Grupo do Cenáculo, composto por intelectuais como Eça de Queiroz, Antero de Quental e Manuel de Arriaga, para depois levar seus ideais e ideias para o espaço público.

Antes, porém, do protagonismo da nova geração, a liberdade de reunião e do livre pensar se afirmou por lei e possibilitou o desenvolvimento e o amadurecimento das ideias republicanas. O movimento republicano se fortaleceu por meio de centros democráticos, em associações eleitorais. A Carta Constitucional, pelo artigo 38 do decreto eleitoral de 1852, definia os centros “como instituições de propaganda e de crítica científica destinadas a preparar evolutivamente, pelo estudo das leis vigentes, a sua transformação para outras melhores, embora em sentido democrático”. E ainda, essas associações tinham o respaldo da Lei de Imprensa de 1866, art. 15 § 2 “como associação de instrução e recreio e auxílio”.⁵¹

Os centros se constituíram como organizações protopartidárias. Fundar um partido republicano no sentido moderno do termo e com uma direção nacional durante a primeira

⁴⁸ RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania. op. cit. pp. 558-559.

⁴⁹ Idem. Ibidem. p. 559.

⁵⁰ O cacique assumia o papel de mediador entre seu respectivo partido e a população. O partido trocava os votos por favores com a ressalva de que quem estava no poder tinha maior facilidade em arcar com tais “benefícios”. A prática do caciquismo só foi enfraquecida com o surgimento dos partidos Socialista e Republicano na década de 1870. SARAIVA, José Hermano. op. cit. pp. 307-308.

⁵¹ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal**: da formação ao 5 de outubro de 1910. op. cit. p. 19.

metade do século XIX era inviável na medida em que o regime constitucional atendia os pressupostos da filosofia liberal e da monarquia. O modelo republicano não era visto com bons olhos já que remetida às experiências revolucionárias do pós-Revolução Francesa. Quando a viabilidade do republicanismo começou a ser aceita, o pluralismo ideológico dificultou uma coesão em nível nacional. Sendo assim, os centros republicanos mantiveram um caráter pedagógico, com núcleos políticos e ideológicos independentes entre si.⁵²

Enquanto no plano das ideias e do debate público o pluralismo era garantido, na política oficial foi desenvolvido um sistema bipartidário e rotativo que garantiu a paz política e o avanço progressivo de políticas econômicas e materiais. Na década de 1850, em que a regeneração se afirmou como o principal programa de governo, dois partidos foram fundados, o Partido Regenerador, mais conservador e defensor dos ideais da Carta Constitucional e o Partido Histórico, mais democrático e de tendência mais liberal, que posteriormente se assumiria como Partido Progressista. Na prática, porém, as duas frentes partidárias adotaram uma posição de centro, se alternavam no poder mantendo o compromisso com a realeza, pois a meta era reconstruir economicamente Portugal.⁵³

A elitizada reformulação da política e a marginalização dos populares nas reformas econômicas deram sentido a uma série de revoltas após a Maria da Fonte. Em 1856 houve a revolta pelo *pão barato*; entre 1865 e 1868 ocorreram protestos contrários às tributações e na década de 1870, Portugal conheceu o primeiro surto grevista de proporções significativas. Essas sublevações foram acompanhadas pelo surgimento de propostas republicanas e socialistas que apontavam as contradições dos interesses capitalistas ao passo que idealizavam uma sociedade mais justa.⁵⁴ A comunidade política conquistou a estabilidade na década de 1850, mas isso não implicou na conquista de uma coesão social absoluta. A insatisfação dos populares fortaleceu o desenvolvimento e encontrava respaldo em determinados grupos e ideologias como os republicanos e/ou socialistas.

Pertencentes da mesma geração, Almeida Garrett sentenciava criticamente o avanço liberal ao acompanhar Herculano quando apontou a elitização da política. Embora não se deva confundir seus apelos com os ideais republicanos, pois era defensor da Carta Constitucional, Garrett foi assertivo quando destacou as razões que fizeram a massa nacional ficar indiferente em relação as mudanças institucionais e econômicas. Segundo suas conclusões:

⁵² Idem. Ibidem. pp. 19-20.

⁵³ SARAIVA, José Hermano. op. cit. pp. 305-306.

⁵⁴ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal**: da formação ao 5 de outubro de 1910. op. cit. pp. 13-14.

“Demonstrado é já hoje [...] que a totalidade do povo jamais se interessará, e menos pugnará por mudanças políticas que ela própria não tenha feito, ou para as quais [...] não tenha grandemente concorrido”. Na sua concepção, isso também equivaleria a não aceitação do sistema representativo como argumento de que o povo, pelo processo eleitoral, não teria participado dessas inovações. Para Garrett, esse sistema não passava de abstrato, teorias que o povo ignorava. Nesse sentido, apelava o letrado, “Chamai o povo, interessai-o, fazei por ele e para ele a revolução; ele defenderá a obra de suas mãos [...]. Essa determinada vontade convinha inspirar e manter no povo; e exatamente nisso falhou a evolução”.⁵⁵

Essas ponderações não eram desprezadas da formação do letrado liberal que validava a capacitação individual como meio legítimo de se exercer a política oficial e participativa, mirando a garantia da paz e da liberdade. Garrett era defensor da ordem, da monarquia constitucional, o meio termo entre as tendências absolutistas e democráticas.⁵⁶ Mas, além dessa autocrítica que não conseguia se emancipar da lógica individualista, teóricos que priorizavam o coletivo começaram a ter destaque, iniciando o primeiro movimento socialista em Portugal.

Pedro Amorim Viana (1822-1901) fez parte da primeira geração de socialistas, ele interpretava a sociedade como um todo orgânico tal que o coletivo deveria se sobressair ao individualismo como uma determinação histórico-evolutiva. Para ele a sociedade não era uma mera aglomeração de indivíduos, mas um todo solidário que se desenvolveria na medida em que houvesse a institucionalização racional dos preceitos morais, cabendo às instituições garantir o aumento do bem-estar dos menos favorecidos e desprotegidos.⁵⁷ Nota-se, portanto, o nascimento de uma nova forma de interpretar a sociedade que rompia tanto com a lógica absolutista como com os princípios liberais, mas que continuava levantando a bandeira progressista.

Esse espaço encontrado pelo socialismo se constituía como um produto das mudanças empreendidas até aquele momento. A liberdade dos liberais não conseguiu garantir a igualdade de todos perante a lei, o desdobramento desse processo implicou num novo contexto de aspirações em prol da justiça, com uma revolta de consciência frente às condições de vida da maior parte dos portugueses. O ideal burguês de liberdade não se conciliou com a igualdade, resultando em dois produtos: a liberdade individual que se estabeleceu como forma

⁵⁵ GARRETT, Almeida. apud SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. op. cit . p. 131.

⁵⁶ Idem. Ibidem. pp. 134-135.

⁵⁷ SÁ, Victor. **Esboço histórico das ciências sociais em Portugal**. Amadora: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand Venda Nova, 1978. p. 40.

de organização social e o repensamento da ideia de igualdade⁵⁸, papel exercido, sobretudo, pelos socialistas.

A definição ideológica de que o socialismo defende a coletivização dos meios de produção à custa da subjugação do sistema capitalista teve que ser amadurecida no decorrer da história. Entretanto, desde o princípio, o denominador comum foi a defesa da justiça social e da equidade na distribuição de riqueza. No início do *oitocentos* o termo designava uma orientação moral contrária ao individualismo.⁵⁹ Este axioma norteou fortemente as correntes socialistas e republicanas portuguesas, desde as incipientes até as que se fortaleceram na década de 1870.

Os republicanos Antero de Quental (socialista) e Teófilo Braga (positivista) se encontravam neste contexto de insatisfação e com uma consciência radical e progressista. Na década de 1870, os principais fatores que atendiam as aspirações das duas correntes, socialista e republicana, eram o valor atribuído à democracia e a desvalorização do liberalismo. A diferença entre as tendências progressistas era em relação ao método, o socialismo negava o liberalismo por inteiro e o republicanismo negava a institucionalização da participação política feita pelo modelo liberal. Assim, ambas as correntes disputavam a hegemonia do movimento democratizante, demarcando a fronteira entre um democratismo social e um político.⁶⁰ O descontentamento que deu sentido às consciências dissonantes pode ser exemplificado e justificado através da análise de Cristiane Nogueira Silva que pondera:

A importância que aqui concedo ao princípio da igualdade relaciona-se também com as tensões que ele veio gerar no interior das doutrinas liberais sobre a cidadania, bem como com as soluções que foram pensadas para as resolver. [...], uma dessas soluções, [...], articulou-se com uma narrativa sobre o futuro das sociedades humanas que ajudou a justificar, [...], a preservação de desigualdades políticas e sociais, com as correspondentes desigualdades formais no acesso aos direitos políticos e civis. Apesar do primado da liberdade individual no discurso oitocentista sobre os direitos, intimamente ligada à proteção da propriedade (desigual) desses indivíduos, a igualdade (dos estatutos jurídicos, dos direitos políticos e até uma maior igualização das condições materiais) foi também um princípio orientador desse discurso. [...], no século XIX o grande problema foi mais o de saber como é que os que divergiam do “cidadão-padrão” (o escravo, o “primitivo”, o camponês, o criado, o operário, o pobre) podiam vir a transformar-se num “igual”, como reduzir as diferenças (culturais, intelectuais, psicológicas, de condições materiais) entre os homens, para depois os integrar na “cidade”.⁶¹

⁵⁸ SERRÃO, Joel. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. op. cit. pp. 22-23

⁵⁹ SÁ, Victor. **Perspectivas do século XIX**. op. cit. pp. 46-47.

⁶⁰ SERRÃO, Joel. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. op. cit. pp. 28-30.

⁶¹ SILVA, Cristina Nogueira. op. cit. pp. 534-535.

Foi pela defesa deste viés inclusivo que Antero e Teófilo se movimentaram pública e politicamente, cada um a sua maneira tentou superar as lacunas deixadas e instituídas pela monarquia constitucional, buscando, assim, equivaler os direitos políticos, econômicos e sociais, ampliando-os à maioria. O projeto de cidadania liberal impossibilitou a aceitação concreta da massa de cidadãos com sua natureza plural, com diferentes condições, interesses e opiniões, ou seja, a aplicabilidade do projeto legitimou a exclusão política e social.⁶² Todavia, a manutenção desse tipo de regime não mais se sustentava, as revoltas populares que impulsionaram novas forma de pensar davam provas disso. A voz dos excluídos iria ecoar nos pensamentos de críticos e democráticos como Antero de Quental e Teófilo Braga que, calçados no cientificismo, iniciaram um movimento que desmoralizava o governo, lançando as bases iniciais para a consolidação da república em 1910.

2.2 Intelectualidade e Geração sob uma Perspectiva Teórica-Metodológica

[...] a tarefa do intelectual é a de agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais; a tarefa do político é a de tomar decisões. Toda decisão implica escolha entre possibilidades diversas, e toda escolha é necessariamente uma limitação, é ao mesmo tempo uma afirmação e uma negação. A tarefa do criador (ou manipulador) de ideias é a de persuadir, de encorajar ou de desencorajar, de exprimir juízos, de dar conselhos, de fazer propostas, de induzir as pessoas às quais se dirige a adquirirem uma opinião sobre as coisas. O político tem a tarefa de extrair desse universo de estímulos diversos, às vezes opostos e contraditórios, uma linha de ação. [...] As ideologias [...] podem inspirar, quem sabe guiar, a ação, mas jamais determinam completamente.⁶³

Quais são as características que definem os intelectuais e a intelectualidade? A problematização de ideias? A intervenção e mobilização junto à opinião pública? A construção de novas concepções e diretrizes? Tais indagações versam sobre um mundo complexo que se mantém na base do consenso e do dissenso, por vezes dotado de autoridade científica e de intervenção elucidativa que podem abalar fortemente as estruturas que consagram a coesão social. São concepções várias que norteiam os estudos de quem pretende entender esse universo próprio que se articula entre os domínios culturais, políticos e sociais. Compreender a linha de demarcação e a funcionalidade de homens letrados, os limites de suas ações entre os campos culturais e políticos pode ser uma tarefa difícil apresentada pela história das ideias. Mas, a tentativa de discernir os campos de ação e a influência que eles

⁶² RAMOS, Rui. Para uma história política da cidadania. op. cit. p. 548.

⁶³ BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: UNESP, 1997. pp. 82-83.

exerceram sobre determinados aspectos da sociedade pode ser o caminho para primeiro compreender a importância desse tipo de estudo e, depois, conseguir abstrair quais eram as intenções adjacentes detrás da mobilização exercida por esses agentes do conhecimento.

Indubitavelmente, afora as limitações do mundo material, o principal meio de propagação do conteúdo produzido por homens letrados se concentra no campo das ideias, manifestadas através da palavra escrita ou oral. O exercício do *intellectus* ganha vida em livros e jornais, comícios, nas atividades acadêmicas e afins. Por esta perspectiva, o desenvolvimento intelectual e, portanto, das ideias, só é possível em decorrência da convivência coletiva onde se apresentam questões e problemas que impulsionam a atividade do ser pensante.

Mesmo com diversas denominações, como letrados, ilustrados, eruditos e sábios, as sociedades sempre apresentaram os intelectuais como uma distinta categoria. O poder ideológico exercido por eles, antes de influir sobre os corpos ou bens materiais, como é o caso dos poderes político e econômico respectivamente, influi sobre as mentes pela produção e transmissão de ideais, de símbolos e de perspectivas.⁶⁴

Sendo assim, Portugal, durante as décadas de 1860 e de 1870, apresentava condições favoráveis para o desenvolvimento de uma categoria distinta de letrados que impactou a opinião pública e que se colocou como dissidente da ordem política instituída. Apesar de estabilizado o regime constitucional e com ele as contradições sociopolíticas daí decorrentes, instituiu-se a liberdade de imprensa e o livre acesso aos conteúdos filosóficos vindos do estrangeiro. Estes fatores combinados incentivaram jovens acadêmicos da Universidade de Coimbra a se mobilizarem cultural e politicamente. A particularidade de sua influência, principalmente no tocante às mentalidades foi tão marcante que ficaram conhecidos pela história como a Geração de 70.

Intitular um grupo de jovens, atribuindo-lhes uma designação, sugere que esses letrados tinham muito mais em comum do que diferenças. Entre os principais aspectos de união estavam uma consciência radical e dissidente e o desejo de modernizar Portugal. O encerto dessa consciência radical foi durante a *Questão Coimbrã* em 1865. Nela a cultura teve papel preponderante na medida em que confrontou a escola tradicional de letras, os ultrarromânticos que produziam uma poesia elitizada e burguesa, vazia em problematizações sociais e sustentada pelo elogio mútuo, e uma poesia que se pretendia revolucionária, que

⁶⁴ Idem. Ibidem. p. 11.

poderia catalisar os anseios populares de forma crítica e com viés científico, elevando, assim, as consciências.

Procedente do ambiente acadêmico e cultural, a consciência radical dos jovens coimbrões se desdobrou e adquiriu cada vez mais conteúdo político. Em 1871, desta vez reunidos em Lisboa, os jovens promoveram as *Conferência Democráticas do Casino*. Os debates que antes estavam restritos às letras, passaram a objetivar questões políticas e sociais com um viés mais amplo e politizado no qual o modelo republicano se apresentava como uma possibilidade e com ele vários outros temas contrários ao *status quo*, como o Socialismo e a Democracia. Portanto, é possível identificar duas fases que caracterizaram e determinaram as ações dos jovens intelectuais, a primeira foi propriamente sociocultural durante a Questão Coimbrã e a segunda foi sociopolítica e se estabeleceu durante e após as Conferências do Casino.

Todavia, a consciência radical e a determinação cultural iriam permear a fase política, pois se tratava de um processo de amadurecimento de sentimentos e de ideias. Os problemas que inicialmente foram suscitados pela Questão Coimbrã aqui são identificados como um campo magnético imediato, desenvolvidos no ambiente em comum da universidade, mas que permaneceram durante a década de 1870. As situações e as predisposições individuais podem até ter dificultado uma homogênea unidade entre os jovens, embora o sentimento de ruptura com uma sociedade interpretada como injusta continuasse dando sentido para a mobilização dos setentistas.

Deste modo, a Universidade de Coimbra foi a matriz que atraía os letrados para uma luta, uma sensibilidade e uma visão sobre a cultura em comum, fundando um gosto de conviver e de pleitear a modernização da sociedade. Esse tipo de estrutura que atribui sentido à sociabilidade não pode ser subestimada pelo historiador⁶⁵, pois foi ela que, no caso da Geração de 70, direcionou a agitação e a forma de pensar desses jovens protagonistas que saíram de Coimbra para ganhar parte da opinião pública.

Socialmente, cultura e política dividem o mesmo espaço, por mais que sejam campos distintos de atuação, eles acabam se influenciando positiva ou negativamente. A política ordinária por vezes pode se distanciar de práticas e de discursos morais, mas, via de regra, os intelectuais sempre objetivam sua atividade-fim por meio de um discurso moralizado. Muitas vezes, é neste tipo de ação que encontram sua forma de fazer política. Na relação entre política e cultura não há antítese e unidade que possam ser impostas e sim uma distinção e

⁶⁵ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 2003. p. 231-269. pp. 246-248.

integração, e isso ocorre justamente por causa da força “não-política” característica da intelectualidade, o apelo moral. Nesse sentido, suas ações transcendem o sentimento e as paixões partidárias e, quando adquirem consciência de que tais valores não podem ser desconsiderados pelas repúblicas, as obras do poeta, do filósofo e do crítico, tornam-se essenciais para a compreensão de qualquer sociedade.⁶⁶

Além do ambiente em comum, das ideias e dos sentimentos compartilhados, existe outro fenômeno que justifica o florescimento e a definição de determinada geração: a questão da idade. Tendo em vista que a sucessão de gerações em seu sentido evolutivo compõe a natureza das sociedades humanas, a idade mais ou menos próxima pode ajudar a constituir uma rede de solidariedade já que grupos etários dispõem de um mesmo ambiente que oferece informações, conteúdos e fatos de forma mútua. Apesar de se tratar de indivíduos com diferentes percepções de mundo, tudo é assimilado conjuntamente.

Todavia, não é só a questão etária que fomenta sentimentos de solidariedade, estes também são motivados por um processo de transmissão cultural, um encontro entre o antigo e o novo. A definição de uma determinada geração depende igualmente da herança entendida como referência e que por vezes passa pelo crivo de problemas contemporâneos, resultando na “ressemantização” de alusões passadas. “(...) o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita”.⁶⁷ No caso da Geração de 70 a herança provinha dos liberais que ajudaram a estabelecer a monarquia constitucional, regime que foi duramente combatido pelas ideias dos jovens setentistas.

Oliveira Martins, Antero de Quental e Teófilo Braga estavam, porém, no entrecruzamento de sentimentos que ora enaltecia o protagonismo dos antigos, ora os condenava por sua atuação numa revolução interpretada como incompleta, pois que serviu poucos em detrimento de muitos. Após quatorze anos de apatia ideológica vivenciada pelo governo da Regeneração, os setentistas iniciaram um movimento que reivindicava uma atuação mais ativa de letrados na vida política do país. A defesa da nova postura tinha uma reflexão baseada na alteridade e na afirmação de uma nova identidade. A Questão Coimbrã que colocou em xeque o modelo literário dos ultrarromânticos, exemplificava essa predisposição. Quando a atividade política entrou na agenda dos letrados na década de 1870, a geração anterior de Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Antônio Feliciano de Castilho teve a seguinte sentença por parte de Teófilo Braga:

⁶⁶ BOBBIO, Norberto. op. cit. p. 23.

⁶⁷ SIRINELLI, Jean-François. op. cit. pp. 254-255.

[...] a geração que nos precedeu *fugiu da política* [...]. Uns fugiram da política por desalento, outros tiveram medo de entrar n'esse conflito de paixões pessoais a que então se dava o nome de política. [...] Herculano lamenta que a política tivesse inutilizado os talentos do seu tempo; Garrett, sentindo-se esterilizado, diz que já pode ser político; e Castilho repete a frase, que a política tinha dessalgado tudo n'esta terra. É preciso acabar com este lamentável preconceito, que tem como consequência inevitável a impunidade discricionária dos governos; é preciso que exista uma opinião formada acerca da marcha dos negócios públicos, acerca das aspirações de uma sociedade, para que aqueles que exercem o poder sejam os órgãos que põem em exercício essa força.⁶⁸

Ou seja, por esta crítica voltamos à questão inicial tal que a tarefa do intelectual é a de suscitar problemas e ideias, de intervir junto à opinião pública enquanto que ao político caberia a tomada de decisões pautadas nessa mobilização. É claro que a geração do liberalismo clássico teve um papel também fundamental para o estabelecimento de uma nova sociedade, afinal, foi ela que rompeu com os pressupostos do Antigo Regime. Teófilo, que estava numa posição historicamente privilegiada e que podia olhar esse movimento panoramicamente, alertava sobre os riscos de se distanciar da política e sobre o papel preponderante que o intelectual tem para as questões públicas.

Mas, nem todos adotaram uma postura hostil em relação aos mais velhos. Antero e Oliveira Martins se apresentavam como conciliadores e articuladores do antigo e do novo. A referência era demasiadamente importante, tanto pelo dissenso como pelo consenso. Oliveira Martins, por exemplo, fazia questão de enaltecer o patrimônio intelectual e a herança de seus antecessores, apesar de sustentar diferentes ideais, não deixava de defender o legado daqueles que abriram o caminho para a modernização:

Eu cá – apesar das minhas ideias que V. Ex.^a acha demolidoras – prezo muito a estima de gente velha, séria, provada e sábia. É por isso que lhe falo no Herculano, a quem os garotos atiram pedras, mas não conseguem morder o calcanhar. E o meu amigo terá visto que não podemos estar de acordo, o Herculano e eu (...) o que não impede que eu o respeite muito.⁶⁹

Nesses termos, tentar reformular o papel da arte ao dar sentido social à poesia, pensar esses temas inovadores e a afirmação desse novo percurso demandava a ampliação do acesso ao público, mas também implicava em ganhar a simpatia entre os pares. Assim como Oliveira Martins, Antero de Quental adotou uma postura fusionista para com os “velhos”, exceto pelo

⁶⁸ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880. pp. 257-258.

⁶⁹ Carta de 1873 endereçada a Júlio de Vilhena. MARTINS, Oliveira. apud MEDINA, João. **Herculano e a Geração de 70**. Lisboa: Edições Terra Livre, 1977. p. 35.

episódio da Questão Coimbrã em que ele e Antônio Feliciano de Castigo (um dos principais representantes da escola ultrarromântica) estabeleceram um intenso debate. De forma consciente ou não, esse tipo de postura ajudava a ganhar a simpatia dos burgueses. As revistas literárias fizeram da convivência uma prática comum ao publicarem artigos, conteúdos e ideias de ambas as escolas. Mesmo Teófilo que tendia ao exclusivismo, após aceitar a Filosofia Positivista em 1872, e com ela o esquema da evolução comtiana, teve que considerar a antiga geração na lógica evolucionista como precursora da nova corrente.⁷⁰

Nota-se, portanto, que a faixa etária de uma geração é um dos principais fatores de sociabilidade e de comunhão, mas não o único. Existem algumas nuances que devem ser consideradas para entender os caminhos, as escolhas, os consensos e as divergências que dão vida à comunidade intelectual. As redes de sociabilidade que são criadas dependem também da construção de afinidades e de posturas conciliatórias essenciais num mundo em que predominam os constantes debates e o pluralismo de ideias.

Tanto assim que autores como Auguste Comte, Joseph Proudhon e Jules Michelet, demasiadamente lidos pela Geração de 70, já tinham morrido ou ultrapassado os quarenta anos. A querela entre os jovens de Coimbra e a antiga geração não se resumia a um embate entre jovens e velhos, antes era uma disputa entre diferentes maneiras de pensar.⁷¹ Nesse sentido, o que se observa são duas tendências que norteiam os posicionamentos dos jovens setentistas, a primeira se refere ao sentimento de ruptura. Neste caso a geração se contrapôs aos ideais liberais da geração antecedente. A segunda foi o sentimento progressista e nele se projetavam diversas formas de constituir uma nova sociedade, inclusive a republicana que foi teorizada tanto pelos socialistas como pelos positivistas. Assim nasceu em parte a cisão da Geração de 70. Antero foi o mentor que introduziu a possibilidade de uma República Socialista enquanto Teófilo, também ele pioneiro na construção da escola positivista em Portugal, adotou e propagou este modelo republicano.

Mas, antes dos projetos republicanos amadurecerem no decorrer da década de 1870, houve o despertar intelectual dessa geração durante os anos de faculdade. É o que Jean-François Sirinelli chama de estruturas de sociabilidade que variam conforme os grupos e épocas estudadas, mas que no caso da Geração de 70 se constituiu dentro do ambiente acadêmico. Nesse tipo de estrutura é possível identificar solidariedades de origem, como a

⁷⁰ RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). *Análise Social*, Lisboa, v. XXVII, p. 483-528, 1992. pp. 513-514.

⁷¹ SIMÕES, João Gaspar. *A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984. p. 27.

idade, o estudo e, na circunstância dos jovens coimbrões, o sentimento de ruptura. Além disso: “É lógico, sobretudo no caso académico [...] em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e político”.⁷²

Pois, convém indagar: em que se sustentava esse sentimento contrário à ordem social, política, económica e cultural estabelecida? Tratava-se apenas de uma paixão desenfreada de jovens que se autointitulavam dissidentes? Essa tendência desagregadora se explica pela valorização de critérios científicos. A ciência impulsionava, fundamentava e corroborava com uma consciência radical.⁷³

O domínio científico embasado em fenômenos e processos naturais se consolidou no século XIX, período das grandes descobertas. A fé na razão, anunciada desde o Renascimento, teve sua última consequência na fé na ciência *oitocentista*. Entretanto, a hegemonia científica se afirmava em detrimento da dissociação de valores tradicionais concomitante ao aparecimento de diversas formas de se pensar, num pluralismo de sistemas e de diretrizes. Nesse interim as especulações realistas que permearam teorias como o Socialismo e o Positivismo ganharam força enquanto que as concepções de cunho religioso eram rejeitadas.⁷⁴

Portanto, constata-se que, apesar dos avanços do liberalismo, o regime que se instituiu foi aquele que equivaleu as forças entre as tendências liberalizantes e as que ainda estavam radicadas no absolutismo. A monarquia constitucional garantiu algumas liberdades essenciais como a ampliação do livre acesso à informação, mas ainda se mantinha sobre a sacralização de algumas concepções seculares, como os preceitos católicos. Sendo assim, os métodos discutidos e defendidos pelos intelectuais ameaçavam a mentalidade de uma sociedade tradicional, contrapontos que iriam se intensificar e resultar, por exemplo, na proibição das Conferências Democráticas do Casino.

A aceitação da filosofia e da ciência como diretrizes pressupunha a problematização de frentes diversas do saber. História, política, literatura e religião não ficaram isentas e foram julgadas no tribunal do cientificismo com o intuito de modernizar o país e a consciência pública. Se a ciência era fator convergente entre os jovens na luta contra a sociedade tradicional, suas diferentes concepções e vertentes também motivaram discordâncias. Uma parte da juventude dissidente, por exemplo, ambicionava desacreditar a fundamentação

⁷² SIRINELLI, Jean-François. op. cit. pp. 249-250.

⁷³ SÉRGIO, António. O Reino Cadaveroso ou O problema da Cultura em Portugal. In: **Ensaio**. Tomo II. 2ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1957. pp. 41-83.

⁷⁴ NATÁRIO, Celeste. A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. **Revista Estudos Filosóficos**, Porto, n. 1, p.100-109, 2008. pp. 100-101.

religiosa e queria inutilizar o embasamento metafísico com base nos três estados de Comte e da evolução de Herbet Spencer, que validavam e anunciavam a maturidade intelectual da sociedade. Por outro lado, alguns intelectuais interpretavam a filosofia como a ciência do princípio, essencial para fundamentar o saber humano.⁷⁵

Este tipo de rivalidade, que às vezes se apresenta como hostilidade, faz parte de toda sociedade e isso se aplica às microssociedades formadas pela intelectualidade. Um processo natural tendo em vista que se trata de um meio que simboliza a clarividência e que, por isso, tem que se mostrar capaz de julgar as paixões em prol da razão, gerando tensões em decorrência dos debates promovidos. As relações que aí são desenvolvidas articulam o afetivo e o ideológico.⁷⁶ No caso da Geração de 70 essas características foram demasiadamente acentuadas, pois são elas que constituem ou caminhavam para constituir concepções e direcionamentos sólidos e saudáveis para se alcançar um objetivo. Intrinsecamente, porém, os consensos, os dissensos, as críticas, os debates, se resumiam ao espírito democrático que estava tomando conta da atmosfera intelectual.

Negava-se o passado próximo, concernente ao absolutismo e ao liberalismo que falhou para com a igualdade, todavia, valorizam-se, uns mais como Teófilo, outros menos como Antero, aspectos socioculturais da sociedade portuguesa. Enquanto o primeiro projetava o país nos conformes do fortalecimento do sentimento nacional, o segundo tinha uma perspectiva mais internacionalista. Todavia, ambos se atentaram à tradição do povo português como meio de legitimar suas respectivas perspectivas políticas, tanto a cosmopolita como a nacionalista.

Sendo assim, na prática, como teoricamente é impossível se desvencilhar de uma consciência nacional, dada as condicionantes culturais formadoras de identidades coletivas e individuais, o que aconteceu foi a tentativa de conciliar tradição e modernidade. No decorrer da primeira metade do século, os liberais tomaram ciência de que Portugal, se comparado às potências europeias, estava atrasado em termos industriais, tanto assim que o governo Regenerador foi oficializado em 1851. Entretanto, quase duas décadas depois, a Geração de 70 reafirmava o atraso, reconhecendo-o como “trauma”, abria o debate público, acrescentando como solução o modelo ou os modelos republicanos de governo.

O pluralismo de ideais oriundo do apego científico e do clima democrático abriu o frutífero caminho para as transformações sociais que não se podem projetar sem “pensamento,

⁷⁵ CATROGA, Fernando. Os caminhos polêmicos da ‘geração nova’. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1993. p. 569-581. p. 571.

⁷⁶ SIRINELLI, Jean-François. op. cit. pp. 250.

sem imaginação e criatividade, característica sobretudo de intelectuais”⁷⁷, pois, são eles os atores sociais mais capacitados para elevar a consciência pública, são formadores de opiniões e encorajam ou não mudanças que podem se apresentar como necessárias. Por isso a importância em impactar as mentalidades, valorizando a ética e a moral. Antero, Teófilo e a geração que eram partícipes, cada qual a sua maneira, se movimentaram nesses termos, da indignação para a ação, mas a ação nos conformes da intelectualidade, levantando a bandeira do conhecimento e desconstruindo paradigmas interpretados como moralmente nocivos ao bem-estar social.

Mas, cabia aos letrados iniciar o processo modernizador. Para tanto, seria necessário garantir o apoio público, preparar as consciências pelo estudo para assim promover a revolução. Apoiados constitucionalmente na liberdade crítica e de expressão, puderam objetivar a mudança nos moldes escolares, sem barricadas, garantindo a ordem, mas com uma consciência radical.⁷⁸

Portanto, é importante notar como os debates vivenciados durante o período acadêmico (1865) e seu desdobramento durante as Conferências do Casino (1871) são fundamentais para compreender quais eram os objetivos de letrados como Antero de Quental e Teófilo Braga. Os significados dessa movimentação vão além dos debates que ali estavam sendo propostos, marcaram a juventude desses intelectuais e, a posteriori, impulsionaram formas de se pensar a *República*.

Especificar este movimento inicial se insere tanto na importância do conhecimento teórico-metodológico relativo à história das ideias como para a compreensão da construção do pensamento republicano dos autores. Nesse sentido, feita esta abordagem epistêmica sobre o significado das gerações e da intelectualidade, cabe desenvolver propriamente o sentido desse incipiente movimento marcado pela Questão Coimbrã e pelas Conferências do Casino. Condicionantes históricas que efetivaram o início de uma visão de mundo socializado, que se pretendia inclusivo tanto no que se referia às artes ou à política e que reivindicava a autonomia e a livre criatividade. São estes pressupostos essenciais para o desenvolvimento de novos sistemas.

⁷⁷ NATÁRIO, Celeste. op. cit. p. 104.

⁷⁸ RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). op. cit. p. 504.

2.3 A Questão Coimbra e o Despertar Político de uma Geração

Teófilo Braga e Antero de Quental, são estes os principais nomes que negaram os preceitos característicos da escola literária ultrarromântica. Foram eles que no ano de 1865 se colocaram no debate público enfrentando as críticas do mais conceituado patrono do romantismo, Antônio Feliciano de Castilho. Destemidos, os jovens da Universidade de Coimbra pretendiam fazer da literatura um instrumento de conscientização e de orientação realista, dotada de filosofia e de conteúdo moral. O embate entre as duas concepções, conservadora versus progressista, irrompeu como um marco histórico na literatura romântica portuguesa. A profundidade dos problemas que ali foram levantados demandou tamanho esforço intelectual que ultrapassou os limites da zona literária para campos diversos e mais amplos, como o político, o econômico e o social. A variedade de assuntos fundamentais suscitados na luta entre os letrados de Coimbra ficou conhecida como *Questão Coimbra* e, talvez, até a singularidade do nome não faça jus à quantidade de temas importantes que foram abordados.

Entre os principais textos que circularam durante o período da querela literária estavam: o posfácio de Castilho no livro de Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade*⁷⁹, nele o conservador acusava a nova perspectiva adotada pelos estudantes de Coimbra, em que se inseria a filosofia como aparato literário, como desprovida de bom senso e de bom gosto; *Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho*⁸⁰, carta de Antero em resposta ao posfácio de Castilho e *Teocracias Literárias: relance sobre o estado atual da literatura portuguesa*⁸¹, escrito por Teófilo e que também contrapôs as acusações do ultrarromântico.

Subjacentes ao debate estavam questões mais profundas que não diziam respeito somente ao estilo literário que deveria ser adotado como padrão. A problematização do Terceiro Estado que se desenvolvia desde os desdobramentos da Revolução Francesa e que em Portugal se iniciou com a Revolução de 1820 - priorizando e desenvolvendo noções sobre a ampliação da cidadania - ganhava com a mobilização dos coimbrões um novo significado cultural. Mais do que confrontar realismo e romantismo, a Questão Coimbra trouxe o peso de

⁷⁹ CASTILHO, A. F. Posfácio. In: CHAGAS, Pinheiro. **Poema da Mocidade**. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1865. p. 183-243.

⁸⁰ QUENTAL, Antero de. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho. In: QUENTAL, Antero de. **Prosas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923. p. 330-347.

⁸¹ BRAGA, Teófilo. **Teocracias Literárias: relance sobre o estado atual da literatura portuguesa**. Lisboa: Tipografia Universal, 1865.

um discurso moral.⁸² E nessa literatura revolucionária o escritor, o poeta e o artista eram detentores de vanguardismo, portanto, a liberdade da escrita e a libertação dos protocolos acadêmicos seriam fundamentais para a elaboração e manutenção do livre pensar.

Articular arte e filosofia, fundamentar a escrita literária por meio de ideias de autores como Joseph Proudhon, Stuart Mill e Auguste Comte, exigia promover e impactar com novas perspectivas sociais e políticas um amplo debate cultural que havia se desenvolvido desde o final do *setecentos* e no decorrer do *oitocentos*. Significaria qualificar e imbuir a literatura de ideias, ultrapassando, assim, o protocolo formal do estilo romântico-burguês. Antero e Teófilo tinham ciência da ruptura e, seguindo a tendência francesa, não estavam dispostos a abrir mão de uma arte calcada na ciência e na filosofia.

São autores que perceberam a importância de modernizar Portugal ao reconhecerem que o país estava atrasado na corrida progressista europeia. Assim, Antero fez a seguinte referência e analogia ao responder a Castilho:

O grande espírito filosófico do nosso tempo, a grande criação original, imensa da nossa idade, não passa de confusão e imbróglio desprezível para o professor de ninharias, que cuida que se fustiga Hegel, Stuart Mill, Aguste Comte, Herder, [...] Michelet, Proudhon, Littré, Feuerbach, [...] Strauss, Taine, Renan, [...], a filosofia alemã, a crítica francesa, o positivismo, o naturalismo, a história, a metafísica, as imensas criações da alma moderna, o espírito mesmo da nossa civilização [...]. Quem seguir tudo isso vai com o pensamento moderno; com as tendências da ciência; com os resultados de trinta anos de escrita; com a nova escola histórica; com a renovação filosófica; com os pensadores; com os sábios; com os gênios; vai com a França; vai com a Alemanha – mas que importa? Não vai com o senhor Castilho!⁸³

O alinhamento com as tendências estrangeiras foi iniciado neste primeiro período de análise científica, mas iria permanecer durante a fase política mais característica dos autores portugueses, a década de 1870, pois, a partir do momento em que se reconheceu o atraso, pressupunha-se a necessidade de se fazer uma analogia crítica, comparando a situação interna com a de outros países. Utilizando-se de alteridade, a constatação do retardamento da modernidade portuguesa só tinha sentido se confrontada à modernização política, econômica e também cultural de outras nações identificadas como potências.

Associar literatura e ciência fazia parte do propósito de se compreender a sociedade e a história para assim promover a revolução. Para tanto, o escritor e seus escritos seriam

⁸² SIMÕES. João Gaspar. op. cit. pp. 10-11.

⁸³ QUENTAL, Antero de. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho. op. cit. pp. 341-342.

fundamentais. A geração nova, porém, enxergava como obstáculo a ignorância do país e acreditava ser o silêncio da literatura oficial e romântica condescendente com esse quadro de coisas.⁸⁴ O mesmo espírito radical de Antero também se encontrava em Teófilo quando, também ele, se contrapôs às calúnias de Castilho:

Força-me a consciência a erguer a voz: Estamos n'uma terra em que a verdade para ser ouvida precisa trazer a forma do escândalo. A não vir d'este modo é uma coisa ininteligível, obscura. Tanto melhor para quem aspira a ser entendido somente por aqueles que se pagam de sua obscuridade pela firmeza da consciência, e integridade de caráter. A grande individualidade, resultado dos progressos d'este século, vai tornando impossíveis todas as supremacias, tanto na religião, como no estado, como na arte. É para onde confluem todos os esforços, todas as lutas; é o móbil de ação na Europa moderna.⁸⁵

Se os ultrarromânticos mantiveram o prestígio através do elogio mútuo, os jovens de Coimbra se afirmavam com apoio mútuo. A diferença entre “elogio” e “apoio” consiste em que o primeiro presume uma conotação de afinidade compartilhada, por exemplo, entre um grupo, como era o caso dos românticos conservadores. Enquanto “apoio” remete a concepção de sustentar algo ou alguém, que pode se traduzir em uma ideia ou movimento. Talvez aqui esteja o hiato que diferencia, em princípio, a postura das duas escolas.

A nova escola reivindicava um pensamento independente, a autonomia do ser pensante, isso impactava a estrutura acadêmica sustentada até então. Teófilo validava a subjetividade do escritor ao passo que apontava o declínio de modelos de supremacias grupais como a religião, o Estado e o próprio meio artístico. E Antero partira do mesmo pressuposto quando afirmou:

[...]. O que se ataca na escola de Coimbra [...] não é uma opinião literária menos provada, uma concepção poética mais atrevida, um estilo ou uma ideia. Isso é pretexto apenas. Mas a guerra faz-se à independência irreverente de escritores que entendem fazer por si o seu caminho, sem pedirem licença aos *mestres*, mas consultando só o seu trabalho e a sua consciência.⁸⁶

Ao reclamarem autonomia e independência, Antero e Teófilo provavelmente estavam exercitando consciente ou inconscientemente o gérmen do que seria o pensamento e a manutenção de uma república federalista, defendida por ambos, embora constituída sob a égide do socialismo e do positivismo respectivamente. Estavam ainda praticando a liberdade

⁸⁴ RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). op. cit. pp. 495-496.

⁸⁵ BRAGA, Teófilo. **Teocracias Literárias**: relance sobre o estado atual da literatura portuguesa. op. cit. p. 5.

⁸⁶ QUENTAL, Antero de. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho. op. cit. p. 332.

democrática, o direito de opinar individualmente conforme as noções construídas. A respeitabilidade por eles experimentada em 1865 se manteria durante as Conferências do Casino em 1871 e em seus projetos políticos.

Foram anos laboratoriais que fizeram de alunos homens capacitados e maduros para colocar no debate público um pluralismo de questões, fazendo com que o movimento inicial se projetasse cada vez mais como supraliterário ao acrescentar no seu compromisso ético e moral os problemas sociopolíticos.

Inovadores, os jovens coimbrões se colocavam como um grupo diferenciado durante a Questão Coimbrã, a relação “política” que se desenvolveu frente ao metodismo romântico do veterano Castilho bastaria para intitulá-los como intelectuais na medida em que se definiam como uma categoria à parte e que acreditavam ter uma função própria, distinta das demais categorias⁸⁷, e realmente a tinham!

Enquanto se distanciavam da literatura oficial e se aproximavam da ciência e da filosofia, instrumentalizando a escrita de forma a problematizar e a conscientizar, a função própria dos dissidentes estava em romper com uma consagrada categoria acadêmica e em atribuir um significado humanitário (carregado de preceitos morais) para a função do escritor. Defender a autonomia individual e intelectual exigia ser contrário ao modelo “agregador” do elogio mútuo, mas isso não impedia o fortalecimento de uma atividade intelectual humanitária que abordasse o coletivo. A defesa do individualismo era o método para garantir a liberdade do gênio e a diversidade de ideias, mas, sua finalidade visava justamente o bem comum.

Por conseguinte, o desapego das normativas instituídas e o florescimento do sentimento humanitário podem também ser testemunhados pelo depoimento de Eça de Queiroz⁸⁸, “[...] essa Coimbra que vivia ‘num grande tumulto mental’ com a chegada por caminho de ferro, vindos da França e da Alemanha, de ‘torrentes de coisas novas, ideias, sistemas, estéticas, formas, sentimentos, interesses humanitários...’ ”.⁸⁹ O impacto do contato com novas correntes filosóficas impulsionava a renovação e ressignificação do papel social das letras.

Esta tendência não era específica de intelectuais portugueses, tratava-se de uma nova atitude cultural que valorizava os aspectos racionais em prol de interesses vitais. Friedrich

⁸⁷ Segundo Norberto Bobbio, para entender a relação entre os intelectuais e a classe política é necessário ter essas duas condições preliminares: os intelectuais têm que ter a consciência de ser um grupo à parte e uma função política própria e genuína. Bobbio, Norberto. op. cit. p. 31.

⁸⁸ Apesar de ter estudado em Coimbra e de ser amigo próximo de Antero, Eça de Queiroz não teve uma ativa participação durante a Questão Coimbra, seu protagonismo se daria nas Conferências do Casino.

⁸⁹ QUEIROZ, Eça de. apud MACHADO, Álvaro Manuel. **A Geração de 70: uma revolução cultural e literária**. Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986. p. 52.

Nietzsche foi um dos filósofos que aderiram ao vitalismo. Esse tipo de abordagem entendia que a realidade e a afirmação da vida transpassam o discurso racional já que este não seria o único meio de se entender a realidade. Formas subjetivas, intrínsecas à natureza humana, também deveriam ser consideradas, como a intuição, o instinto, o inconsciente e a inspiração poética. Assim sendo, o realismo em excesso abriu caminho para filosofias da vida humana, inclusive, em sua totalidade em sentido comunitário.⁹⁰

Sob o manto científico estava o apelo moral, a ciência e o ideal progressista que dominaram diversas áreas do saber, este processo que conciliou o racional e o emocional, o ideal e a moral, conduziu a um reposicionamento do lugar concedido ao homem e a Deus. De posição de destaque, de quase mentor e rei da criação, o homem passou a ser entendido como apenas uma parte do todo, enquanto a crença no progresso assumiu o lugar transcendental do divino, de Deus, que passou a ser interpretado como um ideal. Por essa perspectiva, a evolução histórica apresentaria a consumação do ideal de justiça.⁹¹ Portanto, não havia lugar para a vaidade, a funcionalidade da atividade humana de nada valeria se não colaborasse com o sentido histórico da justiça. Ser escritor equivaleria estar a serviço do bem público:

O contrário disso tudo é que é a bela, a imensa missão do escritor. É um sacerdócio, um ofício público e religioso de guarda incorruptível das ideias, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras. [...]. O escritor quer o espírito livre de jugos, o pensamento livre de preconceitos e respeitos inúteis, o coração livre de vaidades, incorruptível e intemerato. Só assim serão grandes e fecundas as suas obras: só assim merecerá o lugar de censor entre os homens, porque o terá alcançado, não pelo favor das turbas inconstantes e injustas, ou pelo patronato degradante dos grandes e ilustres, mas elevando-se naturalmente sobre todos pela ciência, pelo paciente estudo de si e dos outros, pela limpeza interior d'uma alma que só vê e busca o bem, o belo, o verdadeiro.⁹²

Embebidos de filosofia, os jovens poetas ambicionavam mudar o rumo das coisas através da arte da escrita e do livre pensar, não havia mais espaço para os “Castilhos”, para o clientelismo literário. Se não fosse por meio do mérito, do gênio criativo aspirante por justiça, o escritor não seria digno de entrar para a história:

As realezas literárias foram as primeiras que acabaram, porque se compreendeu de pronto, que não era o modelo acadêmico, mas o sentimento puro, que nos havia elevar à perfeição, dar-nos a percepção imediata das

⁹⁰ NATÁRIO, Celeste. op. cit. pp. 102-103.

⁹¹ Idem. Ibidem. p. 106

⁹² QUENTAL, Antero de. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho. op. cit. p. 35.

formas que traduzem o belo na vida. Cada um, em vez de ir com os olhos nas pegadas do mestre, procurou desenvolver em si esse sentimento ingênito; [...] souberam descobrir como a eternidade se alia com as criações humanas.⁹³

Diante desse propósito e de tais constatações, não havia outro destino para o “patrono” Castilho a não ser: “A reputação do sr. Castilho acaba com a sua vida; é a luz que se apaga consigo; nenhum dos seus livros vai à posteridade, porque a posteridade, sempre impassível, aceita somente o que exerceu uma influência sobre uma época”.⁹⁴ E qual seria o critério para se exercer a referida influência? Era o culto à humanidade. Esta seria uma das principais características que distinguia esta geração das antecedentes. A nova geração tinha um ideal que se pretendia ecumênico, contrário à prática inócua do romantismo clássico que, segundo os jovens dissidentes, negligenciava o fato do homem ser apenas um microcosmo se comparado ao universo e à humanidade.⁹⁵

Sentenciar o esquecimento do papel exercido por Castilho, sem dúvida, tratava-se de uma afirmação que não fazia jus ao que representou e representa António Feliciano de Castilho para a língua portuguesa. O veterano foi um dos principais representantes do romantismo, sendo referência, inclusive, no Brasil, sua experiência era demasiadamente consolidada na época da Questão Coimbrã, tanto que se tornou o patrono de jovens estudantes que compartilhavam seu estilo literário. As ponderações de Teófilo são fruto de um ponto de vista particular, fundamentado pelas razões que aqui estão sendo expostas.

O movimento embrionário de críticas que a posteriori se tornariam mais amplas e profundas, se iniciou com a Questão Coimbrã que despertou o peso de um sentimento humanitário e moralizado. A nova literatura, imbuída de concepções científicas, impelia os jovens a se arriscarem numa nova percepção de mundo, explorando “literalmente os temas mais escabrosos com a mesma falta de malícia e a mesma frieza com que um médico autopsiava cadáveres”.⁹⁶ Segundo Teófilo, os jovens alcançaram a emancipação intelectual que se consolidou através da verdade e da justiça⁹⁷, estas, porém, significavam a aproximação do conteúdo artístico aos anseios da humanidade.

Provavelmente as revoluções e as revoltas de base popular que tencionaram o *establishment* oriundo das revoluções burguesas, fossem elas nacionais ou internacionais, tiveram função determinante para este tipo de mentalidade radical. O agente do novo século, o

⁹³ BRAGA, Teófilo. **Teocracias Literárias**: relance sobre o estado atual da literatura portuguesa. op. cit. pp. 5-6.

⁹⁴ Idem. Ibidem. p. 13.

⁹⁵ CATROGA, Fernando. Os caminhos polêmicos da “geração nova”. op. cit. p. 569.

⁹⁶ RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). op. cit. p. 513.

⁹⁷ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 153-154.

povo, ficara cada vez mais visível na percepção de mundo de letrados sensíveis a esse tipo de processo, verificado nas manifestações históricas. Mesmo com a grande maioria da população sendo analfabeta, uma subversão racional, iniciada no aspecto literário, se fez necessária para expressar e entender a nova ordem que estava em formação. Então se entende o apelo desses intelectuais para a humanidade, para o todo coletivo e o peso do seu discurso moralizado. Se o povo queria ser ouvido, então, seria vital viabilizar meios para que fosse ouvido, e não só isso, tomar à frente na formação de sua nova consciência. O século XIX se apresentava como:

[...] idade da transformação dolorosa, de ceticismo, de abaixamento moral, de descrença, que é o nosso século. Refundem-se as crenças antigas. Geram-se com esforço novas ideias. Desmoronam-se velhas religiões. As instituições do passado abalam-se. O futuro não aparece ainda. E, entre essas dúvidas, estes abalos, estas incertezas, as almas sentem-se menores, mais tristes, menos ambiciosas de bem, menos dispostas ao sacrifício e às abnegações da consciência. Há toda uma humanidade em dissolução, de que é preciso extrair uma humanidade viva, sã, crente e formosa. Para este grande trabalho é que se querem os grandes homens.⁹⁸

Em 1880, quando já estava demasiadamente versado na filosofia positivista, Teófilo Braga conferia ao movimento da Escola de Coimbra (como também ficaram conhecidos) como a primeira “dissidência com as instituições”, ou seja, o próprio letrado reconhecia a importância da Questão Coimbrã como um marco inicial contrário à lógica vigente. Sendo assim, com maturidade mais avançada, Teófilo interpretava o significado do movimento nos conformes da ótica positivista, tal que, segundo ele, para superar a apatia intelectual, o melhor estímulo para incentivar a atividade mental seria o da sedução artística.⁹⁹ Mesmo porque a poesia feita pela Escola de Coimbra foi a responsável pela introdução das ideias modernas em Portugal, se tornando alvo de grande interesse mental, acordando os espíritos e se propagando com facilidade.¹⁰⁰

Ulteriormente, as escolhas filosóficas dos autores seria um dos principais motivos de distanciamento entre eles. Teófilo se aproximou do Positivismo em 1872, enquanto Antero, apesar de ter presenciado um período de indefinição ideológica e com um vasto conteúdo teórico a ser acolhido, prematuramente fazia ressalvas em relação à filosofia de Comte em 1866. Se utilizando do seu apego ao cientificismo alertava que o positivismo, ao excluir a

⁹⁸ QUENTAL, Antero de. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor António Feliciano de Castilho. op. cit. p. 339.

⁹⁹ Esta concepção foi fundamental para o exercício teórico-político teofilano, o impacto prático dessa defesa do exercício artístico se manifestou na comemoração de centenários como o de Camões em 1880, a finalidade era de promover maior consciência, coesão e sentimento nacional nas pessoas.

¹⁰⁰ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 154-155.

metafísica, não poderia se consolidar como a principal filosofia do futuro. Antero de Quental não estava satisfeito com as explicações transcendentais da religião, mas também não o agradava generalizar os resultados científicos como o fazia a filosofia positivista. Em sua opinião, a ciência só poderia ser emancipadora caso fosse legitimada pela metafísica.¹⁰¹

Precisamente, a geração inovou a literatura portuguesa em detrimento da constante tentativa de romper com certos padrões e formas reflexivas interpretadas como vazias e de insignificância histórica por não ter base moral, filosófica e social. Não por mero acaso existe um consenso na historiografia em que estudiosos da Geração de 70, como João Medina, Fernando Catroga e Rui Ramos, identificam o movimento dos jovens coimbrões como sendo supraliterário, pois seria um equívoco e uma visão limitada considerar somente as motivações estéticas da escrita.

A geração nova pretendia muito mais, a poesia foi apenas um instrumento para algo maior, a revolução nos espíritos. É verdade que a busca pela hegemonia cultural, explicitamente mantida no debate público, levantava questões de ordem estética para suplantarmos o excessivo sentimentalismo romântico. Mas, sob uma leitura das implicações políticas, a revolução cultural pretendia abalar as estruturas da sociedade burguesa institucionalizada no regime monárquico-constitucional. Ademais, o enaltecimento da razão e da ciência promovia um movimento contrário às instituições que fortaleciam o mencionado regime, como a Igreja. Entretanto, a atividade intelectual proposta poderia se distanciar em termos ideológicos de Herculano e de Garrett, mas se aproximava dos liberais clássicos por seu intuito de protagonizar e de exercer um papel ativo na sociedade. Razão pela qual foram feitos ataques aos intelectuais conservadores que tinham forte influência junto à opinião pública.¹⁰² O foco do conflito se resumia em conquistar o apoio e em desenvolver as consciências. A modernização em termos de justiça só poderia se concretizar através da mobilização unívoca do povo, ciente de sua condição e desejoso por um futuro melhor.

O evento histórico de curta duração que se insere a Questão Coimbrã estava na linha tênue entre licitude e autonomia. Tratam-se de duas concepções de liberdade filosófica, a primeira se refere ao não-impedimento da atividade enquanto que a segunda requer o direito da livre-escolha.¹⁰³ Os intelectuais poderiam escolher a atividade intelectual dentro do ambiente acadêmico, mas, uma vez submetidos às normas institucionais, não eram livres para desenvolvê-la conforme as suas vontades. Este era o paradoxo vivido pelos coimbrões, o livre

¹⁰¹ CATROGA, Fernando. Os caminhos polêmicos da “geração nova”. op. cit. p. 572.

¹⁰² Idem. Ibidem. p. 570.

¹⁰³ BOBBIO, Norberto. op. cit. p. 26.

acesso à informação e até mesmo de opinião eram garantidos por lei, mas, na prática, desenvolver e problematizar questões que poderiam abalar a ordem institucional, fossem elas acadêmicas ou de Estado, feria e ultrapassava as fronteiras do direito garantido. As respostas a esse tipo de “ultraje” se manifestaram em dois momentos e em duas formas diferentes para os jovens aspirantes por uma sociedade mais justa. Primeiro, como estavam dentro da tutela acadêmica, foi a severa sentença do renomado Castilho, depois, através da proposta de se fomentar o debate público, com a proibição das Conferências Democráticas.

São estas intervenções compreensíveis na medida em que a luta pela autonomia da ciência, como estava sendo proposta por Antero e Teófilo, era contrária aos interesses acadêmicos e a posteriori do Estado que tinham suas razões para subordinar a verdade científica e determinados valores. Nessa dialética conflitante que se movimenta pelo plano das ideias e de ideais, as instituições que tendem ou que buscam a perpetuação se depararam com indivíduos que dificultavam este fim. Assim sendo, aos intelectuais cabe considerar a verdade acima de qualquer preceito político, embora só esta concepção não seja suficiente. Para além do que é entendido como verdade existe ainda os valores morais.¹⁰⁴

No contrafluxo do conservadorismo acadêmico e sociopolítico, a Geração de 70 assim despertava para as grandes questões do século. Apesar de inaugural, a Questão Coimbrã suscitou sentimentos e reflexões que se radicariam no modelo republicano que iria se desenvolver em suas respectivas teorizações. Mais do que formadora de profissionais (Antero e Teófilo se formaram em direito), a convivência na Universidade de Coimbra possibilitou o afloramento de intelectuais intervenientes nas questões públicas. Justiça, igualdade e moral compuseram a agenda modernizante dos letrados para que Portugal ultrapassasse os grilhões do conservadorismo provedor da desigualdade. O objetivo de se alcançar tamanha proeza não pôde se contentar somente com as limitações do ambiente acadêmico que se tornou pequeno para os jovens que pretendiam mudar os rumos do país.

Assim se entende a afirmação de Eça de Queiroz quando discorreu sobre as condições que precederam a fase política mais característica da intelectualidade coimbrã:

A Universidade, que em todas as nações é para os estudantes [...] a mãe criadora [...], era para nós uma madrastra amarga [...] de quem todo espírito digno se desejava libertar [...]. No meio de tal Universidade, geração como a nossa só podia ter uma atitude – a de permanente rebelião.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Idem. Ibidem. pp. 26-27.

¹⁰⁵ MACHADO, Álvaro Manuel. op. cit. p. 71.

Os embates de Coimbra foram o exercício prévio e fundamental para a atividade que iria se desenvolver na década de 1870, porém, foi a Questão Coimbrã um momento de assimilações, de aproximações, de inovações e de aspirações. Passados os anos de universidade e de convivência relativamente harmônica e, apesar de mantidos alguns dos princípios que inicialmente foram defendidos, o clima, os projetos, as aspirações tomaram novos rumos no que se refere à atividade individual ou de grupos que se formariam. Mas suas atividades continuaram seguindo a proposta inicial, viabilizar a ruptura com as instituições tradicionais através do uso racional de filosofias políticas e sociais. Para tanto, o suporte se estenderia da poesia para a aceitação de modelos teóricos e republicanos. A segunda fase que resultaria nesses projetos mais consolidados se iniciaria em 1871, com as Conferências Democráticas do Casino, tal que a geração se deparou com um novo “vilão” em comum. Ao invés da figura acadêmica de Castilho, os jovens tiveram que lutar contra a censura do representante governamental Marquês D’Ávila, afinal, eles estavam em “permanente rebelião”.

2.4 As Conferências Democráticas do Casino: ruptura/modernização como afirmação política.

A busca pela legitimação científica consistia na homologação de diferentes áreas do saber, as correntes filosóficas foram fundamentais na formação crítica da Geração de 70. Mas, dentre as múltiplas orientações que eram reivindicadas, a história se consolidou como um paradigma comum entre os intelectuais. O processo de canonização da historiografia se iniciou, porém, com os autores do liberalismo clássico. Pioneiro, Alexandre Herculano sobressaiu quando pensou a nacionalidade pelo viés histórico, sua principal obra foi *História de Portugal*, concebida em quatro volumes.

A principal contribuição de Herculano foi a construção de uma narrativa crítica e de cientificação histórica. O aperfeiçoamento da análise fez com que o autor liberal concluísse que a história da pátria poderia ser dividida em dois períodos: o da liberdade e da virilidade moral da nação, correspondente à Idade Média; e o período da decadência relativo ao Renascimento. Enquanto a descentralização dos municípios representava a base do poder burguês durante o medievo, o Renascimento fez o caminho inverso, inibindo a diversidade ao estabelecer a unidade assente na centralização do poder administrativo absolutista.¹⁰⁶

¹⁰⁶ SÁ, Victor de. **Esboço histórico das ciências sociais em Portugal**. op. cit. pp. 34-35.

A narrativa historiográfica e o diagnóstico de decadência de Herculano vingaram e se desenvolveram na década de 1870 - alinhados às perspectivas filosóficas se transformaram num poderoso instrumento de união e de contraposição ao regime. Durante o referido decênio, a fundamentação histórica conceituou Oliveira Martins como um dos principais historiadores portugueses. Entre suas principais obras estão *História de Portugal* e *História da Civilização Ibérica*, ambas de 1879. Teófilo não ficou atrás, autor de uma vasta bibliografia historiográfica, escreveu *História do Teatro Português*, *Manual da História da Literatura Portuguesa* e *História do Romantismo em Portugal*.

A aceitação do crivo histórico-científico fez parte da construção ideológica desses autores. Antero de Quental, por exemplo, além de retomar a tese sobre a decadência de Herculano, fundamentou toda a sua conferência no casino lisboense, intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos últimos três séculos*, em fatos e concepções da história portuguesa. Portanto, para compreender a extensão da consciência radical da Geração de 70 é imperativo elucidar quais acontecimentos do passado da Geração marcaram e influenciaram suas atividades e suas maneiras de pensar, sejam eles de longa, média ou de curta duração¹⁰⁷, pois são condicionantes que, inclusive, são citadas de forma recorrente nas obras dos autores.

O pleito entre correntes progressistas e conservadoras marcou o século XIX e pode ser caracterizado por dois períodos distintos, antes e após meados do século. Na primeira metade do *oitocentos*, o ideal burguês se apresentava como progressista enquanto os defensores do Antigo Regime se colocavam como conservadores. Entretanto, após a vitória do ideário burguês assegurada pela monarquia constitucional, as correntes socialistas e/ou republicanas se constituíram como frente progressista. Não obstante, nos dois períodos a problematização sobre a inserção e participação das massas na institucionalização política esteve presente. O socialismo científico e o ideário republicano, identificando a falha do liberalismo frente à demanda da inclusão social, se colocaram como alternativas para uma revolução prática, não apenas teórica, abstrata e incompleta como a burguesa.

Assim nasceu em 1864 a Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T) com a finalidade de instituir a emancipação proletária. Enquanto que nas revoluções liberais as multidões eram concebidas como agentes inertes, levadas pelos ideais e pelos interesses da burguesia, na segunda metade do século, a teoria e o protagonismo de setores populares

¹⁰⁷ As circunstâncias históricas de curta duração são relativas aos acontecimentos da Questão Coimbrã e das Conferências Democráticas, além de fatores concomitantes que aconteceram no âmbito internacional, como a Comuna de Paris em 1871. As de média duração são, principalmente, a instituição da monarquia constitucional; e as de longa serão abordadas no próximo capítulo que analisa o sentimento de decadência dos autores.

tendiam a se unir em termos práticos e revolucionários.¹⁰⁸ Primeiro através da Internacional, depois pela tentativa revolucionária da Comuna de Paris de 1871, evento de fundamental importância na medida em que instituiu a primeira república proletária.

Alinhada aos preceitos divulgados e defendidos pela Primeira Internacional, a Comuna se aproximou do viés Socialista como ideal para a efetivação da república. Nesse sentido, e por estabelecer, mesmo que num curto período, o primeiro governo popular, a tendência republicana se mostrava como a principal alternativa para suplantar as contradições oriundas do liberalismo clássico. Foi esta conciliação ideológica, entre a República e o Socialismo, de aspiração popular comprovada tanto em termos teóricos como prático, que chegou com mais força em Portugal no início da década de 1870.

Os conferencistas foram em sua maioria socialistas e republicanos. Duas eram as razões que contribuíram para esta tendência: a) o modelo de República fundamentado pela filosofia positivista só seria desenvolvido em Portugal após 1872, ano em que Teófilo, identificado como o introdutor desta filosofia, aderiu à teoria de Comte como o principal método progressista; b) a conjuntura internacional, através do protagonismo da Primeira Internacional e do significado da Comuna de Paris, proporcionando o influxo do ideal Socialista. As aspirações anunciavam a revolução republicana, porém, a palavra República só teria fundamento se estivesse em harmonia com a justiça, ou seja, com o Socialismo.¹⁰⁹

Em março de 1871, quando foram realizadas as Conferências Democráticas, noções como republicanismo e socialismo se fundiam. O desejo revolucionário ainda era muito incipiente, sabia-se da necessidade de modernizar o país e de inseri-lo em projetos progressistas. Para tanto, foram feitas as Conferências Democráticas do Casino que consubstanciaram os sentimentos e os conteúdos abstraídos durante os anos de universidade com esquemas políticos que se apresentavam quase como ininteligíveis por serem ainda uma novidade. Evidente foi o esforço que os conferencistas empreenderam para compreender tais transformações, as Conferências significavam abrir o debate público, entender a conjuntura nacional e internacional e, democraticamente, ouvir intelectuais dispostos a mudar o rumo do país.

¹⁰⁸ BITTENCOURT, Flávia Rodrigues. **A Construção do Pensamento Político de Antero de Quental (1870-1875)**. 2014. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014. p. 17.

¹⁰⁹ MEDINA, João (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 17.

Mesmo Teófilo que, no limite, manteve certo distanciamento da mobilização feita por seus pares, escreveu sobre a evolução política do movimento que havia se iniciado em Coimbra e que se estendia para Lisboa de forma a amplificar o debate:

[...] era preciso estabelecer comunhão intelectual, e assim se planejaram as *Conferências democráticas* em Lisboa, em 1871. A *Escola revolucionária* ou de Coimbra foi fortemente combatida em Lisboa, porque aqui era o centro da pedantocracia, ou, como se chamava então, da *Literatura oficial*. [...]. Dissemos que a *Escola de Coimbra* só se propagou a Lisboa sob a forma de aspiração política, em 1871 doze dos propugnadores da emancipação intelectual assinaram as bases de umas *Conferências democráticas*, que chegaram a ser levadas a efeito no salão do Casino.¹¹⁰

Apesar de reconhecer o significado político das Conferências, Teófilo não participou diretamente das mesmas. Antero chegou a enviar-lhe uma carta-convite explanando os intentos que se pretendiam suscitar. Visavam a reunião de intelectuais de diversas concepções para tratar sobre as “grandes questões contemporâneas”, fossem elas “religiosas, políticas, sociais, literárias e científicas”. O espírito democrático se expressava na seguinte afirmação:

Temos um *programa*, mas não uma *doutrina*: somos *associação*, mas não *igreja*: isto é, liga-nos um comum espírito de racionalismo, de humanização positiva das questões morais, de independência de vistas, mas de modo nenhum impomos uns aos outros opiniões e ideias [...] seremos, em política, pelo governo do povo pelo povo; em sociologia, pela emancipação do trabalho; em literatura e arte, pelo fim social e civilizador da arte e literatura, combatendo as tendências egoístas e esterilizadoras que hoje predominam. Dentro disto, todas as opiniões são perfeitamente livres.¹¹¹

O sentimento democrático estava explícito e o de ruptura ficava evidente, expressões como “pelo povo”, “emancipação do trabalho”, “fim social e civilizador” e combater “tendências egoístas e esterilizadoras” são assertivas que confrontavam a ordem estabelecida de um regime elitizado, excludente e negligente com as questões sociais.

A controvérsia de tais finalidades estava na própria condição em que as conferências foram ministradas. Mesmo com o apelo democrático e social, Portugal, além do alto índice de analfabetismo, tinha um setor industrial mal desenvolvido, o que resultou na inexpressividade numérica da classe proletária. Um fator estrutural importante na medida em que estavam sendo discutidas teorias socialistas. Tanto assim que as conferências conseguiram reunir entorno de 300 pessoas, apesar da quantidade do público, tratavam-se de pessoas influentes

¹¹⁰ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp.184-185.

¹¹¹ MEDINA, João. **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. op. cit. p. 154.

como membros do parlamento, escritores e jornalistas, enquanto o operariado se apresentou em minoria.¹¹²

A atmosfera revolucionária também era democrática, seguindo uma agenda de conscientização nos moldes escolares, a luta seria travada no plano das ideias. O Programa das Conferências sublinhava a necessidade de ligar Portugal ao movimento moderno, de acordo com os princípios vitais de uma sociedade que se pretendia civilizada. Sendo assim, era indispensável a conscientização dos fatos que solapavam as estruturas europeias. A questão primordial abordada pelo Programa estava em “Agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna; estudar as condições da transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa”.¹¹³

Entretanto, como em qualquer sociedade onde há liberdade de expressão, acesso à informação e o livre debate - mesmo que promovido num sentido horizontal - desenvolvem-se discordâncias. A proposta dos conferencistas e a agitação por eles promovida eram o inverso da política de paz e de baixo desempenho ideológico vivenciado desde a instauração do governo Regenerador. Setores, principalmente da imprensa católica, não viam com bons olhos os anseios democratizantes e os identificavam como nocivos à ordem estabelecida. Essa contraposição pode ser compreendida pelo ambiente revolucionário que dominava os ânimos no território francês.

As conferências foram simultâneas aos desdobramentos da Comuna de Paris e isso deixou de sobressalto setores conservadores da sociedade portuguesa. O periódico católico *A Nação*, alertava para os riscos de Portugal se submeter aos ideais revolucionários.

Ontem no salão do Casino começaram as célebres conferências democráticas. Qual é o seu fim? Espalhar as doutrinas que têm produzido em França as desgraças que têm horrorizado o mundo. Uma dúzia de indivíduos desvairados pelas teorias do filosofismo [...] a que só nas perturbações sociais vêm ensejo para sair da obscuridade, são os pregadores desta missão desorganizadora que, há muito, outros iguais, por diversos modos, têm empreendido com um tal ou qual sucesso, desmoralizando e insubordinando uma pequena parte da população das nossas cidades.¹¹⁴

Era inevitável o receio de uma sublevação dotada de cientificismo e que pareasse com a revolução francesa. A apreensão do que poderia se desdobrar as conferências foi declaradamente sustentada pelos próprios letrados. Animado, *Eça* publicava nas *Farpas* o

¹¹² MÓNICA, Maria Filomena. O Senhor Ávila e os conferencistas do Casino. *Análise Social*, Lisboa, v. XXXV, p.1013-1030, 2001. p. 1026.

¹¹³ MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. op. cit. pp. 70-71.

¹¹⁴ MÓNICA, Maria Filomena. O Senhor Ávila e os conferencistas do Casino op. cit. pp. 1014-1015.

seguinte: “É a primeira vez que a revolução, sob a sua forma científica, tem em Portugal a palavra”.¹¹⁵ Pela tensão gerada a censura oficial não tardou, apenas cinco das dez conferências foram realizadas, entre elas a de Antero, *O Espírito das Conferências e Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*; a de Augusto Soromenho, *Literatura Portuguesa*; *A Literatura Nova* ou *O Realismo como Nova Expressão da Arte* de Eça de Queiroz e *A Questão do Ensino* de Adolfo Coelho.

A portaria ministerial que cancelou as conferências partiu do então presidente do conselho de ministros, o marquês D’Ávila que presidiu o conselho do governo de reformistas regeneradores entre os anos de 1868 e 1871. De tendência moderada, os regeneradores investiram majoritariamente em reformas econômicas e administrativas, entendiam que a centralização era crucial para as medidas progressistas que visavam o aumento da riqueza, o avanço industrial e a manutenção da coesão social.¹¹⁶ Desde 1851, quando o programa regenerador foi oficializado, o partido se fortalecera em detrimento de uma política materialista que priorizava reformas políticas e econômicas. Entrementes, a centralização reivindicada se assentava em princípios que viabilizavam a continuidade da monarquia constitucional.¹¹⁷ Sendo assim, a paz constituída, o equilíbrio de forças políticas que se mantinham no poder em detrimento de seus próprios interesses e que garantia os privilégios de grupos seletos, não poderia ter seus fundamentos politicamente institucionalizados ameaçados por ideais revolucionários.

Apesar da proibição, seria difícil calar os letrados que, desde a época de Coimbra, vinham se acostumando e tomando gosto em debater publicamente com autoridades. Imbuídos de consciência radical e fundamentados pelo sacerdócio filosófico, os conferencistas lançaram um manifesto público contrário à medida proibitiva do marquês. Tentando sempre angariar o apoio de Teófilo, Antero, autor do manifesto, escrevia ao conterrâneo¹¹⁸ e o informava ter tomado a liberdade de colocar seu nome no protesto sem o consultar previamente: “entendi que de modo algum iria contra as suas intenções, e os seus sentimentos pondo o seu nome entre os dos outros amigos. Eu conheço o seu caráter, [...] não hesitei um momento”.¹¹⁹

¹¹⁵ Idem. Ibidem. pp. 1013-1014.

¹¹⁶ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. *A Regeneração e o seu Significado*. op. cit. pp. 102-103.

¹¹⁷ BITTENCOURT, Flávia R. *A Construção do Pensamento Político de Antero de Quental (1870-1875)*. op. cit. p. 38.

¹¹⁸ Ambos nasceram em Ponta Delgada, Açores.

¹¹⁹ QUENTAL, Antero de. Seis cartas de Antero a Teófilo sobre as Conferências do Casino. In: MEDINA, João. *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 155.

Interessante notar o teor convocatório direcionado aos pares, mas, além disso, o fato de a carta ser pública sugere que o convite se estendia também para a mobilização da opinião geral. A intenção de fazer esse tipo de protesto poderia consistir em uma advertência, uma repreensão e um convite a não se deixar enganar, assumindo o papel característico do intelectual que é de iluminar a opinião pública como defensor de valores superiores.¹²⁰ Estas intenções combinadas podem ser atribuídas ao manifesto feito por Antero de Quental.

Em suma, ao se referir à portaria que mandou fechar a sala onde foram ministradas as conferências, Antero invocava princípios democráticos, tentando demonstrar que a proibição em si era apenas um exemplo de como Portugal estava na contramão da modernidade. Assim, afirmava que a ação do marquês representava um ato tolo e “contrário à lei e ao espírito da época”, pois, ela atentava contra a liberdade do pensamento, da palavra e da reunião, direitos que fazem com que a sociedade seja idealmente humana. A violação desses direitos poderia provocar corpos inertes, sem associações de livre consciência. As ponderações de Antero mostram um sentimento de repulsa e de indignação ao ressaltar que a atitude do ministro se configurava como um crime contra a dignidade humana, “esquecendo-se” que os homens a quem atingia com sua decisão sentiam dignidade e independência. “Um ministro constitucional não podia prever estas excentricidades. V. Ex.^a obrou como quem é: nada mais. Quase que sinto desejo de o aplaudir”.¹²¹

O ataque à autoridade ministerial do marquês se estendia ao que ele representava: os interesses do Estado. Para o letrado, a ação era autoritária na medida em que os intelectuais foram impedidos de exercerem seus direitos sem terem passado por um processo. Para Antero, a justificativa de Ávila estaria no fato de serem os conferencistas “inimigos da ordem e das crenças públicas”.

É um ato contrário ao espírito da época [...] a época é liberal, e o ato é despótico. A época é tolerante, e o ato é inquisitorial. A época é inteligente e o ato é estúpido [...]. O que é a lei? É a opinião armada, nada mais. O que é a opinião? É o espírito da sociedade em que vivemos. Os estadistas ingleses são filósofos: a Inglaterra é um grande povo. V. Ex.^a não é um estadista inglês.¹²²

¹²⁰ BOBBIO, Norberto. op. cit. pp. 60-61.

¹²¹ QUENTAL, Antero de. Carta ao Ex.^{mo} Sr. António José D'Ávila: Marquês D'Ávila, presidente do conselho de Ministros. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. pp. 302-303.

¹²² Idem. Ibidem. pp. 303-304.

Ao comparar a atitude da portaria com o modelo legislativo inglês, Antero acrescentava que a Inglaterra dispunha de leis compatíveis aos diversos interesses sociais e que a cada circunstância histórica adaptava a legislação conforme a demanda da opinião pública.¹²³ Entretanto, se o marquês não era um estadista inglês, Portugal também não era a Inglaterra. Cabe ressaltar que as observações do autor do manifesto projetavam e consideravam o que poderia ser Portugal se comprado às demais potências, visando, assim, o aperfeiçoamento legislativo juntamente com um modelo democrático entendido por ele como moderno. Mas, Portugal tinha lá suas particularidades no que tange à modernização e institucionalização de liberdades civis, afinal, o país passou por significativas mudanças durante a primeira metade do século XIX, entre elas, a consolidação do direito de reunião e do livre associativismo.

O encerramento das conferências pôde ser interpretado como a mão forte do Estado frente às problematizações e questionamentos levantados de forma pacífica pelos letrados. Não obstante, o marquês D'Ávila seguiu o protocolo institucional ao considerar primeiro o relatório do procurador geral da Coroa para depois deliberar o fim das conferências. Segundo o parecer do procurador Martens Ferrão:

[...]. Esta é a questão francamente posta à sociedade atual, que tem de ser aceite como em si é: guerra social em que não pode haver neutros. Às vozes de extermínio contra a sociedade constituída e contra a Religião, viu Paris derrocados os seus monumentos, arrasados os seus edifícios públicos, violada a propriedade particular e a da nação, consumidos pelas chamas os museus, as bibliotecas, os arquivos do Estado, viu os ataques ao laço indissolúvel da família, aceite o direito ao roubo, os reféns massacrados ou queimados nas prisões e a liberdade substituída pelo terror em nome da Humanidade, que assim se diz regenerada. Este é o progresso das sociedades sem crenças, que por sistema rompem com todo o passado em todas as suas manifestações. [...]. Semelhantes factos num país grande precipitam-no na ruína; num país pequeno são, sem remédio, a sua aniquilação [...] É para mim certo que a religião não tem política, mas que a política não pode passar sem a religião.¹²⁴

A referência e a ênfase na religião como parte estruturante da sociedade tradicional ficava evidente e, provavelmente, a menção e o enfoque dado à religiosidade estariam ligados não só ao conteúdo abordado por Antero em sua conferência que identificava o catolicismo, *não o cristianismo*, como uma das causas da decadência, mas também poderia se referir a

¹²³ Idem. Ibidem. p. 304.

¹²⁴ FERRÃO, Martens. apud MÓNICA, Maria Filomena. O Senhor Ávila e os conferencistas do Casino. op. cit. pp. 1018-1019.

quinta e última exposição feita no casino por Adolfo Coelho, *A Questão do Ensino*, que sustentava a ideia de um ensino laico.

Para Coelho o catolicismo era a religião do Estado, o letrado atrelava aos fundamentos católicos princípios nocivos que inibiam o desenvolvimento científico. Em contrapartida, a atitude do marquês somente refletiria a aversão católica em relação às ciências do espírito em nome de uma retórica que adornava “os espíritos com noções vagas”. Portanto, para o conferencista, Ávila identificou em sua exposição e na de Antero

o ensino de proposições condenadas pela Igreja do Estado, e quando dias depois da minha conferência [...] nos dirigíamos para o Casino [...], achamos a porta fechada, estando nela afixada cópia da portaria que proibia a continuação dessas Conferências.¹²⁵

Letrados como Antero de Quental e Adolfo Coelho estavam imersos em seus ideais progressistas, tendiam a desconsiderar os valores alheios que, no caso, eram os de Estado. Esta tendência é particular ao universo da intelectualidade que se deixa guiar unicamente pela razão ao passo que as autoridades oficiais são guiadas pela razão de Estado¹²⁶, como era o caso de Ávila. A diferença entre essas duas funções sociais pode ser elucidada pela afirmação do próprio Antero ao desmerecer a atitude e a figura do marquês: “folgo de deixar aos vindouros com este escrito a certeza duma coisa: que em 1871 houve [...] um ministro que fez uma ação má e tola, e um homem que teve a franqueza caridosa de lhe dizer”.¹²⁷

O discurso radical que predominava nas conferências juntamente com a impulsividade momentânea, como foi o protesto de Antero, foram reconhecidos posteriormente pelo próprio autor do manifesto como excessos: “As Conferências hão de continuar; concordo que a forma nos fez mal, e que foi imprudente dar-lhes exteriormente um caráter revolucionário” e acrescenta “não estou contente com a carta toda, mas só com alguns bocados. É o que tem a escrever debaixo da pressão de uma necessidade de publicar o mais breve possível”.¹²⁸

Naquele momento, falar e defender a revolução num ambiente público poderia provocar medidas restritivas por parte das autoridades, pois a Espanha acabara de passar por mais uma revolução em 1868, levando a destituição da rainha Isabel II; e a Comuna de Paris em 1871 dava indícios de que a quimera revolucionária poderia se concretizar. Sendo assim,

¹²⁵ COELHO, Adolfo. apud MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. op. cit. p. 77.

¹²⁶ BOBBIO, Norberto. op. cit. p. 63.

¹²⁷ QUENTAL, Antero. Carta ao Ex.^{mo} Sr. António José D'Ávila: Marquês D'Ávila, presidente do conselho de Ministros. op. cit. pp. 310.

¹²⁸ QUENTAL, Antero de. Seis cartas de Antero a Teófilo sobre as Conferências do Casino. op. cit. p. 156.

tanto as autoridades como os intelectuais tomavam medidas de acordo com a conjuntura da época, os primeiros através de medidas cautelares e os últimos agiam por meio de uma mobilização progressista.

A própria imprensa, também formadora de opinião, se manifestou contra ou a favor da Comuna que acontecia ao mesmo tempo em que as conferências eram realizadas. Aliás, estas foram quase que uma consequência direta daquela que serviu como incentivo para se pensar as transformações sociais e como deveriam ser organizadas, por isso o enfoque na abordagem de temas políticos e sociais¹²⁹, interpretados e assimilados pelos conservadores ao clima revolucionário que dominava a França.

Sobre a Comuna, Antero, como o principal mentor e mobilizador das conferências escrevia “Eu cá por mim admiro-a, e mal me atrevo a discuti-la [...]. A nossa crítica guardemo-la para as ações ordinárias [...] *isto é grande! E é eterno!*... Tal se me apresenta a Comuna, na sua terrível majestade: fora do senso ordinário”.¹³⁰ A reverência denotava a admiração revolucionária de um dos principais agentes da intelectualidade portuguesa, a consequência foi a medida cautelar de Ávila para com os conferencistas num contexto específico e com razões bem definidas.

Nesses termos, o ato de cancelar as conferências se configurou em um momento único após a conquista do direito de liberdade de expressão e de reunião. Apesar de Antero afirmar que a determinação do marquês era medíocre se comparada ao modelo inglês, Portugal era dotado de uma liberdade ímpar, sem igual na França ou na Inglaterra. A indignação dos conferencistas comprovava tal concepção na medida em que estavam acostumados a escrever e a dizer o que lhes provinham, tanto que após a tensão ocasionada pela interrupção das conferências, nenhum intelectual sofreu qualquer tipo de cerceamento.¹³¹

O apego e a prática de liberdade já estavam demasiadamente enraizados como rotina, hábito fundamental tanto para o exercício da intelectualidade, como para a manutenção da paz política. O governo também entendia a importância da liberdade, afinal, os liberais foram os que mais pleitearam esse direito e eram eles os que estavam no poder através do Partido da Regeneração. De maneira geral, a imprensa e a elite ilustrada visavam salvaguardar a vitória democrática, como era entendida por eles, portanto, salvo setores católicos, acreditavam na ciência e no livre associativismo. Travar uma luta explicitamente ideológica não fazia parte

¹²⁹ SARAIVA, António José. **A tertúlia ocidental**: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros. Lisboa: Gradiva, 1995. pp. 42-43.

¹³⁰ QUENTAL, Antero. apud Idem. Ibidem. pp. 41-42.

¹³¹ MÓNICA, Maria Filomena. O Senhor Ávila e os conferencistas do Casino. op. cit. p. 1029.

dos interesses governativos, antes era melhor assegurar a paz e promover o progresso materialista. Neste caso, era conveniente conviver com republicanos e socialistas ao invés de declará-los inimigos.¹³²

Sendo assim, exceto pela particularidade do encerramento das conferências, os intelectuais da Geração de 70 tiveram liberdade considerável para expor suas ideias em periódicos, em novas conferências, em livros, lecionavam, inclusive, em universidades sendo pagos pelo próprio Estado. Tais condições foram essenciais para a introdução de novas correntes filosóficas e com elas novas perspectivas e visões de mundo. Se a Geração de 70 pretendia uma revolução de consciência, as condições eram favoráveis. Sem serem hostilizados, Antero, Teófilo e os demais intelectuais conseguiriam desenvolver suas respectivas teorias e defender o ideal republicano.

Referenciá-los enquanto participantes de uma geração requer explicar a importância de sua formação e da referência que aquele determinado momento teve para o amadurecimento intelectual, consolidando teóricos socialmente intervenientes. Função que não só reivindicaram de forma consciente, mas que também lhes foi atribuída pela história. A Questão Coimbrã e as Conferências Democráticas iniciaram Antero e Teófilo como formadores de opinião, pautados no cientificismo e no desejo de modernizar o país de forma justa (assegurada pelo sentimento de moralidade).

Portadores de um discurso que ambicionava atender os anseios do povo, é notável que a mobilização da Geração de 70 se manteve restrita a um pequeno grupo de intelectuais. Fato este contrário a certa tendência de abordagem historiográfica que prioriza, justamente, estudos relacionados aos fenômenos de “massa”, o que se insere em períodos de longa e de média duração, possibilitando maior abertura conceitual. Nesses termos, a história da intelectualidade dificilmente seria considerada tendo em vista a atuação de grupos reduzidos e que geralmente pertencem às “elites”. Além de suas atividades se concentrarem no tempo curto do debate cívico. Nesse ínterim, convém ao pesquisador fazer indagações sobre qual seria o papel e a influência exercida pela intelectualidade, se sua atividade teria sido determinante para um acontecimento relevante ou para condicionar o fluxo da história.¹³³

É por esta abertura analítica que se pretendeu introduzir a ação dos jovens de Coimbra e que depois se colocaram como conferencistas a fim de mobilizar a opinião pública. Entretanto, o intento desses intelectuais não se encerrou nos fatos em si, ele se desdobrou em fatos e em eventos significativos para mudar os rumos do país. Evidentemente a abertura do

¹³² RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). op. cit. pp. 515-516.

¹³³ SIRINELLI, Jean-François. op. cit. p. 235.

debate iniciado em Coimbra, o sentimento de decadência e com ele o desejo de ruptura que permearam toda a movimentação dos letrados entre meados da década de 1860 e início do decênio de 1870, possibilitou o influxo, a aceitação e o desenvolvimento do ideal republicano. Não foi por mero acaso que o Partido Socialista foi fundado em 1875, seguido pela fundação do Partido Republicano em 1876. Muito menos foi casualidade o despertar do sentimento patriótico dado pelas comemorações cívicas a partir da década de 1880 ou a mobilização nacionalista da Liga Patriótica do Norte contrária ao *Ultimatum Inglês*¹³⁴, e não foi acidental Teófilo assumir o cargo de primeiro presidente da República em 1910.

Estes acontecimentos, direta ou indiretamente, tiveram participação tanto de Antero como de Teófilo. São eventos que se sustentam por ideias e sentimentos dicotômicos, como ruptura versus nacionalismo e decadência versus progresso, que implicavam significados polissêmicos, mas que tinham uma origem mais ou menos identificada, a Questão Coimbrã e as Conferências do Casino. Portanto, para melhor compreender tais efeitos, basta findar citando a observação feita por Jean-François Sirinelli:

[...]. Por certo, as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestão dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.¹³⁵

¹³⁴ Quando Portugal perdeu colônias africanas para a Inglaterra, tendo que declinar o domínio de áreas africanas localizadas entre Moçambique e Angola. NEMI, Ana Lúcia L. A memória do Império e a construção do Império na África: continuidades e rupturas. In: ALGRANTI & MEGIANI. **O Império por escrito** – Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI – XIX). São Paulo: Alameda, 2009. pp. 181-605.

¹³⁵ SIRINELLI, Jean-François. op. cit. p. 255.

3. O DIAGNÓSTICO DA DECADÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

3.1 História e o Sentimento de Decadência

Foi significativo o protagonismo de Portugal no irromper da Modernidade. Seu desempenho nas Grandes Navegações e a consequente conquista de domínios territoriais no além-mar substanciou a formação de um modelo mercadológico original, a saber, o mercantilismo. Por sua vez, a economia mercantilista iria conduzir e recondicionar os ditames político-econômicos do mundo ocidental.¹³⁶ A integração das novas diretrizes equivaleria manter o Estado forte dentro da disputa e das relações internacionais, afinal, o mundo se tornava pequeno e mais competitivo.

Estar na dianteira do mercantilismo implicaria assegurar a coesão e a unidade administrativa, econômica e social do Estado Nacional diante da expansão mercantil do ultramar que se configurava em proporções mundiais.¹³⁷ O desafio seria, então, certificar-se de medidas protecionistas como a balança comercial positiva - viabilizada principalmente por uma política colonialista e economicamente mantida pelo Pacto Colonial. Nesses termos, um sistema que se mostrasse frágil perante essas diretrizes econômicas, poderia encontrar o declínio de fato ou o despertar de um sentimento de decadência.

No tocante às Nações, a ideia de decadência pressupõe um auge de desenvolvimento. Os critérios que qualificam o apogeu e o declínio dependeriam de interpretações intrínsecas de observadores que poderia ou não ter o potencial de impactar as mentalidades de uma determinada sociedade. Nesse sentido, existe a possibilidade de disseminar concepções que potencializam sentimentos diversos. Dentre as possibilidades, a nostalgia de um passado entendido como glorioso, forçando releituras para elucidar as causas da ruína; e o desejo de promover mudanças, sejam elas de cunho progressista ou conservador, que viabilizassem a retomada do *status* de grandeza nacional.

No caso dessas releituras e sendo a sociedade composta por sujeitos, a estrutura e a relação psíquica próprias do indivíduo podem ser projetadas na relação sujeito/sociedade na medida em que esta é composta por aquele. O *ideal do eu* quando na coletividade se

¹³⁶ NUNES, António J. A. Mercantilismo/Mercantilismos. In: **Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos**. Coimbra: Almedina, 2005, p. 393-422. p. 7.

¹³⁷ O Estado era o principal regulamentador da atividade econômica, fazendo com que a economia adquirisse um caráter nacional, em um sistema que pode ser definido como *política econômica mercantilista*. Idem. Ibidem. pp. 42-43.

transfigura como *ideal de nós*. Por esta perspectiva, entende-se que os membros de uma sociedade que sentem o declínio podem “sofrer durante séculos, porque o ideal do nós [...] moldado numa autoimagem idealizada dos tempos de grandeza, permanece por muitas gerações como um modelo.”¹³⁸

Este tipo de mentalidade permeou a movimentação de políticos e de intelectuais do século XIX português. O sentimento dicotômico de decadência/superação esteve presente no pensamento de intelectuais liberais, como Alexandre Herculano e Almeida Garrett; no movimento da contrarrevolução miguelista e absolutista; na vertente moderada que se institucionalizou por meio da Carta Constitucional; no governo da *Regeneração* que zelou pela paz política e o avanço materialista e progressista; e durante a agitação da Geração de 70.

Moderados, conservadores ou progressistas, todas essas frentes políticas almejavam e compartilhavam um sentimento em comum: a sociedade portuguesa perdera o seu rumo, portanto, seria necessário empreender medidas para se reinstituir uma ordem compatível com a grandeza característica de seu povo. Entretanto, a referência de “grandeza” era flexível, ora se referia ao período da monarquia absoluta, ora ao período antecessor a ela, a Idade Média. As razões e as finalidades desses grupos poderiam divergir em termos ideológicos, mas o sentimento foi equivalente, todos almejavam tomar à frente do projeto nacional para elevar Portugal a uma grandeza perdida.

Antero de Quental e Teófilo Braga seguiram a tendência progressista. Neste caso e diante da variedade de releituras e de sentimentos que dominaram o *oitocentos* português é importante identificar em quais aspectos eles defendiam uma ruptura com o passado. Sabe-se que ambos reconheciam o declínio ao passo que igualmente ambicionavam reerguer uma nova nação, mas o ideal de fundar uma nova ordem não significava uma ruptura total com o passado. Ao contrário, foi se apropriando do discurso histórico que justificavam seus projetos modernizadores. A história como compiladora de fatos foi o caminho para se identificar as razões do ápice e os motivos que, na leitura deles, provocaram a desagregação da potência nacional do período Moderno.

Assim sendo, uma das principais indagações seria como o Estado-Nação, pioneiro na formação do capitalismo mercantil, perdeu sua hegemonia na transição para o capitalismo industrial - acompanhando as modificações daí resultantes com acentuada dificuldade e com uma estrutura econômica defasada em relação à inglesa e à francesa.¹³⁹ A relevância do

¹³⁸ ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 43.

¹³⁹ PEREIRA, Miriam Halpern. “Decadência” ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. **Análise Social**, Lisboa, v. XIV, p.7-20, 1978. p. 8.

aspecto econômico foi apenas uma entre outras abordadas, a ela foram acrescentadas a corrupção da moral e a perda de liberdades civis.

As indignações e os apontamentos suscitados correspondiam do século XVI ao XIX, período característico da centralização absolutista que se desdobrou em monarquia constitucional. Portanto, a monarquia absoluta seria o objeto de crítica tanto de Antero como de Teófilo. O interessante, porém, é que as duas análises se complementavam na medida em que o primeiro se apropriou do passado remoto para fazer suas ponderações sobre as causas que levaram Portugal à decadência. Enquanto Teófilo, justificando que a monarquia constitucional nada mais era do que a continuidade de preceitos absolutistas que se adaptaram às demandas liberais para continuar subsistindo, examinou o passado recente, respectivo à fundação do constitucionalismo, radicado pela Carta de D. Pedro IV em 1826.

Se o absolutismo e o constitucionalismo liberal foram compreendidos como regimes contrários ao progresso, a eles se opunham os modelos republicanos dos letrados. A República - e com ela o federalismo e a democracia - foi apresentada como meio de superação do atraso marcado pelo centralismo, responsável por corromper e inibir o avanço político, moral e econômico da sociedade. Entretanto, seria uma tarefa difícil legitimar o novo regime e mostrar o quanto a modernização se fazia necessária sem impactar as mentalidades. Ainda mais se o intuito era o de promover a transição sem grandes traumas, desordem ou violência. Para tanto, os intelectuais buscaram na história um meio de elevar as consciências, desmerecendo as políticas empreendidas pelos governos monárquicos ao passo que apontavam a capacidade de gênio do povo português.

A intenção de radicar no passado a inevitabilidade da República demandou o estudo ancorado na história portuguesa. Nesse sentido, os intelectuais também encontravam um meio de nacionalizar suas propostas, distanciando acusações de que suas motivações estavam alinhadas às ideias do estrangeiro, portanto, alheias às particularidades nacionais. Se utilizando de critério histórico-seletivo, parte da intelectualidade enaltecia o papel dos liberais *vintistas* para recuperar a memória revolucionária contra as forças reacionárias.¹⁴⁰ Teófilo Braga, por exemplo, defendia a Constituição de 1822 ao frisar seu teor democrático e liberal, acrescentando que sua elaboração foi feita pela nação. E, no sentido inverso, acusava D.

¹⁴⁰ CATROGA, Fernando. Positivistas e Republicanos. In: CATROGA, Fernando; TORRAL, Luís Reis. **História da História em Portugal**: sécs. XIX-XX. Lisboa: Temas e Debates, 1998. p. 130.

Pedro que “assassinou a nação que renascia [...] outorga em 1826 uma Carta Constitucional a este país, conciliando sofisticadamente a liberdade com o absolutismo”.¹⁴¹

Antero e Teófilo respondiam às reivindicações contemporâneas ao se apropriarem do passado. Para eles, não era uma opção negligenciar o significado histórico das revoluções do século XIX; o avanço democrático e a inserção das massas nos projetos políticos. Sobre esta ótica, fazer a leitura histórica exigia apontar os limites sociais que impediam a ampla participação dos comuns na vida política e econômica do país. Mostrando, ainda, o quanto era contraditória e inadequada a continuação de um sistema obsoleto, de um passado que condenava e continuava a condenar a grande maioria das gentes.

Nesse sentido, os autores se colocavam numa posição de árbitro do passado, considerando os povos como agentes e a história como entidade passiva de ser analisada através do juízo moral, social e político.¹⁴² Esse esforço foi necessário para dar sentido às pretendidas mudanças que iriam romper com uma ordem estabelecida há três séculos. Para tanto, apontar as causas do declínio e as ineficiências do sistema monárquico-absolutista, demandava sustentar a ideia de que Portugal estava atrasado.

Fazer tais constatações, porém, poderia desencadear desordem, antipatia ou falta de adeptos à causa, pois são afirmações contrárias às estruturas de consciência e de mentalidade que mantinham a “harmonia” e a “ordem” social. A Igreja, por exemplo, era um dos pilares do absolutismo. O clero era a única organização que estava mais próxima de compreender a população como um todo, visto que mantinha contato permanente com os populares. Por sua vez, o liberalismo era anticlerical e o resultado foi um clero declaradamente avesso aos princípios liberalizantes ao afirmar que a Revolução de 1820 era inimiga do trono e do altar.¹⁴³ Além disso, o próprio Antero sentiu as consequências quando a Igreja foi confrontada nas Conferências do Casino, tendo por efeito a portaria que cancelou a continuidade dos debates que ali estavam sendo propostos.

Por conseguinte e teoricamente, reivindicar a narrativa histórica como meio de desacreditar o governo e as instituições tradicionais bastaria se a intenção fosse ganhar a opinião pública para enfim promover e legitimar as mudanças progressistas. O discurso historiográfico fazia parte desse esforço, afinal, o século XIX foi o século da ciência e o

¹⁴¹BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1881. pp. 4-5.

¹⁴²PIRES, Antônio Machado. **A ideia de decadência na geração de 70**. Lisboa: Vega, 1992. p. 65.

¹⁴³SARAIVA, José Hermano. op. cit. p. 279.

historicismo estava em pauta na medida em que foi experimentado por Herculano e Garrett e adotado pelos intelectuais da Geração de 70.

Seguindo esta tendência, os intelectuais portugueses admitiram a perspectiva de historiadores europeus - como os franceses e os espanhóis - consoante à apropriação e a objetivação de inventariar aspectos da história nacional. Esse tipo de abordagem implicou, inclusive, na releitura da experiência medieval com a finalidade de atribuir sentido à história nacional. Visando por isso articular e identificar os nexos entre as temporalidades do passado, do presente e do futuro. Entre os letrados que mais se identificaram com essa tendência estavam Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Oliveira Martins¹⁴⁴ e Antero de Quental.

Portanto, a análise do passado não era feita somente por constatações pejorativas. De tendência proselítica, a arguição dos intelectuais contrapunha ao sentimento de decadência e às causas do declínio o enaltecimento de um período anterior ao absolutismo. Em uma clara tentativa de opor o despotismo esterilizante do centralismo à liberdade municipalista do período medieval. Assim tentavam impactar as consciências apresentando um precedente histórico de liberdade que teria sido promissor, resultando, por exemplo, nas Grandes Navegações. Mas que foi paulatinamente suplantado pelos grilhões despóticos do absolutismo.

Nacionalizar o discurso, mostrar que a revolução não seria uma ruptura total com o passado nacional e que, ao contrário disso, modernizar a nação equivaleria ressuscitar os melhores aspectos da sociedade, esta era a maneira de aproximar e de suscitar nos portugueses o desejo de mudança. Além de apresentar as razões pelas quais o país precisava se modernizar, a narrativa consubstanciava o ideal de justiça, acentuando que havia um débito histórico-social.

A priori, talvez seja possível afirmar que o discurso fosse potencialmente eloquente a partir do momento em que foi censurado pelo governo durante as Conferências Democráticas, apresentando um risco à ordem vigente. A proibição do debate que estava sendo proposto pelos conferencistas possivelmente retardou o processo de adesão pública à causa revolucionária. Todavia, o impedimento inicial não impossibilitou que a narrativa histórica se desenvolvesse e se tornasse mais ampla e acessível, principalmente no final da década de 1870 e início dos anos 1880. As comemorações dos centenários de Luís de Camões e de marquês de Pombal são exemplos disso, visavam despertar o sentimento nacional pela

¹⁴⁴ NEMI, Ana L. L. Decadência e Singularidade na Historiografia Ibérica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX, 2008, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh/sp, 2008. Não paginado. CD-ROM.

representatividade de homens que impactaram os rumos do país e do império, apresentando Portugal como uma poderosa Nação e com capacidade de retomar o *status* de potência.¹⁴⁵

Tanto o resgate da liberdade medieval como as comemorações confluíam para um entendimento evolutivo da história que consumaria a realização do ideal de justiça. Se for considerado que as correntes da filosofia da história se apropriaram do evolucionismo próprio de estudos naturais, através das teorias de Lamarck e de Darwin, os intelectuais portugueses tinham suas razões para interpretar a história por este mesmo viés. Além disso, a dialética serial proudoniana¹⁴⁶ destacava a essência perfectível da humanidade que se manifestaria conforme o processo evolutivo. Nesses termos, os letrados se depararam com uma abordagem histórica que estava mais próxima das filosofias da história do que da história dos historiadores. Assim, articulando o evolucionismo com a aspiração revolucionária, poderiam anunciar que a humanidade caminhava indubitavelmente para a justiça.¹⁴⁷

Entrementes, tanto Antero como Teófilo instrumentalizavam a história através de uma concepção teleológica para apontar as causas que fizeram de Portugal um país atrasado. Sublinhando a leitura de um país estagnado frente ao processo modernizador europeu que impulsionava um novo ritmo econômico e novas diretrizes políticas. Entender e identificar as causas históricas da decadência implicava reconhecer e problematizar os “erros” que culminaram na degradação da sociedade. Assumida e aceita a falência do sistema, legitimariam, assim, a revolução.

Cabe salientar que sentenciar e colocar Portugal numa posição de decadência fazia parte do projeto político adotado pelos intelectuais. Instituir a República corresponderia fazer uma revolução com todo o peso que o termo representa. Tratava-se de um país que havia radicado o regime monárquico durante séculos, romper com o sistema nos moldes de uma pedagogia revolucionária como os letrados pretendiam exigiria demasiado esforço reflexivo. Mesmo adotando concepções científicas ao confrontarem tradições políticas, sociais, econômicas ou culturais e afirmando que a sociedade em seus diferentes segmentos estava condenada pela decadência, não significaria conquistar um ponto de vista unânime e inflexível.

¹⁴⁵ Apesar da leitura específica e particularizada dos republicanos, importante ressaltar que a ênfase na memória de Camões também foi compartilhada por setores conservadores que, por exemplo, enalteciam as Grandes Navegações. Cf. PINTO, António Costa; MONTEIRO Nuno Gonçalo. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (Coordenação). **Portugal contemporâneo**. Lisboa: D. Quixote, 2005.

¹⁴⁶ As teorias de Pierre-Joseph Proudhon serviu de influência mais para Antero do que para Teófilo.

¹⁴⁷ CATROGA, Fernando. Positivistas e Republicanos. op.cit. p. 102.

O consenso sobre as causas da decadência existia parcialmente entre os intelectuais que condenavam o regime monárquico, mesmo porque, eles adotaram segmentos filosóficos e científicos diferentes. Antero, socialista e alinhado com as ideias de Proudhon e de Herculano, foi mais além, perscrutando e revirando um passado correspondente a três séculos que se resumiram no declínio. Enquanto Teófilo, positivista e atento aos significados da filosofia comtiana, encontrava as causas fundamentalmente no absolutismo, mas em sua forma monárquico-constitucional, ou seja, priorizava a leitura do passado recente.

Ademais, se as perspectivas filosóficas condicionavam leituras parcialmente diferentes e, no limite, heterogêneas entre os intelectuais que afirmavam a decadência, a aceitação do declínio poderia ser ainda mais difícil entre os demais segmentos sociais. Entre estes estavam liberais que assumiram o poder ao fazer uma revolução que culminou no governo *Regenerador*, como foi o caso do marquês D'Ávila que cancelou as conferências, pois identificava nelas uma ameaça à ordem; e os eclesiásticos que viram sua instituição atacada pelos conferencistas e que exerciam o papel de formadores de opinião entre os católicos. Somados, esses segmentos poderiam significar um obstáculo considerável para o consenso social de que Portugal esteve ou estaria enfrentando a decadência. Afinal, assumir este quadro seria como aceitar a necessidade de mudança e a incapacidade do regime burguês frente às demandas da modernidade.

Sem dúvidas, Antero sabia dessas dificuldades, tanto que, ao expor as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, abriu sua conferência com a seguinte advertência: “Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta ainda absolvê-lo”.¹⁴⁸ Daí a necessidade de inculcar nas consciências uma abordagem crítica sobre o passado e de comparar a situação de Portugal com a das nações identificadas como modernas, como Inglaterra e França. Dado o grau de dificuldade e de complexidade do intento e da reflexão, o apoio majoritário da sociedade seria uma tarefa árdua.

Mesmo na historiografia contemporânea, existem estudos que refletem a situação de Portugal durante o período Moderno e que buscam identificar os motivos da continuidade do império mundial português. Charles Ralph Boxer, no livro *Império Marítimo Português*¹⁴⁹, apresenta uma indagação e uma afirmação interessante nesse sentido. Seu objetivo visa compreender como os portugueses, concentrados num pequeno território da península ibérica

¹⁴⁸ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: SERRÃO, Joel. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. Lisboa: livros Horizonte, 1979. pp. 139-140.

¹⁴⁹ BOXER, Charles Ralph. **Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

e com baixa densidade demográfica, conseguiram conquistar e manter um império no ultramar durante três séculos. Para o autor, uma das causas centrais para manter a unidade administrativa em territórios longínquos foi o cristianismo, pois a comunhão oriunda da fé despertava a lealdade entre os cristãos e os padres nativos.¹⁵⁰

Ou seja, através desta constatação é possível identificar que a afirmação da decadência durante o período Moderno é relativa. Tanto no que se refere às percepções de Antero e de Teófilo, como por uma análise retrospectiva feita na atualidade. Afinal, se a questão do declínio era válida ou não, fato é que Portugal manteve a administração de terras no ultramar durante séculos. Justamente o período em que Antero identificou as causas da decadência e que, simultaneamente, despertava em alguns portugueses uma nostalgia ligada à glória passada.

Dito isso e considerando que os teóricos da desagregação se utilizaram de perspectivas filosóficas da história, motivados ainda pelo impulso revolucionário, existe a possibilidade de a constatação do declínio ter sido provocada por um sentimento. No entanto, se foi este o caso, o critério científico do discurso reivindicava autoridade e legitimidade. Uma linha tênue poderia separar motivações racionais e sentimentais. O sentimento de decadência enquanto afirmação teórica e científica e o método histórico-filosófico para fundamentar a queda são manifestações sentimentais e racionais que ambos os autores apresentavam.

Além disso, sobretudo no domínio da filosofia positiva, a intervenção cultural demandava a divulgação de conhecimentos da natureza, do homem e da sociedade. O intuito dessa ação diacrônica seria colocar em prática o plano educativo tal que a sociedade conseguisse trilhar o verdadeiro caminho da evolução. Para tanto, a *práxis* política deveria se submeter aos critérios sociológicos e históricos.¹⁵¹ Ou seja, a política teria que considerar os critérios científicos que tinham por objeto o estudo da sociedade, do coletivo e do povo.

Sendo assim, evidencia-se que Antero de Quental e Teófilo Braga foram motivados por determinações similares ao constatarem a decadência, embora a abordagem histórico-científica feita por eles se diferencie. Em princípio, para compreender o que os autores entendiam por declínio, faz-se necessário uma explanação comparativa. Para tanto, são três os conceitos que permearam o pensamento dos letrados para fundamentar a decadência portuguesa, são eles de natureza *política, moral e econômica*.

¹⁵⁰ Para Boxer, o Padroado significou “uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas romanas em vastas regiões da África, da Ásia e do Brasil”. Idem. Ibidem. p. 243.

¹⁵¹ CATROGA, Fernando. Positivistas e Republicanos. op. cit. pp. 105-106.

3.2 Decadência Política – A Centralização e a Subtração de Liberdades

Um dos primeiros aspectos para compreender o sentimento de decadência de Antero de Quental e de Teófilo Braga é a questão política, mais especificadamente, o problema da centralização. Por mais que os autores visassem problematizar outros temas respectivos à cultura ou à economia, por exemplo, eles tendiam a articular essas estruturas da sociedade ao problema governativo. Entretanto, visto que o Estado é o responsável majoritário pelas diretrizes administrativas da nação, é compreensível fazer da crítica política a principal linha argumentativa de suas concepções.

E se a monarquia, seja em sua forma absolutista ou constitucional, concentrava e deliberava sobre a maior parte das questões nacionais, a ela se dirigiam as frustrações e as críticas científicas dos revolucionários republicanos.

Nesse sentido, a leitura dos letrados enaltecia a liberdade como o principal elemento para a manutenção da soberania nacional, sendo assim, alienar esse direito na figura do monarca era, no mínimo, contraditório. Consequentemente, o alto índice de centralização inibia as liberdades próprias das iniciativas locais, o que, por sua vez, resultava em apatia social.

O desalento individual perante a política monárquica é considerado como o efeito do egoísmo, [...]; porém esse aparente egoísmo, que é senão uma consequência desgraçada do centralismo monárquico, que se apoderou de todas as funções sociais do cidadão, matando-lhe a vida municipal, a empresa industrial, a sua defesa cívica, tudo em que ele se podia manifestar como ativo e livre [...]. De todos os males que devemos ao sistema monárquico-constitucional em meio século de embustes e de desastres, é o maior a indiferença do cidadão pela causa pública. É também uma tática do sistema e um meio de conservação.¹⁵²

Teófilo sublinhava, então, que o sucateamento da administração municipal, assim como a apatia e a perda de liberdade daí resultantes, são consequências do interesse egoísta do próprio governo para se conservar no poder. Não obstante, pode-se presumir que na concepção teofilana a monarquia não governa em prol dos interesses nacionais, antes ela priorizaria uma governabilidade compatível com a sua continuidade. Ferindo a liberdade e o direito participativo da população.

Todavia, a referência da liberdade assente na vida municipal não era um ponto de vista característico da Geração de 70, intelectuais do início do século XIX foram os precursores dessa opinião. Os liberais que também questionaram as contradições do Antigo Regime se

¹⁵² BRAGA, Teófilo. *Dissolução do Sistema Monárquico Representativo*. op. cit. pp. 43-44.

apropriaram da narrativa histórica para identificar os “erros” e as “desgraças” que de forma negativa impactaram a vida nacional.

Almeida Garrett, por exemplo, escreveu numa época em que as tentativas revolucionárias do liberalismo foram colocadas à prova. Afinal, a revolução constitucional *vintista*, momento mais radical do liberalismo português, não conseguiu se sustentar diante do avanço conservador. Sendo assim, entre os anos de 1825 e 1830, período da outorga da Carta Constitucional e da Guerra Civil, Garrett escrevia *Portugal na balança da Europa*. Texto doutrinário que expôs as causas e os efeitos de uma política interpretada como errante em alguns sentidos. O intuito seria promover a conscientização e elucidar os problemas nacionais para que os mesmos fossem corrigidos ou evitados no presente e no futuro. Entre os apontamentos relevantes, encontrava-se o fenômeno das Grandes Navegações. No entendimento do letrado, a expansão marítima significou o momento em que as nações do ocidente europeu iniciaram o processo civilizador ao passo que a liberdade era suplantada por monarcas, imperadores e pelo papado.¹⁵³

O ideal de liberdade, porém, foi amadurecido desde a Revolução Francesa de 1789 e foi reclamado pelas revoluções que se seguiram, como as de 1830 e de 1848. Nesse interim, o constitucionalismo se apresentava como uma opção para adequar as aspirações liberalizantes aos projetos nacionais. Foi o caso não só de Portugal como também da Espanha que, além das revoluções de 1812 e de 1820, vivenciava em 1868 um novo capítulo da histórica constitucional e liberal.

Neste contexto, o conceito de liberdade dava sentido às aspirações civilizacionais e conotava uma aceção intrínseca aos regulamentos que deveriam reger a humanidade. Tanto assim que, se fosse identificada a sua ausência, poderia provocar crises e perda do equilíbrio nas relações nacionais e internacionais. Segundo Garrett, as revoluções do pós-Revolução Francesa resultaram da indignação pública que visava reestabelecer a liberdade. Ou seja, não se tratava da construção de algo novo e nem de ruptura, antes disso, objetivava-se retomar um caminho perdido em decorrência do despotismo dos monarcas e do clero. Em relação à particularidade da Península Ibérica, segundo o autor, as revoluções e revoltas miravam reestabelecer o sistema meridional de liberdade concernente ao período medieval.¹⁵⁴

Segundo Garrett, Antero igualmente depositava na Idade Média o período de maior grandeza e liberdade. Para o letrado, o respectivo período foi de “espírito de independência local e originalidade de gênio inventivo”. Constatava ainda que:

¹⁵³ NEMI, Ana Lúcia L. Decadência e Singularidade na Historiografia Ibérica. op. cit.

¹⁵⁴ Idem. Ibidem.

o instinto político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos [...], como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial.¹⁵⁵

A descentralização e a liberdade medievais identificadas por Antero sugeriam para o mesmo que os povos ibéricos não passaram pelo “julgo de ferro do feudalismo”. Ao contrário, estes povos mantiveram a comunhão entre os estamentos sociais, tal que nobres e populares compactuavam sentimentos e interesses, enquanto o poder do rei era mais simbólico do que concreto. Nesses termos, a ideia de direito poderia ser mal definida, porém, ela era instintiva e enérgica nas consciências.¹⁵⁶

É possível reconhecer que Antero buscava evidenciar a particularidade do mundo ibérico frente aos demais povos europeus. Esse tipo de abordagem revela a tentativa de valorização da história nacional através de uma análise comparativa de um período que, segundo o letrado, foi profícuo por suas características. A mesma analogia, porém, era utilizava em sentido inverso. Ao afirmar a decadência dos povos ibéricos, ele acentuava a modernização das potências europeias como parâmetro para entender o atraso português.

Outra particularidade essencial que a descentralização fomentava foi a inteligência, um fenômeno que ampliou os estudos geográficos e que culminou nas Grandes Navegações. Antero fez questão de frisar que as descobertas no ultramar não foram desdobramentos do acaso, elas eram fruto do empenho intelectual. Esses fenômenos característicos de um período específico conduziram Portugal à Renascença com um papel “glorioso e preponderante”. Contudo, as condições de liberdade que provocaram o referido desempenho, não foram sustentadas e compreendidas pelas gerações ulteriores: “Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar podia ainda então descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração”.¹⁵⁷

Nota-se, portanto, que o caminho percorrido por Portugal à grandeza e ao pioneirismo das Grandes Navegações era atribuído aos aspectos relativos à soberania nacional. A liberdade só existia em razão da descentralização, a figura do rei seria irrelevante para os avanços portugueses. Perder a liberdade que estava radicada nas localidades e no gênio inventivo foi um golpe para o progresso e para a história portuguesa em seu sentido evolutivo e perfectível.

¹⁵⁵ QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 141.

¹⁵⁶ Idem. Ibidem.

¹⁵⁷ Idem. Ibidem. pp. 143-144.

Antero e Teófilo tinham suas razões para identificar no absolutismo a principal causa que sobrepôs às liberdades locais. A centralização e o poder régio se fortaleciam, não se tratava mais de um poder dotado de irrelevância como mencionou Antero, mas da consolidação do monarca como o principal agente do Estado. No final do século XV, o rei já havia se distanciado da população ao passo que se preocupava em mostrar sua alteza e majestade, à medida que seus súditos se contentavam em estar na sua presença e sob seu julgo. A aproximação simbólica fez da proximidade real com os povos algo desnecessário. O simbolismo indispensável se assentava na figura do monarca e de seus representantes, promovendo uma relação de confiabilidade entre estes e a população. Enquanto o relacionamento com os populares se limitava pela mediação de representantes do Estado, como prelados e nobres, que faziam apontamentos ao soberano. A soberania se afirmava em apenas um homem, interpretado como a cabeça do corpo social.¹⁵⁸

Se durante a regência absolutista a distância entre o monarca e a população foi uma forma de afirmar a soberania e a sacralidade do primeiro, no século XIX, o enfraquecimento do simbolismo real e o distanciamento do rei significavam a paulatina perda de poder e de influência. Além de fatos históricos que contribuíram para abalar o prestígio absolutista, como a partida da Corte, a independência do Brasil e a consolidação da monarquia constitucional, o empenho de intelectuais engajados desde o início do século em romper com as amarras do Antigo Regime também foi fundamental.

O enaltecimento da descentralização e a defesa do federalismo nas reflexões de Antero e de Teófilo foram os meios de resistir à permanência de contradições políticas. O ideal municipalista havia se fortalecido desde as explanações feitas por Herculano e Garrett. Sob a tutela teórica do liberalismo ou não, monárquica constitucional ou republicana, fato era que a centralização foi severamente bombardeada por críticas que se auto definiam como científicas. Embutidos de cientificismo e engajados como oposição ao despotismo, os intelectuais do *oitocentos* fragilizaram a soberania monárquica e sua política centralizadora.

Tanto assim que entre os anos de 1861 e 1889, o rei D. Luís esteve ausente, distante, apagado e com pouca representação simbólica e cultural nas atividades de intelectuais. Esta relação foi denunciada principalmente durante o tricentenário de Camões, comemoração pública organizada por intelectuais republicanos.¹⁵⁹

¹⁵⁸ MAGALHÃES, Joaquim Romero, As Estruturas Políticas de Unificação. In: Mattoso J. **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993. pp. 64-65.

¹⁵⁹ MATOS, Sergio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. op. cit. p. 39.

A tentativa de resgatar a liberdade tipicamente medieval impactava direta ou indiretamente o regime vigente. O interesse pelas tradições políticas do medievo serviu para fundamentar primeiro o enraizamento contemporâneo do liberalismo para na sequência justificar o ideal republicano federalista. Em comum, os dois ideais visavam ancorar historicamente a construção da soberania nacional. Herculano, por exemplo, não era republicano e defendia a legitimação da Carta outorgada por D. Pedro IV. No entanto, foi um dos que vincularam a existência da nação à sua essência corporificada na alma nacional. Esta só poderia ser revelada através da cultura popular, da memória e da história.¹⁶⁰

O apelo à valorização da história popular para assim consubstanciar o novo tipo de soberania – como uma demanda contemporânea - fazia parte da concepção evolucionista desses intelectuais. Assim sendo, a leitura retrospectiva do passado e a lógica processual foram entendidas pela ótica do protagonismo dos povos. Na compreensão dos republicanos a democracia e a República eram os meios que, caso institucionalizadas, atenderiam à “índole” ou ao “gênio” nacional, subjugados por instituições tais como a monarquia e a Igreja. Em essência, a história do povo português se apresentava como uma luta constante entre a liberdade e a opressão. Segundo José de Arriaga, historiador e irmão de Manuel de Arriaga,¹⁶¹ o conflito histórico estava “entre o princípio monárquico, querendo concentrar nas mãos do monarca todos os poderes do Estado, e o princípio democrático, segundo o qual a soberania reside toda inteira no povo, ou na nação”.¹⁶²

Em parte, devido à influência de juízos de valores, que pouco contribuiu para um exercício historiográfico de base cientificamente sólida, as releituras positivistas do passado contavam com uma fração de anacronismo. Julgar as contradições históricas de uma sociedade absolutista em decorrência de aspirações democráticas foi um exemplo anacrônico de interpretação do passado. Entretanto, foi através desse tipo de narrativa, que articulava elementos científicos às aspirações revolucionárias, que o republicanismo encontrou um meio de se legitimar. Assim, o municipalismo medieval foi contemplado como o berço do terceiro estado tal que sua essência política era vinculada à descentralização e à democracia.¹⁶³

Pode-se dizer que a revolução liberal e o constitucionalismo dela derivado representavam o avanço incompleto para a conquista da soberania nacional. Apesar de mais radical, a Constituição de 1822 teve pouca durabilidade, sua sucessora, a Carta de D. Pedro, acabou por minimizar os efeitos do radicalismo democrático. Portanto, seria necessário

¹⁶⁰ NEMI, Ana Lúcia L. *Decadência e Singularidade na Historiografia Ibérica*. op. cit.

¹⁶¹ Positivista, amigo de Teófilo e primeiro presidente eleito em Portugal em 1911.

¹⁶² ARRIAGA, Manuel José de. apud CATROGA, Fernando. *Positivistas e Republicanos*. op. cit. pp. 125-126.

¹⁶³ CATROGA, Fernando. *Ibidem*. pp. 125-126.

suplantar de vez a ameaça ao governo do povo. Nesse sentido, tendo em vista e partindo da experiência histórica, a revolução nos moldes legislativos era insuficiente para o sucesso revolucionário. Mais do que alternâncias constitucionais, a monarquia teria que ser erradicada para assim assumir o governo popular, ou seja, a República.

A Carta Constitucional viabilizou a permanência do sistema monárquico sem com isso gerar inimizade com os defensores do constitucionalismo, tratava-se de equilibrar as forças do velho e do novo no âmbito político-legislativo. Mas o cartismo acabou por reafirmar o poder do rei frente à nação. Em época, *vintistas* interpretavam a sobreposição do poder monárquico ao democrático como uma renovação do período antecessor à década de 1820. A justificativa para tal assertiva se baseava no poder assimétrico entre o soberano e os populares na medida em que, além de o rei ter autonomia e ser o chefe de Estado, a segunda câmara, a dos pares, era diretamente submissa aos interesses reais, pois, apesar de, teoricamente, ser uma casa voltada para fins de representatividade, quem designava ou nomeava os pares era o monarca.¹⁶⁴

Sendo assim, seguindo a tradição, tal que o soberano deveria se manter distante da sociedade civil, a segunda câmara garantiria e exerceria esta função. Diferentemente se houvesse apenas uma câmara como tentaram instituir os *vintistas*. Tratava-se do retorno ao poder de classes conservadoras e alinhadas aos interesses governativos do monarca. Na câmara dos pares se concentrava a cúpula elitista protetora do chefe de Estado.

Constitucionalismo como um sofisma governativo, que implantara uma falsa ideia de representatividade, assim Teófilo interpretava o sistema que promovia o declínio ao passo que também estava condenado à decadência. Segundo o letrado, os anos de monarquia constitucional:

[...] foram estéreis e provocaram a ruína de Portugal, porque essa Constituição de 1826 não foi obra do povo. [...]. D. Pedro IV era um déspota no Brasil, e vindo para Portugal, dizia [...] que havia de constitucionalizarmos à força; assim fez [...] trabalhando para reaver o trono para si [...]. Não duvidamos que a Carta constitucional de 1826 tem alguns princípios liberais, mas são o produto ignóbil de um favor do poder pessoal; essa liberdade não eleva, desmoraliza, e essa desmoralização vê-se no estado decadente em que vegetamos. [...] uma terrível experiência para um sistema de governo; se chegamos a esta profunda dissolução [...] é por vício imanente no sistema. Esse vício consiste em que as instituições representativas que temos, por isso que não foram criadas pela própria nação, ficaram sempre uma coisa falsa e teatral.¹⁶⁵

¹⁶⁴ CANOTILHO, Joaquim Gomes. op. cit. p.130.

¹⁶⁵ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 6-7.

Sendo assim, as contradições sociopolíticas, que prejudicavam a nação enquanto povo, encontraram uma sobrevida no governo constitucional. Esta constatação era oriunda das teorias histórico-republicanas. O socialismo anterior ou a república positivista teofilana apresentavam soluções para superar as controvérsias monárquicas. Para tanto, se apropriaram da história como o caminho para melhor compreender a realidade. Portanto, a leitura do passado remoto ou recente fornecia o subsídio necessário para sustentar a ideia de que a nação, historicamente, foi subjugada pelos interesses monárquicos e elitistas.

A monarquia inibia o processo modernizador calcado na democracia. Seus interesses e instituições eram contrários à participação popular na política do país. Presumidamente, não existiria nação sem que fosse quitada a dívida histórica que marginalizou política, social e economicamente a maioria dos que compunham a coletividade portuguesa.

Para Teófilo, o momento era crítico na medida em que as opiniões políticas, relativas às aspirações gerais, não produziam o efeito desejado, pois eram contrabalançadas pela autoridade real. As opiniões, apesar de se manifestarem de modo “anárquico”, eram submetidas à autoridade e à ambição pessoal: “É isto a decomposição espontânea, não da sociedade portuguesa, que tem ainda condições de vida, mas da monarquia que nos arruína [...] e que produz esse esfacelo que se despedaça em partidos sem princípios”.¹⁶⁶ No entendimento do letrado, o sistema degenerativo não era compatível com uma nação forte.

Complementando as ponderações de Antero ao destacar a grandeza dos portugueses quando em situação de liberdade, Teófilo destacava os feitos de uma nação que, mesmo sob a tutela arbitrária de governo, lutava com bravura para defender o país e seu sistema condenado. Para destacar a grandiosidade popular, ele se limitou a observar o desempenho da nação portuguesa durante o século XIX.

A nação portuguesa não é de idiotas, como nos chamam aqueles [ingleses] que pretendem espoliar-nos do nosso poder colonial; idiotas são os que nos governam, e que se vendem à Inglaterra fazendo tratados em que retalham o território português. Esta idiotia é antiga, e como um facto patológico diagnostica-se com clareza. A geração que suportou as reacções absolutistas de 1823, que se deixou embair pelo sofisma político da outorga de uma Carta constitucional em 1826, que sofreu as forcas, o cacete e os confiscos miguelinos de 1828 a 1832, que provou todos os desalentos da emigração em Inglaterra e França, e que atravessou os inauditos trabalhos dos combates da Ilha Terceira e do Cerco do Porto, essa geração em vez de trabalhar para si, sacrificou-se para enfeudar Portugal a D. Maria II.¹⁶⁷

¹⁶⁶ Idem. Ibidem. p. 13.

¹⁶⁷ Idem. Ibidem. pp. 24-25.

Teófilo lamentava, então, apesar da consolidação do regime Constitucional, que o esforço e o desempenho da nação, que lutou bravamente contra a ameaça do absolutismo, serviram para restabelecer a casa dos Bragança no governo. O mesmo governo que era ditado por interesses pessoais e que nada tinha a oferecer e a retribuir aos sacrifícios nacionais. Em suma, para o letrado a nação era forte, mas a política degradante.

Interessante notar como o governo Regenerador, instituído em 1851, manteve mesmo essa política de continuidade e de preservação da monarquia através do enfraquecimento ideológico e do rotativismo bipartidário que não tencionava os interesses régios. Além disso, a década de 1870 observou a continuidade da agenda política dos regeneradores em prol do desenvolvimento materialista. Entre os anos de 1871 e 1877, esteve à frente do governo o estadista Fontes Pereira de Melo. Pereira de Melo tinha feito carreira no Exército e na política. Em 1852, assumiu o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Sua forma de governar ficou conhecida como fontismo e isso se justifica pelo fato de o referido Ministério ter sido excessivamente compatível com o programa do governo regenerador. A administração de Pereira de Melo não deixava a desejar quanto ao propósito de desenvolvimento material.

A política fontista se empenhou para dotar o país de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico. A leitura que o estadista fazia em relação à Carta Constitucional de 1826, era de que ela mantinha o equilíbrio de forças, possibilitando e garantindo a paz civil com uma gestão eficiente para os melhoramentos materiais. Sendo assim, o texto constitucional de D. Pedro foi a expressão do Estado, garantidor da monarquia constitucional e da coesão, compatível com os interesses daqueles que defendiam ser urgente o desenvolvimento capitalista.¹⁶⁸

O emprego da ordem como meio de atingir os avanços da economia moderna significava, na prática, a ausência do pluralismo ideológico. Por mais que as opiniões de intelectuais visassem agitar a sociedade civil, principalmente durante o decênio de 1870, a classe política mantinha o rotativismo bipartidário sem grandes confrontos entre projetos e ideais. Ao contrário disso, mantinha-se uma ideologia convergente e limitada na efetivação do desenvolvimento capitalista. Com o espírito democrático acentuado entre os letrados da Geração de 70, cobrar a superação da apatia política dentro do governo foi uma consequência. Nesses termos, a paz como estava sendo empreendida não era profícua e saudável na concepção dos intelectuais *setentistas*.

¹⁶⁸ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. op. cit. p. 104.

Tendo em vista o tipo de governo que vingou após as revoltas e revoluções liberais, Teófilo sustentava que o regime da monarquia constitucional só poderia ser aceito enquanto um governo transitório. Dado que:

Desde 1826 até hoje que a sociedade portuguesa sofre todas as desgraçadas consequências d'esta falsa doutrina da imobilidade política, confundindo a apatia de todas as nossas forças intelectuais, morais e econômicas com os fecundos sintomas de uma ordem consciente. O sistema monárquico representativo implantado em Portugal em benefício exclusivo dos Bragança, que, por meio de uma aristocracia despeitada pela proclamação do princípio da soberania nacional, pôde fazer aceitar o boçal sofisma do direito divino conciliando-se com a outorga ou concessão de garantias por uma soberania oriunda da graça de Deus, esse sistema só podia ser admissível se fosse uma forma transitória para a liberdade moderna. [...]. Se os políticos, que exercem o poder, mantêm a Carta na imobilidade atropelando a nação que progride, a realeza com a sua mediocridade intelectual hereditária conserva a tradição do absolutismo dos avós; e quer a título de poder moderador, quer por sofismas do absolutismo mascarado, quer pela graça conferida aos ministros chamados ao poder para quem um pedido ou uma hesitação é uma ordem, por tudo essa realeza conserva a realidade do governo pessoal.¹⁶⁹

Salvo a parte seleta da Geração de 70, a apatia que dominava as relações entre os agentes políticos se estendeu aos cidadãos comuns. As ponderações de Teófilo tencionavam a abertura política para que os preceitos modernos da democracia pudessem vingar não só no seio da governabilidade, mas também entre aqueles que não tinham direitos políticos. A maneira como a representatividade e a administração nacional estavam sendo empreendidas era, no entendimento do letrado, um sofisma institucionalizado. A tentativa de agitar a opinião dos comuns se manifestou durante as Conferências do Casino. Aliás, estava no programa dos conferencistas “agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna” e “Estudar as condições da transformação política, econômica, e religiosa da sociedade portuguesa”.¹⁷⁰

Veículos de comunicação também estavam atentos à passividade ou à apatia social. Assim emergia a figura do Zé Povinho em 1875, personificando a indiferença nacional frente ao governo. A figura do personagem permitia associar o Estado à passividade dos populares, o que denotava as ambiguidades e contradições do governo que se pretendia liberal.¹⁷¹ Alguns

¹⁶⁹ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 8-9.

¹⁷⁰ MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. op. cit. p. 70.

¹⁷¹ NEMI, Ana Lúcia L. História, memória e política na segunda metade do século XIX: Portugal e Brasil entre tradição e modernidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO IBERO-AMERICANO, VI., 2009, Rio de Janeiro/Coimbra. **Atas**. Rio de Janeiro/Coimbra: Uerj/un, 2009. p. 18.

setores da sociedade, como parte da intelectualidade e parte da imprensa progressista, constataavam a incompatibilidade de uma filosofia liberalizante com o modelo monárquico.

Assim como Teófilo, Antero alertava que as causas históricas da decadência e suas consequências verificadas no passado próximo, condicionaram a falsas condições sociais. Estas, por sua vez, produziram o fatalismo do abatimento e da prostração do espírito nacional. Segundo o letrado, as causas poderiam ter cessado em grande parte (dado os avanços liberais), mas seus efeitos morais persistiram em forma de incertezas, desânimo e mal-estar da sociedade.¹⁷² E complementava:

Fomos os Portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os Portugueses indiferentes do século XIX. Por outro lado, se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que as governem, persistem a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais.¹⁷³

De mandados os portugueses passaram a ser governados, os dois termos, porém, se equivaleriam do ponto de vista de Antero. Para ele, Portugal optou pela aristocracia de ociosos ao invés de ser uma democracia de trabalhadores prósperos. Cabe observar que as vozes de Antero e de Teófilo ecoavam e foram compatíveis também com as conclusões de outros intelectuais.

Oliveira Martins acrescenta o debate sobre as contradições do regime monárquico ao afirmar que este tipo de governo era misto do absolutismo e da república democrática. Um governo que agia pela autoridade e pela liberdade, portanto, duas ideias irrealizáveis na prática. Nesse sentido, o “partido monárquico” e o “democrático” anulavam-se mutuamente tal que “o primeiro tinha o país, não tinha as ideias. O segundo tinha as ideias, não tinha o país”. Vingou por isso a política do “meio termo” que em 1834 impôs o constitucionalismo monárquico. Enquanto isso, os habitantes do reino, sem acesso a novas ideias, permaneceram submissos ao fanatismo católico, sem participar da vida política do país. Esta estava restrita a uma “classe separada” que não “tinha um apoio firme e consciente no povo, mas todos eram facções, grupos de homens que entre si gladiavam o poder”.¹⁷⁴

A monarquia absolutista ou constitucional representava para esses autores o principal obstáculo para a modernidade. Se, devido ao contexto que estavam inseridos, os liberais no

¹⁷² QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 168.

¹⁷³ Idem. Ibidem. p. 169.

¹⁷⁴ MARTINS, Oliveira. apud RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). op. cit. p. 501.

seu avanço revolucionário não reivindicaram o regime republicano, os jovens saídos de Coimbra e que já tinham experimentado os malefícios da monarquia constitucional, davam um novo passo rumo à modernização política do país. Para tanto, seria necessário combater a apatia social, mobilizar a opinião pública através da narrativa histórica, desconstruindo, assim, a passividade frente aos ditames monárquicos.

Liquidar os “resquícios” absolutistas equivaleria fazer valer a democracia, incorporar politicamente a população que se manteve marginalizada durante as conquistas liberais.

A liberdade característica da Idade Média apontada por Antero significava um precedente, mostrando que o municipalismo/federalismo seria possível de ser restabelecido. Enquanto a crise degenerativa do sistema sustentada por Teófilo indicava que o momento de superação havia chegado. Momento propício para a população como um todo retomar sua liberdade e os ditames políticos da nação, sair da tutela de interesses pessoais e assumir um governo do povo e para o povo.

Os apontamentos críticos dos letrados legitimavam o apelo democrático e com ele o modelo republicano, única maneira de institucionalizar o que entendiam por certo e por moderno. Para a geração, o fim da monarquia era iminente, portanto, caberia à sociedade se preparar para o progresso, daí a necessidade de elevar as consciências, de superar a apatia sociopolítica. Os projetos republicanos dos autores poderiam divergir, mas as motivações que os levaram a defender seus ideais eram mais do que similares, eram complementares. Como observado, coube a Antero ir a fundo à temporalidade histórica para mostrar as controvérsias do absolutismo e Teófilo se encarregou da história recente para mostrar que as mesmas contradições ainda estavam latentes.

3.3 Decadência Moral – Igreja e Política

Moral foi um dos termos recorrentes nos argumentos de Antero de Quental e de Teófilo Braga. Para defender seus ideais, seus escritos retomaram inúmeras vezes a moralidade como contrapeso a um governo ignóbil. A relevância que foi atribuída ao termo sugere que os letrados estavam preocupados não só em fundamentar seus respectivos projetos conforme as determinações científicas, mas em agregar valores positivos às suas proposições republicanas. Ainda que correndo o risco de simplificação, pode-se definir a moral como “Preceitos e regras que, estabelecidos e admitidos por uma sociedade, regulam o

comportamento de quem dela faz parte”.¹⁷⁵ Talvez esse emprego da palavra fizesse sentido também para os letrados portugueses que se mobilizaram no final do século XIX.

E, se os preceitos sociopolíticos teriam que ser admitidos pela sociedade de forma a regulamentar o comportamento de seus integrantes, conciliando com a ideia de justiça, a referida definição se insere no ideal democrático reclamado pelos autores.

Assim como havia nuances na análise histórica sobre o absolutismo, os letrados também mantinham uma diferença sutil ao abordar a *moral* e seus significados. Antero manteve uma linha de raciocínio voltada mais para os costumes, principalmente no que competia à Igreja, enquanto Teófilo se concentrou mais nos aspectos políticos. Ambos, porém, continuavam se apropriando do discurso histórico para justificar suas conclusões.

Saber as condições que levaram Antero a acusar a Igreja de promover a degradação moral da sociedade é relevante e tem a ver com a própria mudança do discurso historiográfico. No início do século XIX, a história foi secularizada ao passo que diminuía o número de eclesiásticos que escreviam sobre a história geral. Em contrapartida, a história civil ganhava espaço na medida em que “a nação” era abordada como unidade política, cultural e étnica. O resultado foi que a partir de meados do século, os historiadores objetivavam constituir a história nacional para todos os cidadãos. Sendo assim, ressaltavam-se as transformações relativas ao corpo nacional, fossem elas motivadoras de progresso ou causadoras de declínio.¹⁷⁶

Portanto, entre os temas da historiografia nacional estavam: a decadência, fortalecendo a consciência de crise; a busca pela caracterização nacional, ligada ao ideal romântico de organismo¹⁷⁷ social; valorização da Idade Média juntamente com a definição do espaço territorial, assumindo Portugal como nação precocemente existente neste período. Por tais razões, com temas elencados conforme o passado nacional, se entende, por exemplo, o princípio municipalista de Herculano que contrapunha o centralismo uniformizador do Estado. Sendo assim, o letrado liberal se consolidava como o mais influente nas questões relacionadas à decadência. Além disso, ele foi um dos pioneiros na identificação da Idade

¹⁷⁵ Dicio: Dicionário Online Português. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/moral/>>. Acessado em: 14 out. 2018.

¹⁷⁶ MATOS, Sérgio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. op. cit. p. 37.

¹⁷⁷ Este conceito romântico que aceitava a sociedade como um organismo esteve presente tanto nas concepções de Antero como nas de Teófilo. Era um dos princípios norteadores dos letrados para justificar a República.

Média como referência de liberdade e na teorização sobre a vinculação do Estado absolutista com o catolicismo do Concílio de Trento.¹⁷⁸

Seguindo Herculano e Antero, pode-se constatar que, realmente, se foi nocivo ou não, o Concílio tridentino significou uma fissura na continuidade da história portuguesa. Portugal e Espanha foram, indubitavelmente, as nações mais fiéis ao dogmatismo católico e no empenho para combater a Reforma Protestante. A história da Inquisição ibérica comprova tal fidelidade. Entretanto, a absorção compulsória de normativas eclesiásticas impactou a vida cultural e política de tal maneira que convém ressaltar alguns aspectos da interferência religiosa para a vida sociopolítica portuguesa.

O humanismo renascentista, por exemplo, encontrou um ambiente hostil em Portugal. Além da censura literária impulsionada pela Contrarreforma, a educação se vinculou às diretrizes e normativas católicas romanas. Em princípio, Igreja e Estado se uniam para restringir a veiculação de ideias dentro do território nacional na tentativa de erradicar a literatura estrangeira. Em suma, Portugal acabou aceitando sem hesitações os decretos promulgados pelo Concílio de Trento.¹⁷⁹

Todavia, em relação ao ensino, a Geração de 70 não foi a primeira a questionar o sistema escolástico e jesuítico. Adolfo Coelho não foi o único e nem o primeiro a defender o ensino laico em sua conferência *A Questão do Ensino*. No século XVIII, período das *luzes* em que se exaltou o racionalismo e o empirismo, sobressaíam as figuras de Luís Verney e de Ribeiro Sanches¹⁸⁰ em Portugal ao fazerem objeções ao sistema escolástico de ensino.

Verney foi um dos teóricos reformadores da mentalidade portuguesa ao contrapor a experiência e a observação à tradição escolástica. Ribeiro Sanches, por sua vez, afirmava que a Universidade deveria se submeter ao rei e não aos eclesiásticos, ademais, o ensino deveria seguir os princípios do racionalismo crítico tal que as humanidades exerceriam papel preponderante.¹⁸¹ A relação Igreja/Estado/Ensino aqui é entendida como fundamental na medida em que é a aprendizagem uma parte importante na formação de mentalidades críticas ou não, livres ou submissas.

¹⁷⁸ MATOS, Sérgio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. op. cit. pp. 38-39. Realizado em meados do século XVI, o Concílio Ecumênico de Trento impôs novas diretrizes contrárias à Reforma Protestante, nesse sentido, ele personificou o endurecimento dos dogmas católicos, anunciando a Contrarreforma.

¹⁷⁹ SÁ, Victor de. **Esboço histórico das ciências sociais em Portugal**. op. cit. p. 24.

¹⁸⁰ O padre Luís António Verney (1713-1792) era filho de pai francês, além de teólogo e filósofo, foi um dos maiores defensores e propagadores das ideias iluministas em Portugal. António Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783) foi médico, filósofo e enciclopedista.

¹⁸¹ SÁ, Victor de. **Esboço histórico das ciências sociais em Portugal**. op. cit. pp. 27-28.

Ao que tudo indica, este tema foi caro aos *setentistas*, não só pela exposição de Adolfo Coelho, mas pelo intento e preocupação em impactar as opiniões ou em promover uma nova consciência de acordo com as demandas da contemporaneidade. Todavia, sabe-se que Verney e Sanches estavam de acordo com as correntes filosóficas do *setecentos*. Entretanto, considerando ser o problema da relação entre Igreja e Estado uma questão secular, como Antero interpretava esse impacto “fusionista”?

Na concepção anteriana, um dos fenômenos capitais que resultaram na decadência foi a degenerescência moral ocasionada pela transformação do catolicismo - institucionalizado pelo Concílio de Trento. Quando se submeteu aos desígnios tridentinos, Portugal estava na contramão das nações que saíram na vanguarda da civilização, pois, nestas, a liberdade moral era consequência da Reforma e da filosofia. Consequentemente, o letrado partia do seguinte pressuposto: “Ora, a liberdade moral, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do catolicismo do Concílio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus”.¹⁸²

Por tais afirmações, Antero relacionava, então, o declínio *moral/religioso* aos princípios de liberdade e de autonomia local. Ele se preocupou em distinguir o cristianismo do catolicismo, aquele era um sentimento, este uma instituição. Um vive da fé e da inspiração enquanto o outro do dogma e da disciplina. Através da história religiosa, seria possível identificar a transformação do sentimento em instituição, especificadamente em decorrência do Concílio de Trento. A tendência institucional até poderia ser vista e sentida durante o período medieval, mas não se sobrepôs à vida local, mantendo, assim, as igrejas nacionais com suas respectivas liberdades, iniciativas e disciplinas próprias. Contribuindo para que o dogma, ao invés de ser imposto, fosse aceito e, em certo sentido, criado.¹⁸³

Institucionalizar um sentimento, se apropriar da *fé* que antes era espontânea para impor um único ponto de vista dogmático: foi deflagrando esse controle institucional que Antero criticava, como o tinha feito no âmbito político, a centralização religiosa. Assim como o absolutismo absorveu as liberdades locais, o catolicismo tridentino absorveu a liberdade cristã. A centralização foi o meio para viabilizar a subtração das liberdades.

Como termo chave, a decadência e suas causas contribuíam para a compreensão da experiência dos povos na história. O estabelecimento do poder absolutista alinhado às diretrizes tridentinas foi identificado como o início do declínio da nação. A consolidação das instituições modernas significou a usurpação da liberdade medieval que precisava ser

¹⁸² QUENTAL, Antero. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. pp. 149-150.

¹⁸³ Idem. Ibidem. p. 151.

retomada como fundamento para as novas liberdades do *oitocentos*.¹⁸⁴ Sendo assim, as implicações sociopolíticas se uniam aos efeitos da educação eclesiástica na medida em que o sentimento heroico dos cristãos foi submetido aos métodos de ensino que esterilizavam as inteligências. Controlando as mentalidades e a memória para inibir o pensamento inventivo e a vontade individual.¹⁸⁵

A sagacidade em confluir os argumentos é notável em Antero de Quental. Historicamente, é fato que o absolutismo ibérico uniu sua política aos ditames católicos. Mas, como o letrado construiu sua narrativa, articulando os fatos aos princípios que ele entendia como nocivos e que culminaram na decadência é fruto de um pensamento e de um talento nato.

Nesse sentido, Antero de Quental constatava que o gênio popular pereceu nas mãos eclesiásticas que passou a dominar por influência o campo político. Assim proferia o seguinte: “Como é que o absolutismo espiritual podia deixar de reagir sobre o espírito do poder civil? O exemplo do despotismo vinha de tão alto! Os reis eram tão religiosos! Eram por excelência os *reis católicos, fidelíssimos*”. Ou seja, a teocracia comungava com o despotismo. O governo que deveria cuidar dos interesses populares, mantendo um pensamento voltado para as questões nacionais, traía sua função em prol da política romana católica, da ambição do estrangeiro: “Era essa a *política nacional* desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair nações”.¹⁸⁶

Observa-se, portanto, que a corrupção da moral para Antero foi iniciada, sobretudo, no âmbito cultural tal que, na sequência, dominou a política. Em contrapartida, Teófilo foi mais sutil ao acusar precisamente a Igreja como uma das causas da decadência moral da nação. Esta concepção permeou seu pensamento político, tanto que frequentemente utilizava as expressões para se referir à monarquia como sendo de “graça divina” ou oriunda da “graça de Deus”. Mas, a religiosidade não aparecia como um problema central ou fundamental para as suas conclusões.

Usualmente, ao menos no que se refere à obra *Dissolução do Sistema Monárquico*, como o próprio título sugere, Teófilo priorizava problematizar o passado recente. Concentrando suas indagações e reflexões no problema político da monarquia constitucional. Mesmo quando abordava um passado mais enraizado, tendia a usá-lo como meio para

¹⁸⁴ NEMI, Ana Lúcia L. Decadência e Singularidade na Historiografia Ibérica. op. cit.

¹⁸⁵ BASTOS, Ana Luíza Marques. Denúncia da decadência, realismo e ânsia messiânica na historiografia portuguesa oitocentista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. *Anais...*. São Paulo: ANPUH/SP, 2008. Não paginado. CD-ROM.

¹⁸⁶ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 159.

elucidar as contradições do governo constitucional. Portanto, a questão da decadência moral no pensamento crítico teofilano era direcionada aos aspectos políticos. Nesses termos:

Quase todos os monarcas do século XVI foram dominados por uma ideia política incompatível com qualquer noção moral: visavam a unificação material e brutal dos povos sob um só cetro. Era a antiga tradição da monarquia universal, [...] se inaugurou e ainda subsiste, a cisão dos povos da Europa, que se trucidavam por interesses dinásticos miseráveis, tudo isto foi a consequência de uma política sem moral; as monarquias constitucionais, como transformação transitória do antigo absolutismo, conservam-se além do seu momento histórico unicamente pelos expedientes de uma política sem moral. A dificuldade que todos os conservadores atribuem à forma governativa da República é precisar de homens honestos que ponham em prática os princípios de justiça em que ela se funda.¹⁸⁷

A abordagem argumentativa poderia se diferenciar, mas a conclusão se aproximava da de Antero: a centralização se configura como despótica. No caso de Teófilo, a unificação monárquica seria uma política imperativa que subjugava diferentes povos para atender as demandas do aumento do poderio régio. Assim sendo, era amoral na medida em que usurpava as liberdades locais que, na releitura contemporânea do letrado, equivaleria ao federalismo e/ou confederações. “[...] a ideia da unificação material dos grandes estados está desacreditada [...] e por isso os povos tem de aproximar-se constituindo confederações cuja força provirá dos vínculos morais”.¹⁸⁸

A falta de moralidade na política era demasiadamente apontada pelo letrado, tanto que, em sua compreensão, a relação entre os dois termos era inversamente proporcional. Segundo Teófilo, Comte havia fundado uma assertiva como princípio disciplinador para a *práxis* governativa: “mais moral e menos política”. Sendo assim, “toda a organização crescente da autoridade corresponde a uma eliminação crescente da moralidade”. E, como a política monárquica era um sistema que se caracterizava pela concentração de poder, ou seja, pela autoridade, a política nesses termos se mantinha “longe de ser uma força coordenadora”, antes seria “uma exploração da sociedade por uma [...] associação tradicional chamada Estado, [...] todos nós sofremos, enquanto o indivíduo não reagir contra ela fortalecendo-se também no princípio associativo”.¹⁸⁹

Como Teófilo afirmava ser o governo um meio de exploração social em detrimento de interesses pessoais, o Estado, em seu ponto de vista, personificava as vontades dos Bragança.

¹⁸⁷ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. p. 51.

¹⁸⁸ Idem. Ibidem. p. 52.

¹⁸⁹ Idem. Ibidem. p. 50.

Mesmo com a sociedade desfrutando de um limitado sistema representativo. As deliberações reais faziam o autor crer que os monarcas administravam o país com a intenção de se manter no poder.

Enquanto Antero evidenciava a relação submissa do Estado frente às determinações eclesiásticas como uma traição para com a nação portuguesa, Teófilo atribuía à política entreguista dos Bragança o pior dos infortúnios nacionais. Ambos, porém, identificavam no poder monárquico a predisposição em atrair o país por meio de uma administração frágil e tendenciosa. Tal que, Portugal, para se realocar política e economicamente na conjuntura internacional, sempre exercia uma administração desastrosa na medida em que, constantemente, cedia aos interesses estrangeiros. Fossem estes religiosos ou de outras nações.

Teófilo Braga enumerava historicamente a tendência dos Bragança em prejudicar o país ao abrir mão dos domínios coloniais e ao se sujeitar aos ditames político-econômicos, sobretudo, dos ingleses. Assim, o letrado sublinhava:

O que D. Luiz de Bragança fez em 1879 doando Lourenço Marques à Inglaterra, é a repetição de atos igualmente monstruosos de D. Pedro IV revoltando-se com o Brasil e separando-o de Portugal por instigações da Inglaterra; é a repetição do que fez D. João VI, abandonando Portugal à invasão dos exércitos napoleônicos e confiando a liberdade portuguesa ao sabre do protetorado inglês, e às forças de Beresford; é a repetição do que fez D. João V, matando a indústria portuguesa em benefício da Inglaterra pelo Tratado de Methuen; [...] [repetição que] tem cumprido a missão tremenda de consumir a decadência irremediável da nacionalidade portuguesa.¹⁹⁰

O sistema que, intrinsecamente, era desprovido de moral proporcionava o esfacelamento político, social e econômico da sociedade. Em relação à questão religiosa, Teófilo corroborava e complementava as afirmações de Antero. Na ótica teofilana, a monarquia, além de empreender uma política entreguista para se garantir no poder, ela se apoiava nas forças conservadoras que preponderam nas sociedades. Quanto mais atrasado o povo, mais ele se entregaria ao instinto irrefletido da preservação e da conservação. Sendo assim, a realeza se afirmava na ignorância popular. Neste caso, Teófilo equiparava a ignorância social à falta de instrução educativa. O alarmante índice de analfabetismo garantia também a preservação do governo monárquico, mesmo com seus “crimes, traições e erros”. Somava-se a isso a influência clerical na formação das mentalidades.

¹⁹⁰ Idem. Ibidem. p. 98.

O clero, que explora a instituição mais imóvel das sociedades, a religião, tornou-se um instrumento de obscurantismo e conserva as classes [...] na mais beatífica ignorância, indiferentes às transformações políticas, e passivas diante das extorsões do centralismo monárquico.¹⁹¹

Igreja e monarquia absorviam a moralidade ao promoverem a corrupção de valores, a primeira empreendia uma ação tutelar das mentalidades que, incorporada às políticas oficiais, impelia a perversão do gênio português e a indiferença sociopolítica. Tanto a institucionalização da fé exercida através da comunhão de fiéis, como o método eclesiástico de ensino esterilizaram a inteligência ao passo que anulavam o pensamento inventivo, assim: “a educação jesuítica faz das classes elevadas máquinas inteligentes e passivas; do povo, fanáticos corruptos e cruéis [...] o ideal [...] é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis”.¹⁹² O diagnóstico da decadência moral que identificava Estado e Igreja como os principais responsáveis, validava, por conseguinte, a laicização social e política, abrindo caminho para a legitimação da ideia republicana de governo.

A República atenderia a necessidade de impulsionar novamente o gênio, a criatividade e o pensamento autônomo, portanto, ela possibilitaria superar o atraso e a estagnação da sociedade. Nesses termos, os portugueses teriam que estar cientes de suas condições, dos malefícios da, como diria Teófilo, *monarquia da graça divina*.

Tal é uma das causas, se não a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir – no *ser* [...]. Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento.¹⁹³

Para os letrados, existia uma contraversão no sentido evolutivo da história portuguesa. O desejo de mudança também provinha dessa constatação, tal que a modernização se fazia imperativa, mas as instituições nacionais se mantinham estagnadas e atrasadas. A subordinação monárquica ao catolicismo implicava em retrocessos, induzindo a formação de

¹⁹¹ Idem. Ibidem. pp. 176-177.

¹⁹² QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 158.

¹⁹³ Idem. Ibidem. pp. 159-160.

uma sociedade apática, sem vida política, sem ciência e que ficava a mercê do “catolicismo monárquico”.

Inferir que a Igreja tinha a responsabilidade negativa na degradação da moral do povo português foi uma tarefa ousada, característica de intelectuais que buscam intervir e fragilizar alicerces arraigados socialmente. Se considerada a ponderação de Charles Ralph Boxer ao atribuir à Igreja papel preponderante para a unidade imperial, visto que foi ela a responsável pela disseminação comum da fé cristã nas colônias, pode-se supor o quanto esta instituição foi fundamental para manter o absolutismo durante séculos.

Em contrapartida, o próprio absolutismo, além de se submeter ao catolicismo tridentino, agia conforme seus próprios interesses, negligenciando as necessidades nacionais. Sendo assim, sua administração entreguista era desprovida de moral na medida em que prejudica a nação política e economicamente em detrimento da família dos Bragança. Pois, para Antero e Teófilo, ser dotado de moral era estar de acordo com os anseios e demandas da coletividade. Afinal, no entendimento deles, a democracia e a república batiam à porta da nação portuguesa. Portanto, era necessário fazer do país um ambiente propício para receber o progresso. Descredibilizar o governo e as instituições que lhe fortaleciam fazia parte desse processo.

3.4 Decadência Econômica

Ao *centralismo político* e à *corrupção da moral* se unia a *decadência econômica* como uma das principais causas do declínio nacional. Para Antero de Quental e Teófilo Braga, as razões que contribuíram para fragilizar a política econômica portuguesa foram a perda de domínios no ultramar e o efeito que as próprias conquistas ultramarinas tiveram para o desenvolvimento industrial da metrópole. Se por um lado o Pacto Colonial foi um meio de se manter forte economicamente, por outro ele despertou nos portugueses um comodismo avesso ao trabalho e à indústria, desfavorável à modernização.

Em termos, Antero foi quem relacionava as Grandes Navegações à falta de desenvolvimento industrial. Entretanto, cabe ressaltar, o letrado utilizava como parâmetro nações como a Inglaterra que se fortaleceu economicamente fomentando, inclusive, a Revolução Industrial. Nesse interim, a perspectiva anterior julgava a história econômica portuguesa se baseando em assimilações e padrões contemporâneos. Ora, os portugueses, juntamente com os espanhóis, se afirmaram como potências durante a primeira modernidade justamente por contribuírem na constituição do sistema econômico mercantil. Na leitura de

Antero, porém, havia a tendência em considerar o aspecto industrial e minimizar o comercial, este por sua vez, antes da Revolução Industrial, era o que condicionava o fortalecimento econômico das nações.

Ao que tudo indica, o realismo de Teófilo foi mais evidente nesse sentido. O letrado atribuía às descobertas marítimas a situação de independência econômica de Portugal. Tanto que ficava inquieto com a predisposição da metrópole em abrir mão de suas colônias através de pactos econômicos nada favoráveis.

Durante o século XVII, período em que Antero identificou o prenúncio da decadência, assumir a expansão do comércio colonial português faz com que a sentença de estagnação econômica seja, no limite, insustentável. Neste contexto, a burguesia colonial mantinha sua atividade em terras africanas e brasileiras, consolidando a independência e supremacia de Portugal. Em contrapartida, esse mesmo sistema foi invocado por Antero de Quental para explicar a não adequação do país às determinações industriais que paulatinamente se expandiram após a Revolução protagonizada pela Inglaterra. Nesse sentido, a absorção de capitais da atividade colonial inibia as atividades produtivas na agricultura e na indústria ao passo que os tratados de comércio com a Grã-Bretanha agravavam este quadro¹⁹⁴. E foi nesta linha de raciocínio que Teófilo Braga se pautava.

Guiado pela crítica monárquica, Teófilo sublinhava que o desmoronamento da supremacia imperial também se resumia às medidas descabidas do governo. Mais que isso, insinuava que qualquer medida que atentasse contra os domínios coloniais automaticamente prejudicaria a autonomia nacional. A independência portuguesa derivava da ampliação do território, fazendo com que Portugal deixasse “de ser um apêndice da Espanha, para nos impormos como a primeira potência colonial do mundo”. E mesmo diante dos “erros” da monarquia, de “instituições abusivas”, do “fanatismo sanguinário do Santo Ofício”, de “todos esses elementos dissolventes”, a autonomia nacional persistiu graças ao “apoio do poder colonial”. Assim concluía que: “Todo aquele governo que atentar contra a conservação das colônias de Portugal, enfraquece as condições da nossa autonomia e prepara a entrega da nação ao inimigo secular.”¹⁹⁵

O inimigo secular ao qual o letrado se referia era a Espanha. Cabe lembrar que havia o precedente histórico em que Portugal ficou oficial e politicamente sob o cetro espanhol, a saber, foi durante a União Ibérica, período de submissão concernente aos anos de 1580 e

¹⁹⁴ PEREIRA, Miriam Halpern. op. cit. p. 9.

¹⁹⁵ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 84-85.

1640. Este receio de Teófilo justificava seu projeto republicano federalista-nacionalista, divergindo do ideal de República federalista-universalista de Antero de Quental.

Tanto o discurso nacionalista como o posicionamento antimonárquico também se dirigiam aos ingleses. Se Antero buscou a falta de incentivo industrial no período das Grandes Navegações, Teófilo indicava a relação controversa que Portugal mantinha com a Grã-Bretanha por meio de tratados assinados.

[...] os ingleses, a título de protegerem, como fiéis aliados, o trono dos Bragança, não só arruinaram as nossas indústrias pelo tratado do Methuen, mas provocaram um Bragança a desmembrar o Brasil insurrecionalmente do domínio português. A fuga de D. João VI para o Brasil determinou a convergência das mercadorias inglesas para ali, e ali a política britânica governava [...], e no congresso de Viena em 1815 a Inglaterra reclamava para si a ilha da Madeira! Em 1822 Portugal perde o Brasil sendo o tratado de reconhecimento da independência negociado por lorde Stuart. E é o que deu este profundo golpe na nossa autonomia que veio combaterem guerra civil para a implantação da liberdade constitucional! [...]. O que nos fica do nosso poder colonial? Nada. Voltamos à condição de um apêndice da Espanha.¹⁹⁶

Acompanhando Teófilo, Antero também admitia a nocividade e a assimetria nas relações entre Portugal, Espanha e Inglaterra. Não fez uma relação direta entre a falta de desenvolvimento industrial e a submissão portuguesa frente a essas nações, mas indicava que a supremacia comercial adquirida durante os séculos XV e XVI não se sustentou no século seguinte. Na percepção anterior, a decadência teria ficado mais explícita quando Portugal deixou de ser uma nação independente na Europa, a partir do momento em que ficou “nas mãos da monarquia desnatural” de Felipe II. A glória passada não mais poderia subsistir ao que se tornou “ruinoso”. Em contrapartida, “Nações novas ou obscuras erguem-se e conquistam no mundo, à nossa custa, a influência de que nos mostramos indignos”. Clara referência aos ingleses que, através de tratados, rebaixou Portugal à condição próxima de uma colônia, ampliando seus interesses comerciais igualmente para as colônias portuguesas no ultramar.¹⁹⁷

Para exemplificar e mensurar a inviabilidade dos tratados portugueses e corroborar com as afirmações de Antero e de Teófilo sobre as consequências negativas da política econômica internacional convém destacar alguns apontamentos numéricos. Entre os anos de 1697 e 1700, as exportações inglesas mantinham a média de 295 mil libras anuais, após a

¹⁹⁶ Idem. Ibidem. pp. 89-90.

¹⁹⁷ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 145.

assinatura do Tratado de Methuen em 1703, elas saltaram para 652 mil libras entre os anos de 1706 e 1710. No referido período, as exportações portuguesas passaram de 172 para 240 mil libras. Em relação às importações, o país ibérico atingiu 120%, enquanto a Inglaterra 40%.¹⁹⁸

Nessas condições, o déficit na balança comercial de Portugal foi agravado, entre o final do século XVII e início do XVIII houve o aumento de 128 para 412 mil libras. Este quadro confluía com a assertiva de Teófilo tal que os ingleses “arruinaram as nossas indústrias pelo Tratado de Methuen”. Pois, após 1703, as importações manufatureiras da lã inglesa quase quadruplicaram, dificultando o fortalecimento da concorrência interna.¹⁹⁹

Além dos impactos comerciais negativos que afetaram diretamente a metrópole, o avanço comercial inglês se estendeu ao Brasil. Foi o que Teófilo quis dizer ao afirmar que a fuga da Corte para as terras brasileiras “determinou a convergência das mercadorias inglesas para ali, e ali a política britânica governava”. Pouco mais de cem anos da assinatura do Tratado de Methuen, o Brasil vivenciou condições similares às de Portugal em decorrência da Abertura dos Portos em 1808 e do Tratado de Cooperação e Amizade de 1810.

Mesmo com a permissão de produção manufatureira em 1808, a indústria e o mercado não tinham condições de se desenvolver na medida em que as manufaturas inglesas invadiram o território brasileiro. A mecanização da indústria britânica aumentava a oferta de produtos que, conseqüentemente, poderiam ser vendidos a preços mais baixos.²⁰⁰ Para Teófilo, toda essa assimetria nas relações comerciais só favorecia a família dos Bragança sem nada oferecer ao desenvolvimento nacional/imperial. Portugal, então, se mantinha atrasado em termos industriais somente para favorecer interesses pessoais arraigados no monarca e na sua excessiva autoridade administrativa.

No entendimento de Teófilo, a autoridade excessiva foi um método irracional de governança que não considerava a ciência, agindo somente pela administração empírica. A centralização equivaleria a constante e massiva intervenção do governo em todas as formas de atividade social e econômica. Fosse por meio da concorrência, da regulamentação, da proteção ou da exploração, o governo sempre agia pela irracionalidade. Provavelmente, por este viés, o letrado estava a acusar o programa de governo materialista da *Regeneração* que poderia ser definido como um governo “industrial fazendo por sua conta estradas, caminhos

¹⁹⁸ SIDERI, Sandro. op. cit. p. 74.

¹⁹⁹ Idem. Ibidem. pp. 76-77.

²⁰⁰ PEREIRA, Miriam Halpern. op. cit. p. 11.

de ferro, construções, [...] concorrendo com as indústrias particulares, atrofiando-as com os recursos fabulosos extorquidos à nação, esterilizando um pessoal imenso”.²⁰¹

Se Teófilo se detinha a uma análise mais contemporânea para explicar sobre a exploração dos povos no centralismo monárquico, Antero buscava no passado longínquo a mesma constatação. Para ele, às condições de liberdade local sucedeu a centralização “uniforme e esterilizadora”. Por meio do absolutismo os povos não são mais do que o “patrimônio providencial dos reis” (*monarca por graças a Deus*). O espírito independente da Idade Média se esvaiu no meio da sobreposição aristocrática que passou a agir conforme seus próprios interesses, “como um embaraço no corpo social”, impedia o desenvolvimento do elemento novo e essencial, a classe média. Contrariando, assim, a ordem moderna e progressista: “Por isso decai também a vida econômica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comércio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais”.²⁰²

A autoridade real, no entendimento dos autores, estava ultrapassada na medida em que a lei escrita, relativa às necessidades públicas e radicada pela Constituição, tomava o seu lugar. Se a ordem monárquica era garantida pelas Bastilhas, a democracia reivindicava e garantia a liberdade e a igualdade perante a lei. São, por isso, duas soberanias inconciliáveis, uma seria compatível a fase atrasada da humanidade, se garantia por meio das guerras, “quando a atividade antes de ser industrial era exclusivamente militar”. A outra se garantia pela soberania nacional, “um grau de consciência na sociabilidade humana e uma consequência do progresso e da independência individual que se afirma como arbitro do seu próprio destino”.²⁰³

Além da soberania nacional, a questão industrial, portanto, se configurou como um contraponto essencial para a superação do atraso da autoridade monárquica. E, antes de ser apresentada como solução por Teófilo, foi historicamente suplantada pelo o que Antero designou como “espírito guerreiro”, um fenômeno que assolou a mentalidade portuguesa após as conquistas marítimas.

Do ponto de vista anterior, desbravar os mares condicionou a falta do desenvolvimento econômico. O espírito guerreiro surgiu nos tempos modernos, momento crucial em que as nações estavam “condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heroica da epopeia; é a economia política”. Ao conservar a mentalidade heroica, os portugueses se mantiveram equivocados e por isso pereceram. Pois,

²⁰¹ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 140-141.

²⁰² QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. pp. 145-146.

²⁰³ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 163-164.

“Qual é com efeito o espírito da idade moderna? É o espírito do trabalho e da indústria”. E foi nesse sentido que Antero utilizava a Inglaterra como parâmetro, enquanto os portugueses, “que destinos demos as prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente”.²⁰⁴ Era preciso retomar o caminho da modernização, impor ao espírito heroico, compreendido como alheio às necessidades de produção, o trabalho e a indústria.

Enquanto os objetivos no além-mar faziam de proprietários e agricultores soldados à procura de glória, as riquezas extraídas da exploração colonial se concentravam nos grandes centros. Atraindo, assim, a população rural que abandonou os campos de forma a aumentar a miséria nas capitais. Sendo, inclusive, uma das consequências o aumento da importação que superava a exportação. Nesse sentido, pode-se sugerir que a Inglaterra não tinha vantagens comerciais apenas pelo aumento da sua capacidade de produção manufatureira, acrescente-se a isso a mudança no quadro demográfico que diminuiu a capacidade produtiva ao passo que aumentou a necessidade de consumo. Dado que:

Não se fabrica, não se cria: basta o ouro [...] para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importávamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados, massas; da Alemanha vidro; de França, panos; de Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. [...]. A vida concentra-se na capital. Os nobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, onde viviam em certa comunhão com o povo, e vêm para a corte brilhar, ostentar... e mendigar nobremente.²⁰⁵

Apesar de o letrado tentar colocar a questão da aproximação aristocrática com a “vida da capital”, ou seja, uma sociedade de Corte, como uma particularidade da história portuguesa²⁰⁶, buscando, assim, fundamentos para as suas ponderações, é preciso elucidar que este não foi um fenômeno característico de Portugal. Norbert Elias, por exemplo, ao analisar a Corte francesa de Luís XIV, indicava que em uma sociedade deste tipo a coesão social era mais estruturada e solidificada do que em uma sociedade burguesa. Pois, naquela os fundamentos que determinam a existência do sujeito em sociedade são mais inflexíveis, sendo que a segregação e a função social são melhores inscritas.²⁰⁷

²⁰⁴ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 163.

²⁰⁵ Idem. Ibidem. pp. 164-165.

²⁰⁶ Antero comparou monarquias que em sua concepção deram certo, como a francesa. Para ele, apesar da monarquia francesa sujeitar o povo e ser aristocrática, sua base era popular. Idem. Ibidem. p. 162.

²⁰⁷ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p. 111.

Esta característica da sociedade de Corte pode ser observada mesmo quando instituída a monarquia constitucional em Portugal. Apesar dos inevitáveis conflitos sociais, constantemente presentes nas sociedades (Portugal havia vivenciado uma série de revoltas e revoluções na primeira metade do século XIX), as instituições, quando eficientes, conseguem manter a coesão nacional. Além da força institucional desse tipo de sociedade, o Estado ainda detém o monopólio da violência, garantidor da ordem.²⁰⁸

Imagina-se, portanto, que romper com esse sistema governativo, baseado em estamentos, em que cada qual estava de acordo com a sua condição social; detentor do monopólio de violência como meio repressivo frente a qualquer ameaça de sublevação; não seria uma tarefa fácil. Tanto assim que a Revolução de 1820, que rompeu parcialmente com o sistema absolutista, só foi possível em decorrência da partida da Corte e pela intervenção do exército inglês na administração da segurança nacional. Crise política dada pela ausência governativa que mantinha a coesão e crise originária pela dúvida sobre em qual autoridade o monopólio de violência se assentava.

Entende-se por esses fatores a dificuldade daí decorrente para a formação de uma classe burguesa e industrial como Antero pressupôs, pois se tratava de uma sociedade com disciplinas sociais que beiravam a inflexibilidade e que ajudavam a manter a coesão nacional e o poder do Estado.

Todavia, o letrado teve uma leitura lúcida sobre as consequências nocivas de uma sociedade de Corte para a produção agrícola ou industrial. Para ele, as monarquias portuguesas “tiveram um caráter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para nobreza”. O produto desta política foi a criação de grandes propriedades, anulando a atividade de pequenos proprietários e sufocando a agricultura, aumentando, assim, a miséria. Ao atender os interesses da aristocracia, o Estado se opunha ao progresso da classe média, impedindo o desenvolvimento da burguesia, “a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio”. Quanto ao povo, este se acostumou à inércia e a servir, negligenciando o sentimento instintivo da liberdade.²⁰⁹ Isto é, poderia não ser do agrado de Antero, mas, o Estado garantia a coesão e a passividade social.

No caso da agricultura e do aumento da miséria, o compromisso do Estado em atender aos interesses aristocráticos vingou mesmo durante a monarquia constitucional no século

²⁰⁸ Idem. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. pp. 161-162.

²⁰⁹ QUENTAL, Antero de. Causas da decadência dos povos peninsulares. op. cit. p. 162.

XIX. O confisco de propriedades da Coroa, a desamortização dos bens eclesiásticos e, na sequência, a vedação das terras comunais, consolidou o sistema agrário latifundiário na medida em que a maioria dos populares não tinham condições aquisitivas para comprar as referidas terras e bens.

Simultaneamente, enquanto o capitalismo agrário dos barões se fortalecia, o setor industrial não conseguia acompanhar o setor agrícola. A máquina a vapor foi introduzida na década de 1830, todavia, o ritmo de produção se manteve equivalente ao do Antigo Regime. A produção do operariado não era fabril, ela se manteve com caráter artesanal e de oficina, sendo assim, a força motriz era viabilizada pela força humana e animal. Segundo um levantamento de 1845, a máquina a vapor constava apenas em 30 das 634 “fábricas” consideradas.²¹⁰

Interessante notar que o tipo de burguesia que teve condições de se desenvolver em Portugal foi a agrária. Fator pouco significativo para o aumento da oferta de emprego, por isso, dada essas condições, o aumento da miséria poderia ser proporcional ao aumento dos latifúndios. Entrementes, se para Teófilo a ignorância social foi um dos fatores que ajudavam a monarquia subsistir, a propriedade também o era.

Finalmente, a propriedade é, como se observa em todas as transformações dos povos, uma instituição absolutamente estática; ainda hoje nos governamos pelo sistema da propriedade [...] individual dos romanos [...] e também na grande transformação da Revolução francesa a obra que mais subsistiu foi a da alienação da propriedade, da mesma obra que em Portugal a obra da ditadura de D. Pedro IV que ficou inabalável foi a desamortização dos bens dos frades; pois bem, é pela propriedade que a monarquia se apoia no instinto da conservação burguesa enchendo-lhe as algibeiras de papeis de crédito, de inscrições, acenando-lhe com os juros, desviando-lhe o capital do uso natural da indústria. A dívida pública, sendo a causa mais evidente da nossa ruína, porque nos absorve mais de metade da receita do estado, e nos coloca sob a vara do fisco por impostos disparatados, é ao mesmo tempo um meio de conservação para a realza, cuja existência é para a burguesia um modo de receber tranquilamente os juros dos seus papeis.²¹¹

Nesse sentido, ao menos no que compete à propriedade agrícola, Portugal ainda mantinha certos aspectos tradicionais que transpassou o período absolutista e permanecia durante a monarquia constitucional. Por mais que os liberais tivessem tentado revolucionar a agricultura por meio do confisco e da “redistribuição” de propriedades, ao final, o sistema foi readequado para a continuação de desigualdades.

²¹⁰ SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. op. cit. pp. 174-148.

²¹¹ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp. 177-178.

As relações comerciais, principalmente a internacional, favorecia este sistema na medida em que oferecia mercado para escoar as mercadorias. E isto estava relacionado, inclusive, com uma política protecionista instável, pouco sólida. A fortalecida burguesia agrícola tinha condições de se movimentar perante a tentativa de enrijecer a política alfandegária, adotando atitudes variáveis conforme a conjuntura. Os viticultores, por exemplo, visando o escoamento do vinho, foram favoráveis ao livre-câmbio e contrários à pauta protecionista. Observa-se, portanto, que o livre-câmbio era de interesse da classe agrícola, mas não da indústria. O principal destino dos vinhos e produtos alimentares, indiscutivelmente, era a Grã-Bretanha. A contradição foi que, enquanto o capitalismo agrícola se estendia, ele se fortalecia por estruturas tradicionais que foram fragilizadas de forma incompleta pelo liberalismo constitucional.²¹²

Entretanto, um tímido desenvolvimento industrial pôde ser observado. Em 1852, a indústria portuguesa já contava com 70 máquinas a vapor, em 1881, saltou para 328. Esse levantamento, porém, não alterou o fato de a produção manufatureira continuar sendo secundária, pois somente 19% dos trabalhadores estavam no segmento industrial em 1890. Em 1892, a agricultura contribuía com o triplo de rendimento nacional em relação ao manufatureiro, enquanto na Grã-Bretanha o rendimento dado pelo setor industrial era cinco vezes maior do que o da agricultura. No final do século XIX, a produção artesanal se mantinha de forma expressiva, ultrapassando a industrial em alguns segmentos como a carpintaria, a tecelagem de seda, o alimentício e o vestuário.²¹³

Fosse pelas Grandes Navegações, pelos Tratados Comerciais ou pelo fato da política nacional ter suas razões para favorecer apenas a agricultura em detrimento do setor industrial, a realidade para os letrados era que Portugal estava atrasado na corrida industrial europeia. Os apontamentos aqui suscitados sugerem que alguns argumentos elencados por Antero de Quental e por Teófilo Braga foram baseados em alicerces sólidos, outros, nem tanto.

Paradoxalmente, a noção ou o sentimento de decadência, respectivos à *política*, à *moral* e à *economia*, justificavam a necessidade imediata do devir progressista. A construção da narrativa sobre o declínio da sociedade e os argumentos que foram utilizados serviram de base para os intelectuais sustentarem a promessa republicana. Em sentido inverso às causas que fizeram Portugal uma nação condenada à decadência, tinha-se: a *federação* para superar as controvérsias do *centralismo*; a *liberdade* republicana e a *democracia* viabilizariam a elevação *moral* da sociedade que seria incluída e participaria efetivamente dos rumos do país;

²¹² PEREIRA, Miriam Halpern. op. cit. p. 14.

²¹³ Idem. Ibidem. p. 15.

a *indústria* e a valorização do *trabalho* eram a solução para superar o atraso da *economia* que favorecia poucos em detrimento de muitos. Defender a existência concreta da decadência implicava legitimar a *República*!

A inflexão sobre as causas do declínio se encontrava na constatação de que a história de Portugal, apesar do seu papel pioneiro no início do período Moderno, não consolidou um caminho para a modernização.²¹⁴ Em contrapartida, o apego à ciência dispensava o fortuito através do determinismo evolucionista. No caso do positivismo adotado por Teófilo, por exemplo, a lei dos três estados validava o sentido evolutivo da história. Além disso, a humanidade já havia passado os estados teológico e metafísico, ela adentrava em sua fase científica ou positiva. As ciências sociais tinham, portanto, condições de imbuir o homem a prever o futuro, anulando o efeito do inesperado.²¹⁵ Na articulação entre o passado e o futuro, o fundamento histórico não poderia ser dissociado da constatação evolutiva. A histórica possuía uma função educativa. O conhecimento do passado sustentava o “estatuto científico das previsões” ao passo que poderia evitar a repetição de “erros”, orientando e revelando o sentido do futuro.²¹⁶

Porém, o determinismo evolucionista pautado no cientificismo não era uma característica própria dos positivistas. Com o desenvolvimento do socialismo científico, fortemente disseminado pela Primeira Internacional em meados da década de 1860, Antero, defensor de uma revolução socioeconômica, não tardou a assumir a doutrina socialista. Ao menos no início do decênio de 1870, o letrado afirmava energicamente a iminência da República. Para tanto, se apropriou do conteúdo e das circunstâncias históricas que, a seu ver, seguiam a lógica evolucionista/progressista. Admitindo ainda a racionalização característica das teorias revolucionárias que, através da base científica, articulavam a história com o devir. Tanto o progresso como as teorias sociais caminhavam juntos para a efetivação de uma sociedade justa. Assim como as correntes do socialismo científico, Antero acreditava na emancipação social que estaria inscrita na história.²¹⁷

Todavia, interessante notar como a linha de raciocínio dos letrados se acrescentavam. Ambos poderiam defender proposições e ter concepções filosóficas diferentes para viabilizar a República, mas muitos de seus apontamentos eram compartilhados em princípio. Ao que parece, Antero seguia os românticos, como Herculano, na valorização da sociedade medieval

²¹⁴ BASTOS, Ana Luiza Marques. op. cit.

²¹⁵ CATROGA, Fernando. Positivistas e Republicanos. op. cit. p. 108.

²¹⁶ Idem. Ibidem. pp. 117-118.

²¹⁷ BITTENCOURT, Flávia R. Socialismo e História no Pensamento político de Antero de Quental. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.162-185, 2016. p. 164.

como paradigma a ser aceito pela modernidade. Enquanto Teófilo, constatando que os males absolutistas apontados por Antero ainda persistiam no governo da monarquia constitucional, priorizava uma análise mais recente. Os dois, porém, apresentavam condições e argumentos muito próximos para fundamentarem a decadência. Um leitor sensível a essa aproximação, poderia supor que o sentimento de declínio era quase unânime. E, em se tratando de intelectuais intervenientes e que foram referências tanto para os adeptos da república socialista como para a positivista, pode-se presumir que este sentimento impactou a consciência de muitos portugueses, apesar das dificuldades dadas pelo tradicionalismo e pelas forças reacionárias.

A ação de diagnosticar a decadência e de compartilhar o mesmo sentimento sobre o declínio da nação se insere tanto nos motivos como nas intenções dos letrados ao idealizarem um futuro melhor para Portugal. Atribuindo sentido ao justificar a necessidade da República. Foi contra estes sintomas causadores da degradação social e nacional que Antero de Quental e Teófilo Braga teorizaram, disseminaram e defendiam a modernização.

Como uma reação em cadeia, pode-se presumir que a Questão Coimbrã foi o contexto preparatório para os jovens iniciantes da intelectualidade. Motivados pela reflexão cultural, eles amadureceram suas concepções e endureceram suas críticas frente à sociedade, o aspecto político passou a dominar suas motivações. O sentimento de declínio foi fruto deste processo e seria ele o fator que fomentaria os respectivos projetos republicanos. A consciência sobre a decadência esteve no meio termo entre o produto de uma determinada circunstância histórica e a razão de novas circunstâncias históricas. Estava, assim, “anunciada” a *República*.

4. ESPECIFICIDADES DAS PROPOSTAS REPUBLICANAS – O COMBATE TEÓRICO

4.1 República Socialista Versus República Positivista

A Questão Coimbrã e as Conferências do Casino marcaram um momento característico na vida e na convivência intelectual da Geração de 70. A agitação e a atividade desenvolvidas dentro do ambiente acadêmico impulsionaram o gosto pela reflexão e pelo debate público. Da insatisfação cultural que frisava uma literatura inócua, restrita a uma elite e carente de abordagem filosófica e social, os jovens condicionaram o debate, entre aos anos de 1865 e 1871, para o âmbito político. As conferências enfatizaram o intento dos intelectuais em instituir uma nova consciência social, um meio programático que atendia às aspirações iniciais de Coimbra. Por meio delas os letrados se mostraram engajados na luta pelo progresso ao alertarem sobre as causas que primeiro fizeram a nação encontrar a decadência e que depois impossibilitavam o avanço de políticas progressistas.

As perspectivas históricas e filosóficas vinculadas ao sentimento de declínio garantiram que as ponderações dos intelectuais adquirissem contornos de clarividência e de racionalismo perante a narrativa sobre a decadência. O ensejo científico, dotado de sentimentalismo, propiciou ainda a problematização das causas que fizeram de Portugal uma nação estagnada. *Centralização*, *Moral* e *Economia* foram os três conceitos-chave para a compreensão da situação portuguesa. Tais conceitos, porém, subsidiaram a construção dos projetos de *República* de Antero de Quental e de Teófilo Braga. Afinal, a descentralização, a elevação da moral e as novas diretrizes econômicas nortearam o pensamento progressista e republicano. Embora as diferentes frentes filosóficas fizessem com que divergissem sobre como as mudanças sociopolíticas deveriam ser empreendidas.

Se o tema da decadência aproximou as opiniões, o modelo republicano a ser instituído foi marcado pelo dissenso entre duas filosofias conflitantes. O Socialismo pressupunha a transformação sociopolítica por meio de reformas socioeconômicas, enquanto o viés positivista priorizava reformas institucionais, pois entendia que a política era o caminho para a harmonização das forças sociais. Além disso, o socialismo anterioriano foi desenvolvido de acordo com a corrente aliancista e libertária da Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) de 1864. Esta frente da Internacional defendia a emancipação proletária de forma conjunta e universal, priorizando o protagonismo do operariado no processo revolucionário e negligenciando a necessidade de recorrer à política oficial burguesa. Por

outro lado, pautado na filosofia de Auguste Comte, Teófilo desenvolveu uma leitura nacionalista, insuflada de valorização étnica e cultural para a manutenção da coesão nacional, só assim, por meio da solidariedade social, a República se radicaria nas mentes e nos sentimentos dos portugueses.

Em princípio, tanto Antero como Teófilo compartilhavam a ideia de fazer da política uma ciência social. Durante o século XIX, alguns segmentos filosóficos visavam promover a relação entre a política e a filosofia. Sendo assim, as revoluções que foram anunciadas por essas correntes assinalavam o cientificismo. Fosse se apropriando do critério étnico, evolutivo, econômico ou sociológico, as teorias revolucionárias teriam que se constituir objetivamente e, por isso, cientificamente.²¹⁸ Ao afirmarem suas concepções no debate público os intelectuais objetivavam legitimar a viabilidade republicana, para tanto, se colocaram como porta-vozes de uma tendência que entendiam ser inevitável e popular.

4.1.1 O Socialismo Anteriano e a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores

Caberia, então, ser a oposição racional ante o sistema do regime monárquico - ou monárquico-burguês - desprendido de cientificismo e que resultou na promoção de uma elite que menosprezava a inclusão política e econômica da maioria em detrimento de poucos privilegiados. As teorizações sociopolíticas de Antero canalizavam as aspirações coletivas e, dotado de uma consciência que refutava o sistema vigente, pôde constatar um tempo entendido como controverso. Neste caso, ele rejeitou as inverdades da classe dominante que visava a continuidade de sua hegemonia.²¹⁹ Na tentativa de subverter a ordem injusta das coisas, o letrado, munido de cientificismo e elencando as circunstâncias históricas, comparou dois tipos de República, sendo uma referente às circunstâncias passadas ou as que ainda estavam em exercício, como a III República Francesa, e a outra pertencente ao ideal, mas que nem por isso impossível de se concretizar.

Na compreensão de Antero, as repúblicas existentes seriam as “Repúblicas de Fato”, enquanto as que eram imbuídas de ciência e de filosofia se configuravam como “Ideia de República”. As primeiras foram aceitas nos conformes de interesses restritos que se mantinham nas relações partidárias da política burguesa, portanto, contrários ao que propunha

²¹⁸ CATROGA, Fernando. Política, História e Revolução em Antero de Quental. **Revista de Guimarães**, Guimarães, n. 102, p.145-201, 1992. pp. 1-2.

²¹⁹ AMORA, André Luiz Alves Caldas. Antero de Quental: A voz da revolução. **Cadernos do CNLF: PUC**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 04, p. 402-413, 2009. p. 407.

a ideia republicana que representava o social e o pensamento dos povos, mas que estava em processo de elaboração. A República enquanto ideia, ou ideal, estaria de acordo com as aspirações de Liberdade, de Igualdade e de Justiça, sendo conduzida por soluções racionais frente aos problemas políticos. Além disso, seu compromisso se assentava na consciência dos povos, numa relação de inteligência e de liberdade.²²⁰

Sendo assim, o ideal republicano apresentava a solução para os problemas sociais que o modelo monárquico-constitucional ou mesmo as repúblicas francesas não conseguiram suplantam. Na medida em que:

as ‘repúblicas de fato’ são, entre as combinações políticas, mais uma combinação política apenas; não representam uma renovação social; não abrem uma idade nova na vida das nações: sob outros nomes, continuam as tradições governamentais da monarquia constitucional.

Apesar do generoso entusiasmo entre os partidários da República de Fato, o que ocorria na prática seria a perversão desse modelo progressista, “tornando-se mais retrógradas do que a própria monarquia”. Foram dois os fatores que inviabilizavam a constituição de um modelo justo e progressista republicano. Primeiro foi a herança monárquica que os novos regimes adotaram, como os partidos facciosos e os interesses de classe; segundo pela insuficiência do pensamento político que acabava por ser vago e conservador, chegando a ser indiferente e hostil às reformas verdadeiramente econômicas e sociais, “sem as quais a república não passa de uma vã palavra e uma experiência funesta”.²²¹

Nota-se, portanto, que o letrado questionava a permanência de características de sistemas antigos nos novos rumos progressistas. Assim, como a centralização transpassou do regime absolutista para o constitucional, as prerrogativas de classe ou de facções sociais poderiam vingar no modelo parlamentar republicano. Dito isso, o esfriamento ideológico vivenciado na continuidade de privilégios classistas corromperiam um sistema que se pretendia inclusivo. Pois, não foi este processo que Portugal havia presenciado com o governo Regenerador? Não foi a Geração de 70 que tencionou o rotativismo bipartidário que priorizava o avanço materialista ao passo que assegura a monarquia? O letrado tentava, então, alertar sobre os riscos de contaminação da República frente às políticas conservadoras.

²²⁰ QUENTAL, Antero de. A República e o Socialismo. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 389.

²²¹ Idem. Ibidem. op. cit. p. 390.

Antero era republicano, porém, foi partidário da República Social, daquela que se consubstanciava enquanto ideia e inspiração, mas que conseguiria transpassar a idealização e conquistar uma realidade institucional, econômica e socialmente democrática. Por ela se extinguiriam os antagonismos e os monopólios de classe, zelar-se-ia pelo direito e dignidade do trabalho em prol da igualdade entre os cidadãos.

A república, neste caso, não é mais do que a forma política daquela organização econômica da sociedade que nós, com o nome de Socialismo, temos sempre pregado como sendo a expressão exata da Justiça nas relações humanas. Entendida nesse sentido a palavra, somos republicanos, porque se não compreendemos que haja república verdadeira fora do socialismo, não compreendemos igualmente que fora da república possa o socialismo realizar-se completamente. [...]. Hoje é o incompleto que temos diante de nós: não é sobre ‘a ideia republicana’ que temos de nos explicar, mas sobre a ‘república de fato’.²²²

Entremetes, se instituir a República livre dos influxos tradicionais seria uma tarefa árdua, viabilizar o modelo republicano nos conformes socialistas, por mais que se reivindicasse maior apelo social, se configurava como um difícil objetivo a ser conquistado. Em Portugal havia uma tímida formação da classe operária, a falta de instrução e de incentivos industriais de forma a aumentar o número de proletários foram dois fatores que comprometeram a maior adesão à causa socialista.

Nobre França²²³, em 1872, escrevia a Friedrich Engels em tom de desabafo sobre as dificuldades de se conscientizar os trabalhadores para a revolução emancipadora. Segundo França, a classe trabalhadora portuguesa era desprovida de ideias e de iniciativa, além de quê, se mostrava desconfiada e mantinha um isolamento que se confundia com independência, sem instinto de sociabilidade, “possuindo ideias muito confusas do Estado e da Autoridade”. Apesar de “humilhados” pelas instâncias governamentais e sociais, os trabalhadores não estavam aptos para compreenderem sua situação e a ideia de emancipação. Sendo assim, “proprietários e industriais agrícolas e fabris, os administradores de conselhos maiores e regedores é quem são os eleitores; os operários são simplesmente rebanhos guiados por aqueles”.²²⁴ Nesses termos, França apontava um problema para a causa revolucionária, se a revolução era destinada para a melhoria das condições de vida do proletariado, o qual, em sua maioria, era de analfabeto, como promover a emancipação consciente como propunha

²²² Idem. Ibidem. pp. 390-391.

²²³ Nobre França (1838-1920) foi um dos principais representantes da corrente marxista da Internacional em Portugal.

²²⁴ FRANÇA, Nobre. apud MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. pp. 26-27.

Antero? Tratava-se de um diálogo complexo entre interlocutores distintos social e intelectualmente.

Possivelmente, Antero de Quental estava ciente sobre a complexidade da relação que deveria ser construída. O intento em apresentar o Socialismo como uma manifestação evolutiva e progressista resumia uma vontade de atribuir à noção revolucionária uma conotação de desdobramento natural, um acontecimento característico do percurso histórico.

Nesse sentido, o autor buscava afirmar o Socialismo como um fenômeno que não ameaçaria as instituições e os costumes basilares que constituíam o organismo da sociedade. Pois a revolução não seria uma invenção individual ou exterior à realidade social, antes, era a “história e tradição num período das suas transformações contínuas, um parto da razão coletiva e um fruto natural do mesmo desenvolvimento da sociedade”. Na concepção de Antero, cada período assinalava um modelo governativo e de organização específica, a história demonstrava a evolução desde o feudalismo, passando pelas monarquias e pelo liberalismo constitucional para, por fim, estabelecer “o que será amanhã (e já hoje começa a ser) o socialismo: um novo período e uma nova forma no organismo”. Tratava-se, então, não de uma hipótese provável, mas de um resultado concreto interpretado pelas doutrinas filosóficas e científicas.²²⁵

Observa-se por tais afirmações que Antero tentava distanciar a revolução socialista da noção de uma revolução marcada pela ruptura brusca com a organização social tradicional. Ao contrário, havia uma clara tentativa de vincular o Socialismo à evolução natural das sociedades. Logo, como parte do progresso, a ruptura ocorreria somente com os elementos nocivos para o desenvolvimento igualitário e justo. Nesse sentido, a construção do pensamento socialista anterior dependia de uma série de fatores que, conforme abstraídos e desenvolvidos pelo letrado, foram sendo articulados para a formação de uma teoria específica para a efetivação da igualdade. A constatação das causas da decadência, por exemplo, encontrou respostas e soluções teóricas dadas pela Associação Internacional dos Trabalhados.

As consequências da Comuna de Paris de 1871 – que estava vinculada à Internacional - não foram sentidas somente com as Conferências Democráticas do Casino em Portugal. Os partidários da causa parisiense na Espanha sofreram repressões. Neste período, entre os espanhóis que buscaram refúgio em Lisboa, estavam Francisco Mora, Gonzales Morago e Anselmo Lorenzo. E, no momento da chegada dos espanhóis não havia nenhuma organização

²²⁵ QUENTAL, Antero de. Teoria do socialismo, evolução política e econômica das sociedades da Europa: por J. P. de Oliveira Martins. Lisboa, 1872. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. pp. 409-410.

que correspondesse ou que estivesse ligada à AIT. Coube aos refugiados explicar a Antero a diferença entre republicanismo e socialismo, termos que até então se confundiam. Reunidos, fundaram a Seção Portuguesa da Internacional que permaneceu influenciada pela origem espanhola e proudhoniana. Isto significa que o Socialismo desenvolvido a partir deste encontro dialogava com a orientação libertária de Mikhail Bakunin²²⁶ e de Joseph Proudhon, defensores de uma doutrina estruturada pela descentralização e pela autonomia dos núcleos internacionais. Porquanto que, em 1871, ainda não havia vingado a orientação monolítica do marxismo dentro da Associação Internacional.²²⁷

As ideias e a organização da AIT alicerçavam as afirmações de Antero sobre o Socialismo. A atividade política e teórica da Internacional foi empreendida para a conquista da emancipação e para o alcance da solidariedade entre os trabalhadores de diferentes países e profissões. A pluralidade de segmentos teóricos que ali foram desenvolvidos e debatidos não era considerada uma ameaça para a ação revolucionária. Ao contrário, a intenção dos fundadores foi de fazer valer a prática democrática, abrindo a perspectiva para trabalhadores de diversas tendências. Visava-se, portanto, instituir a unidade possivelmente democrática frente à multiformidade das divisões trabalhistas e teóricas. A principal meta era se colocar como instrumento impulsionador na luta pela emancipação.²²⁸

O perfil democrático, descentralizador ao passo que unificador, a atividade vanguardista perante o proletariado, todas essas características exercidas e propagadas pela AIT podem ser encontradas no pensamento teórico e na mobilização política de Antero de Quental. Estas tendências foram observadas por ele e igualmente incorporadas na sua movimentação como intelectual progressista. O contato com as diretrizes da Internacional só fizeram complementar e reafirmar sua predisposição democrática e revolucionária. Pois, ao convidar Teófilo Braga para as Conferências, antes de adotar “oficialmente” o socialismo internacionalista, Antero escrevera o seguinte:

Temos um programa, mas não uma doutrina: somos associação, mas não igreja: isto é, liga-nos um comum espírito de racionalismo, de humanização positiva das questões morais, de independência de vistas, mas de modo nenhum impomos uns aos outros opiniões e ideias.²²⁹

²²⁶ Junto com Proudhon, Mikhail Bakunin (1814-1876) foi um dos filósofos fundadores do anarquismo, entre suas principais concepções estava o ideal coletivo de sociedade e a aversão da politização burguesa no movimento revolucionário.

²²⁷ SARAIVA, António José. op. cit. pp. 51-52

²²⁸ COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. *Aurora*, Marília, n. 8, p.165-183, 2011. p. 169.

²²⁹ Cabe ressaltar que as conferências foram ministradas em maio de 1871, enquanto que os espanhóis que contribuíram para que Antero se ligasse à Internacional só chegaram à Lisboa em junho do mesmo ano.

Provavelmente o espírito democrático de Antero foi mais acentuado do que o Socialismo. A Internacional veio a solidificar teórica e cientificamente sua propensão à respeitabilidade igualitária e inclusiva.

Em 1872, sobre o Congresso da Internacional em Haia, entoando admiração, Antero se deixava deslumbrar ao ressaltar que ali foram discutidas e opinadas correntes diversas. Provando com isso a extensão e vitalidade do movimento operário internacional, sem unidade mecânica e artificial, com uma organização harmônica de elementos distintos, mas que se completavam ao concorrerem para um resultado comum.²³⁰ A assimilação das ideias defendidas pela AIT se entende igualmente pelo apego racional, tal que somente pelo viés da *ratio* é que se poderia conquistar o amor e a justiça, elementos fundadores do equilíbrio social. A celebração da razão promoveria a plenitude da consciência, enquanto o “eu” seria subvertido e conciliado com o ideal de justiça, desprendendo-se de quaisquer amarras dogmáticas.²³¹

O sentido histórico-evolutivo predominava e confluía com a atmosfera revolucionária. O domínio e a apropriação do passado pelas teorias filosóficas sustentavam a transformação social de forma pacífica. Na leitura de Antero, a Internacional não se direcionava por caminhos desconhecidos em busca de seu ideal, pois, para organizar o exército de trabalhadores, pautava-se na luta cotidiana, com critérios oriundos de condições reais. Não se travava de utopia na medida em que visava empreender práticas possíveis para a emancipação, fato este que era compreendido como inegável, um fenômeno garantido pela evolução histórica. Sendo assim, a perspectiva teleológica fundamentada pela filosofia dispensava práticas que poderiam se ligar ao jacobinismo,²³² o Socialismo contemporâneo da Internacional possibilitaria a *práxis* da luta cotidiana pela emancipação bem organizada, pacífica e direcionada.

Equiparar revolução e evolução era uma constatação que partia da seguinte premissa: as novas ciências sociais analisavam a sociedade como um organismo de vitalidade e de dinâmicas próprias. Nesse sentido, as transformações seriam fruto das condições internas e se afirmariam no tempo adequado. A racionalização da política permitia associar o modelo violento revolucionário como um fenômeno absurdo e intratável. Em contrapartida, o revolucionário moderno estaria assegurado pela crítica e pela ciência, não por instintos

²³⁰ QUENTAL, Antero de. O Congresso Internacional na Haia. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 378.

²³¹ AMORA, André Luiz Alves Caldas. op. cit. p. 411.

²³² QUENTAL, Antero de. O Congresso Internacional na Haia. op. cit. pp. 379-380.

irrefletidos ou por raciocínios abstratos. Para Antero, a agenda da Internacional priorizava as sucessivas transformações de forma evolutiva, respeitando a organicidade social, portanto, ela estaria de acordo com o processo natural.²³³

O Socialismo se desenvolveu no século XIX em decorrência das contradições sociais experimentadas pelas sociedades que adotaram o capitalismo industrial. A ascensão quantitativa de proletários fez com que o problema da desigualdade ficasse mais visível aos olhos daqueles que idealizavam condições mais justas de produção e de vida. O progresso na perspectiva socialista não estava restrito somente ao aprimoramento de técnicas de produção e ao aumento do consumo, a modernização social não negava esse tipo de desenvolvimento, mas entendia que o aperfeiçoamento das relações de produção poderia estar acompanhado de qualidade de vida. Impactando e ampliando qualitativamente o bem comum, identificando no trabalhador o principal fator no cálculo de bem-estar.

Em meados do *oitocentos*, a complexa situação da classe trabalhadora estava demasiadamente expressiva diante das contradições sociais. Neste período, alguns teóricos sublinhavam a ideia de fomentar uma comunidade cooperativista, baseada em aspirações democráticas como o principal exercício prático do povo. Este por sua vez, como substância do ideal democrático, foi elevado ao patamar de protagonista histórico. Esta concepção pressionava o modelo de sociedade monárquica e, na medida em que as relações capitalistas se expandiam para o âmbito transnacional, a abordagem democrática e inclusiva do proletariado enquanto povo não ficou restrita à limitação nacional. O *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx de 1848, exemplificava a tendência universal do movimento com a seguinte assertiva: “Proletários de todos os países, uni-vos”. Se o capitalismo expandia suas contradições em nível internacional, a socialização dos meios de produção deveria acompanhar tal tendência.²³⁴

Sendo assim, assimilando as ideias propagadas pela AIT, Antero construía sua base teórico-revolucionária de acordo com uma coordenação internacional. Diretrizes tais como a extinção das classes sociais e a abstenção da política burguesa foram adotadas pelo letrado e traduziam as ideias primitivas da maior organização proletária do período. Além desses fatores, o modelo de federalismo-universal tendia a fazer de suas ponderações uma visão distanciada da conjuntura nacional que estava inserido. Mesmo reconhecendo as particularidades da história portuguesa ao constatar a decadência, o socialismo de Antero, enquanto proposição, minimizava os problemas domésticos de Portugal. Entretanto, as causas

²³³ CATROGA, Fernando. Política, História e Revolução em Antero de Quental. op. cit. pp. 28-30.

²³⁴ COGGIOLA, Osvaldo. op. cit. pp. 165-166.

históricas do declínio por ele identificadas subsidiaram e contribuíram para a teorização revolucionária. Como um primeiro impulso, suscitaram problemas e indagações que, mais adiante, encontraram o respaldo teórico da Internacional. Afinal, se a promessa da AIT consistia na realização revolucionária conjunta, harmônica e coesa entre os povos, por quais razões se limitar e se concentrar apenas na revolução nacional?

4.1.2 A República Positivista Teofilana

Fundamentado pelo viés positivista de Auguste Comte, Teófilo Braga tentou vincular seu projeto republicano com as condições nacionais. Ele demonstrou proeza de raciocínio ao adaptar a filosofia adotada à conjuntura portuguesa. Sua leitura sobre a necessidade de reafirmar a soberania nacional do povo através do voto universal, as comemorações que celebravam os grandes homens e feitos do passado, seu federalismo de base étnica, esses fatores convergiam para a reunião de aspectos nacionais. Ao projetar a República portuguesa, Teófilo semeava as condições mentais e preparativas para as reformas que entendia ser necessárias.

Todavia, a herança liberal que garantia a liberdade de reunião e de associação assegurou o desenvolvimento de núcleos e de centros republicanos antes mesmo da fundação do Partido Republicano em 1876. Simultaneamente, esse tipo de liberdade constitucional contribuiu tanto para a disseminação como para a formação tripartite de facções republicanas. Entre as frentes de oposição ao governo estavam os republicanos moderados, os democratas e os radicais ou federais ao quais se ligou Teófilo. Os radicais visavam a abolição da monarquia para a constituição da República Democrática e Federal Portuguesa de modo a estabelecer um regime de estados autônomos e o sufrágio universal que contemplaria ambos os sexos maiores de dezoito anos.²³⁵

Teófilo não era socialista, mas isso não o impediu de ser sensível intelectualmente sobre os sucessivos acontecimentos que assolaram a Europa após a Revolução Francesa. Afinal, o avanço democrático que se estendeu sob a égide revolucionária ameaçava as sociedades elitistas e tradicionais. Considerar o significado dessas implicações se tornou imperativo para aqueles que visavam promover uma nova organização social pacífica e progressista.

²³⁵ LUZ, José Luís Brandão da. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga**. Açores: Presidência do Governo Regional dos Açores / Direção Regional da Cultura, 2012. 30 p. pp. 225-226.

Para Teófilo, a Revolução de 1789 desencadeou uma “crise dos espíritos” e apesar do termo “crise” poder conotar um sentido pejorativo, para o letrado a instabilidade mental fazia parte da evolução da consciência moderna. Esta, por sua vez, não teria sido acompanhada pelas instituições tradicionais, gerando por isso uma anarquia social e a consequente necessidade de se instituir uma nova unanimidade dos sentimentos. Para tanto, a filosofia positiva seria o meio para sistematizar as novas concepções humanas.²³⁶ Este potencial do positivismo se justificava em decorrência de dois princípios filosóficos: a *lei dos três estados*²³⁷ e a *classificação hierárquica dos conhecimentos humanos*, ambos foram determinados historicamente na medida em que o estado mental foi evoluindo no mundo pós-feudalismo. Nesse meio-tempo, caracterizado pelo desenvolvimento científico, as ciências foram sendo instituídas de forma independente, acumulando fatos sem nexos correspondentes, sem uma teoria que conseguisse efetivar uma dependência mútua entre as especialidades, ou seja, sem uma Filosofia. Entretanto, ao conceituar a *lei dos três estados*, Comte buscou a unificação filosófica das frentes do saber científico.²³⁸

Convém sublinhar a importância de compreender como Teófilo interpretava o potencial de sistematização da Filosofia Positivista para com as ciências independentes visto que ele projetou esta característica unificadora para os problemas sociopolíticos. Se a crise dos espíritos havia se afirmado nas mentalidades, somente uma base filosófica, racional e articuladora poderia unir, cientificamente, os ânimos exaltados que reclamavam mudanças institucionais.

Teófilo reconhecia que o progresso social tendia a estabelecer uma relação de conflito com os poderes constituídos. Sendo assim, “a revolução no seu sentido mais profundo é este perpétuo antagonismo entre a ideia e o fato; o que hoje se considera como uma perturbação amanhã conhece-se que é uma nova harmonia de outras forças que entraram em atividade”.²³⁹ Isto é, assim como Antero interpretava a revolução como uma evolução, Teófilo entendia que os influxos progressistas encontrariam um equilíbrio harmônico, respeitando as condições e o tempo histórico para se consolidarem.

²³⁶ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1877. pp. 10-11.

²³⁷ A lei dos três estados de Auguste Comte indica três fases da história humana: a teológica que busca no transcendental as explicações sociais, por isso era uma forma primitiva de raciocínio; a metafísica que substituiu a teológica na medida em que se desenvolvem abstrações com um grau mais elevado de razão; e a positiva, o estado científico por excelência tal que os fenômenos naturais e sociais poderiam ser observados com a finalidade de se instituir leis universais.

²³⁸ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. pp. 14-16.

²³⁹ Idem. **Soluções positivistas da política portuguesa**. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1912. p. 18.

Como o letrado pôde validar tal concepção? Bastava direcionar um olhar retrospectivo para os acontecimentos do século vigente. No caso português, por exemplo, a instituição da monarquia constitucional foi o produto das tensões entre os então liberais progressistas e os conservadores ou moderados que zelavam pela continuidade do poder régio. Ao incorporar filosoficamente este tipo de evolução, que considerava a relação entre as tendências progressistas e a reação de conservadores, Teófilo estava a anunciar que a República seria o novo produto a ser instituído.

Todavia, o diferencial do modelo republicano era que, além de ser uma demanda evolutiva, poderia ser consolidado pelo racionalismo científico. No entender de Teófilo Braga a forma de política empírica vivenciada até então sacrificava o interesse social em detrimento de um favoritismo egoísta e elitista. Para manter seus privilégios, os que tinham acesso ao poder ou que desfrutavam indiretamente do mesmo tentavam desqualificar a forma republicana, acreditando ser possível contrariar a marcha do progresso. Entretanto, por ser a República um fenómeno derivado das tradições, porém, dotada de racionalidade e de moral, ela se apresentava como um imperativo da própria vida moderna que se apoia em teorias ratificadas pela intelectualidade. Enquanto a emoção tradicionalista seria fortuita, a racionalidade representava a unanimidade, libertando a sociedade dos acidentes emotivos.²⁴⁰ Nota-se, assim, a necessidade de legitimar a República como um produto da perfectibilidade racional e científica, uma concepção próxima a de Antero quando contrapôs a República de Fato e a Ideia de República.

E, assim como Antero alertava sobre os riscos de se instituir a República sem base científica, Teófilo, seguindo Comte, advertia sobre os riscos de uma revolução precipitada, não condizente com a leitura e com as urgências históricas. As revoluções implicadas em paixões e desprovidas de análise e de reflexões científicas, fossem elas pautadas no regresso de regimes superados pelo progresso ou pelo desejo de constituir um modelo de sociedade repudiado por segmentos societários dominantes, seriam uma perversão às condicionantes temporais. A necessidade de articular harmônica e correlativamente a ordem e o progresso pressupunha o exercício de uma pedagogia cívica que objetivasse suplantar o conservadorismo ao passo que igualmente visasse superar a tendência de revolucionários intransigentes.²⁴¹

²⁴⁰ PEREIRA, José Esteves. Positivismo e República. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, MG, n.3, p. 108-118, 2009. p. 111.

²⁴¹ HOMEM, Amadeu Carvalho. O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional. In. MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo. (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 112.

No entanto, o intuito de se estabelecer uma pedagogia cívica prognosticava o sentido da coletividade. O excesso individualista do liberalismo clássico foi superado na teoria teofilana pela valorização do homem como parte de algo maior, a Humanidade. Segundo o letrado, o “*eu* psicológico ou individual”, mesmo munido de racionalidade, seria incapaz de produzir, sozinho, manifestações socioculturais ou sociopolíticas, como a criação da linguagem, dos direitos, da arte, enfim, tudo o que se referia aos prodígios característicos da sociabilidade. Nesse sentido, “essa entidade abstrata, o Eu coletivo ou Humanidade, que relaciona pela evolução da história todos os esforços parciais dos indivíduos, deve portanto definir-se a perpetuidade da Consciência”. Neste caso, teóricos como Antero, por exemplo - que afirmava que todos os homens nascem livres e iguais, seguindo por isso a tradição filosófica jusnaturalista²⁴² – “nunca conheceram esta forma do EU, e por isso fizeram religiões naturais, e direitos naturais e razões naturais, procurando a origem desses fatos sociológicos no organismo individual, que lhe falsificava toda a compreensão”.²⁴³

Assim, Teófilo Braga analisava e sintetizava o coletivo como a manifestação das partes individuais, uma somatória manifesta em todos os tempos e sociedades. Por esta perspectiva, a coletividade seria passível de observação, por conseguinte, de análise e de reflexões. Nessa linha de raciocínio o letrado contrapôs não só o individualismo dos teóricos iluministas, jusnaturalistas e contratualistas, como também as filosofias metafísicas às quais se ligava Antero, mesmo que para fundamentar a igualdade social/coletiva.

A concepção de que a “perpetuidade da consciência” teria que ser definida pelo *eu* coletivo, contribuiu para que Teófilo se movimentasse nesse sentido. As comemorações cívicas do início da década de 1880 foram um esforço de sua parte para fortalecer o sentimento nacional e de solidariedade entre os indivíduos, ou seja, entre as partes que compunham a sociedade. As comemorações de fundamentação filosófica e histórica serviram para suscitar a meditação sobre a história nacional, a título de florescer o sentimento e a emoção coletiva. Tratava-se, portanto, de coordenar a unanimidade dos sentimentos que estavam isolados na consciência dos indivíduos, através da passagem da síntese afetiva (emocional) para a síntese especulativa (racional). Os sentimentos direcionados pela racionalidade seriam a condição para a transformação das sociedades.²⁴⁴

²⁴² A coletividade igualitária anterior seria um desdobramento das reformas econômicas, porém, era reivindicada como direito natural.

²⁴³ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. p. 51.

²⁴⁴ MATOS, Sérgio Campos. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX. **Penélope, Fazer e Desfazer a História**, Lisboa, n. 8, p. 51-71, 1992. p. 61.

Assim como o indivíduo isolado não consegue desenvolver os fenômenos da coletividade, ele sozinho também não consegue encontrar a solução para os problemas sociais. O conhecimento individual se definiria por uma lógica casual, indutiva e dedutiva, em contrapartida, o conhecimento pleno dependeria da evolução prática e coletiva. Entretanto, os dois tipos de conhecimento não se anulam, eles se completam em termos de racionalidade na medida em que a sociedade progride com as descobertas individuais que partem de um conhecimento previamente estabelecido. Ou seja, existe uma relação de solidariedade entre a parte e o todo.²⁴⁵ Nesse sentido, Teófilo estabeleceu e interpretou uma relação de interdependência que atribuía sentido à solidariedade. Ele não negava a ação individual, ao contrário, valorizava este tipo de atividade ao tentar compreender sua funcionalidade no ambiente coletivo.

Se a sociedade era a máxima da filosofia positiva teofilana, o método para a análise de seu principal objeto de estudo possuía alguns critérios próprios. Não bastaria apenas compilar os fatos sociais, estes teriam que ser logicamente organizados por uma linha de sucessão tal que o acontecimento precedente esclarece o conseqüente. Este ponto de vista elucidava as condições de progresso, assegurando novas formas de intervenção. Sendo assim, a política poderia se tornar uma ciência aplicável na medida em que teria o potencial de coordenar cientificamente as energias sociais. Bastaria, porém, que as formas de administração pública se submetessem à filosofia positiva, respeitando a ordem dos acontecimentos e, assim, se preparando para aniquilar possíveis ameaças conservadoras e individualistas frente ao progresso social.²⁴⁶

Deste modo, é notável como Teófilo projetou na política positiva o mesmo potencial unificador da filosofia comtiana em relação às ciências que eram independentes. A política estaria para a sociedade assim como a filosofia estaria para as ciências.

Em contrapartida, Teófilo se esforçou para transcender o conhecimento metafísico com o fim de constituir novos preceitos progressistas. A unidade positiva proposta por ele negava o tipo de conhecimento absoluto pautado no “princípio” e na “finalidade” como meio de se compreender os fenômenos do mundo exterior. Para ele, os fenômenos provinham das relações, neste caso, o conhecimento não deveria se restringir a uma observação isolada e sim considerar as conseqüências da relação harmônica entre os fatores sociais que desencadeiam

²⁴⁵ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. p. 92.

²⁴⁶ LUZ, José Luís Brandão da. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga**. op. cit. pp. 233-234.

outros tantos. Sendo assim, mais importante do que entender o “princípio” e a “finalidade”, seria entender “como” se estabelecem as condições para o exercício dessa solidariedade.²⁴⁷ Pois, a ciência concreta é descritiva, ela precede a ciência abstrata. Nesse sentido, ao agrupar os fatos, estabelece-se o critério “dedutivo” e com isso a previsão dos fenômenos que adquirem um caráter geral e abstrato, mas que é derivado das leis que regem os acontecimentos.²⁴⁸

Dito isso, se entende a razão e a cautela de Teófilo ao afirmar que a República não poderia irromper na história de forma bruta, antes, ela teria que estar de acordo com o contexto, isto é, com a relação dos fenômenos sociais que implicariam a sua efetivação. Porquanto, os acontecimentos anteriores determinam os posteriores. Compreende-se igualmente a necessidade de uma pedagogia cívica de forma a educar a base social majoritária, como uma estratégia de implantação.

Em termos, nota-se certa semelhança entre a proposição de Teófilo e a de Antero. O apego científico fazia com que ambos se distanciassem do jacobinismo, ao passo que cada qual, a sua maneira, anunciava a revolução como uma evolução intrínseca às determinantes sociais. A forma de conscientização para o processo revolucionário, porém, divergia na concepção dos dois autores. Antero visava a formação de uma consciência voltada para o Socialismo do futuro que se estabeleceria conforme a organização do presente, ditada pela Internacional. Teófilo enxergava na instrumentalização do passado, dos acontecimentos históricos, o meio propício para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de um progresso racional e coeso.

Ademais, Teófilo Braga partia da premissa positivista para constatar que a ação política deveria ser pautada pelo conhecimento científico da sociedade, ou seja, pelo conhecimento sociológico e histórico. Caberia à sociologia estabelecer as leis orgânicas com a finalidade de evitar as inconsistências do acaso econômico, social ou político. Nesse sentido, os fatos sociais teriam dupla função elucidativa: indicariam os elementos que asseguram a conservação e a estabilidade social e os que possibilitam as alterações necessárias. A história seria, então, o suporte para a compreensão da dinâmica da sociedade na medida em que reconstruir o passado implicava estabelecer o entrecruzamento de acontecimentos e de circunstâncias que determinam o sentido evolutivo.²⁴⁹

²⁴⁷ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. p. 119.

²⁴⁸ Idem. Ibidem. op. cit. p. 136.

²⁴⁹ LUZ, José Luís Brandão. O enraizamento social da ideia da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga. In: MATOS, Artur T. **Sociedade, Cultura e Conflito nos 100 anos da República portuguesa**. [S.I.]:

União das ciências, união dos fatos e união social. Fosse no campo filosófico ou no sociopolítico, Teófilo demonstrava demasiado empenho em promover a unanimidade. Para tanto, direcionava a atenção às particularidades para identificar as condições de anexação dos segmentos considerados. Assim o fez, por exemplo, ao destacar a harmonia e a solidariedade entre o papel do indivíduo e da sociedade. Defender a consubstanciação das coisas não era menos importante do que compreender a singularidade das partes, só assim o conhecimento alcançaria um grau mais ampliado de completude.

A já mencionada “crise dos espíritos” do pós-Revolução Francesa, tipificava a fratura do principal fator de unificação da sociedade tradicional, o sentimento religioso. O desenvolvimento científico fez com que as consciências se desprendessem das crenças teológicas. Em contrapartida, o que antes era o motivo da unanimidade dos espíritos, virou razão de perturbação. Nesses termos, segundo Teófilo, Comte se preocupou em identificar o novo elemento para a mutualidade e, ao invés da religião revelada, encontrou a religião demonstrada, com a qual “o homem pela compreensão do seu passado histórico e do futuro da espécie, formaria uma moral nova e realizaria uma maior solidariedade”. Todavia, o paradoxo estaria no fato de que a solidariedade voluntária e unívoca seria inviável em uma sociedade regida pela centralização administrativa.²⁵⁰

Daí a legitimação da República como meio de se instituir a reconciliação das partes no todo, garantindo a harmonia independente. Divulgar o republicanismo como um fenômeno radicado na história do país equivaleria a educar o povo para reaver a sua soberania. Esta, por sua vez, se manifestaria pela ação do voto universal e pelo federalismo. A federação seria o melhor sistema para adequar a autonomia municipalista, tendência historicamente registrada antes mesmo da nacionalidade.²⁵¹ Desenvolver o ideal republicano sob o signo da racionalidade consciente era a forma de assegurar sua permanência diante de forças e interesses contrários ao progresso.

Assim como Antero identificou nas “Repúblicas de Fato” a impulsividade de paixões que faziam a revolução perecer, Teófilo, analogamente, constatou uma tendência semelhante. Segundo a leitura teofilana: “nas épocas em que as transformações sociais se faziam pela paixão legítima dos oprimidos, apareciam as revoluções, os grandes sacrifícios e todo o

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura: Faculdade de Ciências Humanas: Universidade Católica Portuguesa, 2013. p. 9.

²⁵⁰ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. p. 234.

²⁵¹ LUZ, José Luís Brandão da. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga**. op. cit. pp. 230-231.

trabalho caducava depois diante das reações cavilosas”. Entretanto, as transformações sociais passaram a ser pensadas por um *modus operandi* consciente, identificando o conhecimento de causa que impossibilitaria qualquer forma de reação atrasada. Os conservadores, acomodados com o regime monárquico, pretendiam passar a ideia de que o povo não estaria preparado para a República, afirmação esta que se configurava como um sofisma para Teófilo. Pois, segundo o letrado, foi o povo que:

transformou as classes servas da Idade Média em comunas fortes e em burgos industriais; foi ele que fundou os parlamentos onde fez representar os seus direitos; foi ele que transformou parte do proletariado em burguesia, e foi ele ainda que chamou a julgamento a realeza.²⁵²

Seguidamente, para o autor, a população estava apta para assumir seu papel soberano frente às deliberações públicas. Apesar disso, Teófilo não abdicou do vanguardismo representado pela figura do Partido. Se a federação republicana se consolidaria pelo viés científico, os populares necessitariam de pessoas versadas intelectualmente para harmonizar as energias sociais. Neste caso, pode-se presumir que o povo estaria preparado instintivamente para a revolução, mas não intelectualmente. A conciliação entre as aspirações populares e o intelecto vanguardista seriam dois fatores confluentes para a concretização republicana.

Teoricamente caberia aos intelectuais precisar a “História popular de Portugal” e promover “estudos de etnologia peninsular por onde se chegue à demonstração científica da República federativa; é preciso o estudo comparativo da política contemporânea, e ligar a vida política portuguesa com o movimento europeu”. Enquanto que em termos práticos, o engajamento corresponderia na educação do “povo no exercício do direito de reunião, ensinando-o a julgar os erros dos governos monárquicos e a exercer livremente e com consciência da soberania nacional a garantia política do voto”.²⁵³

A proposta de República vinculada às questões nacionais - tanto em termos teóricos, como o uso da história nacional, como em termos práticos, como a aceitação do Partido como instrumento revolucionário e de conscientização - distanciou fundamentalmente as proposições de Teófilo Braga e de Antero de Quental. Enquanto o Socialismo anterioriano priorizou a mobilização conjunta internacionalista, a República positivista de Teófilo concentrava seus esforços na conjuntura propriamente portuguesa.

²⁵² BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 59-60.

²⁵³ Idem. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 217-218.

O impacto dessas escolhas seria melhor observado no decorrer do decênio de 1870, sobretudo após os insucessos do Socialismo. A retaliação da Comuna de Paris, seguida do enfraquecimento da Internacional em 1872, davam indícios de que estava comprometida a teoria e a prática socialista. E isso, se considerado o fato de que os socialistas entendiam a revolução como certa, como produto da evolução, impactou negativamente os ânimos daqueles partidários da causa, como foi o caso de Antero.

Conforme o socialismo perdia forças na disputa política, o republicanismo se afirmava cada vez mais na linha de frente como oposição à monarquia. Enquanto o federalismo cosmopolita se abalava, o republicanismo da federação nacional, que exaltava as tradições e o amor à pátria, ganhava a expressão dominante da revolução.²⁵⁴ Se a revolução *para e pelo* povo de Antero não vingaria, a revolução vanguardista que se limitou na mobilização *para* o povo de Teófilo iria se sobressair como mais eficiente e possível de realização. Afinal, não foi por mero acaso que Teófilo Braga assumiria o cargo de primeiro presidente em 1910.

Isso não significava, porém, que a mobilização popular tivesse sido nula para a instituição da República. Possivelmente implicava que o processo que culminou na revolução republicana no início do século XX não tivesse partido somente da base social, como pretendia Antero, e sim do topo de uma elite intelectual vanguardista que soube interpretar os caminhos para a mudança possível, seguindo diretrizes específicas e impulsionadoras para o referido desfecho. Originalmente, o processo revolucionário pode ter se apoiado em uma mobilização vertical que atingiria a capilaridade social conforme atividades previamente definidas pela Filosofia Positivista.

4.2 O Problema da Abstenção/Participação Política

Ligado ao programa da Associação Internacional dos Trabalhados, Antero de Quental assumiu uma postura abstenção frente à política burguesa oficial. Engajar-se na formação de um Partido Socialista não era prioridade tendo em vista que a decomposição da política burguesa foi dada como certa pelo letrado. Dito isso, ele se contentou em fomentar a organização social de base, exercitando antecipadamente a prática democrática e preparando os espíritos para a nova era igualitária.

Entretanto, apesar de influente, Antero não foi o único que lutou pela causa operária em Portugal. Mesmo numericamente acanhado, o proletariado português se mobilizou e

²⁵⁴ HOMEM, Amadeu Carvalho. op. cit. p. 112.

ganhou visibilidade. Em 1872, o governo Regenerador e materialista de Fontes Pereira de Melo tentou lançar novos impostos e a consequência foi a primeira onda de greves de proporções significativas em Lisboa.²⁵⁵ No ano subsequente foi a vez dos sindicalistas protagonizarem o aperfeiçoamento de sua organização, visando se reunir em federação fundaram a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa. A associação sindical objetivava manter a agenda da luta econômica, gerando dessa forma um desconforto na relação com alguns dirigentes socialistas que acusavam os membros da organização de negligenciarem a importância do Partido Operário. Assim como Antero, a Associação dos Trabalhadores de Portugal alimentava uma desconfiança em relação aos círculos políticos burgueses. A tensão entre os dirigentes políticos e os sindicalistas também provinha do fato de que aqueles não compreendiam a mobilização dos operários grevistas que gastavam suas energias sem com isso focarem nas questões partidárias.²⁵⁶

Por esse contexto, entende-se que Antero teria que promover um intenso debate não só com setores conservadores, mas com os próprios revolucionários. Assim como existia pluralidade doutrinária dentro do movimento propriamente republicano, o socialismo também encontrou entraves teóricos e posições contrárias quanto à prática revolucionária.

Para Antero, enquanto a consolidação do pensamento emancipador que reivindicava a reforma social não fosse uma realidade “toda a ação política não representará para nós mais do que dissipação de tempo, dispersão de forças e – o que é pior – auxílio dado aos nossos inimigos, vida emprestada por nós ao organismo fatal que nos suga a nossa substância!”. Neste caso, ele concluiu que o programa político dos trabalhadores consistiria em abstenção até que o “mundo velho” se desmembrasse e se desorganizasse por seus próprios princípios. Quando este dia chegasse o proletariado, com a energia conservada e sem estar contaminado pela sociedade condenada, estaria preparado. Com um espírito desafiador, Antero indagava:

A todos os partidos, a todos os governos, e todos os *salvadores* faremos uma só pergunta: *e a reforma social?* Se nos responderem com negativas ou com evasivas, tê-lo-emos por inimigos – pouco importa que se chame monarquia, constitucionalismo, ou república. Para o povo não há senão uma República: a República Democrática Social. Essa é a dos trabalhadores, é a da Internacional: que só essa seja também a nossa!²⁵⁷

²⁵⁵ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. p. 41.

²⁵⁶ Idem. Ibidem. pp. 45-47.

²⁵⁷ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 352.

É importante frisar que a Internacional a qual Antero se referia era a da frente aliancista de Bakunin e de Proudhon, logo, contrária ao centralismo proposto por Karl Marx. Considerando a tensão entre os sindicalistas e socialistas políticos, natural que o debate da Internacional se estendesse para as regiões em que houvesse a pretensão de luta revolucionária. Outro parêntese foi que optar pela frente marxista não significava, por parte de alguns, aceitar a luta política, tendo em vista o forte argumento de que esse tipo de luta poderia ser o meio de se deixar controlar pelos burgueses. E o fato de homens referentes, como Nobre França, terem aceitado o marxismo não implicava que o pensamento de Marx fosse dominante em relação ao de Proudhon e de Bakunin. As duas frentes coexistiram e foram veiculadas inclusive por jornais.²⁵⁸ Isto só reforça a ideia de que o democratismo, para além das discordâncias características, se manifestava em Portugal.

Em contrapartida, mesmo com a veiculação das duas correntes, o ideal libertário e autonomista dos aliancistas influenciou com certa predominância na militância revolucionária portuguesa. O Congresso de Haia de 1872 foi o marco do enfrentamento entre as tendências libertária e centralista. Apesar de Antero ter acreditado na vitória aliancista, as deliberações do Congresso não foram compatíveis com as suas aspirações. O socialismo marxista venceu o de Proudhon por maioria dos votos, além disso, foi decidida a organização proletária por meio de partido político. E foi determinada, ainda, a transferência da AIT para Nova Iorque, uma perda para a influência dos fundadores europeus que em sua maioria não adotaram o marxismo.²⁵⁹

Mesmo com os contratempos para os que validavam a frente proudhoniana, Antero se manteria comprometido com as premissas libertárias, pois não só ele, mas parte significativa dos revolucionários portugueses, como os sindicalistas, mantiveram a agenda de uma organização proletária independente, sem apelo à luta partidária do sistema burguês.

Entrementes, para Antero, estar “fora da política” não queria dizer “não ter política”. Ao contrário, em sua concepção o “ser político” era uma derivação de leis naturais e da inteligência intrínseca ao homem, independentemente das perversidades que podem se instituir, o indivíduo estaria propenso a lutar por seus interesses.²⁶⁰ Nesse sentido, para o autor: “queremos uma reforma radical, segundo o direito e a justiça naturais, queremos o equilíbrio e a liberdade. [...]. O estado mutualista, a federação livre [...], esse é o nosso ideal,

²⁵⁸ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. pp. 39-40.

²⁵⁹ SARAIVA, António José. op.cit. pp. 56-57.

²⁶⁰ QUENTAL, Antero de. A política do socialismo. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. p. 371.

amamo-lo como a expressão da verdade no meio da sociedade”. O distanciamento da ação partidária era equivalente à força social no universo concebido pelo socialismo, diferente do egoísmo e da falsidade das relações parlamentares. O próprio isolamento se configurava como ato político, assegurado pela certeza de que, “dia virá em que da prédica passaremos à ação. Virá o nosso dia; mas queremos-lo no seu momento natural, depois de ‘preparados os seus caminhos’”.²⁶¹

Sendo assim, intensificava-se a distância entre os socialistas e os republicanos. Enquanto para Teófilo o partido e o combate político eram essenciais para a viabilidade da República, Antero se apegava demasiadamente ao esquema da evolução perfectível da sociedade. Convicto de que o sistema burguês estaria condenado, devido ao contexto revolucionário do século XIX e ao fortalecimento das teorias socialistas, o letrado se concentrou em constituir uma consciência projetiva de um devir entendido por certo.

A decisão pelo isolamento político por parte dos socialistas não passou despercebido por aquele que validava a luta e as reformas institucionais como um dos principais instrumentos evolucionistas. Teófilo Braga identificava no abandono da *questão política* pela *questão social* a forma de contemplar apenas uma classe. Se para Antero o parlamento personificava o egoísmo, para Teófilo, convencer a classe operária de que a solução e o triunfo de seus interesses dependeriam do seu isolamento, isto sim se qualificaria como uma prática egocêntrica. A noção de instituir um federalismo dissociado dos fatos históricos e dos critérios etnológicos exemplificaria:

uma miragem mental [...], esses pensadores foram esterilizar-se no Socialismo. Aplicar o princípio federativo [...] às classes sociais para resistirem a outras classes, eis a questão política e a questão social, com a diferença que uma liga os povos e a outra isola e torna egoístas as classes.²⁶²

Esta crítica ao sistema federativo socialista demonstra a perplexidade de Teófilo em relação ao que ele entendia ser nocivo à unidade nacional. Problematizar apenas a organização proletária equivaleria à depreciação de outros segmentos que igualmente compunham a coletividade. Acirrar a luta de classes não ajudaria a fortalecer os elos solidários que Teófilo visava constituir como essencial para a manutenção republicana. A saber, na prática, a política teofilana advogava que o processo revolucionário deveria ser feito de cima para baixo, não de baixo para cima como defendiam Antero de Quental e a corrente aliancista/anarquista da Internacional.

²⁶¹ Idem. Ibidem. pp. 373-374.

²⁶² BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 175-176.

Apesar de Teófilo Braga indicar que o socialismo restringia a revolução apenas em prol dos interesses da classe trabalhadora, o intuito dos bakuninistas e dos proudhonianos foi de aniquilar todas as classes em decorrência da igualdade. E a abstenção política se exerceria com esta finalidade. Mas essas assertivas não tinham a ver somente com a luta de classes, elas buscavam legitimar o socialismo antiautoritário perante a política burguesa e, igualmente, se contrapor à *ditadura do proletariado*.²⁶³ Interessante notar que a luta pela supremacia teórica dentro da Internacional que resultou na cisão entre marxistas e anarquistas se iniciou décadas antes da formação da AIT. Em 1846, Proudhon publicou a *Filosofia da Miséria*, recebendo no ano seguinte a crítica de Marx através da obra *A Miséria da Filosofia*.²⁶⁴ A Associação Internacional dos Trabalhadores, portanto, potencializou e oficializou o debate que antes, por assim dizer, seguia no âmbito pessoal e informal.

Desconhecendo o debate teórico dentro da maior organização Socialista ou simplesmente o desconsiderando, Teófilo contra-argumentava sobre o que lhe parecia uma afronta ao seu projeto de solidariedade social. Se, segundo sua concepção, a política republicana permitiria canalizar os diferentes interesses de classe, não haveria sentido em direcionar o progresso apenas para a classe trabalhadora. Sendo assim, ele advertia que “subordinar o problema político ao problema econômico é simplesmente sacrificar o geral ao particular; o fato da produção é uma das muitas formas da energia social, enquanto que a política é a função coordenadora de todas essas energias”. Um governo digno e eficiente seria aquele que garantisse a independência e a coexistência dos fatores sociais, ou seja, aquele que afirmasse o equilíbrio entre as partes individuais e a coletividade.

Eis aqui porque achamos um erro grande em abandonar a *questão política* pela *questão social*, erro que já deu em resultado a inação de talentos [Antero] que deviam exercer um impulso dirigente, e a indiferença das classes operarias por tudo o que não seja o conflito do salário, das horas do trabalho e quando muito do cofre de resistência, entregando-se á exploração da monarquia.²⁶⁵

Neste caso, abdicar a luta política consistia em permanecer na inércia, na passividade que assegurava a manutenção da exploração do sistema monárquico, o real inimigo do progresso. A abstenção política adotada por Antero pode ter sido, inclusive, um dos principais fatores que levaram ao cisma do movimento republicano. Compactuar o sentimento de

²⁶³ COGGIOLA, Osvaldo. op. cit. p. 170.

²⁶⁴ BITTENCOURT, Flávia R. **A Construção do Pensamento Político de Antero de Quental (1870-1875)**. op. cit. p. 17.

²⁶⁵ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 177-178.

decadência e pertencer à mesma geração que se colocava como dissidente frente à monarquia não foram suficientes para que a solidariedade inicial subsistisse no decorrer da década de 1870. Os projetos revolucionários conflitantes foram mais decisivos para o afastamento de Teófilo e de Antero.

Tanto assim que o próprio Teófilo demarcou o momento da segregação ideológica. Segundo ele, Antero de Quental, em sua conferência de 1871, ainda não tinha abandonado o *problema político* (República) pela *questão econômica* (Socialismo). Para sublinhar a “involução” do pensamento anteriano, Teófilo resgatava o argumento sobre a “vida municipal” que deveria se opor ao centralismo monárquico, ou seja, quando Antero colocava a federação republicana como meio de superar as controvérsias sociopolíticas. Nesse sentido, a República seria o instrumento natural para todas as reformas, incluindo as de cunho econômico, isto é, a *questão econômica* só poderia ser solucionada pelo *problema político*. Mas, para Teófilo, a subversão deste axioma no pensamento de Antero viria acompanhada da doutrina da abstenção política, “esperando a resolução do problema econômico pela própria espontaneidade da decomposição social, e aconselhando à classe operária que se deixasse ficar na inércia até esse futuro dia”. Por isso Teófilo Braga responsabilizava não propriamente a influência da Associação Internacional, mas a metafísica anteriana ao afirmar que esta “elabora entidades mentais, como Justiça, Consciência, Revolução, separadas de todas as noções concretas, transforma-se insensivelmente em misticismo, e o misticismo leva o iluminado à inanidade da ação”.²⁶⁶

No entanto, cabe ressaltar, ao desconsiderar toda a crítica científica da economia política feita por Marx ou por Proudhon, Teófilo reconhecia somente o positivismo como ciência que dominava as questões concretas da sociedade. Para ele, a principal frente do saber positivo era a sociologia, portanto, o saber econômico poderia ser interpretado pelo letrado como secundário. Tal constatação o induziu a considerar e a simplificar o posicionamento de Antero à ordem metafísica, negligenciando o esforço, também científico, dos teóricos da Internacional que influenciaram o socialismo português.

Se Teófilo tinha suas razões para criticar a submissão do *problema político* à *questão econômica*, Antero também tinha seus motivos para defender a inversão do quadro de prioridades. Na concepção anteriana, uma sociedade baseada no trabalhado poderia extinguir os monopólios ao concentrar nas atividades trabalhistas toda a propriedade e o lucro. Portanto, “daqui, finalmente, as questões sociais são consideradas superiores às questões políticas, e o

²⁶⁶ Idem. Ibidem. pp. 188-190.

socialismo dado como bandeira ao movimento das classes operárias, nessa insurreição pacífica do proletariado, que é o fato capital do século XIX”.²⁶⁷ O trabalho e o trabalhador são a base da produção, extinguir os monopólios de forma a constituir uma sociedade de proletários equivaleria, em sua leitura, solucionar os problemas sociais. Daí a importância da reforma econômica ser prioridade na agenda revolucionária.

Sendo assim, a transformação se iniciaria pela ação autônoma da sociedade civil, alterando o aspecto socioeconômico. Feito isto, as instituições políticas teriam a base de sua transformação. Antero interpretava uma relação harmônica entre a política e a economia na medida em que esta se configuraria como a consequência da realidade social proletária (força coletiva) e aquela como a expressão dessa substância.²⁶⁸ Nesses termos, usufruir do sistema partidário, como pretendia Teófilo, seria inverter a essência revolucionária socialista.

No século XIX, a ideia de partido era polissêmica, entre seus significados, poderia se referir à facção, tendência, movimento ou partido político propriamente dito. Durante a movimentação da Geração de 70, a corrente republicana se apresentava mais como uma tendência do que como partido, tal que a sua proposta fosse predominantemente ideológica, apesar de se colocar como alternativa ao governo monárquico. Seu posicionamento defendia tanto a alternância regimental, como República versus Monarquia, como partia de princípios mais latos e doutrinários, por exemplo, partido do progresso em contraposição ao partido da ordem ou partido da justiça e da ciência versus partido obscurantista. Portanto, nem a fundação do Partido Republicano em 1876 e nem sua mobilização para a realização das comemorações cívicas de 1880 poderiam qualificar suas atividades como partidárias no sentido moderno do termo. Os jornais, os clubes republicanos e as comemorações cívicas faziam das iniciativas um movimento protopartidário na medida em que foram meios propagandísticos e educativos, tentando colocar a opinião pública em oposição ao governo.²⁶⁹

Consequentemente, o exercício e a concepção de partido da época estavam em concordância com o método comtiano adotado por Teófilo, pois o vanguardismo por ele defendido preconizava a aproximação pedagógica entre os intelectuais e a população.

O modo de eliminar este poder perturbador da sociedade moderna é pela educação do povo fazendo-o conhecer as necessidades do presente. Em todos os tempos o povo julgou aqueles que o governaram, porém este juízo

²⁶⁷ QUENTAL, Antero de. O Socialismo é a ‘ideia nova’. In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. pp. 200-201.

²⁶⁸ CATROGA, Fernando. Política, História e Revolução em Antero de Quental. op. cit. p. 4.

²⁶⁹ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. pp. 12-13.

baseado sobre a paixão sentimental, e não sobre a crítica, tem em grande parte embaraçado a marcha e a realização das ideias políticas. [...]. O modo de converter este sentimento perturbador em uma força organizadora realiza-se pelo modo proposto admiravelmente por Comte, isto é, convertendo-o em opinião. [...] por isso o grande trabalho do nosso tempo consiste em ensinar ao povo a converter esse interesse em opinião política.²⁷⁰

Logo, a população, carente de conscientização, estaria sob a tutela intelectual do Partido Republicano que racionalizaria o desejo de mudança e as paixões desenfreadas. Em suma: “é sobre esta base que se deve constituir o partido republicano da ordem, com um fim doutrinário, esclarecendo os problemas constitucionais, mostrando o que há de imutável e de variável nas instituições”.²⁷¹ A importância da doutrinação consistia em evitar um movimento revolucionário baseado no instinto que poderia desordenar a evolução social, sacrificando a ordem e o progresso por se deixar levar pela impaciência.²⁷²

Ademais, o programa republicano de Teófilo não identificava na base social autônoma, apesar de sincera e legítima em suas reivindicações, um meio profícuo para a efetivação da república. Para o movimento não sucumbir como algumas experiências observadas no decorrer do século XIX, o apoio do partido enquanto portador do cientificismo positivista seria a base sólida para a manutenção da ordem e para a viabilidade do progresso. A atividade política, portanto, estava indissociável do projeto de República.

No sentido inverso, Antero interpretava a organização autônoma, separada da ação política oficial, o meio não só legítimo, mas fundamental para a construção de uma sociedade que se pretendia livre. Entretanto, a ação independente não deixava de ser uma manifestação politizada enquanto protesto e enquanto método para se promover a conscientização solidária e igualitária.

Não obstante, as duas opiniões se justificavam pelo critério científico, fosse ele Socialista ou Positivista. O que poderia determinar qual delas seria mais profícuo ou eficiente foi o grau de compatibilidade com as condicionantes históricas. O retrocesso no avanço da mobilização socialista da Internacional deflagrava um paulatino enfraquecimento das concepções propagadas pela AIT. Ao passo que a derrota da Comuna de Paris acentuava por vias concretas que a organização da luta operária ainda permanecia sensível às investidas da sociedade tradicional e reacionária.

²⁷⁰ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. p. 57.

²⁷¹ Idem. Ibidem. pp. 58-59.

²⁷² Idem. Ibidem. pp. 92-93.

Em contrapartida, o sentimento de decadência em Portugal havia sido disseminado e foi ganhando visibilidade com a Geração de 70. Este foi um dos fatores fundamentais para a reorganização da propaganda nacionalista divulgada pelos republicanos. Especialmente quando no final da década de 1870 se discutia sobre a assinatura de mais um tratado desfavorável com a Grã-Bretanha, o qual permitiria a presença de tropas inglesas na região de Moçambique. Assim, o sentimento de declínio encontrava mais um motivo para se fortalecer. Como contraponto, os republicanos promoveram as comemorações cívicas e nacionalistas, respondendo à angústia popular. Assim, Teófilo colocava em prática sua atividade política, mais do que isso, encontrava com as comemorações um meio de unificar os sentimentos, convertendo o “sentimento ruim” da decadência em um sentimento solidário e patriótico.

4.3 O Problema das Classes Sociais

Existiam alguns preceitos para aqueles que lutavam pela concretização do ideal republicano. Consoantes nesse sentido, positivistas e socialistas idealizaram a consolidação de um regime que atendessem de forma justa a maioria ou a integridade da população. Nesse processo reflexivo foi indispensável aos intelectuais pensar os significados das classes que compunham a coletividade, afinal, visava-se suplantarmos de vez um regime baseado em estamentos sociais e nos privilégios de poucos favorecidos.

Ao acusar o Socialismo de tentar instituir a revolução somente para a classe trabalhadora, limitando-a na inação política e favorecendo por isso a continuidade monárquica, Teófilo destacava um ponto central da cisão entre os projetos republicanos, a questão das classes sociais. Consequentemente, devido à relevância do tema, convém compreender como os letrados entendiam ou definiam a relação das classes. Principalmente aquela que se colocava como a mais problemática por ser um elemento novo, porém, impulsionador de uma nova vida social, a classe trabalhadora.

Inicialmente, o termo “Socialismo” designava todos os que ratificavam uma sociedade de homens livres e iguais. E, como objeção ao individualismo liberal, sinonimamente o termo se aproximava ao de cooperativismo. Entretanto, a Revolução Francesa de 1848, que deflagrava a miséria social crescente decorrente do avanço capitalista, proporcionou o desenvolvimento de diferentes sistemas teóricos e socialistas que ressignificaram o termo. Estes sistemas, então, se apropriaram da noção de classes sociais.²⁷³ Nesse interim, os

²⁷³ COGGIOLA, Osvaldo. op. cit. p. 165.

conceitos de Socialismo e de classes se articularam como termos indissociáveis para o entendimento da sociedade concreta e para a proposição de uma nova sociedade.

Por esse motivo, no caso de Antero de Quental, se entende a necessidade de denunciar a segregação social constituída como um fenômeno contrário à natureza humana e ao progresso da humanidade. Para ele, a natureza criou homens livres e iguais, porém, o desenvolvimento da organização social resultou no estabelecimento de duas classes inimigas: opressores e oprimidos ou capitalistas e proletários. O Socialismo seria um produto derivado dessas contradições interclasse, a voz em protesto dos que sofriam. Antero se aproximou de noções filosóficas contratualistas quando afirmou que os homens que defendem o Socialismo, se colocando contra a miséria e a desigualdade, teriam por base o direito natural e inalienável que o indivíduo possui à vida, ao bem-estar e à instrução.²⁷⁴

Fazer referência ao direito natural pode ter contribuído para que Teófilo qualificasse as ponderações anterianas (metafísica) como insustentáveis na medida em que esse tipo de argumento não derivava de uma análise concreta e objetiva. Para Teófilo Braga, este seria um dos pontos frágeis do pensamento de Antero.

Todavia, além de noções jusnaturalistas, Antero de Quental utilizou argumentos factuais para justificar suas conclusões. Ao constatar a inimizade entre as classes, o letrado não negava que cada uma teria a sua razão de ser, sua legitimidade e o seu direito. Assim, para ele: “o sacerdócio, a aristocracia, a burguesia, trouxeram cada qual à Humanidade uma ideia nova, às sociedades uma nova organização: disseram uma palavra suprema – depois entraram na sombra”. E, já que cada classe teve uma função evolutiva no processo histórico, era chegada a hora da ascensão de uma nova fase do processo evolutivo:

Ao povo chegou-lhe finalmente a sua vez de falar. [...]. Não é uma hipótese engenhosa [...] é um fato [...] que se impõe com a força quase brutal das realidades indiscutíveis. Pode-se tentar combatê-lo; negá-lo, não. É o fato supremo do século: a entrada definitiva do povo na cena da história. O pensamento e direção social da burguesia, que durante um século [...] se impôs pela força das coisas às nações do ocidente, está definitivamente esgotado. Foi útil, para que negá-lo? Foi sobretudo inevitável. Desorganizou o velho mundo aristocrático e monárquico, desvinculou e generalizou a propriedade, fundou a liberdade política, e inaugurou o período industrial da Humanidade.²⁷⁵

²⁷⁴ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 331.

²⁷⁵ QUENTAL, Antero de. O Socialismo é a ‘ideia nova’. op. cit. p. 198.

O reconhecimento da importância das revoluções burguesas não inviabilizava reconhecer os defeitos ou as limitações dessas transformações significativas, mas restritivas. Para Antero, após as conquistas relevantes, a classe burguesa retraiu em relação aos seus próprios avanços, tendendo a se conservar como uma classe à parte na medida em que buscou assegurar seus privilégios. Por conseguinte, o resultado foi “uma revolução incompleta, a formar finalmente uma nova aristocracia, a aristocracia do dinheiro e da propriedade”. Ou seja, apesar de ser inegável o serviço prestado à Humanidade, a referida classe só agiu em nome de seus interesses e, limitando-se a estes, ficou esgotada de pensamento. “Hoje, o domínio dessa classe [...] ávida e sem ideia, não pode ser senão nocivo, letal, para o desenvolvimento revolucionário das sociedades”.²⁷⁶

Celebrar a supremacia popular equivaleria contrapor a estagnação do processo evolutivo a qual a sociedade se encontrava. O avanço progressista se tornava imperativo e com ele o reconhecimento da supremacia do povo, um fato “que se impõe com a força quase brutal das realidades indiscutíveis”. Esta constatação era compatível com o esforço da Geração de 70 quando exaltou o povo português como dotado de uma vocação autônoma tanto em termos políticos como culturais.²⁷⁷ Se a população estava habilitada para tomar posse de seus designios, então, respeitando a vontade majoritária, seria ela a promover o desenvolvimento revolucionário e com isso contemplar-se-ia com justiça a maioria.

“A revolução prossegue, em despeito da reação burguesa, porque o seu fim é muito maior do que os interesses de uma classe”. O leitor que se depara com tal assertiva fora de contexto poderia supor que Antero acentuava a luta entre as classes, contudo, não foi este o caso. A finalidade da revolução seria “a destruição das classes, privilegiadas umas e outras sacrificadas, para sobre esse terreno nivelado assentar definitivamente o edifício da Igualdade e da Justiça”. Sendo assim, a continuidade da revolução não poderia ser dirigida apenas por uma classe social. Daí se entende que a noção de “povo” anterior não se limitava ao proletariado, antes disso, poderia implicar na “unidade indissolúvel, negação das antigas divisões e afirmação enérgica da homogeneidade jurídica da Humanidade”.²⁷⁸

Por esta perspectiva, pode-se presumir que Antero se distanciava da ideia marxista sobre a ditadura do proletariado ao apresentar um pensamento genuinamente humanitário e democrático, dois alicerces para uma revolução pacífica. Se um dos principais males sociais

²⁷⁶ Idem. Ibidem. pp. 198-199.

²⁷⁷ AMORA, André Luiz Alves Caldas. op. cit. p. 405.

²⁷⁸ QUENTAL, Antero de. O Socialismo é a ‘ideia nova’. op. cit. p. 199.

era justamente a luta entre as classes, a pretensão de extinguir este mal, unindo os interesses diversos, foi um raciocínio lógico a ser seguido.

Sendo assim, além da classe burguesa que só agia em detrimento de seus interesses, foi necessário encontrar a causa que colocava capitalistas e proletários em oposição. Na concepção de Antero, havia os que produziam e os que, sem esforço, monopolizavam os instrumentos de trabalho, estes viviam da contribuição daqueles que precisam deste capital para sobreviver. Neste sentido, Antero de Quental definiu a contradição entre o capital e o trabalho: “A concorrência e o salário põem o trabalho à mercê do capital: e este, sentindo-se forte, extrai do trabalhador tudo quanto ele produz, deixando-lhe apenas o suficiente para não morrer, isto é, para poder continuar a trabalhar!”. Tratava-se, portanto, de roubo e de alienação, pois todo o produto gerado pelo fruto do esforço do trabalhador lhe seria de direito, caso contrário, se configuraria como usurpação do direito de propriedade.²⁷⁹

Talvez fosse de se esperar que a voz de Antero repercutisse e conquistasse adeptos à causa revolucionária socialista, afinal, o letrado possuía uma narrativa pacificadora e que advogava em favor dos oprimidos. Entretanto, as circunstâncias reais do país não lhe eram favoráveis. As condições para a formação da classe operária em Portugal não foram oportunas para que ela crescesse e se fortalecesse. Dificuldade maior estava entre o campesinato enquanto maioria dos trabalhadores que se manteve apegado às tradições religiosas e aos costumes, motivo pelo qual permaneceu alheio ou mesmo contrário às iniciativas socialistas e/ou revolucionárias. A maioria dos trabalhadores industriais, concentrada no Porto e em Lisboa, poderia até simpatizar com as novas ideias, mas não era suficientemente forte para uma organização operária consistente. Ademais, a produção nacional, massivamente focada para o consumo da metrópole, se deparava com a invasão da concorrência estrangeira – favorecida pela política de alfândega e pelos tratados de comércio – contribuindo para que o trabalho nacional encontrasse dificuldades para resistir.²⁸⁰

Apesar das circunstâncias nacionais nada auspiciosas, o pensamento político anterior estava condicionado a algo maior. Humanista no sentido mais lato do termo, Antero pensou a revolução através de uma perspectiva cosmopolita. E esta foi uma das razões possíveis para que ele se identificasse com as doutrinas da Internacional e, provavelmente, foi dela que o letrado encontrou inspiração para defender a propriedade comum dos meios de produção. Objetivando desta forma a extinção da contradição entre capital e trabalho.

²⁷⁹ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 333.

²⁸⁰ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. pp. 28-29.

Em Bruxelas, durante o Congresso da AIT de 1868, marxistas e proudhonianos acordaram um programa coletivista visando fazer dos meios de produção uma propriedade comum.²⁸¹ Tal designação pôde ser desenvolvida por Antero de Quental no opúsculo *O que é a Internacional?* e, apesar de ser igualmente aceita pelos marxistas, Antero fez questão de salientar que o coletivismo era diferente do comunismo “porque admite e garante a propriedade individual, a liberdade do trabalho, e o debate no preço dos produtos”. Ao mesmo tempo, o coletivismo que respeitava a ação individual não era compatível com aquele egoísmo que se apropriava da liberdade industrial para promover a anarquia e a injustiça. Tratava-se, por conseguinte, do direito econômico conciliado com “o direito do indivíduo garantido pelo direito da sociedade. A cada um o que é seu”. Uma garantia assegurada pela solução prática do associativismo, com corporações livres e que salvaguardaria a harmonia entre o capital e o trabalho.²⁸²

O objetivo era reunir o trabalho livre e os instrumentos de trabalho que são a força dos meios de produção (matéria-prima natural ou artificial) em um nivelamento igualitário, pois sem acesso a tais instrumentos não há produção, portanto, a propriedade deve ser coletiva. Quanto ao indivíduo “só esse capital não lhe pertence individualmente: usa, não dispõe: é de todos que trabalham, de todos que queiram trabalhar: é coletivo. A coletividade é uma pessoa: representa a humanidade laboriosa”.²⁸³

Por este viés Antero anunciava a igualdade nas condições de trabalho. Ao assumir a propriedade coletiva ele a garantiu como um direito universal atuante na promoção da igualdade na medida em que extinguiria os privilégios de classe. Sendo assim, Antero de Quental idealizava uma sociedade composta por uma única classe, a trabalhista, dotada em direitos iguais. Simultaneamente, ele ajustava o equilíbrio entre o indivíduo e o coletivo, considerando a consolidação individualista oriunda das revoluções liberais, mas adequando-a ao projeto de igualdade.

A constatação de que o trabalhador produz legitimava o seu valor e a justa retribuição. E, no que se referia à Justiça, tudo que havia sido produzido pela Humanidade deveria ser considerado obra de todos e o que o indivíduo tivesse obtido por seu esforço seria considerado propriedade individual. Para Antero havia, então, a distinção entre propriedade

²⁸¹ COGGIOLA, Osvaldo. op. cit. pp. 169-170.

²⁸² QUENTAL, Antero de. *O que é a Internacional* (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 339.

²⁸³ Idem. Ibidem. p. 340.

individual e coletiva. E foi nesse sentido que a Internacional também visava reinstaurar a Justiça, afastada pelos rumos improgressivos tomados pelas sociedades.²⁸⁴

Pode-se supor que Antero se prevenia para que suas concepções não fossem consideradas utópicas na medida em que buscou articular a questão individual ao problema coletivo. O passado recente que consagrou o indivíduo ao suplantar a sociedade estamental do absolutismo deveria ser aceito e reformulado como meio de angariar apoio à causa republicana ou socialista.

Em Teófilo Braga também é possível identificar esta tendência conciliadora, mas sua perspectiva institucional e demasiadamente política tendia a fazer a mediação entre a vontade grupal e individual nos conformes do contrato federativo. Entendendo, assim, a necessidade de corrigir a degenerescência egoística dos homens, malgrado que os políticos não poderiam continuar inertes frente aos tempos modernos que valorizava o indivíduo (firmado pela autonomia do *self-government*) ao passo que, num movimento convergente, pedia pela regulação de sua ação autônoma através da coletividade do Estado²⁸⁵.

No caso de Antero o maior desafio seria conciliar as classes em torno de um projeto comum já que, segundo ele, elas estavam em condições de inimizade. Em relação à classe média, o letrado foi contundente ao qualificá-la como de pequenos proprietários e industriais e:

afim por tantos interesses e tradições do proletariado, e como ele [...] interessa na revolução social, que só lhe pode dar garantias sérias contra as invasões do feudalismo industrial e financeiro, que só a pode remir da destruição eminente que lhe preparam, em ação combinada, a centralização dos capitais e a centralização política, essa classe média, que já um dia foi o soldado de todas as liberdades, para envergonhar-se hoje do seu passado, receia-se covardemente do futuro, como se não estivesse na mão dela fazê-lo, e ignorando sistematicamente o que se contém na ideia socialista, acusa-nos de fomentarmos a guerra de classes!²⁸⁶

Antero refutava as acusações da classe média alegando que a responsabilidade da guerra de classes não cabia ao socialismo ou ao proletariado e sim a ela mesma, pois as tensões interclasse eram consequências do ineficaz regime de propriedade, de indústria e de governo. O letrado atribuía à classe média a responsabilidade de sustentar este regime devido à sua inércia e indiferença ao ficar horrorizada frente às reformas justas que poderiam

²⁸⁴ SARAIVA, António José. op. cit. p. 54.

²⁸⁵ CATROGA, Fernando. O Patriotismo Republicano e o Descentralismo. **Boletim do Núcleo Cultural da Horta**, [S.I.], n. 19, p. 17-45, 2010. pp. 35-36.

²⁸⁶ QUENTAL, Antero de. Guerra de classes. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. Março, 1872. p. 364.

igualmente favorecê-la. Se esta classe deixasse de contribuir com os interesses da aristocracia proprietária, financeira e governamental e se aceitasse a necessidade da reforma social, colocando-se ao dispor da luta proletária, o equilíbrio econômico poderia se instituir de forma mais eficaz, anulando os motivos das contradições sociais.²⁸⁷

As ponderações de Antero assumem um sentido convocatório em prol do bem-comum, da justiça e da igualdade. Mesmo com o tom crítico, o posicionamento do letrado em relação à classe média sugere a grandeza que o peso democrático exercia em seu posicionamento político.

Em sua concepção a continuidade da guerra entre as classes só faria contribuir com os intentos de uma sociedade tirânica em que se originam os privilégios e o antagonismo social. Sendo assim, para findar com as contradições, a ampliação da propriedade seria indispensável, pois o socialismo promove o nivelamento, não o rebaixamento de nenhum segmento social.²⁸⁸ Em contrapartida, o regime de então se baseava nos “antagonismos dos interesses, na oposição das funções, na discórdia das classes: a tal ponto, que se pode definir *a guerra social organizada*”.²⁸⁹

Para mensurar se o discurso e o apelo de Antero obtiveram êxito, convém fazer uma reflexão sobre a representatividade socialista no meio da política oficial, visto que o Partido Socialista foi fundado em 1875. A ampliação do direito ao voto para os chefes de família que vigorou entre 1878 e 1895 pode ser um termômetro relativamente seguro sobre o potencial de alcance do socialismo. Esta medida que ampliou o acesso à cidadania fez aumentar as chances de representatividade socialista dentro da “política burguesa”, mas também favoreceu o desenvolvimento da prática caciquista. Esta, porém, pode ter dificultado a “campanha” socialista que manteve um eleitorado significativamente limitado, embora fiel aos seus ideais.²⁹⁰ Este quadro eleitoral desfavorável não passou despercebido por Antero que em texto dirigido à comissão eleitoral do Partido Socialista em 1880, demonstrou que manteve sua integridade ideológica desde o início da década de 1870.

À comissão, Antero ressaltava que ao contrário dos estéreis partidos parlamentares, o Partido Socialista era o produto da classe trabalhadora, da realidade social e que sua política não era de formas, mas de substância. E em tom provocativo indagava:

²⁸⁷ Idem. Ibidem. pp. 364-365.

²⁸⁸ SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1868 – 1873). **Análise Social**, Lisboa, v. XVI, nº 61-62, pp. 343-361, 1980. p. 355.

²⁸⁹ QUENTAL, Antero de. Guerra de classes. op. cit. p. 365.

²⁹⁰ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. p. 78.

Haverá, entre os partidos burgueses, ainda os que se reputam mais radicais, um só que ouse subscrever a um tal programa? Não há, porque ele implica precisamente a destruição da sociedade burguesa, de que eles são os naturais representantes. Burgueses radicais, se a vossa república não é mais do que a república do capital, assim como a monarquia dos conservadores não é mais do que a monarquia do capital, que temos nós, Proletariado, que ver com essa estéril questão de forma?²⁹¹

Provavelmente, quando se referia aos “burgueses radicais” ou a “república do capital”, Antero fazia menção aos republicanos propriamente ditos por cederem à dinâmica partidária sem um programa social explícito, como o do Partido Socialista.²⁹² Em contrapartida, ele se mostrou inquieto pelo número inexpressivo de votos atribuídos aos candidatos socialistas, assim: “os hábeis, dos partidos burgueses, espíritos materializados pelo egoísmo, [...] sorriram-se desdenhosos quando viram, há um ano, que a bandeira socialista apenas conseguira agremiar em volta dos seus candidatos pouco mais de um cento de votos. Cegos!”. Porém, sua indignação foi direcionada aos opositores partidários que não souberam compreender que não era o número, mas a qualidade que importava: “Eram cento e tantos votos apenas – sim, mas nem um só vendido, nem um só extorquido”.²⁹³

Porquanto, Antero se manteve comprometido com seus ideais que foram se fortalecendo desde a sua juventude, mesmo se fosse para apoiar a causa socialista em forma de partido político, cujo exercício e prática não era muito favorável. Valorizando por isso o inexpressivo, porém, leal eleitorado que estava ciente de sua condição. O sentido universal atribuído à revolução fez com que o letrado transpassasse a questão da luta de classe ao qualificá-la como a luta do povo que ora era entendido em sentido lato, ora se resumia ao proletariado. Quando, porém, o termo se ligava à luta proletária, era porque a finalidade da revolução Socialista visava instituir uma sociedade do trabalho que englobaria todas as classes.

Se Antero buscava o apoio da classe média, tentando convencê-la de que também seria favorecida pelas reformas sociais, tal que a prioridade fosse o trabalho, Teófilo Braga

²⁹¹ QUENTAL, Antero de. À Comissão Eleitoral do Partido Socialista do Círculo N° 98 (LISBOA). In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 209.

²⁹² Cabe destacar uma possível resposta de Teófilo às acusações de Antero: “A abstenção política da grande coletividade povo, traz a perpetuidade d'esta anarquia, e pela indiferença colabora na dissolução. As emoções socialistas atrasaram a reorganização política deste país; estudando as bases positivas dos problemas do Socialismo, chegamos à conclusão de que aí se refugiaram os metafísicos revolucionários que embaraçam a sua solução considerando a Republica como uma forma política dos conservadores burgueses.” BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. p. 314.

²⁹³ QUENTAL, Antero de. À Comissão Eleitoral do Partido Socialista do Círculo N° 98 (LISBOA). op. cit. p. 210.

desenvolveu uma leitura diferente. A perspectiva teofilana estaria mais para regulamentar a circunstância existente do que para revolucioná-la. Teófilo entendia que a sociedade era composta por fatores sociais que se repartiam entre as forças de agentes sociais. Sendo assim, existiam, por exemplo, o fator intelectual e o moral. No fator econômico havia a cooperação de agentes conhecidos como classes, sendo elas compostas por operários, proprietários, comerciantes e banqueiros. Para que houvesse o equilíbrio, a força dos agentes (das classes) deveria coexistir de forma a manter sua independência, mas em prol de uma finalidade superior, no caso, o desenvolvimento econômico.²⁹⁴

Objetivamente (cientificamente), fazendo jus à sua posição de teórico positivista, Teófilo se limitava à análise do concreto e construía seu pensamento em decorrência dessas reflexões. Diferente de Antero que se apropriava das filosofias jusnaturalistas juntamente com as críticas científicas da economia política para formular sua proposição de sociedade. E, se Antero identificava o direito igualitário de todos perante um estado natural e abstrato, Teófilo tentava justificar a igualdade de direito pela manutenção das forças sociais existentes.

Na concepção de Teófilo Braga, ao estabelecer o equilíbrio entre as forças dos agentes “coexistirá a lei igual para todos com a liberdade de cada um”. E, caso houvesse perda nesse equilíbrio, quando a coexistência fosse ameaçada pela interferência na independência de uma força sobre a outra, revelar-se-ia o conflito entre o capital e o trabalho. A solução, porém, não poderia se restringir ao interesse de uma classe “como exige o socialismo” e nem seria as medidas repressivas de um contra todos, como ocorre na monarquia. Nesse sentido, o importante era apurar a causa da perturbação da mútua solidariedade das funções. Para Teófilo, a perturbação não provinha do proletariado, mas dos outros agentes: proprietário, comerciante e banqueiro. Estes agentes ou classes sociais são os que, tendo acesso ao poder, fazem do parlamento um instrumento de repressão contra o socialismo, tratando-se de “uma iniquidade acobertada com o simulacro de justiça”. Daí resulta o movimento contrário, a brutalidade revolucionária, isto é, “um mal sobre outro mal”.²⁹⁵

Dito isso, o agente operário seria a única classe do fator econômico que existe alheia ao poder político e que se concentra incondicionalmente em trabalhar

para se alimentar no dia de amanhã para tornar a trabalhar, e assim se consome n'este circulo infernal, sem esperança de melhorar as condições de hoje, sem futuro, sem mesmo o tempo material para se aperfeiçoar e libertar-se ao menos pelo desenvolvimento intelectual.²⁹⁶

²⁹⁴ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 299-300.

²⁹⁵ Idem. Ibidem. pp. 300-301.

²⁹⁶ Idem. Ibidem. pp. 302-303.

Nesse sentido, Teófilo evitou qualificar o antagonismo social como luta de classes, antes, ele preferiu equivaler as forças no quadro econômico tal que a tensão resultante fosse uma derivação do desequilíbrio dessas mesmas forças no quadro político vigente, ou seja, do acesso ao poder que favorecia somente o interesse de determinadas classes não conscientes da importância da solidariedade.

Este raciocínio salvaguardava a importância e as particularidades das classes sociais (entendidas como agentes) como fundamental para a sociedade. Diferentemente de Antero que visava extinguir as classes, Teófilo objetivava a sua consolidação desde que passassem por uma regulamentação para a manutenção de um equilíbrio solidário.

Entretanto, isso não significava que a questão social não fosse importante para o programa republicano, implicava apenas que não era demasiadamente acentuada como na perspectiva socialista. Antero abraçou a causa proletária como prioridade máxima e Teófilo compreendia sua importância, porém, tentava manter ou aperfeiçoar a harmonia das relações existentes. No tocante às classes, os socialistas assumiram o cooperativismo do consumo e de produção, ou seja, a classe trabalhadora se afirmaria como alternativa ao sistema econômico. Os republicanos federalistas como Teófilo, acreditavam na estratégia interclassista, articulando e apostando no liberalismo econômico em voga, mas acrescido de desenvolvimento do sentimento de solidariedade social. As duas correntes, no entanto, acolheram o democratismo socializante com projetos políticos distintos, mas que disputavam o mesmo espaço social.²⁹⁷

A solidariedade apontada por Teófilo poderia estar desajustada nas consciências e comprometida pelo limitado acesso ao poder por parte dos agentes do fator econômico. E o letrado fez questão de demonstrar que o importante exercício solidário, embora estivesse deturpado, se mantinha. Para tanto, ele salientava a interdependência nas relações interclasse. Sendo assim:

O comerciante tem o seu lugar definido na esfera econômica, e só pode existir como intermediário. Se o operário depende do proprietário que lhe fornece a matéria prima, o proprietário depende do comerciante, que lhe dá saída aos produtos. E como de todo o progresso resulta a especialização das funções, o juro da moeda que condensa ou simboliza os valores, no metal ou no crédito da firma, torna-se o objeto da atividade de uma classe especial, o banqueiro.²⁹⁸

²⁹⁷ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. p. 47.

²⁹⁸ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. p. 308.

O cálculo em que a resultante deveria ser a harmonia e o equilíbrio das forças já estava esquematizado na teoria teofilana, tão somente bastaria solucionar a incógnita desta equação: como chegar ao resultado desejado tal que prevalecesse a solidariedade das forças sociais? A resposta estaria no exercício político da cidadania. O proletariado, desprovido de representação, deveria ter acesso ao voto para garantir a plenitude de seus direitos. Se a concentração do poder consolidava a supremacia de uma classe em relação a outra, a reforma descentralizadora passaria pelo critério da redistribuição do poderio político.

Percebe-se assim que Teófilo fez o movimento inverso ao de Antero. Enquanto este buscava mover de cima para baixo a classe burguesa, sobretudo a classe média, para assim promover o nivelamento socioeconômico, aquele buscava o nivelamento de baixo para cima, visando a equivalência sociopolítica. Isto é, para o primeiro a equivalência ocorreria na infraestrutura e, para o segundo, ela se daria na superestrutura. Do ponto de vista de Teófilo a classe operária teria que se adequar à política existente, pois, fazer uma revolução restritamente em nome de seus interesses impactaria a ordem e acirraria a luta de classes.

A Comuna de Paris, mesmo após sua derrota, potencializou o discurso proletário, entendê-la como o brado dos trabalhadores que irrompia na história - afirmando a necessidade revolucionária - foi uma compreensão comum entre os socialistas. O jornal português *O Protesto*, publicou em 1877, seis anos após o término da sublevação parisiense, os possíveis significados que a Comuna ainda teria para os portugueses. Sendo assim, enunciava:

Sim, a revolução iniciada em Paris não findou, nem breve findará [...]. Hoje assiste-se ao despertar do povo trabalhador, e já não há país algum no mundo onde não germine a ideia de emancipação operária. Até nós, proletários portugueses, que só sabíamos *rezar e pagar*, entramos com passo firme e enérgico na senda da revolução. Foi o canhoneio de Paris que nos chamou à vida de homem, foi o grito espantoso do aniquilamento de muitos milhares de operários que nos ensinou a estrada do futuro. Compreendemos então que a vida não é para gastar em proveito dos outros, mas em nosso proveito próprio; que o sangue dos que trabalham não é para satisfazer os caprichos dos parasitas, nem para se espargir nas lutas dos tiranos; e que se temos de rasgar as veias, rasguemo-las muito embora, mas pela causa da Humanidade.²⁹⁹

Compreender a Comuna como o produto do conflito entre a burguesia moderna e o proletariado era, segundo Teófilo, um equívoco. Assim como os socialistas enxergavam na

²⁹⁹ A COMUNA Evocada Pelos Socialistas Portugueses. *O Protesto*, 1877. In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984. p. 274.

Comuna de Paris uma fonte de inspiração, Teófilo Braga também se apropriou do seu significado político para corroborar seu ideal de República federativa. Para o letrado, o que vigorou em Paris foi o espírito político da autonomia local:

Esta reorganização política da Comuna, que está no espírito de liberdade e de tradição de todos os povos da Europa, surgia como uma reação natural contra o exagerado centralismo unitário dos governos cesaristas, que desde a identificação do Estado na pessoa do rei até á violência administrativa do regime militar napoleônico, matara todas as energias do povo francês.³⁰⁰

Novamente o princípio federativo baseado na autonomia local norteava a avaliação de Teófilo frente a um dos principais (se não o maior) acontecimentos da década de 1870 no ocidente europeu. Como as demais revoluções e sublevações que frequentemente foram vivenciadas no *oitocentos* receberam uma justa atenção por parte de teóricos e intelectuais, a Comuna, precisamente por ser um fenômeno adjunto à mobilização política da Geração de 70, teve uma atenção especial de intelectuais e de jornais do período, fossem eles progressistas (republicanos e socialistas) ou conservadores (eclesiásticos e monarquistas).

Não se pode negar que a Comuna de Paris representou um movimento em que a organização demandou uma administração local, como afirmava Teófilo. Mas, igual e indubitavelmente, a sua manifestação histórica não só estava diretamente ligada à Associação Internacional dos Trabalhadores, como a revolta espontânea logo se transformou na primeira revolução operária. Sendo que 84% dos que foram presos eram trabalhadores que também compunham o Conselho Geral e instituíram uma legislação social.³⁰¹ Nesse sentido, se entende a razão pela qual os socialistas interpretavam a Comuna com a ótica da *questão social*, noção esta que Teófilo refutava.

Na opinião do letrado, ao invés do trabalho ser concebido como um exercício que pesa pejorativamente para uma determinada classe, ele deveria ser considerado como uma função em si que se aperfeiçoaria quanto mais fosse fortalecida a solidariedade com as demais funcionalidades.

A burguesia, é descrita como uma classe exploradora, egoísta, [...] mas não se lembram que essa burguesia é a parte mais adiantada do antigo proletariado da idade média [...] que se elevou na hierarquia civil à custa de economia, de moralidade e de perseverança no sacrifício. [Enquanto que o trabalhador moderno] pertence a esse mesmo proletariado que ainda não

³⁰⁰ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 266-267.

³⁰¹ WILLARD, Claude. História e vigência da Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 17.

completou o seu triunfo, que se inicia já na realização política da soberania nacional.³⁰²

Por estas razões foi que Antero qualificava a organização republicana como “partido burguês”. Por mais que se colocassem como radicais, a proposição republicana foi identificada por Antero de Quental como uma “república do capital”, fato que por ele poderia ser comprovado quando os “radicais” cederam à política partidária burguesa, sem um programa social, ou seja, sem se atentarem para a *questão social*.

4.4 A República Federalista

Antero de Quental e Teófilo Braga identificavam no modelo federativo o principal meio para estruturar a República. A federação era a forma de aperfeiçoar as liberdades locais, tendência dos povos averiguada desde o medievo e que, apesar de minimizada pelas políticas centralistas, ainda subsistia no espírito moderno. Federar as energias locais, tanto em termos étnicos e culturais como argumentava Teófilo, quanto em termos trabalhistas e de ofício, como pretendia Antero, significava assegurar a liberdade e atribuir autonomia para a sociedade composta por diversas partes.

Sendo o trabalho a primeira essência da revolução socialista, o federalismo anterioriano se pautou na organização proletária como o principal critério para a federação universal dos trabalhadores. Para a conquista da emancipação o operário deveria se organizar para garantir os seus direitos, em um exercício disciplinador e educacional conjunto e com a finalidade de preparar os elementos para a ordem futura. Para Antero, a AIT satisfazia essas condições organizacionais na medida em que seu programa permitia que todas as Seções, de diferentes ofícios, e as Federações, de todos os povos, se reunissem numa aliança fraternal. Sendo assim, a Associação Internacional seria o órgão maior que se instituiria por meio da confederação da classe trabalhadora de todo o mundo. Garantindo que as Seções e as Federações mantivessem a liberdade ao respeitar suas respectivas independências e interesses.³⁰³

Nesse sentido, Antero acreditava ser a Internacional uma criação essencialmente popular e, por isso, capaz de promover uma organização justa. O coletivismo da federação universal pressupunha o espírito solidário entre as associações de produtores e de consumidores. Consolidando o que viria a ser a *Federação Agrícola Industrial*, o modelo

³⁰² BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 284-285.

³⁰³ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 345.

econômico do futuro. A organização prevista também era a forma de garantir, seguindo as diretrizes da AIT, a revolução sem caos, priorizando assim uma maneira de conscientização por meio do prévio exercício de direitos e de deveres. Ademais, entre os métodos e instrumentos revolucionários estavam a greve e a política de crédito mútuo.³⁰⁴

Nesses termos, pode-se entender que a federação que responderia e que seria organizada pela AIT fosse um modelo imediato de organização, preparando o proletariado prática e conscientemente para o futuro social e igualitário. Tanto assim que Antero previamente anunciava o fim da necessidade da Internacional, mas, isso só ocorreria quando as consciências estivessem suficientemente elevadas para a manutenção da igualdade e para o exercício pleno de sua liberdade autônoma.

A partir do momento em que as condições para o desenvolvimento fossem estabelecidas, a desigualdade deixaria de ser um produto exterior às vontades e passaria a corresponder às diferentes energias aplicadas tanto nos diversos ofícios como pela vontade do indivíduo. Vigoraria a “virtude entre pessoas a quem a sociedade reparte com mão justa a mesma educação e os mesmos meios, tal é o último e supremo trabalho da Internacional”. No dia em que essa circunstância fosse uma realidade a AIT desaparecia como Associação, pois se afirmaria uma sociedade sem fronteiras, sem classes, sem lutas de interesses pessoais ou grupais. Findados os motivos da guerra interclasse e das contradições “a associação do socialismo transitório de combate terá dado lugar à sociedade do socialismo pacífico definitivo!”³⁰⁵

Como Teófilo corretamente havia frisado, Antero, depois das conferências e do contato com os revolucionários espanhóis, se distanciou do ideal de República enquanto finalidade revolucionária. Para Antero de Quental, o regime republicano somente encontraria a eficiência dentro dos preceitos socialistas. Entretanto, a estrutura federalista foi conservada em seu pensamento ao projetá-la na AIT. Além dessa articulação que visava uma organização preparatória para o devir, Antero tinha suas razões para sustentar um projeto federativo. Afinal, antes mesmo de se ligar à Internacional o letrado já havia pronunciado na eloquente conferência de 1871 que as liberdades locais se manifestaram historicamente como um fenômeno genuíno às relações humanas.

A diretriz federativa consubstanciava a (re)conciliação entre a igualdade e a liberdade, seria indispensável “criar tantos centros de autoridade local quantos forem os centros naturais

³⁰⁴ SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1868 – 1873). op. cit. p. 348.

³⁰⁵ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 349.

da vida nacional. Somente esses grupos devem estar uns para com os outros na mesma razão jurídica, possuir os mesmos direitos, ser semelhantes ainda que independentes”. Garantindo, assim, a diversidade/liberdade da massa da nação.³⁰⁶ Se a descentralização era para atender as necessidades da diversidade composta, entende-se que na concepção de Antero o Estado não poderia exercer o que seria de competência do indivíduo.³⁰⁷

Isto é, a liberdade foi concebida por Antero de Quental como um direito inalienável e, a partir do momento em que foi comprometida pela centralização, caberia à sociedade, de forma racional e científica, retomar o que lhe fosse de direito. Relevante, porém, foi que para o autor nenhum tipo de centralização se justificaria, fosse ela corporificada pela Monarquia ou pela República, pois a nenhum Estado caberia o exercício da “sacra” liberdade individual.

Isto posto, Antero alertava sobre os riscos da ascensão do jacobinismo nas revoluções desprovidas de racionalidade e levadas pelo instinto. Para exemplificar as consequências nocivas da centralização republicana, ele recorreu aos desdobramentos da Revolução Francesa. Em sua concepção, os jacobinos “conceberam a república como uma ditadura permanente, executada em nome da multidão” e, acreditando consolidar a igualdade, proporcionaram um governo despótico: “Pela delegação aglomeravam todos os poderes, todas as forças coletivas no centro poderoso da república una e indivisível”. A centralização daí resultante absorvia as energias que deveriam animar a sociedade. Sendo assim, “ninguém viu que a unidade matava a liberdade”, suprimindo as iniciativas e a ratificação de uma república verdadeiramente democrática: “Ninguém viu que era esta contradição, e só ela, que explicava o fenômeno extraordinário da decadência rápida das instituições republicanas”.³⁰⁸ Buscando a igualdade e a liberdade, os franceses se deixam levar pela perversão da unidade despótica.

Por conseguinte, para que a insatisfação e os anseios populares não se desenvolvam em despotismo de um ou de poucos homens, os letrados frisavam a importância da conscientização por critérios científicos. Assim, Teófilo, consoante e complementando as observações de Antero, afirmava ser a República em sua origem uma aspiração. Sucessivamente e respeitando o processo evolutivo, de aspiração instintiva passaria ao grau de ideia, formando-se em opinião para, por fim, ser um fato. O instinto inicial deriva do protesto contra a tirania, por consequência se converte em ideia que, atribuída de racionalidade, logo

³⁰⁶ QUENTAL, Antero de. Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica. In: SERRÃO, Joel. (org.). *Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. pp. 225-226.

³⁰⁷ SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1868 – 1873). op. cit. p. 353.

³⁰⁸ QUENTAL, Antero de. Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica. op. cit. pp. 222-223.

se estenderia a uma opinião generalizada, base para a coordenação do partido. Assente na aspiração instintiva, porém, direcionada racionalmente, a República se consolidaria em instituição, mas não aquela derivada “das paixões tumultuárias, não da agitação dos interesses de pessoas”, ao contrário, afirmaria a instituição de todos.³⁰⁹

A acentuada aversão de Antero em relação à unidade administrativa fez com que ele, no texto *Portugal Perante a Revolução de Espanha* de 1868, portanto, antes mesmo das conferências de 1871, discorresse sobre a necessidade dos países ibéricos instituírem uma federação: “Chegamos a estas conclusões, vemos o ideal revolucionário de Portugal tocar-se, confundir-se com o ideal da revolução espanhola. Para toda a Península não há hoje senão uma única política possível: a da federação-republicana-democrática”.³¹⁰ Todavia, se esta ideia já dava razões suficientes para a indignação de alguns segmentos sociais que prezavam o nacionalismo, a sugestão que acompanhava este ideal causaria mais espanto. O letrado propôs diretamente aos portugueses renegar a nacionalidade.

Para Antero, a nacionalidade seria um obstáculo derivado da minoria dominante e que se mantinha em razão da ininteligência da maioria. Entretanto, o avanço do espírito democrático tornaria inevitável a queda da nacionalidade. Talvez ciente do impacto que suas afirmações poderiam gerar, ele fez a seguinte ressalva: “Sem faltar ao respeito [...], atrever-me-ei a ponderar-lhes que o amor da pátria não coincide rigorosamente com o fato da nacionalidade: são duas coisas distintas, ainda que ligadas estreitamente”. O que ele pretendia elucidar foi que uma nacionalidade fragilizada poderia comprometer o “amor à pátria”.³¹¹

Na medida em que a nacionalidade se configurava como um fato político, ela se caracterizava por ser artificialmente transitória e alterável. Quando sentimentos patrióticos, apesar de países distintos, aspiram ao mesmo ideal (republicano), nada os impedem de se unirem, fundando uma nova nacionalidade por “obra do momento”. Antero, então, qualificou a nacionalidade portuguesa como atrelada e asfixiante por ser ultrapassada, incompatível com as necessidades contemporâneas: “sejamos homens, muito embora deixemos de ser portugueses. [...], contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portugueses esta verdade [...]: que, nas nossas atuais circunstâncias, o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*”.³¹²

³⁰⁹ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 66-67.

³¹⁰ QUENTAL, Antero de. *Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica*. op. cit. p. 237.

³¹¹ QUENTAL, Antero de. *Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica*. op. cit. pp. 237-239.

³¹² Idem. *Ibidem*. pp 240-241.

A proposta de instituir uma federação com a Espanha se distinguia daquela que faria anos depois - em concordância com a Internacional. Influenciado pela AIT, o letrado propunha a federação internacional de trabalhadores organizada por Seções de Ofício e por Associações. No caso espanhol, Antero parece se deixar levar pela atmosfera revolucionária vivenciada pelo país vizinho, como ainda não estava suficientemente versado na teoria socialista, levantava a bandeira do federalismo republicano. Tanto assim que em carta autobiográfica de 1887, sobre o referido texto, ele lamentava: “publiquei [...] *Portugal perante a Revolução de Espanha*, advogava aí a União Ibérica por meio da República Federal [...]. Era uma grande ilusão, da qual porém só desisti (como de muitas outras desse tempo)”.³¹³

Se o próprio Antero qualificou como ilusória suas ponderações, Teófilo, com seu programa federalista, patriótico e solidário, não deixaria de criticá-lo. Sacrificar a nacionalidade corresponderia a algo inconcebível dentro do projeto de república positivista. Para Teófilo, o federalismo se fundamentava não por assimilações políticas, mas pelas diferenças étnicas, raciais e territoriais. Em contrapartida, no tocante à nacionalidade, bastaria somente considerar o critério étnico para concluir a impossibilidade de sacrificar a nacionalidade portuguesa.³¹⁴

Logo, segundo Teófilo, concluir que se deveria renegar a nacionalidade só poderia ser “uma dedução subjetiva, separada de todo o critério etnológico e histórico”. Porquanto, ao contrário de considerar a nacionalidade como um fato político, ele a concebia como um produto orgânico, natural, estático e independente de qualquer vontade individual. Sendo assim, elas são determinadas e condicionadas conforme os produtos internos que lhe são característicos, como a língua, a religião, enfim, como as manifestações culturais que lhe diferem enquanto conjunto nacional.³¹⁵

Esta, porém, seria a justa nacionalidade, o contrário desta são as de cunho político, ou seja, as que eram constituídas pelos reis que unificavam de forma violenta os povos, subjugando as tendências separatistas. A solução para manter a nacionalidade estável e extinguir a tendência separatista estava na República federativa.³¹⁶ Pois, o que se observa no pensamento teofilano foi que o letrado não negava a federação entre os povos proposta por Antero, o que ele estava a refutar era a negação da nacionalidade.

³¹³ QUENTAL, Antero de. **Poesia e prosa: sonetos completos, poemas e prosa escolhidos**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974. p. 134.

³¹⁴ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. p. 162.

³¹⁵ Idem. Ibidem. pp. 167-168.

³¹⁶ Idem. Ibidem. pp. 168-169.

A partir do momento em que Antero rejeita a nacionalidade, este pensamento para Teófilo implicava em negar toda a tradição do povo português. E repudiar a cultura portuguesa significava estar na contramão de tudo pelo qual a Geração de 70 objetivava enaltecer. Além disso, sobrepujar a nacionalidade seria comprometer o principal elemento de coesão social que deveria ser fortalecido pela intervenção científica de modo a conscientizar a população sobre sua história. História esta que legitimava a própria federação ao elucidar a predisposição da autonomia local.

Ademais, na leitura teofilana, a ideia de renegar a nacionalidade possuía a conotação de fusão, não de federação. Para diferenciar os termos, Teófilo recorreu às observações de Henriques Nogueira.

Por isso entendam-nos bem. Nós queremos a federação; mas repelimos a fusão. Aquela conserva os benefícios da independência [...]. Esta obriga cada povo a perder a sua individualidade [...]. A federação, liga de povos para se protegerem mutuamente, conservando todavia um governo seu, é sempre um contrato nobre, equitativo, vantajoso. A fusão, entrega de um povo a outro povo sem condições, sem garantias, sem liberdade de negociar de igual a igual, é por via de regra um ato degradante, pouco honroso.³¹⁷

Por tais afirmações Teófilo validava o que poderia ser a formação dos *Estados Unidos Peninsulares*. Visto que considerada a aproximação das crenças, dos costumes e da história, os dois povos poderiam estabelecer a unidade nacional, embora respeitando suas respectivas independências. Pela tendência separatista da Espanha o ideal federativo teria que se consolidar “em pequenas repúblicas segundo as condições históricas e étnicas dos seus antigos estados, e a federação da república portuguesa formando com eles os Estados Unidos Peninsulares”.³¹⁸

Apesar do problema da nacionalidade, o objetivo de instituir uma federação entre os povos foi algo compartilhado entre Antero e Teófilo. Igualmente, ao validar a maximização das liberdades locais, os letrados se distanciavam da herança da Revolução Francesa que exemplificou o insucesso da república unitária.

Novos exemplos de federação, como a norte-americana e a suíça, representavam um novo respaldo teórico. Ademais, o fato de estarem imbuídos da leitura de Tocqueville e de Proudhon possibilitou aspirar um tipo de República diferente da jacobina que concebeu um Estado unitário. Assim, o federalismo foi compreendido não só em termos nacionais, mas se estendia para a possível relação internacional entre povos com afinidades. Para os federalistas

³¹⁷ NOGUEIRA, Henriques. apud BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 119-122

³¹⁸ BRAGA, Teófilo. Ibidem. p. 119.

republicanos a administração nacional exigiria governos autônomos e grupais, por meio de paróquias, municípios e províncias, enquanto o poder central se afirmaria por uma assembleia federal, eleita por voto direto. Por delegação a assembleia instituiria o poder executivo. O corpo legislativo seria dividido entre as assembleias locais, pelo sufrágio universal, e central que iria deliberar sobre assuntos como a política externa, segurança e justiça.³¹⁹

Foi esta a forma encontrada pelos federalistas, portanto, por Teófilo Braga, para fazer reviver a vida municipal, a independência, a liberdade e a autonomia dos povos. Segundo o letrado, o município subsistiu a todas as transformações sociais, inclusive aos abusos da monarquia. Deste modo, Teófilo tendia a fazer das circunstâncias concretas uma adequação ao seu projeto de República, foi assim com a questão das classes sociais e também o era com a questão municipal. Por ser um fenômeno historicamente enraizado, o municipalismo poderia ser o meio de educar os povos a resistirem contra quaisquer ameaças de absorção centralista. Os políticos monárquicos que se asseguravam na centralização encontraram uma maneira de usufruir dessa tradição de independência, para atender seus interesses pessoais faziam da municipalidade uma fonte de extração de recursos fiscais. Todavia, “a instituição persiste na forma primitiva, mas o espírito extinguiu-se nas povoações, que mantêm esse corpo estranho que as agrava com impostos de barreira”.³²⁰ Daí a necessidade de revitalizar a vida local através da descentralização e da autonomia legislativa e executiva.

“O espírito extinguiu-se” equivalia afirmar que as “virtudes cívicas” - derivadas da condição de espontaneidade em que naturalmente se afirmavam as relações sociais - foram subjugadas pelo centralismo administrativo na medida em que perderem sua liberdade de associação. Porém, sua forma, apesar de mórbida, tinha condições de reviver por meio do espírito enérgico propiciado pela unificação federativa.³²¹ Neste caso, atribuir independência e autonomia às localidades seria o requisito para garantir a unificação. Ademais, segundo Teófilo:

as garantias locais acham-se mais ou menos rudimentarmente estabelecidas entre todos os povos da Europa [...]. A subordinação da política às condições de ciência fará com que todas as reformas se estabeleçam procurando a estabilidade na orientação étnica e tradicional.³²²

³¹⁹ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. p. 45.

³²⁰ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 130-131.

³²¹ LUZ, José Luís Brandão da. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga**. op. cit. pp. 236-237.

³²² BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 272-273.

Nesse sentido, a nacionalidade unificante se daria por meio de um contrato consciente e cooperativo das localidades que, caso fossem deixadas a esmo, ficariam propensas ao separatismo.

Digno de nota foi que ao se referir à necessidade de unificar as localidades, Teófilo não se reportava a algo abstrato, ele se referia às condições reais que poderiam se adequar ao programa republicano. Se Antero não dispensou a devida atenção à questão do sentimento pátrio, apesar de destacar a municipalidade, Teófilo foi mais sensível quanto ao tema. As constatações teofilanas partiram de uma condição preexistente e que precisava ser sistematizada pelo critério científico do positivismo.

Em época, quando os portugueses faziam referência sobre seu lugar de nascimento ou de origem se utilizavam de noções como “sua terra”, sem fazer menção à pátria. A pátria enquanto sentimento comum era concebida de forma abstrata e vaga. Para o povo em geral, o termo *terra* era mais inteligível e acessível. Por conseguinte, a nacionalidade somente poderia emergir se fossem considerados os diferentes “patriotismos locais”.³²³ Estes, em contrapartida, eram os que Teófilo considerava como naturais e que se manifestavam como heranças. Apesar de mais abstrata, a consolidação da nação implicava em um nível superior de administração, fundada em sentido vertical e escalonar tal que se afirmaria a emancipação das partes. Entendida dessa forma, coabitariam nos indivíduos o patriotismo nacional e os demais patriotismos, canalizando sentimentos que lhes eram próximos e naturais e os que foram conjuntamente construídos.³²⁴

Esta seria a formação de um quadro de sentimento possível que pressupunha unificar e articular o sentimento propriamente popular. No entanto, a administração monárquica vigente, como bem observava Teófilo, não tinha condições e nem mentalidade para promover uma política descentralizada. Os deputados e ministros não possuíam experiência com as políticas locais, embora cerca de 40% fossem originários de áreas provincianas. Consequentemente, predominava o distanciamento entre a elite política da capital (militares, juristas, ministros e afins) e o país real.³²⁵ Fosse pelo problema de mentalidade ou de experiência, fato era para Teófilo que a solução se encontraria no modelo federativo, juntamente com o exercício cívico do sufrágio universal.

Conceber a nacionalidade por esta perspectiva pressupõe que o nacionalismo se insere em uma lógica política e ideológica, apesar de sua base ser as manifestações espontâneas da

³²³ CATROGA, Fernando. O Patriotismo Republicano e o Descentralismo. op. cit. p. 22.

³²⁴ Idem. Ibidem. p. 30.

³²⁵ MATOS, Sergio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. op. cit. p. 46.

municipalidade, esta, por sua vez, se alinha a um tipo de sentimento patriótico. Portanto, o nacionalismo não deve se confundir com patriotismo (amor à pátria). Mais explicitamente, apesar de utilizar o critério étnico, o pensamento de Teófilo exemplificava o fato de o nacionalismo ser um produto político, ao ser abordado por uma ideologia e uma antropologia específica, construindo uma doutrina de Estado.³²⁶

E a doutrina de Estado de Teófilo seria aquela convergente que garantiria os interesses diversos, fossem eles de classe ou de região. Para o letrado a forma com que foi interpretado o evento político da Comuna de Paris pelos socialistas, resumindo suas implicações à *questão social* e igualitária, fez com que setores conservadores ficassem “espantados” perante o significado da revolução. Ele afirmava que a deturpação do ideal municipalista feita pela doutrina socialista foi a que vingou em Portugal.³²⁷ Entretanto, Teófilo tinha razão quanto ao caráter federativo da Comuna, o governo revolucionário de Paris foi formado pela federação de representantes de bairros que se reuniram em um Comitê Central, ocupando e estabelecendo sua sede na prefeitura que estava abandonada pelo governo oficial.³²⁸

Mas Teófilo se equivocava ao afirmar que os socialistas negligenciaram o caráter federativo de Paris. Obviamente a *questão social* foi prioridade, destacando-se o antagonismo entre as classes sociais, todavia, os socialistas portugueses também dirigiram sua atenção para o municipalismo representado pelos revolucionários parisienses. E isto pode ser elucidado pela seguinte exclamação: “nós também queremos estabelecer a Comuna, isto é, o regime municipal; nós também queremos a federação livre [...] sem restrições, nem formas coercivas da liberdade”.³²⁹ Afinal, os *communards* representavam o exemplo concreto do que poderia vir a ser a federação universal dos trabalhadores, pois, não era este o propósito da Internacional?

A Federação doméstica ou internacional foi um dos princípios que nortearam a construção do projeto político dos letrados. Contudo, as diferentes afinidades doutrinárias fizeram com que o ideal federativo de Antero e de Teófilo se definisse por discordâncias significativas. Antero estava a propor uma República universal que se viabilizaria pelo tempo presente e futuro, consoante às aspirações proletárias. Por outro lado, Teófilo fundamentava a noção federativa respeitando as condições nacionais e regionais, pautadas pelos critérios étnicos e históricos, portanto, a inserção republicana para ele seria possível dada as condições

³²⁶ Idem. Ibidem. p. 34.

³²⁷ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 276-277.

³²⁸ COGGIOLA, Osvaldo. op. cit. p. 171.

³²⁹ A COMUNA Evocada Pelos Socialistas Portugueses. op. cit. pp. 274-275.

passadas que justificavam no tempo presente a irrupção do regime nacional e republicano, mas que não negava a possibilidade de uma federação universal.

4.5 A República Democrática

A democracia colocada na haste inclusiva foi a bandeira pela qual Antero de Quental e Teófilo Braga advogavam, embora a luta pela incorporação das massas demandasse a apresentação de uma democracia científica e, por conseguinte, distinta das experiências democráticas do passado. No entanto, o esforço para demonstrar e legitimar um novo regime que atendesse a soberania popular não foi algo isolado e característico dos letrados portugueses.

Políticos e intelectuais, conservadores ou liberais reformistas, se inquietaram perante a instabilidade política que passou a vigorar desde 1789. A partir daí as instituições ficariam fragilizadas e instáveis na medida em que as sublevações conseguiram promover a alternância de regimes, entre estes se intercalavam o monárquico e o republicano. Sendo assim, trabalhos destinados ao comportamento coletivo passaram a ser divulgados com mais frequência. Foi o caso de Gustave Le Bon em *Psychologie des Foules*, no qual se concluiu a “lei da unidade mental das massas”, constatando que a personalidade consciente do indivíduo, quando em ambiente coletivo, perdia características pessoais em decorrência de fatores externos. Estes, por sua vez, acabavam por orientar os sentidos em uma via única de sentimentos, pensamentos e comportamentos.³³⁰

Outra reflexão de destaque foi o trabalho de Scipio Sighele, *Essai sur la psychologie des foules*, publicado no final do século XIX. Nele, o autor buscou entender o fenômeno da “multidão criminosa”, considerando a pressão emocional do homem inserido na coletividade. Neste caso, a razão ficaria enfraquecida em relação ao avanço irracional coletivo. O objeto de estudo de Sighele e de Le Bon foi o fenômeno histórico das manifestações de multidão, tais como greves operárias e a violência das sublevações.³³¹

Via de regra as teorias que explanavam sobre os movimentos das multidões as vinculavam às revoluções do *oitocentos*. Os teóricos do comportamento coletivo sublinhavam que havia se constituído uma força nova que agregava a soberania moderna, ou seja, a força coletiva. Segundo Le Bon, “A era em que estamos entrando será verdadeiramente a era das

³³⁰ BRESCIANI, Maria Stella. O pensamento político conservador após a Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. pp. 217-218.

³³¹ Idem. Ibidem. pp. 219-220.

multidões. [...] A voz das multidões se tornou preponderante. [...] O direito divino das multidões substitui o direito divino dos reis”.³³²

Antero e Teófilo, ambos com seus respectivos sistemas filosóficos, tentavam, seguindo a tendência intelectual do século, compreender esse fenômeno que ressignificava a soberania.

Analogamente à sua preocupação em distinguir o conceito de República de Fato da Ideia de República, Antero analisou o que, em sua concepção, seria a *democracia instintiva* e a *democracia científica*. A tentativa de diferenciar os conceitos revolucionários sugere e reforça a ideia de que o letrado visava, sobretudo, a legitimação de um ideal. *Ideia de República* ou *democracia científica* demonstra a oposição do que se configuraria como racional e por isso viável ao que seria instintivo, desgovernado, anárquico, enfim, incompatível com um progresso pacífico e aceitável.

Na leitura de Antero, as experiências democráticas foram o resultado de interesses apaixonados, calcados em antagonismos de castas, em egoísmos e em ambições, característicos das sociedades tradicionais com escassez científica e entregues à natureza instintiva. Por conseguinte, a democracia socialista, fruto das aspirações teóricas contemporâneas, se afirmava como um “produto da liberdade refletida, do conhecimento científico das leis do mundo econômico e social, como a manifestação consciente da inteligência e da moralidade”. O espírito científico teria o potencial de suprimir o domínio do sentimento. Embora os dois tipos de democracia visassem a extinção da opressão e do despotismo, elas eram inconciliáveis na medida em que foram dotadas de motivos e de finalidades incompatíveis.³³³

Similarmente, Teófilo chegou a uma conclusão próxima a de Antero e, como este, buscou acentuar a evolução racional e científica da democracia: “Houve efetivamente no século passado uma violenta fase revolucionária, porque faltavam as bases positivas ou científicas para dirigirem a reorganização social”. Observando as experiências democráticas, Teófilo constatava que as perturbações passadas baseadas em atos incoerentes foram subordinadas à força, utilizada como pretexto de manter a ordem. Sendo assim, “foi por isso que a República francesa, falsificada pelo radicalismo do terror, caiu sob a ditadura militar do infame Napoleão”.³³⁴

³³² LE BOM, Gustave. apud Idem. Ibidem. p. 220.

³³³ QUENTAL, Antero de. As duas democracias. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas: publicadas e apresentadas por Joel Serrão**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. pp. 367-368.

³³⁴ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 72-73.

Se em sua origem a reivindicação democrática expressava os anseios populares contra o julgo despótico, o seu desenvolvimento sem base científica acabaria sacrificando o direito dos povos. Uma controvérsia que os letrados identificavam principalmente através do significado e do exemplo da Revolução Francesa.

Assim como Teófilo fez menção à “ditadura” de Napoleão para elucidar os desdobramentos de uma revolução sem a base positiva, Antero advertia sobre os mesmos riscos. Na interpretação de Antero de Quental a democracia instintiva se afirma na ditadura e na concentração de poderes, portanto, resulta do que ele identificou como “cesarismo autoritário”. Os direitos individuais se restringiriam apenas na vontade e nos sentimentos, pois eram passíveis de serem sacrificados pelo primeiro “chefe” que se destacasse pregando a revolução. Nesses termos, o levante impulsivo “é e será sempre a plebe dos Césares, tumultuosa, inconsciente, oscilando permanente entre a revolta e a sujeição. É uma força da natureza, um elemento: não é uma ideia da consciência”. Ademais, Antero aproximava e comparava a democracia instintiva ao comunismo autoritário na medida em que este viabilizava a permanência da guerra entre as classes. Além disso, as questões sociais mais complexas abordadas pelo comunismo eram resolvidas por meio da tirania econômica em forma de confisco. Enquanto que, no sentido inverso, a democracia filosófica garante a liberdade, a ordem, a riqueza e a atividade. Politicamente, ela se baseia nos direitos individuais através do federalismo, “substitui à Lei, que se decreta, o Contrato que se pactua”. Isto é, nega o ditador revolucionário e sacramenta o cidadão independente.³³⁵

Ao assumir a propriedade e o lucro, Antero não só contra argumentava a sociedade tradicional, fosse a sua forma monárquica ou republicana, como a frente marxista da Internacional. O espírito demasiadamente democrático e o peso da concepção individualista fomentavam e corroboravam este tipo de pensamento que conciliava aspectos concretos e a teoria de um futuro melhor e igualitário.

Nesses termos, seguindo seu raciocínio, a democracia filosófica afirmava socialmente a propriedade, por isso a objetivava como um bem universal, garantida como direito de todos, não como privilégio de poucos. Conjuntamente, ele ratificava que o *preço* do trabalho fosse o equivalente ao *valor do trabalho* empreendido, distanciando-se, assim, do comunismo e afirmando a justiça. Deste modo, logo que desferiu sua crítica aos comunistas, Antero possivelmente a estende para os republicanos democráticos:

³³⁵ QUENTAL, Antero de. As duas democracias. op. cit. pp. 368-369.

O que sucederá entre nós? [Portugal] Semeiam-se [...] promessas, fazem-se [...] convites à revolta. Acautele-se o povo! Essa bandeira, que começam a desfraldar, encobriu sempre na sua sombra a ditadura e a formação duma classe de privilegiados. A questão social é outra, e é doutro lado que se devem procurar os meios de a resolver.³³⁶

A *questão social* em Antero, obrigatoriamente, teria que passar pelo crivo da liberdade individual, pois aperfeiçoar e desenvolver o instinto natural implicaria sobrepor a democracia histórica e elevar a democracia socialista.³³⁷ Transcender os limites instintivos e consolidar o democratismo científico significaria superar as associações primitivas e naturais e efetivar o pacto racionalmente ratificado pela liberdade, ou seja, pelo contrato social consciente.

Em contrapartida, Teófilo observava que a concentração do poder em um indivíduo era ocasionada pelo exercício empírico e natural da associação. Todavia, o avanço racional proporcionou o desmantelamento dessa forma primitiva e atrasada de governo. Sucessiva e evolutivamente as organizações sociais e tradicionais vão cedendo às novas determinações históricas, assim, a aristocracia ruiu perante a ascensão proletária.

[...] o trabalho, que trouxe a classe serva à altura de Povo. [...]; a riqueza acumulada pelo trabalho industrial contrabalançou-se com a riqueza territorial, criando-se assim a classe média ou Burguesia. Com estes elementos o poder entrou na sua fase empírica, tornando-se as Monarquias um sistema de equilíbrio entre a aristocracia e a burguesia; tal é o *Regime Constitucional*, a que chegaram as sociedades modernas. [...] [o] trabalho afirma o Proletariado [...] seu número, e a sua existência, [...] [contribui] para os progressos sociais [...].³³⁸

Nesse sentido, nota-se que Teófilo valorizava o proletariado enquanto agente historicamente capaz de alterar a ordem social. Por sua capacidade numérica e atividade produtiva a classe trabalhadora demandava um novo modelo de organização sociopolítica. Sua importância tencionava a abertura da governabilidade e o acesso à representatividade, de forma a participar das deliberações concernentes à vida comum da coletividade. Entretanto, sua significância estaria em reformar um sistema preexistente. Do ponto de vista teofilano, o protagonismo do operariado era fundamental, mas não o suficiente para subverter totalmente as normas sociais em prol do interesse de uma única classe.

³³⁶ Idem. Ibidem. p. 170.

³³⁷ SERRÃO, Joel. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1868 – 1873). op. cit. pp. 351-352.

³³⁸ BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. pp. 226-228.

A maneira como foi assumida a relevância da classe trabalhadora por Teófilo não foi compartilhada por Antero que idealizava uma nova ordem socioeconômica, radicada no exercício trabalhista para todos os segmentos sociais. Nesse sentido, a prática democrática para Antero se afirmaria consoante as aspirações de um futuro justo e igualitário. Para ele a organização imediata e predecessora poderia se consubstanciar através das Federações compostas pelas Seções de Ofício tal que estas coexistissem sem poder deliberativo de uma sobre as demais. Neste caso, o princípio autoritário e centralizador desaparece, pois, “é já um modelo de liberdade e igualdade da futura república democrática social”. Caberia às Federações combinar os esforços coletivos enquanto que as Seções promoveriam a “educação popular”, educando socialmente por seu caráter democrático. Na medida em que os trabalhadores fossem gerenciando seus interesses, reivindicando seus direitos, iriam aperfeiçoar sua consciência, emancipando-se do patronato.³³⁹

Seguindo o programa da Internacional, Antero propagava que a base para o desenvolvimento consciente dos trabalhadores seria inconcebível sem a *práxis* democrática. E acrescentava que a Federação das Seções de Ofício ainda ofereceria a probabilidade de uma conscientização universal, desprendida de modelos abstratos, como o sufrágio universal, ao passo que a democracia poderia ser vivenciada por meios diretos, pelo próprio proletário.

Alinhado com as aspirações anteriores, o Partido Socialista português, em seu programa de 1877,³⁴⁰ valorizava o trabalho e a justiça, condenando a injustiça social caracterizada pelas relações de trabalho. Apesar de o Partido se colocar como instrumento transitório de representatividade, que subsistiria até a extinção das classes sociais, ele defendia igualmente a organização prática e democrática do trabalhador nos conformes da federação. O ideal federalista pressupunha a vida ativa nos municípios tal que os trabalhadores pudessem administrar as finanças, as escolas, as vias públicas, os correios, a polícia e afins por meio de tribunas próprias e com jurados eleitos. As reivindicações imediatas, porém, incidiam sobre medidas concernentes ao melhoramento do nível de vida, das condições da jornada de trabalho e do aumento salarial.³⁴¹

É possível identificar certa distinção entre a prática democrática do Partido e a de Antero. Primeiro em razão de o letrado fazer ressalvas sobre a inserção do movimento na política burguesa. Segundo porque a noção democrática anterioriana foi construída em nome do

³³⁹ QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 346.

³⁴⁰ Foi somente neste ano que Antero aderiu à causa do Partido.

³⁴¹ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. pp. 51-54.

exercício das relações econômicas, enquanto que o Partido, além dos aspectos econômicos, ressaltava aspectos propriamente políticos.

É isso o que a organização da Internacional, unindo os homens do trabalho, primeiro pelas afinidades naturais dos seus interesses (em Secções e Federações de cada ofício) e depois pelo laço universal da ideia do trabalho (Federação de todos os ofícios) vem realizar. Esta é que é a única educação popular – a educação social – porque só esta é prática, orgânica e emancipadora.³⁴²

Importante destacar que Antero concebia a sociedade como um organismo e como tal ela deveria se transformar, não se revolucionar. A resistência se manifestaria pelas reivindicações de direitos e de maior autonomia como melhorias nas condições de trabalho e a transferência do poder econômico dos capitalistas para os trabalhadores. Para tanto, o proletariado poderia se utilizar da greve, além de se reunir em associações cooperativistas. Estas, por sua vez, seriam responsáveis pelo controle do consumo, liberando o consumidor da especulação do mercado ao aproximá-lo dos produtores. Assim os preços tenderiam ao nivelamento compatível ao custo de produção.³⁴³

No entanto, convém inserir uma indagação em relação à proposta anterior. Para os trabalhadores conseguirem desenvolver esse tipo de relação cooperativista, no mínimo, eles teriam que ter acesso ao capital de produção, como o próprio Antero afirmava. Entretanto, pelas reflexões desenvolvidas até aqui sobre o seu pensamento político, é possível afirmar que o socialismo proposto por Antero foi composto por duas fases. Gradualmente, ele indicava que a revolução/evolução para o socialismo poderia primeiro se constituir em federações ligadas à Internacional, conforme o proletariado fosse se desenvolvendo conscientemente e em direitos o Socialismo iria se fortalecer e se concretizar de forma mais evidente. Por fim, chegar-se-ia ao estágio em que a AIT não mais seria essencial, pois a autonomia das relações estaria garantida. Todavia, este processo demandaria o pleno acesso aos meios de produção, fator imprescindível para as transformações socioeconômicas, mas que o letrado não deixou claro como se efetivaria. Seria a desapropriação do capital uma finalidade ou um meio revolucionário?

Estabelecer associações cooperativistas com a finalidade de aumentar o poder econômico dos trabalhadores em detrimento dos capitalistas poderia se apresentar como uma

³⁴² QUENTAL, Antero de. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). op. cit. p. 347.

³⁴³ Idem. Ibidem. op. cit. p. 347.

quimera na medida em que o proletariado, como bem observou Teófilo, “depende do proprietário que lhe fornece a matéria prima”. Como os trabalhadores controlariam os preços dos produtos, nivelando-os ao custo de produção sendo que eles eram donos do trabalho, mas não do produto em si? Neste caso, o proletariado não teria os meios para, evolutivamente, conquistar o Socialismo. Talvez esta seja a lacuna e a fragilidade maior da teoria de Antero!

O modelo democrático proposto pelo letrado visava o exercício prático de uma democracia direta, porém, para exercê-la nos conformes do cooperativismo mútuo, o trabalhador teria que possuir os mecanismos de produção. Tal concepção pode ser verificada na experiência histórica da Comuna de Paris. Ali o assentamento democrático que se instaurou na administração política influenciou na organização de produção. Nas empresas abandonadas pelos patrões, o operariado pôde assumir a gerência produtiva, promovendo a autogestão nas oficinas. Isso implicava em uma forma de democracia direta e social.³⁴⁴ No entanto, esta circunstância só foi possível dado que o proletariado assumiu o capital produtivo como consequência, cabe frisar, da tomada de poder por meios violentos que obrigou o governo oficial a fugir para Versalhes. Sendo que a violência revolucionária foi qualificada por Antero como jacobina e instintiva, indigna de compor o projeto pacífico, científico e evolutivo anterior.

Todavia, o modelo de democracia prática, viabilizada por um sistema socioeconômico denota o compromisso de Antero de Quental em absorver os anseios populares que se manifestavam explicitamente através das revoltas e das revoluções do pós 1789. Mais do que socialista e democrático, o letrado foi um Humanista, agiu e pensou com a finalidade de construir novos padrões sociais que atendessem aos diferentes povos. Talvez por isso tenha se identificado com o significado do que poderia ser a Internacional. Se era a vez do povo assumir a cena da história, então seria o povo a determinar os designios do seu presente e do seu futuro. Em razão disto, Antero encontrou no trabalho e no trabalhador não só um fenômeno moderno, mas a inspiração para a nova sociedade. Assim se consubstanciaria a soberania popular, ou melhor, a soberania dos povos.

Enquanto Antero de Quental visava o rompimento mais preciso com a política tradicional para garantir o exercício democrático direto conforme as relações de produção, Teófilo Braga e os republicanos federalistas ambicionavam aperfeiçoar as condições vigentes oriundas do liberalismo clássico. Embora seja digno de nota que Teófilo também objetivava um tipo de nivelamento que não era focado nas relações econômicas, mas que buscava a

³⁴⁴ WILLARD, Claude. op. cit. p. 19.

equidade cívica e política para que nenhum segmento social corporificasse a supremacia governativa em detrimento dos demais.

Mesmo deturpado, por conta da influência direta do rei ao nomear os deputados da câmara dos pares, o sistema representativo, caro aos republicanos, foi empreendido durante o regime da monarquia constitucional. Entretanto, foi somente durante o governo *Regenerador* que os programas republicanos apareceram. Em 1873, o programa federalista apresentou propostas que se comprometiam a fazer elegíveis os mais importantes cargos administrativos, garantiam a extinção do Exército permanente (fonte do poder autoritário da monarquia) e saldar a dívida pública. A soberania foi supervalorizada como um estímulo de oposição ao Estado unitário e centralista, tal que sua base fosse o sufrágio universal empreendido de forma mais ampla possível, ou seja, homens e mulheres maiores de dezoito anos.³⁴⁵

A proposta de ampliar o acesso à cidadania por meio do voto foi uma das mais radicais apresentadas pelos federalistas na medida em que rompia com o critério liberal que garantia a cidadania àqueles dotados de propriedade e de instrução. Na prática, consciente ou inconscientemente, a justificativa censitária fomentava a manutenção de uma sociedade de classes privilegiadas, garantindo suas prerrogativas pela concentração do poder político. Como o movimento republicano era antimonárquico, enaltecia-se a defesa da soberania radicalmente nacional. Nesses termos, Teófilo foi taxativo ao afirmar que

com a Revolução francesa começaram os esforços para a liberdade política, e desde que um dia se chegou à posse do sufrágio universal, a nação adquiriu a sua verdadeira soberania, e dela se derivam as formas da autoridade governativa. Todos os poderes derivam da nação, tal é o pensamento que se realiza pelo sufrágio universal. O povo que não possui o sufrágio universal não está senhor da sua liberdade, e sustenta na sua organização política algum velho e canceroso abuso.³⁴⁶

Por este viés a República se definia, sobretudo, pela base democrática do voto universal, corporificando o princípio da soberania popular e exercido na representatividade delegada.³⁴⁷ Entrementes, a cidadania assim entendida não poderia estar ligada aos desmedidos impulsos da população. Sendo assim, Teófilo concebia e dava sentido ao processo em que a República enquanto aspiração popular passaria a ser uma ideia para,

³⁴⁵ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. pp. 44-45.

³⁴⁶ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 46-47.

³⁴⁷ LUZ, José Luís Brandão da. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga**. op. cit. p. 232.

finalmente, se efetivar como opinião. Um regime de opinião apropriadamente fundamentado pelas diretrizes positivas.

A essência positiva fundadora da opinião seria radicada no conhecimento da “marcha dos negócios públicos”, quando versado nesses conhecimentos o eleitorado estaria capacitado para escolher o seu representante no parlamento. Feito isto, a comunhão entre o representante e o eleitor não cessaria, aquele prestaria contas da sua gerência, publicando e justificando suas despesas para que o cidadão pudesse, por meio da livre reunião e associação, discutir e se autorrepresentar ante o poder constituído. Assim, se concretizaria o *Regime de Opinião*.³⁴⁸

A soberania, assente na vontade e na opinião popular, poderia ser exercida através do sistema representativo, o qual Teófilo identificava como *mandato imperativo*. Assim, este sistema de delegação do poder seria:

na garantia política o mesmo que a procuração bastante é na garantia individual [...]. Todo o cidadão pode fazer-se representar em direito por um indivíduo em quem delega todos os seus poderes e responsabilidades previamente definidas, e a quem pode sacar o referido mandato logo que a sua vontade não seja integralmente cumprida.³⁴⁹

Neste caso, o cidadão aliena seu direito em relação ao exercício político, mas não perde a soberania ante o representante. A maneira como concebeu o *mandato imperativo* muito se assemelha ao tipo de democracia desenvolvida durante a Comuna de Paris. Como se sabe, Antero e Teófilo distanciavam suas teorias republicanas de aspirações revolucionárias com caráter violento, mas seria impossível negligenciar o significado da primeira tentativa de República proletária. No limite, havia um consenso entre os letrados sobre a importância do proletariado para instituir a sociedade republicana e/ou socialista. O fato de a Comuna estar vinculada à Internacional justifica a admiração de Antero. Por conseguinte, por ser republicana, popular e federalista, chamava a atenção de Teófilo. Não admira que o pensamento teofilano fosse influenciado pela experiência histórica que se insere a Comuna de Paris.

Os revolucionários parisienses adotaram o sufrágio universal, submetendo assim o processo de seleção de funcionários e de representantes à decisão dos trabalhadores. Empreendido o princípio ativo da participação e do controle popular, além do mandato imperativo, instituía-se a revogabilidade de funcionários e de representantes que perdessem a confiança de seus eleitores. Esta medida que concedia à população o direito de revogar o

³⁴⁸ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 96-100.

³⁴⁹ Idem. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 230-231.

mandato foi o meio de evitar que a nova burocracia e o novo governo revolucionário, que decidiam a implementação política do Estado, se distanciassem dos interesses do povo.³⁵⁰

A teoria de Teófilo foi uma voz que ecoava os ideais republicanos portugueses. Assim como ele, os federalistas assumiam o sistema representativo através do mandato imperativo. A possibilidade de revogação do mandato limitava a independência dos eleitos que ficavam vinculados a um programa.³⁵¹ Foi este o prenúncio de uma democracia entendida por vias diretas, enquanto Antero a afirmava pelo modelo prático das relações de produção cooperativistas, os republicanos validavam-na pela intermediação dos representantes. Conceção que poderia transparecer contraditória na medida em que se observa um elemento mediador, mas, para os federalistas, este seria um regime possível para a manutenção da ordem e do desenvolvimento democrático.

Evocar a espontaneidade natural e histórica que fomentou o fortalecimento do municipalismo foi uma parte relevante do pensamento de Teófilo para justificar a República federativa. Mas o fator espontâneo na manifestação instintiva para a consolidação da República democrática passou por ressalvas na avaliação do letrado. Afinal, o espírito democrático teria que ser aperfeiçoado, transpassar os limites da aspiração para uma ideia seguida de opinião. Só assim o regime de opinião estaria apto para exercer a escolha dos representantes e para garantir a soberania nacional. Para tanto, Teófilo contava com a filosofia positiva.

O letrado estava convicto de que a manifestação da “ideia” provinha de diferentes fatores, como a imagem, a linguagem oral e a escrita. Assim como a ideia depende de fatores externos, as produções do ambiente social também resultam da produção individual, ou seja, trata-se de uma relação que vigorava a reciprocidade. Além disso, as ideias recebidas pelo ambiente coletivo determinam a moral e o senso comum ao passo que ficam a mercê do senso social. E é nesta relação composta pela mutualidade que se insere a dependência do progresso. Assim, as ideias recebidas, apesar de na sua origem ser um modo de ver pessoal, influem na tradição humana. Este processo submetido à fase coletiva da racionalidade faz com que seja possível identificar a ratificação experimental das concepções, conquistando por isso um grau maior de conhecimento, de compreensão e de consciência.³⁵²

³⁵⁰ MARTORANO, Luciano Cavini. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001. pp. 72-75.

³⁵¹ CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. p. 46.

³⁵² BRAGA, Teófilo. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. op. cit. pp. 105-106.

Dito isto, Teófilo estava ciente de que as expressões mentais de um indivíduo poderiam ser projetadas no ambiente coletivo e aceitas pela sociedade, ainda mais se a proposição individual estivesse versada na racionalidade positiva e alinhada com as expectativas coletivas (fazer da aspiração intuitiva uma opinião racional). Por estes termos se compreende as comemorações cívicas que enaltecera e homenageara os “heróis nacionais”, como Camões e Pombal. A história de ambos foi retratada na tentativa de acentuar a grandeza nacional, buscando fomentar a solidariedade, uma consciência coletivamente homogênea, o sentimento patriótico e a coesão do espírito nacional.

As comemorações dos centenários ocorreram em um contexto específico que as qualificou como um movimento de oposição às medidas do governo. No decorrer da década de 1870, o governo fontista conseguiu conquistar relativa prosperidade econômica. Enquanto o incentivo à indústria e a promoção das obras públicas davam indícios de melhoria, a política estava estabilizada pela paz e pela alternância do poder. No final do decênio, porém, em 1879, iniciaram-se as discussões sobre um novo tratado com os britânicos. A opinião pública se mostrou desfavorável dado que as condições do acordo prescreviam mais uma política entreguista e de ameaça à supremacia da metrópole em terras africanas. Sendo assim, o parlamento prescreveu a ratificação do Tratado de Lourenço Marques que só foi devidamente aprovado em 1881. As cláusulas que mais estarreceram a opinião pública foram as que discorriam sobre a permissão aos ingleses de adentrar as colônias com tropas e intervir na política colonial. Neste ínterim, o nacionalismo reagiu e foi fortalecido juntamente com as comemorações, razão pela qual a assinatura do acordo foi adiada.³⁵³

O intento de unificar a vontade e o sentimento nacional ante uma política entendida como desagregadora motivava Teófilo a se apropriar da história como um instrumento do vínculo social português. Segundo o letrado, “vamo-nos desagregando, porque ninguém se importa de sentir e conhecer a tradição nacional [...]. Subsistimos com a aparência de nação, e entendemo-nos unicamente porque nos achamos no mesmo território”. Portanto, em sua concepção, o agregado coletivo que correspondia à formação nacional não passava de um acidente.³⁵⁴ Para dar vida e energia ao povo nos conformes de uma unificação efetiva, era necessário despertar-lhe o sentimento pátrio derivado de sua história.

Um povo que conhece a sua historia sabe quanto lhe custou a sua liberdade.
Se existe no mundo povo que ignore completamente o seu passado histórico
é Portugal; é por isso que ele glorifica os déspotas que o venderam, ou ainda

³⁵³ MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)**. op. cit. p. 21.

³⁵⁴ BRAGA, Teófilo. **Soluções positivistas da política portuguesa**. op. cit. pp. 6-7.

crê nas palavras dos que o bestificaram. [...]. A unidade de ação do partido republicano não depende das combinações de chefes, mas d'esse acordo e inteligência da sua situação, que é onde reside o segredo da força invencível do povo. Ensinemo-lo, doutrinemo-lo, expliquemos-lhe os seus direitos derivados dos seus deveres para com a pátria e para com a solidariedade social; levantemos-lhe o espírito pela sua historia nacional, e então ele saberá mover-se.³⁵⁵

E foi aqui que Teófilo Braga unia o fator espontâneo e a racionalidade, a fusão dos dois fatores corresponde a uma maneira legítima de intervenção na medida em que a propagação dos ideais exige sua equivalência nos sentimentos, passando pelo crivo do senso coletivo. Se as ideias forem aceitas, pressupõe um desenvolvimento na mentalidade coletiva, daí o esforço em celebrar racionalmente as comemorações como meio de intervenção e em diálogo com os anseios nacionais. Teófilo, por sua vez, tirava estas conclusões dos apontamentos de Comte que afirmou ser necessário “começar a ver despontar um sistema regular de comemoração usual em honra dos homens e das coisas [...], para celebrar e acelerar o desenvolvimento moderno, conjuntamente mental e moral”.³⁵⁶

Ademais, o significado das comemorações centenárias manteve um diálogo com a concepção de Jean-Jacques Rousseau sobre o que designou como a “religião civil” ou “religião da pátria” que vinculava o Estado e o Cidadão. Este tipo de exercício cívico pressupunha a manutenção da fé civil, devendo acontecer de forma recorrente para ser renovada através do culto público que exalta o amor pela pátria. Assim, seria disseminado o estímulo de sentimentos respectivos à sociabilidade, assegurando, ainda, os preceitos do contrato social.³⁵⁷

Entretanto, se for considerado que a teoria teofilana sobre as comemorações se apropriou da perspectiva de Rousseau no que se refere ao fortalecimento dos princípios do contrato social, há de se ponderar que a intenção do letrado não estava em fortalecer os laços cívicos com o regime vigente. Ao contrário, Teófilo foi sensível ao sentimento nacionalista que se propagou em decorrência da insatisfação popular, anunciando um novo modelo contratual, a saber, o republicano. O intento de Teófilo Braga se assentava em propiciar o sentimento e a solidariedade em oposição às medidas governativas, e uma ação de mobilidade pública que implicava na proporção inversa de sentimentos: quanto mais se propagava a grandeza cultural de Portugal enquanto nação, mais frágil ficaria a imagem da monarquia;

³⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 12.

³⁵⁶ LEAL, Ernesto Castro. A ética positivista de Teófilo Braga: virtude, moral e dever cívico dos centenários. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, MG, n. 11, p. 33-44, 2013. pp. 33-34.

³⁵⁷ Idem. Ibidem. pp. 34-35.

quanto mais se colocava a perda do poderio nacional por conta das medidas descabidas da monarquia, mais se legitimava a República.

As comemorações camonianas, datadas de 1880, foram direcionadas pela filosofia positivista, portanto, o método adotado pelos republicanos foi o de exaltar o Épico e a idade de ouro portuguesa como meio de destacar a decadência nacional e os responsáveis pelo declínio, ou seja, a monarquia e a casa dos Bragança. O ideal da mobilização estava em resgatar a tradição para assim instituir a verdadeira regeneração.³⁵⁸ Nesse sentido, Teófilo interpretava da seguinte maneira o significado do tricentenário de Camões:

A democracia portuguesa conta uma data gloriosa, que é o começo de uma era nova: o dia 10 de junho de 1880. N'este dia, todas as forças vivas, tudo quanto há com futuro ainda n'esta pequena nacionalidade, vibrou com unanimidade ao impulso de um estímulo consciente, a tradição ligada ao nome de Camões como o representante e o símbolo da civilização de um povo que se sente fora da vida histórica. A nação inteira compreendeu esta grande data, em que a perda da nacionalidade coincidiu com o passamento d'aquele grande espírito, que ao ver a pátria invadida pelos exércitos de Philippe II, expirou em um desalento que se tornou o protesto eterno da liberdade. Todos os que aspiraram a independência de Portugal procuraram por instinto no poema dos *Lusíadas* o estímulo de um sentimento que o jugo estrangeiro apagava pela violência ou pela corrupção.³⁵⁹

É possível observar na referência que Teófilo fez ao período da União Ibéria, juntamente com a ascensão do maior escritor português como um porta-voz da liberdade, uma crítica atualizada direcionada à perda de soberania frente aos tratados controversos com os ingleses. Sendo assim, não foi por acaso a escolha de Camões, o momento era oportuno para exemplificar que, mesmo em condições desfavoráveis, Portugal era uma grande nação, propensa a liberdade e a se livrar da subserviência em relação aos britânicos. Nota-se, portanto, que o letrado se valia do conteúdo histórico para fortalecer a consciência popular contra as medidas do governo, estabelecendo as bases para o regime de opinião em que se sustentaria a democracia. Pode-se presumir que a mobilização obteve certo êxito, pois, como observado acima, o Tratado de Lourenço Marques só foi ratificado dois anos após a sua apresentação no parlamento.

A construção da narrativa histórica disseminada pelos republicanos fornecia elementos para fundamentar a autonomia e a unidade, divulgando aspectos culturais que

³⁵⁸ Cabe ressaltar que a mobilização para tais comemorações também contou com o empenho de outros segmentos ideológicos e de diferentes setores sociais. CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910**. op. cit. p. 33.

³⁵⁹ BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. p. 355.

potencializavam a unanimidade das forças sociais. Assim, Camões, representado como herói, sintetizava a grandeza da comunidade nacional. O paradigma heroico pressupunha a atuação de grandes homens que não precisavam de armas. Não obstante, celebrava-se a figura do homem artista, pensador e estadista (como Pombal). Tratava-se de referenciar ideias e valores que corporificavam o benfeitor da humanidade ou da pátria.³⁶⁰

Em relação ao marquês de Pombal, sabe-se que, apesar de esclarecido, foi um déspota, característica repudiada por Teófilo. Sendo assim, por qual razão a comemoração do centenário de morte do marquês foi realizada em 1882? Se a sua personalidade não dava motivos para despertar simpatias, a finalidade de suas reformas justificava a omissão de uma leitura negativa sobre sua governabilidade. Na concepção de Teófilo, o importante seria identificar a validade de sua missão histórica, no caso, a ascensão do poder ministerial como contraponto ao poder monárquico (fato que, na prática não invalidava o prestígio real) e a sua política ofensiva em relação à Companhia de Jesus, indicando a tendência secularizadora. O juízo de valor emitido por Teófilo e pelos republicanos positivistas demonstra a intencionalidade seletiva do uso da história como meio de conquistar um bem maior através da propaganda política e de cunho ideológico. Nesse sentido, o importante era sublinhar uma determinada leitura dos fatos correspondente às grandes transformações sociais, políticas e culturais.³⁶¹

Observa-se assim que Teófilo no início da década de 1880, manteve alguns princípios que, precocemente e antes de adotar a doutrina positivista em 1872, se manifestaram durante a *Questão Coimbrã* de 1865. Sobre a importância dos feitos dos grandes homens, o jovem Teófilo afirmava que Castilho, patrono de uma literatura inócua e sem grandes problematizações sociais, estaria condenado ao esquecimento histórico. Por esta razão se entende que, apesar do despotismo pombalino, o significado de suas políticas carecia de representação e de celebração cívica. Nesses termos:

Se o espírito de Pombal não estivesse orientado segundo o critério dos enciclopedistas, se não conhecesse a aspiração dos reis filósofos, [...] ele nunca teria tido a coragem [...] [de executar] corajosamente a destituição dos jesuítas de Portugal [...] [mesmo com] seu excesso de zelo pela monarquia, [...] Pombal colaborou inconscientemente no caminho para a liberdade, dividindo esses dois poderes deprimentes, que desde o século XVI estavam ligados, [...]. Pombal considerava a realeza acima dos povos.³⁶²

³⁶⁰ MATOS, Sérgio Campos. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX. op. cit. p. 57.

³⁶¹ Idem. Ibidem. p. 63.

³⁶² BRAGA, Teófilo. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. op. cit. pp. 23-25.

Sendo assim, Teófilo não negava as arbitrariedades pombalinas, como afirmar a soberania da realeza, mas atribuía às suas reformas um ressignificado magnificante para a história da modernização portuguesa. E a modernização implicava em progresso, o uso do passado de Camões e de Pombal estava assegurado pelo viés da filosofia positiva que promoveria a solidariedade ao disciplinar as paixões, redirecionando-as de forma a estimular a ação. Às emoções tradicionais era atribuído o sentido progressista. Esta medida doutrinária se justificava pela seguinte concepção:

Antes da atividade intelectual, tão difícil de conseguir, é preciso o estímulo emocional da vibração artística; viu-se isto de um modo evidente em Portugal, onde a consciência pública flutua explorada por velhos abusos, sem a decisão para julgar os que a atrofiaram”.³⁶³

Esta perspectiva de Teófilo se configura como uma das principais bases do projeto democrático. O estímulo emocional compartilhado sugere o despertar de interesse por parte da população sobre os assuntos públicos. Feito isto, os cidadãos estariam mais propensos à conscientização e a “julgar os que a atrofiaram”, abrindo caminho, então, para exercerem a cidadania através do sufrágio.

Um dos maiores desafios dos republicanos em preparar os portugueses para a República democrática estava no fato de Portugal ser uma sociedade majoritariamente analfabeta e distante da cultura letrada. A importância da Geração de 1870 e dos românticos como Herculano e Garrett se refere à missão ética e social que esses letrados se incumbiram para formar um público dotado de sentimento cívico, através da tentativa de nacionalizar a acessibilidade cultural. Herculano havia renunciado a preocupação com o esquecimento da memória histórica e da ignorância sobre o passado nacional, o que poderia gerar o desmembramento coletivo. Sendo assim, a história foi utilizada como uma missão cívica e sociocultural.³⁶⁴ Nesses termos, as comemorações, ao propor uma abordagem didática da história, potencializaram e ampliaram o acesso ao discurso da história-pátria.

Dar visibilidade aos aspectos históricos implicava preparar e desenvolver as consciências para o exercício da democracia representativa. O nacionalismo étnico-cultural que vigorou com as comemorações em resposta ao desânimo nacional, significou o fortalecimento do ideal da República democrática na medida em que disseminava e destacava

³⁶³ Idem. Ibidem. p. 360.

³⁶⁴ MATOS, Sergio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX)**. op. cit. p. 160.

a qualidade dos portugueses, educando-os moralmente com sentimento patriótico ao passo que elucidava os problemas da monarquia.

Por fim, os projetos de República apresentados por Antero de Quental e por Teófilo Braga se desenvolveram e se fortaleceram em condições precisas, concernentes às circunstâncias nacionais e internacionais. Antero se filiou à proposta socioeconômica e internacionalista da AIT, enquanto Teófilo desenvolveu maior sensibilidade em relação aos problemas nacionais. A partir destas escolhas foi que as proposições dos letrados divergiram. Sem considerar estes fatores não se pode compreender as razões e os argumentos que motivaram os respectivos ideais republicanos.

As noções que foram construídas sobre a abstenção ou participação política; sobre as classes sociais; a respeito do modelo de federalismo e a questão da viabilidade democrática, enfim, todos esses elementos que estruturam a República dos letrados só são devidamente entendidos dentro da diferenciação nacional/internacional dos projetos defendidos.

Teófilo demonstrou maior habilidade e autonomia de pensamento ao adequar a Filosofia Positivista à complexidade dos problemas nacionais. Enquanto Antero se manteve fiel e dependente dos conteúdos e dos ideais disseminados pela Internacional. A implicação prática das escolhas resultou no fortalecimento republicano ao passo que o Socialismo recuava internacional e nacionalmente. Entretanto, a questão da opção ideológica não foi a única razão para determinar o triunfo da corrente positivista. A situação interna de Portugal, como a ausência de formação expressiva da classe proletária que pudesse corresponder às teorias socioeconômicas e as medidas do governo que tendiam a continuar deixando Portugal numa condição fragilizada perante os interesses britânicos, foram motivações internas que favoreceram a ideologia que mais se aproximava das aspirações populares do momento.

Além disso, Teófilo apresentou propostas que assumiam a importância de segmentos sociais vigentes e fundamentais para a continuação do projeto capitalista. Ao propagar a reforma, não a revolução política, o letrado condicionava a República como meio de harmonizar as forças e as energias sociais, anunciando a possibilidade de conciliação e de superação do atraso. Antero, por outro lado, propôs a revolução, a ruptura com todo o sistema político, social e econômico. Por mais que tenha buscado vincular o individualismo e a coletividade, aceitando a propriedade, ele entendeu que as causas estruturais da desigualdade e das contradições sociais deveriam ser erradicadas, o que, em certo sentido, feria a noção de propriedade privada ao propor a propriedade coletiva. Sendo assim, por tais constatações, é

provável que seu ideal não tenha conseguido o apoio necessário para se desenvolver e se fortalecer.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Antero de Quental e de Teófilo Braga exemplifica uma variedade de problemas suscitados pela história das ideias. Eles foram autores partícipes de uma geração engajada; problematizaram a realidade política e social solidificada historicamente; compartilharam sentimentos e ideias promovendo consensos e discordâncias; mobilizaram a opinião pública na luta por uma sociedade melhor e que contemplasse politicamente a maioria das gentes. Os autores resumem uma série de definições concernentes ao papel exercido pelos intelectuais em relação à sociedade. Além desses fatores, os intelectuais estudados não só reivindicaram um protagonismo vanguardista e revolucionário, como direcionavam seus pensamentos e atitudes em prol do bem-comum, identificado sob o signo da Humanidade.

Antes de se afirmarem como socialista ou republicano Antero e Teófilo eram essencialmente humanistas. E, se for considerada esta como a principal característica dos autores, pode-se compreender a inquietação neles verificada perante as contradições políticas e econômicas que se fortaleciam com o desenvolvimento liberal e capitalista. Sem o sentimento humanitário não há como entender o significado de suas atividades intelectuais, pois foi dele que derivou a exclamação republicana e por ele se compreende o apelo à justiça e à moral, demasiadamente citadas em seus argumentos. Tanto assim que foi pela Humanidade que se empenharam na elaboração de modelos políticos compatíveis com diferentes povos.

Entretanto, este sentimento de proporção universal foi possível e fazia parte de um processo iniciado pelo liberalismo do pós-Revolução Francesa. A partir de 1789, as nações do ocidente europeu estavam diante de ideias amplamente disseminadas e que tinham o potencial de erradicar princípios caros à sociedade tradicional do Antigo Regime. *Liberté, Égalité et Fraternité* são apenas três conceitos que impactaram organizações sociais consolidadas, anunciando uma era de revoluções por direitos universais. O liberalismo fez uma determinada leitura sobre esses princípios, mas, a partir de meados do século XIX, esta tripartição conceitual ganharia ressignificações originais através de novas correntes filosóficas que priorizavam, sobretudo, as questões sociais. Teófilo sintetizou adequadamente os desdobramentos de 1789 ao afirmar que:

Os factos históricos da Europa moderna apresentam-nos o seguinte dilema: O poder absoluto já não é possível coexistir com as instituições sociais, desde que, depois da Revolução Francesa, se inaugurou o princípio da igualdade civil. Todas as nações da Europa sofreram esse tremendo abalo

que dissolveu o antigo regime; e o próprio absolutismo não podendo por meio da torpe coligação das forças retrogradadas da aristocracia privilegiada, do catolicismo obscurante e das dinastias egoístas na chamada Santa Aliança, fazer recuar a civilização à antiga vassalagem, e apagar as garantias da igualdade perante a lei, submeteu-se à corrente dos factos, e propôs a transação do constitucionalismo.³⁶⁵

E foi contra os resquícios do sistema absolutista que ainda encontravam sobrevida no constitucionalismo liberal que os intelectuais da Geração de 70 se mobilizaram. Era necessário desenvolver os direitos sociais que foram conquistados e, para desenvolvê-los, melhor seria pelo aprimoramento da organização social em forma de República e com ela ampliar e melhorar diversas frentes de sua estrutura, como a democracia e a liberdade federativa.

Assim insurgiram intelectuais dispostos a mudar o rumo do país, com o sentimento de decadência fortemente presente e versados em diferentes segmentos científicos, acusaram o modelo antigo de organização social de se manter em detrimento das disparidades sociais, da exploração e do privilégio. O sentimento de desagregação foi o ponto de inflexão da convergência dos intelectuais portugueses. Todavia, a constatação do declínio se configurou como produto e como impulsionador de outro sentimento, o de ruptura.

A instrumentalização da História, tanto pelo Socialismo científico como pela Filosofia Positivista, foi o principal respaldo teórico para deflagrar a decadência que se verificava no atraso de uma economia pouco industrializada, na perda de liberdade ocasionada pela centralização e na falta de moral das autoridades governativas. Foram estes os sintomas que justificavam a estagnação nacional, mas que só foram possíveis de serem diagnosticados por causa das sublevações populares do pós 1789, pelo aprimoramento de novas correntes sociocientíficas e pelo avanço do sistema capitalista e de suas controvérsias.

Sendo assim, a questão da decadência encerra a solidariedade intelectual, ela capturou a confluência de sentimentos e o despertar do desejo de mudança. A forma de mobilização conjunta pôde ser observada quando o gosto de questionar as autoridades tradicionais, que limitavam os procedimentos inclusivos, transpassou do ambiente acadêmico e cultural com Castilho para a esfera pública e política, confrontando a figura ministerial do marquês D'Ávila. Em contrapartida, apesar de mantida a tendência revolucionária, a esperança de um futuro progressista e promissor acabou por dissociar as formas de pensar.

Antero de Quental e Teófilo Braga são testemunhos históricos de como a insatisfação e a frustração geral podem fomentar o emergir de intelectuais notáveis que mudam a dinâmica

³⁶⁵ BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. op. cit. pp.135-136.

das coisas. Condicionados pelo desânimo, os jovens se apegaram aos pronunciamentos científicos que validavam um sentido evolutivo e perfectível da Humanidade. E ao promoveram o exercício público do debate, eles estavam a antecipar o ideal democrático e com isso incitavam a mudança nas consciências. Em princípio, Antero foi o que mais se destacou, seu papel na *Questão Coimbrã* e nas *Conferências do Casino* prenunciava um gênio exemplar a ser seguido, segundo Eça de Queiroz: “Antero era não só um chefe – mas um messias”.³⁶⁶

A Associação Internacional dos Talhadores, a Comuna de Paris e o sentido evolucionista do viés histórico foram os três fatores motivadores que impeliam Antero a continuar e a desenvolver suas críticas, teorias e projeções. Não obstante, ao que tudo indica, foram os mesmos elementos motivadores os responsáveis por seu desânimo e pessimismo. Pela perspectiva teleológica, as circunstâncias históricas se instituíram como provas de que havia as contradições sociais e que as mesmas seriam suplantadas pelo iminente Socialismo. Mas, quando o fim da principal organização revolucionária e fonte de inspiração para Antero foi constatado, isso pode ter gerado uma enorme perda de referência para o letrado.

O caso da AIT seria a perda de referência teórica, porém, o insucesso da Comuna de Paris indicava que, na prática, a revolução poderia ser irrealizável, mesmo com todo aparato científico que possivelmente asseguraria o socialismo frente às medidas reacionárias. Sendo assim, o percurso histórico-evolucionista não mais condizia com o processo que certamente iria culminar no Socialismo. A dificuldade encontrada por Antero em continuar desenvolvendo uma frente intelectual e vanguardista pôde ser notada por ele ao escrever, no ano de 1873, uma carta a Oliveira Martins sobre a difícil tarefa de desenvolver um livro:

Trabalho e vejo crescer o meu trabalho diante de mim sem experimentar satisfação com ele senão em raros momentos, e esses momentos é quando não vejo o que *ali está* mas só [...] no meu pensamento [...], no fundo da minha nebulosa intelectual, nebulosa em que sinto mundos, mas que não sei tirar de lá. Sabe o que me parece às vezes? é que sinto mover-se no fundo mais íntimo do meu *eu* pensante, n’aquele fundo que já não é *eu* mas o espírito humano, uma ideia imensa, toda uma Filosofia, que não é um *sistema*, mas a mesma ideia histórica da humanidade [...], pressentida através de todos os sistemas, de todas as religiões, de todas as revoluções... Depois trevas! Olho para as páginas em que pretendo condensar essa ideia, e só encontro verbalismo, abstrações, eloquência às vezes, mas em tudo aquilo um não sei [...] de estéril! Parece-me que tudo aquilo é imaginação oca, e que cada vez me afasto mais da *realidade real*.³⁶⁷

³⁶⁶ QUEIROZ, Eça de. apud PIRES, Antônio Machado. op. cit. p. 39.

³⁶⁷ QUENTAL, Antero de. **Cartas de Anthero de Quental**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921. p. 224.

Neste caso, nota-se a importância em não tentar identificar no pensamento anterior um sistema geral e único, e sim de considerar os pormenores de suas conclusões conceituais, como o significado que o autor atribuía à democracia, às classes sociais, ao federalismo e à República, por exemplo. Visto que o próprio Antero assumia a dificuldade em elaborar “toda uma Filosofia” ao passo que afirmava seu humanismo ao ressaltar a influência da história da humanidade em seu pensamento, pois ela contempla todos os sistemas. Neste momento de desabafo, a Internacional³⁶⁸ estava enfraquecida e a Comuna já tinha sido extinta. Provavelmente, relatar o afastamento de seu pensamento da “realidade real” implicava, primeiro, na relevância dos fatores históricos e, segundo, quando estes mesmos fatores não mais se mostravam favoráveis, parecia-lhe que sua “imaginação” era “oca”, ou seja, vazia em conteúdo e distante da realidade histórica. Isto é, seu pensamento estava distante das circunstâncias concretas que fundamentavam suas afirmações evolucionistas e que corroboravam com a convicção de um futuro social e igualitário. A certeza da revolução se esvaía e com ela a promessa do “messias” mentor, intelectual e revolucionário.

Uma das principais diferenças entre Antero e Teófilo foi que o primeiro se apropriou da doutrina socialista como meio e como fim, enquanto o segundo identificou na filosofia positiva o meio, um método para conquistar a finalidade republicana. Esta, por sua vez, seria definida pelos povos dotados de alguns princípios basilares, como o voto universal e a liberdade local. Nesse sentido, o povo poderia construir a República conforme seus interesses. Observa-se, no entanto, que ambos validavam a iminência da *República*, mas o projeto teofilano se apresentava de forma mais flexível.

A democracia, por exemplo, demarca esta diferença entre os autores. Enquanto Antero anunciava o exercício democrático por meio de Seções de Ofício tal que na prática cotidiana os trabalhadores reivindicariam seus direitos, Teófilo validava a democracia de maneira mais abstrata, através das escolhas de representantes que viabilizariam os interesses gerais. O ponto de vista de Teófilo permite a flexibilização na medida em que se pode intervir na opinião pública através da propaganda política, como foi o caso das comemorações dos centenários. Em contrapartida, o socialismo de Antero estava atrelado às diretrizes do programa da Internacional, havia um modelo a ser seguido, por esta razão ele destacava a organização em Seções da seguinte forma: “é já um modelo de liberdade e igualdade da futura república democrática social”, tratava-se de uma maneira organizacional previamente definida.

³⁶⁸ A Internacional só foi realmente extinta em 1876, mas foi em 1872, no Congresso de Haia, que a sede foi transferida para Nova Iorque, fazendo vigorar a frente marxista em detrimento da anarquista de Proudhon.

Com maestria e sensatez, Teófilo Braga se preocupou em adequar os preceitos comtianos à realidade portuguesa. As questões do alto índice de analfabetismo, da alta influência régia nos assuntos de representatividade, da tensão entre as classes sociais que, segundo ele, era fomentada pelos socialistas, tais problemas foram absorvidos e compreendidos pelo letrado que visou superá-los dentro de uma mudança possível.

As festividades, munidas de historicismo, celebravam as figuras de Camões e de Pombal como protagonistas que representavam a nação portuguesa. Polissêmico, a capilaridade deste discurso pode ter conquistado a simpatia de muitos portugueses à causa republicana. Pois ele contemplava a grandeza nacional, podendo por isso impactar a opinião de setores conservadores e dos populares, dos mais e dos menos abastados, dos instruídos e dos analfabetos. Minimizando, assim, o efeito segregacionista da luta de classe - motivada pelo discurso das relações econômicas ou pela *questão social* - ao promover um apelo solidário que se assentava na *questão nacional*.

Além disso, a defesa do sufrágio universal se aproximava da finalidade das comemorações na medida em que se buscava reafirmar a soberania nacional e popular. Enquanto as festividades educavam civicamente a população, o voto seria a expressão última deste exercício. Convém sublinhar que as comemorações cívicas não resumiam a pedagogia positivista, além das festividades, Teófilo afirmava, por exemplo, as necessidades de descentralizar o poder, da liberdade de expressão e da livre reunião entre os cidadãos. Reunidos, estes elementos poderiam formar um cidadão consciente e capaz de deliberar diretamente os assuntos públicos ou de escolher representantes aptos e compromissados com o interesse geral.

Por tais razões, atento e alicerçado nas questões nacionais, Teófilo Braga possivelmente conquistou mais adeptos à causa republicana. Por outro lado Antero de Quental se manteve fiel a um programa internacionalista que ditava as formas de organização, o que se configura como algo externo às necessidades reais da nação portuguesa. Ademais, apesar do empenho em conciliar as classes sociais, através do ideal de extinção e da elevação apenas da classe trabalhadora, setores conservadores desenvolveram uma acentuada aversão em relação à ideologia Socialista, principalmente após o desfecho da Comuna de Paris.

Isso não significa, porém, que o projeto de Teófilo estivesse mais solidificado do que o de Antero, apenas sugere que as condições e as circunstâncias não favoreceram o fortalecimento da proposta socialista. Afinal, pleiteava-se pela justiça e foi isto o que os letrados se propuseram a fazer. Em princípio, Antero visava a revolução de base. Se a causa

do problema estava em uma sociedade que assegurava a disparidade social, legalizando jurídica, econômica e politicamente o fortalecimento da exploração e de privilégios de poucos em detrimento de muitos, então a revolução realmente justa deveria ser mais enraizada. Defendia-se, então, a erradicação da estrutura desigual para a ascensão de uma sociedade mais humana.

À guisa de conclusão, Antero foi o mais revolucionário, enquanto Teófilo foi o mais reformista. O primeiro se deixou levar pela atmosfera e pela onda revolucionária que dominou o século XIX. Quando as leituras do socialismo científico corporificaram as aspirações populares, traduzindo as contradições concretas para legitimar a equidade futura, Antero de Quental, num justo posicionamento e raciocínio, aderiu à causa que foi entendida por ele como a mais completa em termos de justiça.

Em contrapartida, a “revolução” de Teófilo se limitava na reforma das condições preexistentes. Sendo assim, ela pode ser qualificada como a mais realista, porém, não extinguiria as causas que impulsionavam a desigualdade, ao contrário, poderia fortalecê-las. O discurso de que as “partes” teriam que se harmonizar no “todo solidário” era justamente isso: afirmar o sistema existente com a ajuda de uma revolução nos espíritos, ou seja, através de uma mudança de mentalidade que desenvolvesse a solidariedade social. Enfim, sua revolução se concentrava nos problemas institucionais, daí se entende a demasiada atenção aos problemas da monarquia constitucional enquanto os demais apareciam como problemas secundários. O principal objetivo seria suplantar o regime monárquico para assim instituir a *República*.

Antero de Quental e Teófilo Braga foram dois dos principais intelectuais que deram significado à grandiosidade do que foi a Geração de 70. De jovens insatisfeitos com o ultrarromantismo elitista, eles transpassaram as restrições acadêmicas para impactar e agitar as opiniões sobre um futuro promissor para Portugal. Abrindo um debate que estigmatizaria de forma irreversível o sistema monárquico-constitucional. Suas atividades deram início ao processo de aceitação do “novo”. Em que cada qual, a sua maneira, ao questionar, ao desafiar e ao problematizar, colaborava para desmerecer o regime vigente, mas, mais do que isso, para aprimorar o pensamento e a teoria alheia.

Este desdobramento é visível na relação entre Antero e Teófilo. Antero foi o responsável por abrir a discussão pública, principalmente com sua ilustre conferência ao destacar a condição atrasada de Portugal perante a conjuntura europeia. Após sua paulatina reclusão dos meios políticos e intelectuais e passada a euforia revolucionária anterior, Teófilo insurgiu como o principal porta-voz da República. Conforme a atividade política de

Antero foi se esmorecendo, Teófilo Braga se destacava cada vez mais no meio político, filiando-se ao Partido Republicano, concorrendo a deputado e participando na edição de revistas e jornais. Tanto assim que seus principais textos sobre o positivismo e sobre a República começaram a ser veiculados a partir de 1877, com a obra *Traços Gerais da Filosofia Positiva*, um ano depois da fundação do Partido Republicano.

A maior visibilidade de Teófilo a partir de meados da década de 1870 e ulterior ao protagonismo de Antero indica que o primeiro poderia estar suficientemente preparado para solucionar as “lacunas” observadas nas teorias socialistas. Nesse sentido, em seus textos, Teófilo não economizou críticas ao socialismo e a Antero de Quental. Quando refutou a questão da nacionalidade, por exemplo, o texto anterior era de 1868, e a resposta de Teófilo só viria em 1880.

Portanto, Teófilo Braga estava em condição favorável quando começou a se engajar de forma mais enérgica. Mas esta observação igualmente indica o quanto as reflexões de Antero de Quental foram importantes para Teófilo tirar suas próprias conclusões e para se esquivar de possíveis afirmações ou mobilizações que poderiam enfraquecer o ideal proposto frente a opinião pública.

Dito isso, resta concluir que o esforço conjunto da produção intelectual pode contribuir com o desenvolvimento social na medida em que se submete aos critérios e às redes de sociabilidade científicas, além de manter o diálogo com os segmentos sociais. Estas foram as condições que proporcionaram o protagonismo dos autores estudados. A intelectualidade não está isenta da pluralidade que predomina nas sociedades, as diferentes perspectivas teóricas exigem o democratismo dentro do ambiente acadêmico e social e, compreender os padrões necessários que regem a construção do conhecimento profícuo, se torna imperativo para os pesquisadores. A atividade política, intelectual e social de Antero de Quental e de Teófilo Braga concentra significados que estão além da contemporaneidade dos autores. A mobilização dos letrados pode instruir e inspirar pesquisadores engajados no aprimoramento dos direitos sociais, tais como a inclusão, a respeitabilidade, a tolerância, a democracia, a liberdade, enfim, todos os aspectos que podem instituir e melhorar a *República*.

6. BIBLIOGRAFIA

Fontes

A COMUNA Evocada Pelos Socialistas Portugueses. O Protesto, 1877. In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

BRAGA, Teófilo. **Dissolução do Sistema Monárquico Representativo**. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1881.

_____. **História das Ideias Republicanas em Portugal**. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1880.

_____. **Soluções positivistas da política portuguesa**. Porto: Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1912.

_____. **Teocracias Literárias**: relance sobre o estado atual da literatura portuguesa. Lisboa: Tipografia Universal, 1865.

_____. **Traços Gerais de Filosofia Positiva**: comprovados pelas descobertas científicas modernas. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1877.

QUENTAL, Antero de. À Comissão Eleitoral do Partido Socialista do Círculo N° 98 (LISBOA). In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

_____. A política do socialismo. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. A República e o Socialismo. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. As duas democracias. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. Bom-senso e bom gosto: carta ao excelentíssimo senhor Antonio Feliciano de Castilho. In: QUENTAL, Antero de. **Prosas**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923. p. 330-347.

_____. Carta ao Ex.^{mo} Sr. António José D'Ávila: Marquês D'Ávila, presidente do conselho de Ministros. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. **Cartas de Anthero de Quental**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

_____. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: SERRÃO, Joel. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. Lisboa: livros Horizonte, 1979.

_____. Guerra de classes. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982. Março, 1872.

_____. O Congresso Internacional na Haia. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. O que é a Internacional (O socialismo contemporâneo, O programa da Internacional, Organização da Internacional e Conclusão). In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. O Socialismo é a ‘ideia nova’. In: MEDINA, João. (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

_____. **Poesia e prosa**: sonetos completos, poemas e prosa escolhidos. São Paulo: Ed. Cultrix, 1974.

_____. Portugal Perante a Revolução de Espanha: considerações sobre o futuro da política portuguesa no ponto de vista da democracia ibérica. In: SERRÃO, Joel. (org.). **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

_____. Seis cartas de Antero a Teófilo sobre as Conferências do Casino. In: MEDINA, João. **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

_____. Teoria do socialismo, evolução política e econômica das sociedades da Europa: por J. P. de Oliveira Martins. Lisboa, 1872. In: SERRÃO, Joel. **Prosas Sócio-Políticas**: publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

Referências

AMORA, André Luiz Alves Caldas. Antero de Quental: A voz da revolução. **Cadernos do CNLF: PUC**, Rio de Janeiro, v. XIII, n. 04, p. 402-413, 2009.

BASTOS, Ana Luiza Marques. Denúncia da decadência, realismo e ânsia messiânica na historiografia portuguesa oitocentista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. **Anais...**. São Paulo: ANPUH/SP, 2008. Não paginado. CD-ROM.

BITTENCOURT, Flávia Rodrigues. **A Construção do Pensamento Político de Antero de Quental (1870-1875)**. 2014. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2014.

_____. Entre rupturas e permanências: progressistas e conservadores em Portugal na primeira metade do século XIX. **Convergência Crítica**, Campos dos Goytacazes, n. 10, p.39-65, 2017.

_____. Socialismo e História no Pensamento político de Antero de Quental. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.162-185, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder**. São Paulo: Unesp, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRESCIANI, Maria Stella. O pensamento político conservador após a Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001.

CANOTILHO, Joaquim Gomes. As Constituições. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 125-139.

CASTILHO, A. F. Posfácio. In: CHAGAS, Pinheiro. **Poema da Mocidade**. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1865. p. 183-243.

CATROGA, Fernando. O Patriotismo Republicano e o Descentralismo. **Boletim do Núcleo Cultural da Horta**, [S.I], n. 19, p. 17-45, 2010.

_____. **O Republicanismo em Portugal**: da formação ao 5 de outubro de 1910. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

_____. Os caminhos polêmicos da ‘geração nova’. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1993. p. 569-581.

_____. Política, História e Revolução em Antero de Quental. **Revista de Guimarães**, Guimarães, n. 102, p.145-201, 1992.

_____. Positivistas e Republicanos. In: CATROGA, Fernando; TORGAL, Luís Reis. **História da História em Portugal: sécs. XIX-XX**. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional Operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, Marília, n. 8, p.165-183, 2011.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer (1920). In: FREUD, Sigmund. **História de uma neurose infantil (“O homem dos Lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 121-178.

HOMEM, Amadeu Carvalho. O Avanço do Republicanismo e a Crise da Monarquia Constitucional. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo. (1807-1890).** Lisboa: Estampa, 1998.

LEAL, Ernesto Castro. A ética positivista de Teófilo Braga: virtude, moral e dever cívico dos centenários. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, MG, n. 11, p. 33-44, 2013.

LUZ, José Luís Brandão. O enraizamento social da ideia da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga. In: MATOS, Artur T. **Sociedade, Cultura e Conflito nos 100 anos da República portuguesa.** [S.I.]: Centro de Estudos de Comunicação e Cultura: Faculdade de Ciências Humanas: Universidade Católica Portuguesa, 2013.

_____. **O Federalismo no Ideal da República em Teófilo Braga e Manuel de Arriaga.** Açores: Presidência do Governo Regional dos Açores / Direção Regional da Cultura, 2012. 30 p.

MACHADO, Álvaro Manuel. **A Geração de 70: uma revolução cultural e literária.** Lisboa: Biblioteca Breve; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, As Estruturas Políticas de Unificação. In: Mattoso J. **História de Portugal.** Lisboa: Estampa, 1993.

MARTORANO, Luciano Cavini. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História.** São Paulo: Xamã, 2001.

MATOS, Sérgio Campos. **Consciência Histórica e Nacionalismo (Portugal – séculos XIX e XX).** Lisboa: Livros Horizonte, 2008.

_____. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Século XIX. **Penélope, Fazer e Desfazer a História**, Lisboa, n. 8, p. 51-71, 1992.

MEDINA, João (org.). **As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

_____. **Herculano e a Geração de 70.** Lisboa: Edições Terra Livre, 1977.

MÓNICA, Maria Filomena. **O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934).** Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

_____. O Senhor Ávila e os conferencistas do Casino. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXV, p.1013-1030, 2001.

NATÁRIO, Celeste. A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. **Revista Estudos Filosóficos**, Porto, n. 1, p.100-109, 2008.

NEMI, Ana Lúcia L. A memória do Império e a construção do Império na África: continuidades e rupturas. In: ALGRANTI & MEGIANI. **O Império por escrito – Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séculos XVI – XIX).** São Paulo: Alameda, 2009.

_____. Decadência e Singularidade na Historiografia Ibérica. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, XIX, 2008, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh/sp, 2008. Não paginado. CD-ROM.

_____. História, memória e política na segunda metade do século XIX: Portugal e Brasil entre tradição e modernidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL TRADIÇÃO E MODERNIDADE NO MUNDO IBERO-AMERICANO, VI., 2009, Rio de Janeiro/Coimbra. **Atas.** Rio de Janeiro/Coimbra: Uerj/un, 2009.

NUNES, António J. A. Mercantilismo/Mercantilismos. In: **Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos.** Coimbra: Almedina, 2005, p. 393-422

PEREIRA, José Esteves. Positivismo e República. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, MG, n.3, p. 108-118, 2009.

PEREIRA, Miriam Halpern. “Decadência” ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português. **Análise Social**, Lisboa, v. XIV, p.7-20, 1978.

PINTO, António Costa; MONTEIRO Nuno Gonçalo. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (Coordenação). **Portugal contemporâneo.** Lisboa: D. Quixote, 2005.

PIRES, António Machado. **A ideia de decadência na geração de 70.** Lisboa: Vega, 1992.

POSPÍŠILOVÁ, Martinha. **A Luta entre os Liberais e Absolutistas na vida e obra de Almeida Garrett.** 2009. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Língua e Literatura Portuguesa, Masarykova Univerzita, Brno, 2009.

QUENTAL, Antero de. **Tendências gerais da filosofia na segunda metade do século XIX.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

RAMOS, Rui. A Formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880). **Análise Social**, Lisboa, v. XXVII, p.483-528, 1992.

_____. Para uma história política da cidadania. **Análise Social**, Lisboa, v. XXXIX, p.547-569, 2004.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu Significado. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890).** Lisboa: Estampa, 1998. p. 101-107.

SÁ, Victor. **Esboço histórico das ciências sociais em Portugal.** Amadora: Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand Venda Nova, 1978.

_____. **Perspectivas do século XIX.** Porto: Limiar, 1976.

SARAIVA, António José. **A tertúlia ocidental: estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros.** Lisboa: Gradiva, 1995.

SARAIVA, José Hermano. **História concisa de Portugal.** Mira-sintra: Europa-América, 1996.

SÉRGIO, António. O Reino Cadaveroso ou O problema da Cultura em Portugal. In: **Ensaio**. Tomo II. 2ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1957.

SERRÃO, Joel. **Da “Regeneração” à República**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

_____. Do pensamento político-social de Antero de Quental (1868 – 1873). **Análise Social**, Lisboa, v. XVI, nº 61-62, pp. 343-361, 1980.

_____. **Liberalismo, socialismo e republicanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1979.

SIDERI, Sandro. **Comércio e Poder: colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas**. Lisboa: Cosmos, 1970.

SILVA, Cristina Nogueira. Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIV, p.533-563, 2009.

SIMÕES, João Gaspar. **A Geração de 70: alguns tópicos para a sua história**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1984.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. Fgv, 2003. p. 231-269.

SKINNER, Quentin. Motivos, intenções e interpretação. In: SKINNER, Quentin. **Visões da Política: sobre os métodos históricos**. Lisboa: Difel, 2005. p. 127-144.

_____. Significação e compreensão na história das ideias. In: SKINNER, Quentin. **Visões da Política: sobre os métodos históricos**. Lisboa: Difel, 2005. p. 81-128.

VARGUES, Isabel Nobre. O Processo de Formação do Primeiro Movimento Liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José. **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 41-55.

WILLARD, Claude. História e vigência da Comuna de Paris. In: BOITO JR., Armando. (org.). **A Comuna de Paris na História**. São Paulo: Xamã, 2001.